



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Israel Martins Araujo

**Extrativismo e Coleta na Amazônia: panorama e
esboço de uma abordagem *tecnambiental***

Brasília, DF
2024

Israel Martins Araujo

Extrativismo e Coleta na Amazônia: panorama e esboço de uma abordagem *tecnoambiental*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Emanuel Manzolillo Sautchuk.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Emanuel Manzolillo Sautchuk (PPGAS/UnB) – Presidente

Prof. Dra. Joana Cabral de Oliveira (PPGAS/Unicamp)

Prof. Dr. Eduardo Di Deus (FE/UnB)

Prof. Dr. Luis Abraham Cayón Durán (PPGAS/UnB) – Suplente

Brasília, DF
2024

Agradecimentos

Este trabalho, testemunho de uma longa jornada de certa perseverança e ousadia, não poderia ser absolutamente nem uma fração do que é sem os laços, vínculos, relacionamentos e saudades que acompanharam, brotaram ou desapareceram nesse processo. Gostaria então de expressar um pouco da minha infindável gratidão nesse espaço a todos que me ofereceram algum apoio.

Em primeiro lugar, dedico esta dissertação aos meus avós, Ana Regina, Orinaldo Pereira, Raimundo Araujo, Helena Araujo e Ubirajara Martins (todos in memoriam). Todos vocês foram de alguma forma forças e figuras que agiram ativamente na vida de minhas famílias para que elas se moldassem e fossem o que são, seus legados e influências são eternos e atingem para sempre todos. Para Ana Regina, infelizmente perdi você para a pandemia, mas jamais perderei tudo o que você já fez por mim e nossa família. Seu apoio à minha trajetória sempre foi um grande tesouro. Sinto saudades constantes e lancinantes que ora aumentam, ora recrudescem. Sinto muito que a senhora não pôde ver o fim dessa parte da minha jornada, mas sei que de onde está você olha por mim. Obrigado por construir e criar nossa família, uma mulher nortista, guerreira e que conseguiu construir do zero algo para seus descendentes.

Em seguida, quero agradecer profundamente aos meus pais, Nonato e Silvia. Não existe Israel, nem minha antropologia, sem vocês dois. Não existiria esse trabalho sem o irrestrito e eternamente afável apoio que vocês me dão constantemente. Sua capacidade de acreditar e confiar em meu potencial é inestimável e se uma jornada complicada como esta chegou ao fim com certo êxito, é devido indubitavelmente a vocês. Obrigado por tantos conselhos e paciência quando pensei em desistir ou não fazer o que eu devia fazer. Vocês são a pedra angular, pilar e motivo de tudo o que eu faço. A companhia de vocês, emocional e intelectual, enriquece meu ser valiosamente.

Gostaria de agradecer em seguida ao meu orientador, Carlos Sautchuk, por ter acreditado ininterruptamente no meu potencial e no que eu poderia fazer. Agradeço por ter aceitado, lá em 2020, esse processo de orientação que se transformou ao longo do tempo. Agradeço pelos conselhos, dicas e sugestões quanto não só à confecção da dissertação, mas em relação à vida acadêmica e possibilidades futuras. Mesmo que online, os momentos onde pudeste comentar o que eu escrevia e me corrigir foram enriquecedores. Agradeço a paciência e compreensão quanto aos contratemplos, aos atrasos e as demoras. Obrigado por acreditar que eu estaria à altura do desafio. Em último lugar, agradeço seu apoio e ajuda no processo de realizar o mestrado no Muséum National d'Histoire Naturelle, é impossível retribuir a

oportunidade que tu me deste de completar uma formação internacional e viver alguns meses em Paris. Um verdadeiro sonho que jamais imaginei conquistar antes.

Devo agradecer sem dúvidas aos amigos, amigas e amigues que estiveram comigo. Gostaria de pedir de antemão desculpa aos amigos por não conseguir citar todos nominalmente, seria impossível. Aos meus amigos de infância, Carol, Heverson e Gabriel obrigado pela presença de vocês na minha vida há tanto tempo e pelo apoio. Aos amigos que fiz no curso de graduação e fora dele (grupos Fofoca, Cys e Princesas), o sentimento é mesmo: a persistência e paciência de vocês em minha vida é uma dádiva sem fim. Não existem palavras que expressam o amor e o sentimento de família infinito que vocês, amigos, estendem constantemente a mim.

Gostaria de agradecer também aos amigos que fiz em Brasília. Antes do mestrado eu nutria alguma antipatia pela cidade. Vindo do Norte, de Ananindeua, não me imaginava naquele espaço. Entretanto, a jornada do mestrado, mesmo que majoritariamente online, convenceu-me do contrário. A vocês agradeço, Ivo e Pedro por sempre me acolherem em sua casa quando precisei ir à Brasília e por serem um dos presentes mais inestimáveis que encontrei no departamento. À Mariana Machado, Paula, Victor, Caio, Joana e Gabi por também não medirem esforços para me abraçarem e me receberem com tanto carinho em Brasília, por serem muito para mim. Agradeço em especial à Salomão por ter sido um grande parceiro até o fim nesse mestrado. Agradeço também à Juliana Tupinambá, apesar de nossa relação ter sido majoritariamente online, suas gentis e doces palavras para comigo desde o início do mestrado estão para sempre gravadas na minha mente.

Agradeço ao Departamento de Antropologia da UnB por ter me recebido nesses últimos anos. Apesar de pouco ter usufruído de seu espaço, o que pude frequentar no fim desse processo me deu a sensação de pertencimento que me é tão cara. Agradeço aos professores que passaram pela minha vida no mestrado, em especial Guilherme Fagundes pela generosidade e conselhos tão pertinentes, e à Cristina Patriota por ter me estendido piedade, compreensão e generosidade quando comuniquei o falecimento de minha avó. Poucos professores de pós-graduação no país estendem alguma humanidade a você em momentos do tipo, infelizmente. Agradeço aos funcionários da secretaria e do instituto que trabalharam arduamente para garantir minha trajetória no programa.

Agradeço à bolsa e custeio fornecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em última instância, quero agradecer a todos que não pude ou esqueci de mencionar. Se termino este mestrado é porquê muitos fizeram por mim. Jamais, em momento algum, sou somente eu. Eu sou, infinitamente, o que minhas relações são.

Vegetar é crescer em contiguidade com o mundo, coabitar lugares, aderir e fazer espaços, engajarmos com aquilo que nos circunda - ou antes, nos atravessa. Criar raiz e lançar sementes. Desterritorializar-se. Propagar, cortar, distribuir, desmembrar-se em qualquer ponto e depois se reconectar. Polinizar, cruzar, misturar, gerar o imprevisível. Brotar na terra, crescer, florescer, frutificar e apodrecer, voltar para a terra. Transformação é o nome do jogo. Vegetar é uma estratégia

Joana Cabral de Oliveira em *Vegetar o pensamento: manifesto e hesitação* do livro *Vozes Vegetais*.

As árvores da floresta e as plantas de nossas roças também não crescem sozinhas, como pensam os brancos. Nossa floresta é vasta e bela. Mas não o é à toa. É seu valor de fertilidade que a faz assim. É o que chamamos de *në rope*. Nada cresceria sem isso. O *në rope* vai e vem, como um visitante, fazendo crescer a vegetação por onde passa. Quando bebemos *yãkoana*, vemos sua imagem que impregna a floresta e a faz úmida e fresca. As folhas de suas árvores aparecem verdes e brilhantes e seus galhos ficam carregados de frutos. Vê-se também grande quantidade de pupunheiras rasa si, cobertas de pesados cachos de frutos, pendurados na parte de baixo de seus troncos espinhosos, e imensas plantações de bananeiras e pés de cana-de-açúcar. Esse valor de fertilidade da terra está ativo por toda parte. É ele que faz acontecer a riqueza da floresta e que, desse modo, alimenta os humanos e a caça. É ele que faz sair da terra todas as plantas e frutos que comemos. Seu nome é o de tudo o que prospera, tanto nas roças como na floresta.

Davi Kopenawa, em *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo realizar dois movimentos investigativos que desembocam em uma proposta de abordagem teórico-conceitual envolvendo a atividade extrativista coletora na Amazônia. O primeiro movimento diz respeito a uma recuperação das mobilizações e do percurso histórico-contextual da utilização do termo coleta na antropologia. O segundo movimento realiza o mesmo processo, porém com o termo extrativismo no centro e expandindo seu escopo para as ciências humanas. Os movimentos realizados procuram enfatizar alguns aspectos e cristalizações que se teceram a respeito da atividade extrativista coletora, sobretudo o que diz respeito à relação com árvores e vegetais. Entendo que essas categorias não são meras etiquetas descritivas, mas prismas de análise de realidades diversas. Fica evidente que os usos dessas categorias são escorregadios e, por vezes, confusos. Noções como “primitivismo”, “baixa tecnologia”, “atividade de baixo impacto”, oposições “selvagem/domesticado”, “natureza/cultura”, dentre outras, foram e ainda são, em maior ou menor grau de intensidade, elaboradas ou reificadas em diversos textos e pesquisas que buscam explorar a realidade extrativista. Para tanto, no último movimento procuro esboçar uma abordagem antropológica que consiga desarmar muitos desses argumentos que acabam, em última instância, encobrindo certos aspectos e dimensões da atividade extrativista coletora vegetal. Sendo assim, aciono uma abordagem que permite enfatizar a dinâmica constitutiva do extrativismo, não suas ausências. A técnica, seus gestos e modos de ação são apresentados como possibilidade de uma nova compreensão da atividade extrativista na Amazônia. Concluo que a exploração de movimentos, fluxos e formas de mediação em uma abordagem *tecnoambiental* podem ajudar a compreender ontologias extrativistas múltiplas e a constituição de *selves* amazônicos extrativistas.

Palavras-chave: Amazônia; extrativismo; coleta; antropologia da técnica; vegetal.

ABSTRACT

The present dissertation aims to carry out two investigative movements that culminate in a theoretical-conceptual approach involving the extractive gathering activity in the Amazon. The first movement concerns a recovery of the mobilizations and the historical-contextual trajectory of the use of the term gathering in anthropology. The second movement follows the same process but centers on the term extractivism, expanding its scope to the human sciences. These movements emphasize certain aspects and crystallizations regarding the extractive gathering activities, particularly those concerning trees and plants. I understand these categories as not merely descriptive labels, but analytical prisms of diverse realities. It becomes evident that the use of these categories can be slippery and, at times, confusing. Notions such as 'primitivism,' 'low technology,' 'low impact activity,' 'wild/domesticated' oppositions, 'nature/culture,' among others, have been and still are, to varying degrees, elaborated or reified in various texts and research that seek to explore the reality of extractivism. Therefore, in the final movement, I aim to outline an anthropological approach that can dismantle many of these arguments which, ultimately, obscure certain aspects and dimensions of the plant extractive gathering activity. Thus, I employ an approach that emphasizes the constitutive dynamics of extractivism, not its absences. Techniques, gestures, and modes of action are presented as a possibility for a new understanding of the extractive activity in the Amazon. I conclude that the exploration of movements, flows, and forms of mediation within a *techno-environmental* approach can help better understand multiple extractivist ontologies and the constitution of Amazonian extractivist *selves*.

Keywords: Amazon; extractivism; gathering; anthropology of techniques; vegetal.

Sumário

Introdução	10
1. Sobre um trabalho bibliográfico pandêmico	12
2. A construção da proposta	13
3. Problematizando as categorias: sobre a utilização de <i>Extrativismo</i> e <i>Coleta</i>	16
4. Estrutura da dissertação	19
Capítulo 1. A Coleta: debates sobre origens, primitivismo e <i>adaptacionismo</i>	22
1. Coleta e Extrativismo: emergências e debates	22
2. Estabilizações do termo coleta na ciência antropológica	23
2.1 Os debates sobre caçadores e coletores	25
3. A conferência <i>Man The Hunter</i>	29
3.1 Críticas à Conferência e debates propostos	32
4. Novas transformações nos debates sobre caçadores e coletores no século XXI	36
5. Pensando as mobilizações teóricas sobre a <i>Coleta</i> na Amazônia	39
Capítulo 2. O Extrativismo: transformações e permanências de sentidos sobre uma atividade icônica	49
1. O <i>Extrativismo</i> como questão	49
2. <i>Extrativismo</i> : um conceito dúbio e perigoso	49
3. O <i>Extrativismo</i> como categoria analítica brasileira: breve trajetória histórica da atividade	53
4. Diferentes visões sobre o extrativismo: perspectivas ortodoxas e não ortodoxas	65
4.1 Alfredo Homma e o inevitável desaparecimento do extrativismo: uma perspectiva ortodoxa	67
4.2 Parceria franco-brasileira e abordagem multidisciplinar do extrativismo	75
4.3 A questão das reservas extrativistas e o extrativismo com Mary Allegretti e Mauro Almeida	83
4.4 Sobre o caráter social do extrativismo, contra o “ <i>primitivismo</i> ” e a “ <i>passividade</i> ” e por uma “ <i>cultura</i> ” e “ <i>valores</i> ” extrativistas	90
4.5 Trajetórias tecnológicas e estrutura produtiva diversificada: o (agro)extrativismo como <i>paradigma tecnológico</i>	96
5. Encaminhando propostas, sugerindo diálogos	105
Capítulo 3. A centralidade da técnica no extrativismo: esboço de uma abordagem antropológica <i>tecnoambiental</i>	108

1. Imaginando possibilidades em uma abordagem da técnica do extrativismo _____	108
2. Apontamentos teóricos e metodológicos úteis na abordagem da antropologia da técnica _____	110
3. Avanços antropológicos contemporâneos no estudo das relações vegetais e do <i>Extrativismo</i> _____	116
4. Questionando, aproximando e dialogando com sentidos no Extrativismo _____	118
4.1 Breves contribuições do caso-relação Agricultura e Extrativismo _____	122
4.2 Investigando e desestabilizando o Extrativismo através da noção de <i>técnica</i> _____	128
5. Direções de uma abordagem <i>tecnambiental</i> a partir de dois casos etnográficos _____	133
5.1 A importância da noção de <i>espaço</i> no estudo do extrativismo _____	142
5.2 <i>Tecnodiversidade</i> e <i>tecnogênese</i> como elementos do Extrativismo amazônico _____	147
Considerações finais _____	153
Referências Bibliográficas _____	159

Introdução

A presente dissertação tem por objetivo construir e propor um debate crítico entorno de duas categorias largamente utilizadas por diferentes literaturas que versam sobre a região amazônica: coleta e extrativismo. Realizo esse processo de construção através de alguns movimentos, à saber: 1) uma reconstrução das mobilizações rastreáveis e coerentes dos termos tanto “coleta”, quanto “extrativismo” e 2) recuperação das formas como os termos figuram em alguns autores do campo da antropologia e das ciências humanas em geral. Esses dois processos me permitem, por conseguinte, recuperar a abordagem da antropologia da técnica como forma de evidenciar ângulos e perspectivas da atividade extrativista vegetal amazônica que são pouco investidos ou até negligenciados.

Ofereço, dessa maneira, um fio narrativo onde rastreio não só as menções feitas à essas categorias, mas como elas são mobilizadas e quais sentidos emergem nessas mobilizações. Pretendo, ao longo do trabalho, especificar não só as problemáticas ao redor da utilização desses termos, como investigar sentidos específicos atrelados a eles e rastrear as dimensões que mais interessam a este trabalho. Juntamente a este movimento, atenho-me significativamente também ao teor contextual e temático que circunscrevem essas categorias.

Assim, pretendo construir um panorama de transformações das utilizações dos termos coleta e extrativismo, mas sobretudo como diversas noções que ora nascem com essas categorias, ora são associadas a elas, atravessam o tempo e ainda permanecem, mesmo que em novas roupagens, no imaginário da literatura sobre Amazônia. Algumas questões emergem de imediato quando se pensa sobre essas categorias. Sejam usadas separadamente, ou em pares distintos e similares como “caçadores-coletores”, “extrativismo coletor” ou até “extrativismo de coleta”, esses termos são raramente pensados a partir de um ângulo analítico que procura entender ao que essas categorias fazem referência tanto em termos práticos, como em propriedades teóricas específicas.

Então, pretende-se expor como a substanciação da utilização dessas categorias não se dá exclusivamente pelo fato de descreverem atividades (por exemplo, dar-se-ia o nome coleta porque são atividades onde coletam ou extrativismo porque extraem), ou seja, por serem termos “*auto descritivos*”. Acima de tudo, elas são prismas que enquadram uma forma de compreender a região, ou um ponto por onde ela é interpelada. Com isso, compreende-se que junto a elas muitos outros sentidos são adicionados e temperam a categoria. Não obstante, quando se fala de uma atividade extrativista, acaba se falando de muitos outros assuntos e debates. É possível,

nesse sentido, falar de extrativismo e coleta pensando atividades, relações e contextos radicalmente distintos.

Como mencionado acima, alguns desses debates giram em torno, por exemplo, do surgimento da categoria caçadores-coletores e como esse momento permite o processo de associação de certas noções à ideia de coleta e os grupos ao qual ela é adereçada. Outro debate igualmente suscitado no que tange à mobilização dos conceitos chave dessa dissertação diz respeito à questão da domesticação. Este conceito é mobilizado em um autor de forma mais insistente (Homma, 2018) e em outros ele figura de forma mais subentendida.

Um aspecto importante da mobilização deste conceito nos estudos que procuram pensar o extrativismo e coleta de um ponto de vista teórico diz respeito à ao seu posicionamento quase que diametralmente oposto à ideia de extrativismo e/ou coleta. Essa propriedade não se restringe somente à domesticação. É reservado à agricultura a mesma posição de oposição ao extrativismo, em diferentes autores. De maneira instigante, essa propriedade da discussão emerge em tonalidades mais fortes ou fracas, dependendo de quem a evoca. Contudo, é possível notar uma quantidade de autores que também evidenciam a disposição de confluências entre extrativismo e agricultura (Felizardo & Rocha, 2020; Almeida, 1992; Benjamin, 2004).

Sendo assim, quando essas categorias não são apresentadas em ampla contradição umas com as outras, são pensadas de alguma forma como separadas. Conforme a dissertação se desenrola, pretendo deixar evidente que é impossível, ou incorreto, tratar da mobilização dessas categorias sem se atentar a diferentes conceitos, como primitivismo, passividade e adaptacionismo, dentre outros, que por vezes pervadem os trabalhos que pretendem levar essas categorias em consideração. Com isso, busca-se apoiar em uma carga de leitura que fornece ferramentas tanto empíricas, quanto teóricas que nos ajudam a colocar em debate diferentes noções associadas à ideia de extrativismo e coleta.

Notadamente os debates da arqueologia na Amazônia e da ecologia histórica vão nos propor uma outra realidade amazônica pretérita que nos revela uma história de transformação e impacto. História essa que está fortemente atrelado ao desenvolvimento de atividades consideradas extrativistas e que, por sua vez, moldaram radicalmente a paisagem florestal. Pesquisas desse lastro acabam por oferecer novas possibilidades de compreender a maneira como certas noções como “primitivismo”, “baixa tecnicidade”, dentre outras, são construções imprecisamente associadas ontem e hoje às atividades agrupadas sob o signo de extrativismo ou coleta. Com essa breve apresentação feita quanto alguns dos caminhos a serem seguidos na dissertação, permito-me conduzir até o seguinte tópico onde será explicado um pouco do contexto de emergência desta pesquisa.

1. Sobre um trabalho bibliográfico pandêmico

A composição deste trabalho requereu um esforço e desvio de rota definitivamente não previsto. A prospecção do presente trabalho era de contar com uma extensa etnografia sobre as relações humano-vegetais das comunidades amazônicas com a árvore de tucumã, o *tucumanzeiro*. Anteriormente, durante a graduação, ative-me a produção de um óleo, que é feito a partir de fritura de uma larva – de um besouro da floresta – que se aloja no coco do tucumã, alimentando-se da sua amêndoa (Araujo, 2019).

Dessa vez, a ideia seria ampliar meu escopo para relações com à árvore em si, suas peculiaridades, o que poderíamos aprender com sua distribuição no espaço amazônico enquanto palmeira tropical, sua relação com a atividade humana e a formação do cenário florestal. Contudo, no ano de 2020, o mundo acabou por ser atingido por um evento – certamente histórico – que transformou radicalmente inúmeras dimensões das vidas de todos nós. A pandemia do Sars-Cov-2, ou COVID-19, acabou por varrer mais de 5 milhões de pessoas¹ quase chegando à marca de 6 milhões de mortos no mundo desde o início da pandemia em janeiro de 2020.

A chegada da pandemia afetou drasticamente o ritmo de produção acadêmica no país – fora o já evidente ritmo de desmantelamento da pesquisa promovida pelo governo federal em voga. Considerando esse contexto, fora inevitável que os rumos dessa dissertação precisaram ser alterados. Trabalhar com as relações humano-vegetais, implicaria substantivamente me ater às formas de mediação com o *tucumanzeiro*, ou seja, prestar atenção nas *técnicas* enquanto possibilidade de compreensão antropológica do cenário florestal amazônico a partir da árvore citada e suas relações.

Neste caso fora decidido que seria inviável fazer uma antropologia desses tipos de relações sem o acompanhamento do processo em si em emergência. Reitero que é perfeitamente possível realizar estudos densos sobre relações e sistemas sociotécnicos (Pfaffenberger, 1992) sem necessariamente observar a emergência dessas atividades, ou melhor acompanhar o processo enquanto se desenrola. Contudo, esta fora a decisão tomada: de que um trabalho na proposição que eu desejava – de compreender as mediações estabelecidas com a árvore de tucumã a partir de um viés de antropologia da técnica (Mauss, 2003; Sigaut, 2002; Sautchuk, 2017) – não poderia ser mais feito pela impossibilidade de um campo de pesquisa presencial.

Dessa forma, deu-se início à um processo de recalibragem do que viria a se tornar à dissertação face à impossibilidade de realização de um campo e acompanhamento das práticas

¹Fonte: <https://edition.cnn.com/2021/11/01/world/covid-19-5-million-deaths-globally-intl-hnk/index.html>

supracitadas. Comecei então a construir uma proposta que abarcasse uma pesquisa realizada em conformidade com o confinamento e a situação pandêmica. Uma proposta de investigação que contemplasse um mergulho em bancos de teses, dissertações e artigos de maneira a triangular contribuições que fossem importantes e relevantes para o argumento desenvolvido. Esse tipo de processo requereu uma certa criatividade para pensar ângulos de análise, de agrupamento de trabalhos, dentre outras tarefas de um trabalho bibliográfico. Além de enfrentar desafios que o próprio “campo” em que eu mergulhava me oferecia.

Antes da entrada mais profícua nos bancos de dados, eu já coletava algumas questões que imaginava encontrar e que eu poderia suscitar como hipóteses ou problemas de pesquisa. Contudo, a experiência de ler os artigos, livros, documentos, teses e dissertações, levar-me-ia à novas e diferentes questões. Com isso, restava-me ler, anotar, refletir, afastar-me, ler debates que não diziam respeito à dissertação, ou seja, ir e vir de forma que as ideias se sedimentassem. A sensação é bem traduzida no comentário de Ingold (2015) da antropologia como um ofício, um “*craft*”. Ou como meu orientador dizia: “será um trabalho artesanal [...] de confecção”.

2. A construção da proposta

Passei a me dedicar a encontrar alguma questão que estivesse alinhada, ao menos tematicamente, com a pesquisa que eu havia realizado durante a graduação. Durante o bacharelado, dediquei-me a investigar um tipo de atividade peculiar: a produção do óleo de bicho de tucumã – que é, por sua vez, considerada uma atividade extrativa. Não só isso, uma *atividade extrativista não madeireira* que envolvia a coleta de caroços da fruta para retirada de larvas que serviriam de óleo após diferentes processos de cozimento e filtragem.

Observei que se tratava então de uma categoria que era rotineiramente mobilizada por diferentes setores da sociedade. Seja por economistas, ONGs, bancos, esferas governamentais, em debates públicos, não é incomum encontrar mobilizações contínuas do termo extrativismo (bem como variantes associadas a ele como agroextrativismo, coleta, quebra, agrofloresta, reserva extrativista). Entretanto, conforme fui observando as diferentes formas de se falar extrativismo no contexto brasileiro e internacional foi possível concluir que apesar da categoria denotar coisas similares, ela era usada frequentemente para endereçar coisas, situações e posições por vezes vastamente distintas.

Recuperando a atividade pesquisada na graduação, decidi concentrar o foco da pesquisa em atividades extrativistas consideradas não madeireiras, ou comumente chamadas de extrativismo de coleta. Daí a preferência pelos dois termos. Apontou-se então para uma

categoria em específico: extrativismo vegetal de coleta, que associa ao não madeireiro por tabela. Por si só, essa categoria também é de veras bem abrangente. Contudo, ela é bem mais rastreável. Deu-se início, então, à delimitação de dois movimentos: 1) buscar pela “coleta” e 2) depois pelo “extrativismo”. A primeira forma de investigação que julguei necessário foi procurar os bancos de produções científicas, dentre eles: SCIELO, Google Acadêmico, Portal CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Directory of Open Access Journals (DOAJ).

As produções, em larga medida, eram pesquisas sobre diferentes aspectos da atividade extrativista, comumente em conjunção com outras questões sobre a atividade. Obviamente, o problema mais evidente é que me foram mostrados trabalhos sobre *qualquer* tipo de extrativismo – madeireiro, animal, mineral e o vegetal não madeireiro; contudo este último apareceu em minoria. As produções geralmente se dividiam em literaturas envolvendo a questão ambiental e a atividade extrativista, trabalhos sobre os potenciais bioquímicos dos produtos extrativistas e produções compreensivas sobre atividades extrativistas envolvendo comunidades tradicionais na Amazônia – trabalhos de cunho mais descritivo e, eventualmente, reflexivo. Alguns trabalhos de caráter histórico, político e/ou socioeconômico também foram rastreados. Contudo, apesar de serem produções interessantes, muitas não contribuíam aos objetivos da pesquisa.

Logo decidi que seria interessante me concentrar em textos que atendessem dois parâmetros: que propusessem uma definição de extrativismo qual fosse e/ou que discutissem o extrativismo enquanto *questão*. Ou seja, que o entendesse como um fenômeno histórico, social, econômico e político, não só se referisse a ele anedoticamente. Assim, que estivessem procurando adicionar sentidos ao extrativismo enquanto categoria – intencionalmente ou não. Busquei obras nesse sentido pois entendia que eu buscava autores que pensassem sobre a atividade e não somente a descrevessem. Com isso, algumas áreas da ciência pareceram se destacar como as ciências ambientais, as ciências agrárias, a economia e, por fim, a antropologia em menor número, mas ainda sim igualmente relevante.

Entretanto, nesta busca uma outra dificuldade se apresentou rapidamente e dizia respeito à coleta de textos. Quando pesquisava termos selecionados como extrativismo, coleta, Amazônia ou similares, aparecia um grupo de textos. Mas em outra pesquisa, uma mesma atividade ou situação que era classificada como extrativismo vegetal em suas palavras-chave, em outros trabalhos seria só coleta, ou Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM). Era notório que apesar de existir uma certa unidade na utilização de alguns termos, a variação de

utilização era considerável e se eu considerasse todos os termos correlatos nessa área, eu terminaria com um acervo gigantesco de textos.

Essa dificuldade se dá por uma questão simples e que entendo que pode ser um problema de outras pesquisas, mas nessa se manifesta de forma peculiar: pesquisadores do extrativismo ou coleta em questão tendem a colocar termos diferentes para atividades que, dependendo da pesquisa, ganhariam os mesmos termos. Exemplifico: um trabalho que classificaria a coleta de castanha como extrativismo vegetal, em outros textos a mesma atividade seria classificada como somente extrativismo sem menção alguma ao termo coleta. Pesquisar colocando só extrativismo estava fora de questão, contudo, pois extrativismo vegetal abria algumas possibilidades. Textos sobre produções extrativistas começam a emergir a partir desse momento, mas ainda os são em quantidade bastante reduzida se tratando de contexto amazônico.

Foi possível achar inúmeras análises e estudos sobre produções extrativistas ou agroextrativistas, suas relações com território, produção familiar, economia amazônica. A problemática dos autores usarem diferentes termos começou a se tornar o primeiro ponto de inquietação e, provavelmente, a primeira base da argumentação exposta nessa dissertação. Alguns textos usando só extrativismo, outros extrativismo vegetal, basicamente nenhum usando coleta.

Mesmo após cruzar todos estes termos em inúmeras tentativas, eu retornei pela última vez à superfície com um apanhado de artigos e livros, contabilizando produções acadêmicas que conseguiam se encaixar nos recortes que estabelecera: produções sobre atividade extrativista vegetal coletora no contexto amazônico. Evidentemente, as produções escolhidas não foram absolutamente todas as encontradas nos bancos, mas foram as que, após uma leitura dinâmica, julguei oferecerem uma perspectiva ampla e um ponto de vista frutífero para a argumentação estabelecida no trabalho – seja a favor, seja contra. Outra grande fonte de literatura foi a mais comum e mais difícil de se descrever: as bibliografias dos trabalhos encontrados. Este espaço fora consideravelmente frutífero para avançar minhas leituras, acessar novas discussões e desenhar as posições onde estes autores se localizavam.

Dessa forma, realizei uma vasta pesquisa para chegar à um arcabouço bem mais seletivo de autores que julguei serem proeminentes no uso dessas categorias, que de alguma forma contribuíram a cristalização ou transformações importantes de sentidos atrelados a elas. Setorizei minha análise em diferentes escalas e a moldei de acordo com a literatura encontrada. No caso da coleta, como será visto, foi possível estabelecer um fio explicativo histórico e teórico dos diferentes movimentos realizados na emergência do termo. Já com a categoria

extrativismo, rastreei a sua utilização no debate amazônico, e dei um passo além na compilação de diferentes noções e discursos que são evocados e mobilizados por alguns grupos de autores que, sem dúvida, moldaram visões que enxergam o extrativismo enquanto um fenômeno, uma *questão*.

Com essa perspectiva, após estas transformações na pesquisa, terminei por selecionar grupos de autores que: ou apresentavam definições restritas de extrativismo (e associavam debates outros à categoria) e/ou eram considerados de grande relevância na temática seja pela quantidade de produções ou pelo seu impacto na forma como se compreende ou se debate extrativismo hoje. Tentei me ater aos autores que faziam alusão ou se dirigiam ao extrativismo vegetal não madeireiro. Dessa forma, preocupei-me com autores que tinham todas essas qualidades, mas que também falavam exclusivamente dessa atividade ou a incluíam em suas análises mais gerais sobre extrativismo na Amazônia.

3. Problematizando as categorias: sobre a utilização de extrativismo e coleta

A primeira questão que se torna evidente no que tange à questão do extrativismo e da coleta diz respeito ao uso intercambiável entre as categorias ou melhor a maneira como são mobilizadas. Alguns trabalhos usam coleta e extrativismo separadamente ou em conjunção para se endereçar às mesmas atividades ou atividades distintas. Dessa forma, ambos os termos possuem um caráter polissêmico muito grande e apesar de em alguns trabalhos não serem usadas conjuntamente, é inegável que possuem uma relação histórica bem próxima.

O primeiro procedimento e hipótese neste trabalho foi reconhecer que extrativismo e coleta não são termos “neutros”. Ou seja, não são apenas meras descrições. São, acima de tudo, categorias, prismas por onde se enxerga o mundo e se compreende uma realidade particular amazônica. Dessa forma, aos poucos foi observado que a forma como os termos são mobilizados em diferentes produções parecia deixar observar outros conceitos que são tocados ou referenciados. Problematizar essas categorias demandou pensar extrativismo e coleta levando em consideração outros debates como oposições clássicas entre doméstico e selvagem, natureza e cultura e técnica e tecnologia. Também se fez presentes outras questões como identidade regional e nacional, política territorial, desenvolvimento econômico e transformação histórica.

Outros debates puderam ser gestados ao longo do trabalho. Diferentes produções evocam a ideia de “impacto” para conceituar o extrativismo do tipo que este trabalho se preocupa. Ou para endereçar mesmo o extrativismo enquanto fenômeno, sobretudo em

oposição à outras atividades como a agricultura. No trabalho pude explorar um pouco o que queremos dizer exatamente quando usamos esse parâmetro – ou seja, “impacto” – definidor e comparativo. Também, exploro como a antropologia pode nos ajudar a explorar ideias de transformações técnicas que são mobilizadas por vezes sem muito rigor ao utilizar esse parâmetro. O mesmo procedimento é realizado na utilização dos outros debates mencionados acima: ou seja, trata-se de usar debates da antropologia como balizadores da investigação dos usos desses termos.

Dessa forma, problematizar as categorias acabou por me levar à outras discussões e outras questões que passei a considerar essenciais para se problematizar a ideia de extrativismo e da coleta e para debater essa atividade complexa e diversificada como paradigmática na região amazônica. Considero esse um movimento importante e que oferece contribuições ao campo que pensa o extrativismo e a coleta. Dessa forma, pensa-se: de que maneira a antropologia pode adquirir um ângulo de entrada nessa discussão que não seja exclusivamente pelo viés econômico, histórico, político ou “cultural”? – considerando a nebulosidade deste último termo.

Em guisa de conclusão desta etapa, entende-se que o trabalho propõe em última instância um profundo tensionamento dessas categorias ao investigar suas histórias, seus usos, suas contradições, debates que a definem. Dessa forma, é possível vislumbrar quais as definições de extrativismo e coleta, bem como consensos que se formam quanto à essas categorias ao longo do tempo e que se cristalizaram para os dias de hoje, apesar de pontualmente contestadas. Esse movimento nos ajuda a criticar os limites dessas definições e compreender que por exemplo, na realidade amazônica, o que separa agricultura de extrativismo pode girar entorno de fronteiras bem mais cinzentas do que o esperado.

Entretanto, o movimento dessa dissertação não é de abandonar essas categorias ou de as tornar irrelevantes. Ao contrário, procura-se introjetar novas sensibilidades, questões e parâmetros no debate que as circundam – na linha de transformação da compreensão dessas categorias e da realidade que elas informam. Com isso, proponho em última instância que a problematização das categorias e os debates que foram mobilizados acabaram por me sinalizar uma abordagem antropológica que já tenho uma considerável familiaridade: a antropologia da técnica.

Neste trabalho recorrerei frequentemente, sobretudo em momentos finais, à conceitos, debates e perspectivas encontradas nessa vertente que podem ajudar a repensar o extrativismo vegetal não madeireiro em novas chaves analíticas. Sobretudo, procuro recuperar conceitos e perspectivas que podem ajudar a observar dimensões ignoradas ou negligenciadas na atividade. Assim, proponho que o tensionamento dessas duas categorias nos ajuda a identificar debates e

pensar quais contribuições da antropologia podem nos ajudar a diversificar um debate crítico sobre o que essas categorias definem, como o fazem e de que forma novos parâmetros podem ser introjetados nesse debate afim de escapar certas armadilhas conceituais como sujeito/objeto, natureza/cultura, selvagem/domesticado, técnica/tecnologia e outros pares bem conhecidos.

Para encaminhar o fim desta dissertação, seria impossível omitir uma experiência de pesquisa e estudo e pesquisa que vivi durante o mestrado e que acabou contribuindo para o florescimento de algumas das discussões dessa dissertação. Durante o ano de 2023, meu orientador me ofereceu a possibilidade de cursar um mestrado como aluno regular no Muséum National d’Histoire Naturelle, em Paris. A experiência na França acabou por me proporcionar uma expansão de horizontes necessária que, ao meu ver, enriqueceu mais ainda este trabalho.

No país, acabei por ingressar como aluno regular no mestrado em Biologia, Ecologia e Evolução, em uma linha de pesquisa concentrada no estudo da relação entre diversidade cultural e diversidade biológica. Minhas experiências cursando as disciplinas, realizando trabalhos e, por fim, confeccionando uma dissertação, acabaram me proporcionando um crescimento acadêmico e profissional. O trabalho de pesquisa que originou a dissertação francesa intitulada “*Les techniques et modes traitement du territoire forestier productif en région forestière riberinha d’Amazonie: étude d’une genèse croisée*” versou sobre diferentes técnicas e modos de tratamento dados cabo por ribeirinhos em uma comunidade ilhéu do nordeste paraense afim de construir zonas plantadas mistas (árvores e tubérculos) ou agroflorestas. Analisar esse processo de utilização de diferentes ferramentas, da mobilização de lógicas de ação e de eficácia distintas, fez-me perceber dimensões pouco colocadas em posição central no que tange à atividade agroextrativista. Acima de tudo, ajudou-me a observar quais aspectos e dimensões são pouco citados, ou nunca mencionados, quando se discute a atividade extrativista.

Para fins de compreensão, acompanhei um processo de limpeza, plantação e manutenção de zonas plantadas majoritariamente por árvores. Espaços estes que seriam posteriormente alvos de atividade extrativista como de atividade agricultora. A dissertação em questão me fez atentar à zona cinzenta que recobre a realidade dessas práticas produtivas e como alguns termos ou noções acabam obstruindo uma compreensão mais processual e coerente não só desses espaços, mas das pessoas que os produzem. Dessa forma, acabo recuperando para esta dissertação alguns *insights* e perspectivas oriundas da observação de campo que me ajudam a refletir a forma como o extrativismo coletor é pensado – a partir de quais chaves interpretativas e aludindo à quais discursos e debates.

Com isso, tornou-se imprescindível citar que a dissertação feita em Paris e, neste momento, já defendida, acabou por influenciar em certa medida o término da confecção deste

trabalho. Fez-me atentar à complexidade do que convim chamar no trabalho de uma determinada *tecnodiversidade* que perpassa o extrativismo coletor, mesmo em momentos que precedem à sua prática propriamente. É o caso das atividades de limpeza, plantio e manutenção que influenciam drasticamente atividades futuras na área – sejam extrativas/coletoras ou agrícolas.

4. Estrutura da dissertação

Após todas as devidas considerações e introduções realizadas, enfatizo que essa dissertação possui efetivamente três capítulos. O primeiro capítulo deste trabalho se dedicou densamente à investigação da categoria coleta. Procurei enfatizar o contexto de sua origem e como ela está afiliada historicamente à um programa de pesquisa específico da antropologia: os estudos caçadores-coletores. Investigo em extensão as transformações que ocorrem nesse debate e como certas temáticas e concepções emergem, ancorando-se fortemente na categoria coleta e viajando no tempo com ela até os dias de hoje. Também dedico um certo momento a entender como a categoria e o debate entorno desses estudos encontraram alguma projeção no Brasil, sobretudo na região amazônica. Considero imprescindível investigar esses movimentos quando se pensa a categoria coleta no contexto de uma atividade realizada.

Em seguida, parte-se direto para a categoria extrativismo que aparentemente, e em certa medida, substitui a categoria coleta. Deduzo daí, inclusive, seus usos intercambiáveis. A literatura sugere que o termo coleta poderia possuir no contexto brasileiro alguma conotação pejorativa e após uma bateria de pesquisas, entendo que o termo extrativismo vai ser mobilizado e construído de forma peculiar e própria à realidade amazônica brasileira. Apesar do termo ser amplamente mobilizado globalmente, na região amazônica ele possui uma história particular, o que leva alguns autores sugerirem que da forma como ele, acaba por ser uma criação brasileira.

Ver-se-á como alguns termos, como reserva extrativista ou *bioextrativismo*, bem como *neoextrativismo*, e *agroextrativismo* influenciam a consolidação ou transformação dos sentidos do extrativismo. É visível que extrativismo assume, por vezes, um tom mais “moderno”, que indicaria um sistema econômico complexo, diferente da “antiga” e “primitiva” coleta, mesmo sendo ainda contraditoriamente associado às características dela.

Outrossim, como veremos, durante o capítulo apresento o que julgo as principais concepções e análises do extrativismo como fenômeno – complementando com definições outras que foram encontradas. Essa experiência me fez perceber que existem visões variadas

sobre a atividade e que apesar dela surgir com um ar mais “moderno”, é possível notar alguns traços interpretativos em certas leituras e trabalhos que podem ser rastreados, argumento, desde a emergência do termo coleta. Sugerindo uma relação mais íntima com este termo do que se imagina. No capítulo recupero contribuições valiosas e algumas pioneiras no que tange a análise do fenômeno.

Finalmente, um terceiro momento se faz importante para arrematar o argumento deste trabalho. Após investigar a literatura, detectar debates, imprecisões e contradições, o que fazer com essas informações? Qual seria a “solução”? Uma das minhas conclusões da dissertação francesa era de que ocorria um desconhecimento por parte da gestão pública quanto à complexidade técnica das agroflorestas ribeirinhas. Repito que é necessário, após todo esse trabalho, realizar um esforço de reconhecimento e detalhamento da complexidade sociotécnica que perpassa a atividade extrativista coletora, sobretudo as de caráter “não-madeireiro”. Dessa forma, acabo por ensaiar uma possibilidade investigativa que não se propõe completamente nova, mas que sugere adições teórico-metodológicas pertinentes aos estudos antropológicos sobre extrativismo.

Entendo, por esse processo, apresentar uma proposta de antropologia do extrativismo vegetal que compreenda as diferentes escalas simbólicas, políticas, econômicas, históricas e discursivas, mas que compreenda a centralidade da sua dimensão sensível, prática e operatória. Dessa forma, esta última parte esta composta de uma modesta proposta de análise de algumas noções mobilizadas entorno dos termos extrativismo e coleta sob a luz de alguns movimentos teóricos realizados alhures – como é o caso dos debates antigos e atuais feitos sobre a noção de domesticação (Sautchuk, 2018; Sautchuk & Stoeckli, 2011; Descola, 1986; Santos & Soares, 2021a; Neves & Heckenberger, 2019; Sigaut, 1988). Dessa forma, atendo-me a propor uma compreensão do que chamei na dissertação francesa de *tecnodiversidade* do extrativismo amazônico como significante de uma *tecnogênese* (Sautchuk, 2020) de diferentes status de modos de existências na região amazônica. Sinalizo, então, uma volta à dimensão processual e gestual do extrativismo como uma possibilidade investigativa que ofereça novos marcos teóricos e interpretativos para a atividade.

Portanto, entendo que a dissertação acaba por propor, de soslaio, um tensionamento profundo do que essas categorias abarcam e de como elas enquadram o mundo. Se partimos do ponto de que elas existem pois agrupam coisas distintas, precisamos entender em que medida e a partir de quais referencias esses elementos se distinguem entre si. Se a agricultura é diferente do extrativismo, por exemplo, quais marcos além de oposições clássicas como cultura/natureza, doméstico/selvagem, dominação/passividade, podem guiar nossas análises e reflexões? Como

complexificar o nosso olhar face à regimes produtivos frequentemente escamoteados por noções pretéritas? Advogo que eles sejam compreendidos e que tenham seus elementos sublinhados a partir de giros reflexivos distintos que foquem, por exemplo, na dimensão operatória e sensível de suas realidades. Advogo por manobras que observem as ferramentas, os processos vitais, por fim, que dinamize uma visão relacional impactante dessas atividades que estão sob o signo do extrativismo/coleta.

Capítulo 1

A Coleta: debates sobre origens, primitivismo e *adaptacionismo*

1. Coleta e Extrativismo: emergências e debates

Como discutido anteriormente, o objetivo do trabalho se concentra primariamente em colocar uma lente de aumento nos termos Coleta e Extrativismo. No entanto, o objetivo será de os levar a escrutínio menos como descritores, como o que nomeei de termos “*auto evidentes*” e mais como categorias de análise históricas. Onde, em suas mobilizações, revelam-nos diferentes construções de sentidos sobre temas diversos debatidos na ciência antropológica e alhures, como as já conhecidas e identificadas: natureza-cultura, selvagem-domesticado, tecnologia-técnica, extrativismo/coleta-agricultura, baixa intensidade-alta intensidade e afins.

Perceber-se-á que muitos dos pressupostos atrelados a essas categorias hoje são construções de um Ocidente do século XX e suas transformações. E, apesar das mudanças que foram dadas cabo ao longo dos anos, ficará evidente que ainda hoje a forma como se entende as atividades associadas às categorias coleta e extrativismo são marcadas pelos sentidos construídos e circulares nos contextos de sua emergência. Inclusive, algumas oposições conhecidas hoje, como entre coletores e agricultores – figurando oposições maiores como as citadas acima – são um fenômeno desse período (Pluciennik, 2002).

No entanto, esta etapa se dividirá em momentos distintos. Por ordem cronológica, o primeiro conceito a ser observado será o de Coleta e em seguida o de Extrativismo para, em seguida, tensionarmos ambos – um face ao outro. Bem como argumentar sobre o que observar de perto essas categorias nos diz respeito de outras atividades amazônicas que são colocadas em oposição, como a agricultura e a caça. Contudo, as emergências e transformações dessas categorias não são unilineares, mas multilineares.

De antemão, algo que pode ser concluído sobre ambas as categorias é que suas emergências estão atreladas a anseios e ideologias que permanecem ou se transformam ao longo do tempo – mas que, sobretudo, conservam no senso comum ou em áreas preocupadas com a atividade extrativista na Amazônia, alguns sentidos ora comuns, ora diversos quanto à atividade. Começemos então pela categoria que é pressuposta como a mais antiga e que apesar de fazer parte de um conjunto de pesquisas muito contemporâneas, é indubitável que a mesma diz respeito a um contexto específico do cânone antropológico europeu.

2. Estabilizações do termo coleta na ciência antropológica

Realizar uma gênese de termos, principalmente quando eles não são geralmente pensados enquanto categorias, é uma tarefa que possui diversas complicações. Pudera-se tentar encontrar o primeiro texto a se valer da categoria coleta – uma tentativa que possuiria seus méritos. É deveras difícil traçar exatamente os primeiros usos dos termos a serem explorados. Contudo, como foi redigido na introdução deste trabalho, esta pesquisa não se propunha à um apanhado exaustivo sobre as categorias com as quais se lida aqui.

A preocupação deste trabalho com o termo coleta se volta para seu contexto de emergência, pois é possível perceber que os sentidos aderidos a ela em seu contexto de desenvolvimento, permaneceram bem como se transformaram em alguma medida. Dessa forma, olha-se para a categoria coleta a partir de uma possibilidade explicativa que alia o contexto histórico-social e os movimentos intelectuais que proporcionam a emergência de tais conceitos. Seria possível vislumbrar as características das condições que os fazem ganhar sentido, aplicabilidades, objetos e interesse – tanto do público em geral, quanto da academia.

Em se tratando da coleta, é possível traçar esses interesses a partir de um período de transformações significativas que datam do período colonial. Principalmente no que diz respeito às primeiras bases conceituais estabelecidas pelas obras consideradas fundantes na antropologia, figuradas na “escola evolucionista” – as obras de Morgan (1877) e Tylor (1871) são bons exemplos desse contexto. Contudo, os pressupostos mais comuns associados hoje à coleta não podem ser rastreados somente na emergência da antropologia.

Segundo Eriksen & Nielsen (2001) e Erickson & Murphy (2013), as transformações do mundo ocidental para uma economia mercantilista (consequentemente sendo financiadas as “grandes navegações), o surgimento do período renascentista nas artes e na ciência, bem como a emergência de sinais iniciais de uma classe capitalista também figuram papel considerável na constituição desses sentidos. Nesse período começariam a ser fomentados os principais preceitos da antropologia – e, por consequência, sobre a atividade coletora.

É notável que autores que dão conta dessa linha do tempo da ciência antropológica (idem, 2001; idem, 2013) reconhecem que é possível rastrear o lastro do pensamento antropológico, mesmo em suas formas mais embrionárias, desde a Grécia antiga. Contudo, para efeito deste trabalho, reconhece-se o transcorrer específico de dois séculos (nomeadamente o final do século XVII e o início do XIX) como momentos de borbulho do contexto que originaria diretamente a antropologia, mas não somente isso, o pensamento que mais influencia os discursos e análises das atividades extrativistas/coletoras na Amazônia.

Eriksen & Nielsen (2001) constroem um argumento coerente quanto ao contexto que vai levar ao surgimento da antropologia enquanto tal disciplina. Localiza o momento de invasão do continente americano como decisivo para transformações filosóficas e políticas na Europa, as quais levam à construção de novos paradigmas sobre o “eu”, “cultura”, “natureza humana”, o “outro” e à própria ideia “natureza” e “cultura” em conflito. Contudo, “the authors are rarely interested in their lifeways as such, but rather in their usefulness as rhetorical ammunition in European debates about Europe itself” (Eriksen & Nielsen, 2001).

Segundo os autores (idem), essa consciência do outro além-mar acaba por estimular mais ainda o processo de secularização da Europa que já estava em andamento e, ao decorrer do século XVII e meados do século XVIII, uma progressiva liberação da ciência dos altares da igreja. A partir disso tornou-se, segundo o autor, cada vez mais visível se perguntar se o “outro” não seria uma versão mais antiga dos “estágios” de desenvolvimento da raça humana.

This in turn led to embryonic notions of progress and development, which heralded a radical break with the static worldview of the Middle Ages. In the later history of anthropology, notions of development and progress have at times played an important role. But if progress is possible, it follows that progress is brought about by the activity of human beings, and this idea, that people shape their own destinies, is an even more enduring notion in anthropology. (Eriksen & Nielsen, 2001:6)

É possível reconhecer como essas noções, na época, ajudaram a transformar a visão sobre a constituição do mundo. Construindo uma percepção de história transformativa uma vez que o “outro” seria o começo e o ocidente europeu seria o “auge”. Assim como noções de natureza e cultura, mente e corpo, mundo material e corpo humano podem ser traçadas para um momento da filosofia que tentava se apartar da reflexão religiosa da igreja católica – principalmente nas figuras de Descartes e Locke (Eriksen & Nielsen, 2001).

Dessa forma, compreende-se que o clima político, histórico e cultural desabrochando na Europa, principalmente no que diz respeito a constituição de um pensamento “racional” e, a posteriori, a solidificação do pensamento científico, é de fundamental impacto na construção dos sentidos atrelados à coleta. As reformuladas noções de história, progresso e cultura serão parte influente da emergência deste conceito, notadamente, as noções estimuladas durante o período “evolucionista” da antropologia. Mas, sobretudo, é importante reconhecer que para além dos preceitos evolucionistas da antropologia, preocupações gerais quanto à posição da Europa no mundo, justificativa da superioridade do mundo ocidental e suas invasões coloniais, são parte importante da emergência da noção de coleta.

As transformações do mundo europeu neste período, suas ideologias, suas filosofias e suas colonizações, apontavam para novas questões sobre a “condição humana”. Contudo, deve-

se esclarecer que estas questões suscitadas não dizem respeito todas à totalidade dos europeus e sim, condizem mais aos escritores e intelectuais do momento. O período do século XVIII (e também do século XVII) estava marcado então, por este conceito de uma homogeneidade histórica e unidade da raça humana – como foi característica da escola do evolucionismo cultural.

Reasons for differences were thus often sought in material conditions and external factors, leading to early forms of environmental or climatic determinism.¹ When combined with the practice of deducing the nature of early human societies from first principles, eighteenth-century conjectural histories thus focused on functional needs. Typically, food and shelter, defence (promoting co-operation and hence political organisation) and reproduction were identified as the basic requirements of individuals in a 'state of nature' (Pluciennik, 2002:100)

É possível rastrear que ao longo do século XVIII essas reflexões sobre um “estado de natureza” do humano serão cada vez mais afloradas, muito pelo corrente pensamento solidificado de que o mundo europeu representaria um estágio bastante avançado do desenvolvimento humana. E se a raça humana é somente uma, os povos além-mar representariam algum outro estágio dessa mesma raça humana, nomeadamente, como ficou entendido, representariam estágios mais antigos, posições mais longínquas da humanidade (Morgan, 1877; Frazer, 1980).

Dessa forma, a atenção intelectual da época se voltará cada vez mais a essas sociedades invadidas por seus países europeus. Neles serão encontrados uma categoria que poderá ser a oposição perfeita à Europa, grupos com estado, organização social, parentalidade, dentre outras matérias do pensamento antropológico, diferentes. Contingente, em certa medida, à emergência da antropologia, está a emergência dos interesses e dos estudos caçadores-coletores (Lee & Daly, 2000; Barnard, 2004)

2.1 Os debates sobre caçadores e coletores

Encarada hoje como um subcampo da antropologia², é possível perceber que os movimentos de solidificação da antropologia enquanto ciência estão fortemente atrelados ao desenvolvimento do campo de estudos em questão. A emergência dos interesses em “sociedades caçadoras-coletoras” está fortemente atrelado ao *estado da arte* do pensamento antropológico na época, bem como as noções construídas dentro e fora da antropologia sobre a “condição humana” – que se traduzia mais em uma preocupação com as suas próprias condições

²Considerada, entretanto, como a espinha dorsal da antropologia (Barnard, 2004; Oliveira, 2007; Pluciennik 2004;2002).

humanas europeias. Entretanto, é necessário fazer algumas ressalvas quanto à ideia de caçadores-coletores enquanto uma ideia que ganha profundidade e interesse dos intelectuais da época.

Para Barnard (2004) não há dúvidas que, em verdade, as preocupações características do século XVII e XVIII com a ideia de “natureza humana” e “progresso”, bem como os outros conceitos delimitados acima como emergentes do período de surgimento da intelectualidade “racional” europeia, influenciaram significativamente a emergência dos estudos caçadores-coletores – mesmo que a disciplina em si só viesse a surgir de forma mais sólida no raiar século do XIX. Contudo, ainda nesses períodos incipientes do século XVIII, “*writers tended to be interested not with ethnographically attested peoples but rather with an imagined state of nature*” (Barnard, 2004:2).

Os questionamentos que rondavam a Europa antes da metade do século XVIII se assentavam em questões específicas. A ideia de uma “sociedade caçadora-coletora” ainda não existia propriamente como reconhecemos, e as preocupações da época se limitavam a uma ideia do “homem natural” em contraste com a de sociedade civil ou Estado (Barnard, 2004). Ademais, as preocupações dos autores pareciam se voltar para a existência humana, suas origens, o que estaria inato ou não. Em suma, preocupações que não eram exatamente as que se materializam com a emergência da categoria caçadores-coletores (Barnard, 2004;2002).

Para o autor, entretanto, as questões associadas a esse período e a essas preocupações do século XVIII se ocupavam com uma imaginação da condição humana pretérita antes da sociedade – impossibilitando afirmar que neste momento já se concebia uma ideia de “sociedades de caçadores-coletores”. Segundo o mesmo, é Turgot (*apud* Barnard, 2004) o primeiro a estimular a ideia de uma sociedade caçador-coletora como um estágio evolutivo. Entretanto, é a partir do iluminismo escocês e “*their belief in economics as the driving force of social being and social evolution, that ‘hunting-and-gathering society’ becomes a significant concept*” (Barnard, 2004).

Barnard (2002) em comentário ao artigo de Pluciennik (2002) sobre a invenção dos “caçadores-coletores”, argumenta que é cabível afirmar que muitas das noções associadas a eles surgem no século XVII, mas é somente a partir do fim do século XVIII que a *questão da subsistência* começa a se tornar matéria de interesse intelectual (Barnard, 2004; Pluciennik, 2004). A preocupação com o modo de subsistência é, sem dúvida, uma marca do pensamento europeu setecentista e seria marcante, inclusive, na definição de como todas as atividades humanas responderiam à necessidade de subsistência. Também postularia como o fato de

observar as formas de subsistência, por variarem, nos informaria também sobre leis e políticas diferentes e variantes (Pluciennik, 2002:100)

The European choice of subsistence tells us something of the cultural preoccupations of those writing the conjectural histories – often economists and lawyers, and/or landowners and ‘improvers’. They were men interested in the material conditions of life, work, colonization and trade. These and other aspects can be linked to the growth and expression of agrarian and mercantile capitalism as practice, ‘Hunter-gatherers’ and modes of subsistence culture and ideology (Pluciennik, 2004:27-28)

Para o autor, a subsistência teria mais a ver com o contexto de quem escreve sobre as questões do “progresso”, “evolução social” e “condição humana”. Não obstante, o caçador (e incluo o coletor) é nesse contexto a imagem perfeita do “Outro”, um outro diferente do europeu que representaria as transformações de produção do capitalismo e do Estado, dentre outras categorias (Plucienink 2002;2004). As rápidas transformações realizadas no campo dos modos de produção ocidental e a colonização, posicionavam a Europa em uma posição de se perguntar sobre a trajetória humana. Bem como colocar a economia e a subsistência na base de seus questionamentos.

Para Barnard (2004) contudo a instabilidade econômica e social que a Escócia passava, bem como as mudanças que as práticas de cultivo e outras questões econômicas sofriam, figura parte importante na emergência da noção de “selvagens” (associados a caçadores-coletores) na Europa – principalmente na figura de Adam Smith. O que é importante para o autor, dessa forma, seria a ideia de que as sociedades caçadoras-coletoras são uma ideia econômica que figura parte fundamental de um contexto preocupado com as transformações econômicas e sociais. Mas que, sobretudo, deve sua origem principalmente a esse período da intelectualidade escocesa.

Dessa forma, caçadores-coletores representariam bem um passado pré-agricultura, ou melhor, um estágio antes da sociedade, antes da cultura. Para além disso, essa ideia fora frutífera por se alinhar à concepção de que diversas sociedades invadidas além-mar eram, de alguma forma, vestígios ou representativas desse passado “comum” da humanidade. Um passado em oposição ao atual estado do mundo ocidental: economicamente complexo e tecnologicamente desenvolvido. No entanto, esta concepção quando emerge enquanto campo de reflexão antropológico já entendia que os caçadores-coletores eram uma *sociedade*, mas talvez não uma sociedade totalmente contemporânea.

Para Pluciennik (2002) existem alguns outros fatores mais definidos que também explicam porque a questão da subsistência se tornou elemento chave de definição desses supostos estágios evolutivos. Para o autor, a emergência do individualismo enquanto ideologia,

o crescimento da teoria econômica moderna e do materialismo, o nascimento da Razão e da Ciência, os conceitos de práticas e melhora, a queda da autoridade bíblica e estereótipos de autores clássicos. Todos esses, segundo ele, “*can be linked to the growth and expression of agrarian and mercantile capitalism as practice, culture and ideology*” (Pluciennik, 2002:99).

A divisão, e em certa medida a oposição, entre a agricultura e as atividades de caça-coleta também estariam assentadas no ambiente político-intelectual do fim do século XVII e desenvolvidas e estabilizadas ao longo do século seguinte. Para Pluciennik (2002) o crescimento da ideologia capitalista manifesto na moralização da propriedade privada, riqueza e os processos pelos quais elas são adquiridas representam muito bem a emergência dessa divisão. Materializado na figura de John Locke, o autor argumenta que o discurso liberal capitalista emergente no período lidou com a moralização do trabalho e a construção dessa propriedade valorada por ele. Ademais a preocupação de Locke com os projetos coloniais e a aplicação do trabalho, ou “*labour*”, são também marcas significativas do que o clima intelectual e político do momento vai imaginar para as atividades que não são consideradas como tal (Pluciennik, 2002:103).

Locke was trying to combine two arguments: the first is the 'labour theory of value' applied to the origin of property. The second is the moral duty of agricultural improvement – the application of reason to the soil. It is the latter which enables him to 'dispossess' foragers. [...] The act of agriculture, then, is morally superior to and supercedes that of gathering and hunting. Locke goes on to argue that there is still plenty of land available to 'subdue' and 'appropriate'. The argument became increasingly commonplace. By the early eighteenth century the supposed lack of labour by (allegedly) foraging societies in America and elsewhere had become a distinct sign of a lack of title in land. (Pluciennik, 2002:104)

É instigante perceber como a emergência dos interesses pelos caçadores-coletores, mesmo que não exatamente como campo de estudo, mas como ponto focal de reflexão filosófica por parte da Europa, pode nos ajudar a refletir sobre questões ainda difundidas e pensadas hoje sobre grupos que desempenham caça e coleta em alguma medida. É possível observar então que a diferenciação feita na época se dá por uma teoria do trabalho liberal clássica que codifica a terra para uso colonial e produção de valor no capitalismo, então, emergente.

Não obstante, essas preocupações circulam de volta para as transformações europeias e as rampantes preocupações da época com propriedade privada, organização social/estado e modos de subsistência – todas essas características dispostas na esteira do desenvolvimento humano. Outrossim, diversas questões sobre territorialização e relação com o ambiente dos caçadores-coletores começam a ser solidificadas desde então, como a aparente “falta de trabalho”, “direito negado à terra”, bem como os pontos mais sutis como uma associação

subjacente dos caçadores-coletores a uma natureza *ahistorica* e do ocidente com um desenvolvimento moral e tecnológico superior.

A preocupação com “caçadores-coletores” começa a se desenvolver no bojo dessas preocupações e movimentos culturais, políticos e intelectuais do momento a partir da segunda metade do século XVIII e ganha palco significativo na entrada do século XIX. Para Barnard (2004) se torna evidente que o cânone europeu não compreendia uma noção de uma “sociedade caçador-coletores” antes do iluminismo escocês. A solidificação de uma teoria econômica ao longo do século, como aponta Pluciennik, figura dessa forma parte constitutiva da emergência da categoria em questão.

Isso, em parte, contribuiria para caça e coleta serem dimensões importantes dos interesses intelectuais da época. Incluindo as já visitadas questões envolvendo “evolução e progresso”, a colonização e o contexto de emergência da cientificidade europeia, as atividades de caça e coleta serão vistas, sobretudo, como atividades econômicas de subsistência. Segundo Lee & Daly (2000) este contexto não deixa de estar, sobretudo, também associado aos primeiros passos da antropologia enquanto ciência no auge do imperialismo europeu.

3. A conferência *Man The Hunter*

Organizada por Richard Lee e Irven DeVore, em 1968, o evento foi a primeira tentativa de sintetização das pesquisas etnográficas mais recentes à época sobre caçadores-coletores não ocidentais. Segundo os organizadores, “*for over 99 per cent of this period he has lived as a hunter-gatherer. Only in the last 10,000 years has man begun to domesticate plants and animals, to use metals, and to harness energy sources other than the human body*” (Lee & DeVore, 1977). Essa seria, então, parte da motivação da construção da conferência que se tornou a pedra angular e basilar dessa área de estudo que permanece até os dias de hoje.

Segundo Oliveira (2007), a conferência também se propôs a apresentar modelos distintos das linhas de pensamento sobre organização social que vigoravam desde a década de 30: o estrutural-funcionalismo britânico e o historicismo norte americano, respectivamente protagonizados por Radcliffe-Brown (1931) e Julian Steward (1936). A conferência também se preocupou em não se restringir à economia *stricto sensu* e adicionar o viés social como parte importante dos estudos de caçadores-coletores. Portanto, categorias como casamento, parentesco, organização social e demografia foram alguns dos tópicos suscitadas durante o evento (Oliveira, 2007; Lee & DeVore, 1977).

Em suma, as outras partes dessa motivação residiriam em: 1) estudos etnográficos recentes à época que estariam transformando a concepção de uma humanidade caçadora primeva, 2) pesquisas arqueológicas em novos sítios renovaram os interesses em caçadores coletores e seus dados precisariam ser amplamente considerados nas atuais teorias sobre evolução social e societal e 3) o fato de caçar e coletar, como uma estilo de vida, estaria rapidamente desaparecendo e uma conferência do tipo poderia servir como estímulo para mais pesquisas sobre o tópico (Lee & DeVore, 1977:vii).

Nestas motivações e em outras análises feitas por autores do livro supracitado, é possível perceber alguns vícios intelectuais marcantes da época. Os autores, em sua maioria, parecem ainda considerar a ideia de caçadores-coletores como uma espécie do humano “mais natural”, contém um certo de ar de “pureza” na reflexão desse conceito (Barnard, 2002). Isto fica evidente no capítulo onde Murdock (1977) relata o status atual de caçadores-coletores no mundo:

Many of the peoples who subsisted by hunting and gathering at the time of Columbus have disappeared entirely and been replaced by stronger peoples. Others have been reduced to dependency on reservations or as servants or outcast groups. Still others have made a transition, in some form or other, to modes of subsistence based on agriculture, animal husbandry, or industrial employment. Only a handful still live an independent life of hunting and gathering, nearly all of them under markedly altered conditions. It is time indeed, long past time that we took stock of these dwindling remnants, for it is only among them that we can still study at first hand the modes of life and types of cultural adjustments that prevailed throughout most of human history. (Murdock, 1977:13)

Acidentalmente ou não, o autor acaba caindo em uma discussão sobre tempo e história bastante profícua. Apesar do autor, bem como os organizadores, reconhecerem que o que é considerado “caçadores” é mobilizada de forma bastante ampla – sinalizando uma possível consciência de que é difícil afirmar alguma relação tão direta entre esses grupos hoje e a forma como seus antepassados viviam –, é notável que eles o fazem por acreditarem que as formas de vida caçadores-coletores ainda existem, mas em uma condição “alterada”. Quase vestígios, ou “*dwindling remnants*”, como o autor acima coloca.

Essa perspectiva sinaliza uma provável “pureza” passada da forma de vida caçador-coletor. O objetivo não é questionar como os humanos viviam e se reproduziam socialmente antes da agricultura – ou do colonialismo –, mas sim discordar da concepção dos autores (e que às vezes permanece nos debates contemporâneos fantasiado de outros termos) de que estudar os caçadores-coletores da época era, de alguma forma, acessar alguma característica preservada de tempos remotos. Pois, assim, acaba por cristalizar uma perspectiva de que as sociedades não-ocidentais hoje não seriam contemporâneas a nós, os “modernos”, e que seria possível em

alguma medida uma forma de acessar, mesmo que de forma menor, algo dos “primeiros estágios” da humanidade.

Dessa forma, considero que mesmo não intencionalmente, alguns aspectos da conferência conseguiram imobilizar algumas perspectivas não só sobre as sociedades etnograficamente atestadas na época, mas sobre as práticas de caça e coleta daí em diante e dentro do escopo do desenvolvimento humano. É curioso observar como as noções sobre “evolução”, “estágios da sociedade”, perspectivas sobre “tempo e história” construídas no ocidente a partir de meados do século XVII e ao longo do século XVIII influenciam algumas perspectivas estabilizadas na conferência. É possível notar uma associação desses grupos com a dimensão do passado, do “anterior”, ou em alguma medida a “como os humanos viviam antes”.

Essa não é uma observação nova e nem original. Ao contrário, esses problemas foram percebidos pelo autor do último capítulo da obra, Lévi-Strauss – mesmo que de forma limitada e conservando certas perspectivas correntes na época. Como em uma espécie de epílogo, o autor (*idem*, 1977) em “*The Concept of Primitiveness*”, disserta sobre uma miríade de assuntos rapidamente que vão desde a validade dos modelos, o valor da comparação de dados antropológicos e dados da pré-história, até a continuidade do pensamento e também o caráter do conhecimento antropológico. Contudo, ressalta-se suas considerações iniciais:

“The first point is that hunter-gatherers, different as they may be from our own civilization, belong to such a recent past that there is a much greater difference between them and any kind of animal society than between them and more complex human societies. Certainly we should not try to use these recent hunter-gatherers to reconstruct events and conditions in the prehistory of mankind” (Lévi-Strauss, 1977:349-350)

Afirma o autor, quanto a crítica passível de ser feita a algumas percepções que podem ser notadas ocasionalmente em alguns conteúdos não só da conferência, como das condições de emergência dos interesses por grupos do tipo, mesmo que sutilmente. Ele continua:

“I do not claim that during prehistoric periods small nomadic bands did not exist that were comparable in size and perhaps in mode of life or certain activities to hunters of today. However, prehistoric groups such as these were probably even at that time "leftovers" or devolved descendants of richer contemporary cultures” (Lévi-Strauss, 1977:350)

Apesar do autor reconhecer sutilmente pontos importantes quanto: à contemporaneidade de sociedades não-ocidentais, não utilização de dados provenientes de seus modos de vida como algum indicador preciso da pré-história da humanidade, ele ainda recai em certas reflexões imprecisas e que vão ressurgir no decorrer da história dos grupos coletores. Lévi-Strauss acaba

os apontando como pertencentes a um “passado recente” e considerando que mesmo os grupos pré-históricos são restos ou descendentes decrescidos de “culturas contemporâneas mais ricas”.

Entretanto os questionamentos mais eficazes de Lévi-Strauss repousam nas duas considerações sobre a proximidade dos caçadores-coletores da “nossa sociedade” e sobre o perigo de usar esses grupos para reconstrução de fatos do passado; um aviso certamente apreciado e que reconhece o contexto de emergência dessa categoria na área. Independentemente do que o autor veio a concluir em seguida sobre “restos” e “descendentes involuídos”, esses pontos e considerações ainda ficam de pé e sobrevivem como argumentos importantes e, geralmente ignorados, pontos de partida para entender não só esses grupos, mas suas atividades e como elas são embebidas por novas concepções sobre os ambientes e regiões que habitam.

Como afirma o autor, o questionamento não reside em se as pessoas caçavam e coletavam durante boa parte da humanidade, se sempre foram nômades, ou quais são possíveis intrínsecas relações entre nomadismo e modo de vida caçador coletor – resalto, todas questões de maior importância para a compreensão da história da humanidade. A questão reside, também, no quanto podemos afirmar que a forma como caçam e coletam hoje – incluindo gestos, ritmos, cosmologias, objetos e técnicas – podem ser medidas da forma como se era feito no passado. Quais transformações dos sistemas sociotécnicos de caça e coleta hoje podem ser anotadas? Ou são, de fato, atividades-parâmetro para entender a pré-história humana? Em alguma medida, a linha a ser trilhada é estreita e perigosa.

3.1 Críticas à Conferência e debates propostos

O que interessa quanto a essas afirmações discutidas sobre a relação entre caçadores-coletores, pré-história etc., ademais, não reside tanto na veracidade – ou falseabilidade – delas. A questão reside também no que esse tipo de imagem acaba por evocar não só a partir do contexto em questão, mas nas teorizações seguintes sobre grupos que, no século XXI, ainda desenvolvem atividades denominadas como coletoras. Ao apontar estas afirmações sobre essas comunidades, sejam os contemporâneos ou os pré-históricos, dois preceitos se solidificam.

O primeiro diz respeito ao fato de que se os grupos pré-históricos de caçadores-coletores podem ser em alguma medida “restos” ou degenerações de “culturas mais ricas”, em certa medida, suas práticas também o são – nomeadamente a de caça e coleta. Uma proposição, acima de tudo, teleológica. Isso acarreta o segundo preceito muito difundido quanto ao caráter estanque associado à atividade coletora: uma atividade cristalizada no tempo que está impávida perante os fluxos da história. Esse debate entre degeneração e regressividade será, dessa forma,

muito característico do choque da categoria caçadores-coletores e a região amazônica, mas também é tema recorrente durante análises e que reaparecer invariavelmente em diversos espaços contemporâneos.

Segundo Bird-David (1992) a perspectiva apontada pela conferência de consideração dos caçadores-coletores logo também ficou sob escrutínio. Segundo a autora, ao longo do tempo se foi estabilizando que os então “caçadores-coletores” “*were neither isolated from neighbouring populations, nor involved solely in hunting and gathering, and that, moreover, they played an active part in regional, and even world, socio-economic system*” (Bird-David, 1992:20). Reinstalando, dessa forma, essas sociedades em um fluxo histórico.

Entretanto, evita-se projetar uma visão e versão homogênea da conferência *Man The Hunter*. Afinal, ela fora um espaço onde vozes divergentes e dissonantes se fizeram presentes. Por exemplo, temos as teorizações de Marshal Sahlins (Lee & DeVore, 1977) sobre a sociedade afluyente original e como a obsessão da economia clássica com a escassez e sua visão sobre as economias caçadoras-coletoras acabou por construir certos sentidos prejudiciais quanto a elas – estes que foram articulados amplamente no célebre *Stone Age Economics* (1972).

Present at the conference were representatives of many of the major constituencies in the field of hunter-gatherer studies (though no hunter-gatherers themselves), including proponents of the ecological and structural schools. There were critics of the late Radcliffe-Brown’s theories as well as supporters; there were archaeologists, demographers, and physical anthropologists, reflecting the revival of interest in evolutionary approaches then current in American anthropology. (Lee & Daly, 2000:49)

Contudo, a crítica à Conferência não se resume somente a estas, apesar de serem parte constituinte para entendermos o pensamento sobre coleta hoje. Outra que procuro ressaltar neste trabalho é a evidente elevação da caça em detrimento da coleta na Conferência, em suas teorizações sobre “evolução social”, bem como a sua posição dentro do quadro analítico de sociedades não-ocidentais. Menos de uma década após a conferência *Man The Hunter*, começaram a surgir críticas específicas quanto ao foco e recorte realizado pelos preletores do evento. Notadamente, a publicação da obra *Woman The Gatherer* organizada por Frances Dahlberg (1981), marca um contexto de críticas quanto a negligência dos autores quanto a questão de gênero e o “papel das mulheres”.

Em seu artigo sobre a negligência quanto a atividade de coleta, a posição das mulheres nessas sociedades e o contexto de surgimento de críticas à conferência *Man The Hunter*, Sterling (2014) ressalta que a conferência ocorre em um período de ascensão da segunda-onda do feminismo no ocidente. A autora comenta em sua análise que apesar dos organizadores (Lee & DeVore, 1977) do livro justificarem que a escolha pelos nomes se daria por “*man*” se referir

à raça humana e “*hunter*” se referir mais a ideia de um indivíduo que persegue algo, ou seja, resumindo caçar e coletar na mesma rubrica, ainda sim essa escolha denotaria uma tendência nos trabalhos apresentados. Os autores, em alguma medida, estariam pouco interessados em evidenciar os sujeitos que desenvolvem essas atividades e como a questão de gênero acaba sendo tratada de forma enviesada, mesmo que não tenha sido aparentemente um objeto consciente e claro dos autores (Sterling, 2014).

Um dos tópicos introdutórios de obra, “*Hunting vs Gathering*” (Lee & DeVore, 1977), detalha esta escolha. Os autores reconhecem que a maior parte da subsistência dos “caçadores modernos” reside em fontes vegetais e marinhas e que somente zonas árticas e subárticas que seriam encontrados exemplos de caçadores de mamíferos da forma como descrita em outros capítulos do livro. Eles reconhecem também que os alimentos de base vegetais frutos de coleta tiveram e tem parte importante na dieta de caçadores “modernos”. Contudo, afirmam:

“We agree, however, that hunting would become increasingly important as populations migrated out of the tropics into areas where plant foods are scarce. In addition, hunting is so universal and is so consistently a male activity that it must have been a basic part of the early cultural adaptation, even if it provided only a modest proportion of the food supplies.” (Lee & DeVore, 2009:7)

Entretanto, a autora (Sterling, 2014) não se convence da escolha dos autores e anota que o impacto dos estudos de gênero nas conferências que seguem os estudos de caçadores-coletores é visível, e a incrementação desse tópico nessas conferências subsequentes foi rápida. Mesmo que em algumas a presença do tópico não tenha sido tão enfática. Entretanto, as atividades coletoras não ficaram totalmente esquecidas pelos estudos caçadores-coletores. Como anota Sterling (2014), as atividades desempenhadas pelas mulheres e suas importâncias começaram a figurar cada vez mais nas conferências da área como base de reflexão sobre os grupos em si, provavelmente devido ao impacto que os estudos de gênero ocasionaram. Desmistificando, em alguma medida, essa universalidade da importância de atividades consideradas “masculinas” pela conferência.

Contudo, o contraponto a esta perspectiva fora feito em um livro sobre a presença da questão de gênero na emergência dos estudos caçadores-coletores. Lee & Daly (2000) argumentam que gênero e a importância do trabalho da mulher fora um tema secundário na conferência *Man The Hunter*, uma vez que entre forrageiros tropicais, comidas oriundas de vegetais eram largamente produzidas pelas mulheres. Para os autores, as críticas feministas estavam mais direcionadas ao conceito e ideia de “*Man The Hunter*” e não necessariamente com o conteúdo da conferência (o livro e seus dados), que segundo eles forneceram as bases

para reinstalação da importância do trabalho e do papel da mulher nas sociedades caçadoras-coletoras. Decerto é que a atividade da mulher, sua posição de poder, bem como o reconhecimento de que produziam mais alimentos do que as práticas de caça foram aos poucos sendo tratados após a conferência (Barnard, 2004).

Apesar de se considerar que a noção de uma sociedade caçador-coletora data de períodos muito antes da conferência, é a partir dela que caçadores-coletores emerge de forma mais sólida e mais evidente dentro da literatura enquanto categoria analítica (Yengoyan, 2004). Segundo o autor (*idem*), a forma como é mobilizada após 68 faz com que diferenças e complexidades sejam perdidas sob essa rubrica categórica – incluindo, assim, na mesma categoria grupos e sociedades completamente distintos. O autor explicita que dessa forma, dentro da categoria, a diversidade de estruturas socioeconômicas é tão vasta que a levou a uma espécie de vazio heurístico (Yengoyan, 2004:57).

“The lasting impact of the category ‘hunters and gatherers’ is that, after Man the Hunter, the use of the category homogenized cultural and social structural differences among local societies which were the initial foundations of the study of non-literate peoples. Cultural differences might have been magnified by fieldworkers up to the 1940s and 1950s, but the homogenization of particular societies under ‘hunters and gatherers’ created an almost total collapsing of differences.” (Yengoyan, 2004:58)

A conclusão mais interessante desse grande imbróglio da emergência da categoria caçadores-coletores é como, acima de tudo, apesar de dados verídicos ou não sobre as formas de vida não ocidentais e suas relações com um “passado”, é de que a categoria não é uma descrição quase auto evidente de um grupo ou de sua complexidade econômica. Pelo contrário, os “caçadores-coletores”, além de aludir a grupos que desempenham caça e coleta (e todas as suas complexidades relacionais e gestuais) também evoca sentidos e concepções quanto questões sobre tempo, história, economia e assuntos de interesse da antropologia.

Em suma, deve se tornar cada vez mais evidente que a noção de coleta, utilizada largamente por muitos autores – sejam os que a estudam enquanto parte das atividades do grupo, sejam os que a condenam como atividade “inviável” – não está pairando sobre o vazio histórico e social. Ao contrário, sua emergência está fortemente atrelada a construção de uma concepção de sociedades caçador-coletoras dentro de um quadro de transformações no mundo europeu e suas preocupações, inicialmente quanto à “natureza humana”.

Em seguida, torna-se uma questão tão importante por refletirem a preocupação do mundo europeu com a subsistência e a economia como força motriz da organização social da propriedade e da transformação social (Barnard, 2004;2002; Pluciennik, 2002;2004; Eriksen & Nielsen, 2011). Para além disso, seria ingenuidade não constatar que a noção caçadores-

coletores também emerge a partir de pressuposições sobre evolução social, principalmente no que concerne ao passado da humanidade, baixo “nível tecnológico” e ao caráter aparentemente vestigial desses grupos.

Contudo é possível aceitar que a crítica ainda se mantém. De alguma forma a literatura especializada faz emergir a categoria caçadores-coletores que, nos seus primeiros desenvolvimentos, acabou por eclipsar não só o trabalho da mulher, mas sua atividade, a coleta, relegando-a a par da caça, ou sob outra rubrica, a de forrageio. Ingold (2000) apresenta também suas considerações como sendo uma categoria emprestada da ecologia e que possui suas derivações próprias e que acabam por planificar atividades de caça e coleta sob uma mesma categoria que dessa vez não implicaria a matéria da atividade, nem o gênero de quem a desempenha.

4. Novas transformações nos debates sobre caçadores e coletores no século XXI

Outrossim, fica evidente que pelo menos é possível vislumbrar a partir de que premissas e propostas (racionalismo europeu, noção de historicidade, evolucionismo, iluminismo escocês e, enfim, imperialismo e colonialismo como espaço de desenvolvimento dos estudos antropológicos) os estudos caçadores-coletores, bem como a antropologia, emergem enquanto categorias que denotam preocupações e perspectivas específicas. Principalmente quanto subsistência, organização social e o que as entrelaça.

Ademais, pode-se considerar que a utilização do termo coleta durante a emergência dos estudos caçadores-coletores, ao longo do século XX e no decorrer do início do século XXI não tem *somente* relação com a descrição de um gesto, o de pegar, apanhar, dentre outros usados similarmente. É preciso atentar que suas mobilizações nos contextos dos estudos caçadores-coletores – bem como na estabilização da antropologia – acenava a preocupações intelectuais e contextos político-sociais específicos. Compreende-se então que a contextualização de emergência dos estudos caçadores-coletores, contingente à antropologia, e do termo/categoria caçadores-coletores, lança luz sobre certas questões já ressaltadas. Mesmo considerando que o termo caçadores-coletores a partir dos preceitos estabilizados – instabilizados e reestabilizados – não encontraram campo tão fértil na antropologia da Amazônia ao longo da história.

Entretanto, os estudos de caçadores-coletores não permaneceram os mesmos. Seus conceitos, preocupações e ângulos de análise são tão diversos quanto a quantidade de etnografias e teorias apresentadas na seara mais recente de pesquisas (Barnard, 2004). Seus questionamentos têm tratado dos processos de definição do que seriam caçadores-coletores

(Jordan & Cummings, 2014; Lee & Daly, 2004), incluindo outros aspectos para além do que a economia europeia do século XIX consideraria como subsistência, como: organização social, cosmologia, rituais etc.

No entardecer do século XX e na virada para o século XXI já é possível perceber uma mudança drástica nas considerações sobre o que seriam caçadores-coletores. A perspectiva de Kelly (1995) já sinaliza transformações importantes na investigação de sociedades caçadores e seus modos de vida, bem como o sublinhamento realizado por Lee & Daly (2004) quanto ao erro dos primeiros observadores dessas sociedades por terem procurado passado nelas. As críticas e desenvolvimento de novas percepções sinalizadas por Bird-David (1992) apontam também para uma nova percepção sobre os caçadores-coletores e que ajuda a pensar o que de fato esses grupos fazem para além da rigidez evolucionista que marcou o termo. Principalmente ao sugerir que olhemos para as outras atividades que eles desenvolvem como em combinação com caçar e coletar.

Na confecção do “*The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*”, Lee & Daly (2004) realizam um conjunto de considerações sobre os estudos caçadores e coletores que já demonstram essas transformações desencadeadas ao longo das décadas nos estudos em questão após inúmeras conferências centradas na temática. Na introdução do livro, os autores estabilizam inúmeros preceitos e considerações quanto aos caçadores-coletores à época e que demonstra em larga medida essas mudanças.

Para os autores (*idem*) a justificativa que o modo de vida caçador-coletor ainda representa a maior parte do modo de vida dos humanos no passado, bem como o fato deles estarem “*at the opposite pole from the dense urban life experienced by most of humanity*”, representam parte constituinte do contínuo interesse dos pesquisadores. Não somente isso, algumas outras questões também aparecem como ponto central desse interesse angariado no início do século XXI:

These same hunters may hold the key to some of the central questions about the human condition—about social life, politics, and gender, about diet and nutrition and living in nature: how people can live and have lived without the state; how to live without accumulated technology; the possibility of living in Nature without destroying it. (Lee & Daly, 2004:36)

As questões que podem ser suscitadas a partir das considerações dos autores sobre o e interesse nos caçadores-coletores são diversas e que devem ainda conturbar a relação da antropologia com as dimensões com as quais ela se preocupa. Soa estranho, no mínimo, pensar que os caçadores-coletores estão em um polo oposto da considerada “densa e complexa vida urbana” por parecer acenar em alguma medida para as oposições entre simples e complexo,

baixa tecnologia e alta tecnologia, baixa intensividade e alta intensividade, bem como outras oposições crassas que de alguma forma remetem ao passado e ao presente/futuro.

Contudo, deve ser inegável que *existe* de fato alguma diferença entre modos de existência na caça-coleta e no contexto urbano-industrial. Resta-nos saber em quais dimensões se podem estabelecer essas diferenciações que não recaiam na presença ou ausência de tecnologia, ou em oposições entre passado-presente-futuro tão enrijecidas. Para os autores, tornou-se evidente que a situação dos caçadores-coletores ontem e hoje não poderiam ser pensadas a partir das premissas e pressupostos frutos dos contextos intelectuais, políticos e sociais da Europa iluminista e, a seguir, imperialista (Lee & Daly, 2000).

A visão parece estar bem mais transformada e refinada com o passar do tempo. Denota-se essa mudança pela percepção dos autores quanto ao fato de que esses grupos puderam desenvolver formas de relação com o ambiente que não provocam a devastação que o modo de vida “moderno” provocara. Bem como quanto a persistência desses grupos e suas atividades dali em diante, bem como a visão e imagem cristalizada pelo público quanto aos caçadores-coletores enquanto selvagens, não civilizados e afins. Então, o livro registra também como a própria definição de caçadores-coletores também se transformou, bem como o entendimento da categoria na atualidade.

While it is true that hunting and gathering represent the original condition of humankind and 90 percent of human history, the contemporary people called hunter-gatherers arrived at their present condition by a variety of pathways. At one end of a continuum are the areas of the world where modern hunter-gatherers have persisted in a more or less direct tradition of descent from ancient hunter-gatherer populations. [...] Along the middle of the continuum are hunting and gathering peoples who have lived in degrees of contact and integration with non-hunting societies, and these include a number whose own histories include life as farmers and/or herders in the past (Lee & Daly, 2004:39)

No início do século XXI é possível perceber então que diversas noções estabilizadas na emergência do campo e, por tabela, da conferência *Man The Hunter*, sofreram drásticas mudanças e passaram a considerar cada vez mais as nuances possíveis e interconexões entre passado e presente. Parecem reconhecer, portanto, a diversidade embebida nesses regimes de atividades enquadrados como caçadores-coletores. Bem como apontam, a partir daí, novas formas de lidar com esses grupos que não as cristalizem em modelos estanques de atividades e organização social.

Uma figura que representa de forma efetiva essa transformação desse campo e de seus apontamentos teóricos é a de Ingold (2000) e seus célebres estudos sobre os modos de sociabilidade caçadores-coletores. Em uma reflexão complexa sobre as atividades de

caçadores-coletores o autor, no capítulo “*Hunting and gathering as ways of perceiving the environment*”, reflete sobre o que os caçadores-coletores de fato fazem, ou seja, usa das atividades e suas ações, formas de cognição e percepção para propor que “the world as perceived by hunters and gatherers is constituted through their engagement with it, in the course of everyday, subsistence-related practices.” (Ingold, 2000:58)

O autor estabelece uma abordagem da sociabilidade de caçadores-coletores de forma a refletir sobre as afirmações de que a natureza é construída culturalmente³ e que levar em consideração de forma precisa a forma como os mesmos pensam sobre si é uma plataforma interessante de debate sobre o dualismo conhecidamente reproduzido pelo ocidente. O autor, no capítulo, chega a explicar e em certa medida criticar a utilização de “forrageio”, ou “*foraging*”, enquanto um conceito com história na ecologia que, em seus meandros, acaba por supor uma proximidade com uma certa naturalidade; e por tabela, um pertencimento a uma “natureza”.

O autor aponta uma sugestão de termo que enquadre melhor as atividades concebidas na rubrica de caçadores-coletores que será melhor observada no último tópico do capítulo. Entretanto, é possível notar que os estudos de caçadores-coletores foram e ainda são uma parte importante da ciência antropológica, mesmo que essa conexão se dê somente pelas sociedades não-ocidentais com as quais a antropologia ainda se preocupa – e tem procurado novas formas de se relacionar com elas.

Parte da obra de Ingold (2000) ilustra uma mudança notável nos interesses e pontos de vistas nas quais pesquisadoras e pesquisadores interessados em grupos que desempenham caça e coleta em alguma medida. Mudança esta que vinha sendo desenvolvida há um tempo considerável, demonstrando que as reflexões sobre caçadores-coletores, apesar da categoria ter uma emergência com conceitos e perspectiva suspeitas e acidentadas, ainda tem a capacidade de nos ilustrar preocupações relevantes e distintas (Lee & Daly, 2004; Barnard, 2004)

5. Pensando as mobilizações teóricas sobre a *Coleta na Amazônia*

Contudo, resta uma espécie de elefante branco na sala quanto a esse assunto extensamente abordado acima. Esse impasse diz respeito à relação da categoria então analisada extensamente no capítulo com a região amazônica – região importante para as reflexões desse trabalho. A Amazônia é deveras vasta, rica e diversa em muitas dimensões, nos demandando

³Ver Ingold, 2000. Para melhor compreensão do debate proposto do autor que se assenta no questionamento de como caçadores-coletores são posicionados na “natureza” e agricultores, habitantes urbanos e pastores (cuidadores de espécies domesticadas) são posicionados como produtores – ou seja, indiretamente na posição da “cultura”.

considerar que não exista uma Amazônia, mas diversos devires amazônicos ou “*Amazônias*” (Porto-Gonçalves, 2018). Essas considerações não poderiam estar mais corretas: as diferenças entre partes da região são notáveis e igualmente proliferam formas de relação distintas com a floresta.

Considerando isso, resta-se a dúvida sobre como essas emergências, diálogos e divergências sobre caçadores-coletores, e ulteriormente a “coleta” enquanto categoria, projetam-se na região amazônica. Ou melhor, onde estava a região amazônica durante todas essas discussões sobre caçadores-coletores, uma vez que notadamente se pode constatar que historicamente na região foram e são desenvolvidas atividades de caça e coleta. Inúmeras proposições e concepções emergiram quanto a presença de caçadores-coletores na região e Laura Rival (2004) nos oferece alguns insights proveitosos.

Segundo a autora (*idem*) para pensarmos caça e coleta na América do Sul, é inegável que retomemos a marcante publicação da série *Handbook of South American Indians* pelo Museu Smithsonian, que contava com 6 volumes e um índice, sendo organizada por Julian Steward e por Louis Faron em uma versão resumida. Nota-se que os volumes contam com uma gama considerável de etnógrafos brasileiros e a própria hierarquia na produção e divisão intelectual do trabalho na produção dos volumes já fora tema de crítica e análise (Faulhaber, 2012).

Segundo Rival (2004) os volumes definiam dois tipos amplos de categorias de caçadores-coletores sul-americanos: o primeiro grupo seriam os aborígenes caçadores-coletores nômades do Cone Sul, como os grupos caçadores das planícies e pampas argentinos e patagônicos e os coletores de frutos do mar do arquipélago sul-chileno. A segunda categoria incluiria: um vasto espectro de comunidades florestais nômades espalhadas pelo sertão amazônico, longe dos principais rios amazônicos e dependendo primariamente ou exclusivamente na caça e na coleta, e o outro grupo seria um pequeno grupo de nômades aquáticos. Essas categorias podem, inclusive, ser vislumbradas pelos índices de cada volume.

Rival argumenta que ambos esqueceram de mencionar os aborígenes caçadores-coletores do Cone Sul que foram exterminados por colonizadores brancos no início do século XX. Dessa forma, a autora resume que: como os pertencentes à primeira categoria de Steward *et al* foram basicamente exterminados pelos colonizadores brancos, e os enquadrados na segunda categoria foram entendidos como regressivos e não primitivos, foi considerado que não seria certo ou proveitoso incluir os indígenas sul-americanos no emergente campo de estudo das sociedades caçador-coletoras na antropologia.

Amazonia, with its contemporary egalitarian hunter-horticulturalists living in small villages and nomadic bands subsisting with few or no domesticates, was

to be excluded, for, it was felt, Amazonian hunting and gathering was a “false archaism.” Consequently, it could not serve a new field of studies dedicated to the exploration of the evolutionary potential of a way of life that had prevailed throughout most of humankind’s prehistory and history (Rival, 2004:171).

Com isso, pode-se perceber como a autora interpreta o teor mais geral da conferência *Man The Hunter* e que marcou a emergência dos estudos caçadores-coletores. Apontando, em certa medida, seu teor evolucionista e seus objetivos de usar a categoria caçadores-coletores em certos grupos hoje como forma de compreender um passado distante. Dessa forma, os grupos e sociedades indígenas encontrados na Amazônia em particular não preencheriam esse quesito, mesmo caça e coleta desempenhando um papel muito importante no modo de vida de inúmeros grupos na região. Dialogando, dessa forma, com o excerto de Lévi-Strauss referenciado mais acima sobre o conceito de primitividade.

Essa perspectiva sobre os caçadores-coletores na Amazônia e seu lugar na historicidade da região acaba também por projetar em certa medida uma perspectiva arqueológica muito corrente até pouco tempo, protagonizada majoritariamente por Betty Meggers. A tentativa de compreensão do processo de ocupação histórica e milenar da região amazônica foi um espaço onde diversas conclusões sobre as atividades de coleta puderam emergir, incluindo conclusões que a posicionavam enquanto uma atividade não intensiva, de pouca intervenção no ambiente, *adaptacionista*, dentre outros adjetivos.

O trabalho de Meggers, coroado na obra “*Amazonia: man and culture in counterfeit paradise*” (1996), versava principalmente sobre o processo de ocupação da região amazônica e estabeleceu alguns preceitos para tal. Segundo a autora, a baixa densidade populacional, tabus de alimentação, uma cultura baseada no corte e queima, bem como outras características da ocupação regional, eram traços da adaptação humana a constrangimentos oferecidos pelo ambiente (Rival, 2004). Pode-se considerar que o esteio das obras da arqueóloga americana se constituiu uma pedra angular da arqueologia da Amazônia durante muito tempo. Pelas menções a ela feitas por Lathrap na conferência MTH, parece-me que ela influenciou também o que se pensava sobre caça e coleta e ocupação da região amazônica na emergência dos estudos de caçadores-coletores.

Ademais, para ela, as sociedades amazônicas mais complexas seriam formadas de grupos andinos empurrados para a região que se viram em um ambiente muito pobre para sustentar uma atividade de cultivo que sustentasse o grau de sofisticação social e cultural de suas sociedades (*ibid*). Dessa forma, as formas indígenas encontradas aqui foram interpretadas

como adaptações a escassez do desenvolvimento de uma agricultura que sustentasse sistemas culturais e sociais cada vez mais complexos.

Megggers argumentou que a agricultura depende da extração de nutrientes do solo por culturas de produtos utilizados como alimento, de modo que as sociedades amazônicas jamais poderiam cultivar em grande escala porque os solos subjacentes eram muito pobres. A vegetação exuberante e perene recaptura cada sobre de nutriente, deixando o solo como areia ácida. Assim, as florestas de terra firme, distantes das margens do rio, são um “falso paraíso”, de aparência luxuriante, mas de difícil exploração. Isso, juntamente com a ausência de animais domésticos, significava que os habitantes amazônicos nunca seriam capazes de produzir civilizações avançadas uma vez que ‘o nível que uma cultura ocupa pode atingir depende do potencial agrícola do ambiente que ela ocupa’ (Hemming, 2011:350)

Essa era uma visão com a qual Lathrap, em sua fala na conferência MTH, concordava. O autor repete o mesmo argumento de que esses grupos eram descendentes degenerados de grupos que, em outra época, mantiveram formas avançadas de uma cultura tropical (Lathrap, 1977). De certa forma, toda a visão patente nesses autores e que influenciaram a ausência dos grupos amazônicos nos estudos de caçadores e coletores, orientava-se para uma valorização da agricultura e sua revolução na cultura humana. Decerto, posicionando a floresta tropical amazônica como um espaço precário para a caça (Lathrap, 1977), e colocando para escanteio alguma reflexão mais robusta sobre a complexidade e impacto das atividades ditas de coleta.

Contudo, Rival (*ibid*) anota uma diferença, por exemplo, entre o pensamento de Lathrap e o de Lévi-Strauss – os dois representantes dos dados sobre os grupos na América do Sul. O primeiro estaria fiel a uma tradição stwerdiana de conexão entre fatores ambientais e históricos, como grupos forçados a sair de áreas ribeirinhas para áreas do sertão amazônico que acabaram se adaptando a ambientes menos favoráveis. Enquanto o segundo nega qualquer possibilidade de afetação do ambiente ou determinismo ambiental.

Contudo, estas perspectivas não passaram aparentemente incólumes. Um conjunto de contestações de uma escola diferente da arqueologia e da ecologia cultural começaram a discordar de como a ocupação da região amazônica se deu (Balée, 2013; Roosevelt, 2013). A nova interpretação encarnada por esses pesquisadores se preocupou em olhar a região amazônica por uma perspectiva da abundância, não mais da escassez – da inventividade dos humanos que construíram suas sociedades aqui e não dos constrangimentos ambientais empurrados por fatores históricos e ambientais.

Segundo Rival (2004), William Balée tentou transcender a oposição entre explicações ambientais e históricas para a ocupação da região amazônica. Em sua obra “*Florestas Culturais da Amazônia*” onde apresenta uma perspectiva de uma história ecológica de grupos amazônicos

e suas paisagens, o autor (2013) aponta que as florestas e suas áreas mais usadas, bem como outras não tão usadas hoje, são de fato nichos antropogênicos.

As paisagens construídas a partir de tecnologias de afetação da floresta que permitiram uma ampliação da biodiversidade de Balée, permitiram contra-argumentar a teoria de escassez da vida projetada sobre os grupos que ocuparam a Amazônia. Ela ofereceu, portanto, uma perspectiva da inventividade da construção de nichos florestais que permitiam migrações entre manchas florestais frutos de atividades milenares e manejadas continuamente. Laura Rival cita algumas das evidências que permitiram Balée alcançar níveis distintos de compreensão sobre a ocupação amazônica, evidências que foram

derived from observing contemporary gardening activities, the wide occurrence of charcoal and numerous potsherds in the forest soil, the greater concentration of palms, lianas, fruit trees and other heavily used forest resources on archaeological sites, as well as inductions regarding long-lasting effects of past human interference. (Rival, 2004:175)

As conclusões de Roosevelt (2004) sobre a ocupação humana na Amazônia ter sido originalmente de indígenas caçadores e coletores de frutos do mar, em vez de considerar tais atividades como fruto de degeneração de antigos agricultores, também tiveram um papel em contra-argumentar uma perspectiva naturalista. E que, em certa medida, posicionavam a região em uma posição onde culturas complexas – lê-se sistemas técnicos complexos – não poderiam se desenvolver. Laura Rival (2004) comenta que a forma como certos grupos amazônicos foram classificados em tipos como “tipos de agricultores da floresta tropicais” e após reclassificados “caçadores-coletores recém tornados agricultores”, refletia uma preocupação evolucionista em traçar linhas precisas. Também pode nos sugerir a aparente confusão classificatória que permeiam a produção científica quanto ao teor das práticas produtivas amazônicas e que perdura até hoje em dia. Outrossim, essa arqueologia e ecologia histórica parece indicar um contra-argumento à uma base antropológica e arqueológica que influenciou a aderência da categoria caçadores-coletores.

É possível ressaltar também que a construção da categoria parece estar muito atrelada a um vício recorrente na antropologia da época quanto a construção de modelos societais. A estabilização de um modelo societal dos caçadores-coletores tem larga influência da obra Stewardiana (autor do HSAI) e sua concepção de “*cultural core*”, ou núcleo cultural como um dispositivo heurístico comparativo que demonstra uma relação entre modos de subsistência, determinismo ambiental e desenvolvimento sociocultural (Yengoyan, 2004; Bechelany, 2011).

Dessa forma, compreendo que essa influência, aliado ao desenvolvimento de compreensão dos grupos caçadores-coletores em inúmeras frentes como: determinismo

ambiental, evolucionismo, ecologia cultural norte americana da época, bem com outras abordagens, proporcionaram uma visão específica sobre os grupos amazônicos. Amparados por uma arqueologia que projetava uma visão de escassez, adaptação e, sobretudo, uma perspectiva naturalista sobre a floresta amazônica, a não aderência do termo caçadores-coletores para a região amazônica se fez estabilizou.

Então, compreende-se que além da incompreensão aparente dos pesquisadores sobre a ocupação humana da Amazônia na época, aos poucos os estudos de caçadores-coletores, mesmo se atualizando, não cativaram a antropologia amazônica a partir da categoria de análise “caçadores-coletores”. Mesmo que muitos debates que circulam nas conferências informem questões de ordem teórica e cosmológica que influenciam a antropologia amazônica, como é o caso dos trabalhos de Ingold (2000).

Ademais, apresenta-se também a constrangedora constatação que as perspectivas e pesquisas desenvolvidas no seio dessas preocupações não parecem olhar atentamente para outra parcela notável da ocupação humana amazônica, nomeadamente: ribeirinhos e quilombolas, por exemplo, como habitantes de assentamentos. Alguns destes, nota-se, também desenvolvem e desenvolveram ao longo de muitos anos, e no caso dos quilombolas, ao longo de décadas a fio, atividades de caça, coleta e agricultura em um sistema que também produz paisagens florestais antropogênicas não devastadas.

Decerto que a evolução do estudo sobre coleta, por mais parca que foi, esteve continuamente associada a evolução da etnologia indígena amazônica. Sobretudo quando se considerado como a atividade coletora e essa construção de nicho conseguiu se espriar para outras composições de ocupação da floresta. Bem como o fato de os quilombos e as comunidades ribeirinhos terem forte relação com a presença indígena e seus modos de se relacionar com a floresta. Em último comentário, não poderia deixar de notar o trabalho compilado na Suma Etnológica que de certa forma lançou bases a uma Etnobiologia no Brasil. Na introdução à Etnobiologia, escrita por Posey (1986), podemos ver uma menção à coleta por parte do autor. O autor define:

Por coleta entende-se a obtenção de plantas silvestres, animais e produtos animais, bem como diversos elementos inertes adequados à alimentação, ao uso como matérias-primas manufatureiras ou remédios. Sabe-se que a variedade de plantas silvestres coletada pelos índios da Amazônia é enorme, mas os dados taxonômicos, farmacológicos e nutritivos a respeito continuam escassos. (Posey, 1986:19)

Decerto que o autor ressalta propriedades específicas das espécies, sobre as quais os antropólogos mesmo hoje ainda, e mais ainda na época, tem pouco a falar sobre. Mas a sua

proposta de estabelecer um campo científico que procura investigar os conceitos e relações entre humanos e não humanos, a fim de obter pontes e reflexões valiosas a partir das fricções entre ciência indígena e ciência ocidental hoje chama bastante atenção da antropologia. O entrelaçamento entre taxonomias êmicas e éticas, a conversa entre relações e conceituações, são perspectivas que, em certa medida, podem incentivar a ciência antropológica a não ignorar outros companheiros da ciência. Campos como o da biologia, da química, aliados à expertise antropológica podem oferecer aportes interessantes para a compreensão dessas atividades de coleta.

Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo. (Posey, 1986:15)

É notável que coleta aparece na Suma, antes da caça, exemplificando que a produção do material ainda possui forte lastro na antropologia, pois é de tradição antropológica pensar coleta e caça em certa medida como pares categóricos, como vimos acima. Infelizmente, a menção é bastante breve e não propõe novas reflexões sobre o processo em si das atividades da coleta e direcionamentos que fossem além. O último ponto desta parte que destaco é a consciência de Darell Posey sobre o manejo exercido pelos Kayapó na produção do que ele chamou de “zonas ecológicas” ou “ilhas de recurso”. O autor explica na Suma que os Kayapó se movimentam e se alocam mediante uma diversidade de espécies e em forte relação com árvores frutíferas que, em outras palavras, são mediadas através de atividades de coleta que estão associadas a esses processos de formatação do cenário florestal amazônico.

Um exemplo dessa relação é o manejo realizado das capoeiras/florestas secundárias que promovem transformações espaciais que ampliam a diversidade gerando as tais ilhas mencionadas – processo realizado pelos Kayapós do Pará em questão. Nesse ponto, o autor também menciona como uma quantidade de espécies são transplantadas de florestas secundárias e primárias para as capoeiras, reconstruindo trânsitos extremamente importantes e condizentes com a vertente da arqueologia que se aprofunda nessas formações da floresta. É válido mencionar, inclusive, que na primeira tabela do seu capítulo o autor cita inúmeras árvores que são frutos de atividade coletora como açaí, tucumã, castanha-do-pará, cupuaçu, jambo, bacuri, dentre outras (Posey, 1986:176-177).

O cultivo de árvores ilustra o planejamento a longo prazo e o remanejamento da floresta, uma vez que muitas destas árvores levam décadas até produzirem frutos. A castanha-do-pará, por exemplo, só produz passados 25 anos. [...] Emprego o termo “*semidomesticada*” para indicar plantas que são intencionalmente manipuladas pelos 175 índios, os quais conscientemente

modificam o habitat do vegetal para estimular-lhe o crescimento. (Posey, 1986:175)

Outro capítulo que julgo o mais instigante e proveitoso para este trabalho é o já citado “*O uso das plantas silvestres da américa do sul tropical*” de Lévi-Strauss (1986), onde o mesmo faz considerações instigantes sobre características das paisagens florestais amazônicas e a relação de grupos indígenas com a mesma. O muito citado reconhecimento do autor de que “nem sempre é fácil distinguir plantas silvestres de cultivadas, uma vez que existem estágios intermediários.” (Lévi-Strauss, 1986:29), representa bem as áreas borradas com as quais a atividade de coleta acaba nos confrontando.

Ademais, o autor depreende um tempo considerável apontando diversas técnicas e habilidades que os indígenas desenvolviam, desde a coleta de sementes e sua dispersão, como a preferência por palmeiras na construção de roças. Ressalto, entretanto, um reconhecimento notável que o autor faz quanto ao uso das plantas então ditas “silvestres”:

“Nas florestas tropicais, a coleta assim como o cultivo podem ser altamente desenvolvidos. A utilização de plantas silvestres implica conhecimento de técnicas exploratórias refinadas que vão muito além da simples recolecção de espécies. [...] A cultura silvícola, calcada no cultivo e na exploração complementar dos recursos naturais - que requer tanta habilidade como o primeiro - é a única cultura genuína da América do Sul tropical” (Lévi-Strauss, 1986:29-31)

Sem dúvida que já vemos aí, no autor, um reconhecimento valioso das atividades de coleta que sinalizam uma reflexão menos adaptacionista das relações dos indígenas com a floresta. Sem dúvida que esta é uma interpretação minha, mas em matéria de reconstrução de não só da trajetória da noção de coleta, mas de um *corpus* crítico para a mesma, é importante reconhecer movimentos do tipo. Infelizmente, a fim de combater o determinismo geográfico-ambiental marcante, o autor acaba menosprezando considerações feitas sobre como as técnicas se diversificam e se individualizam mediante espécies distintas.

Contudo, reconhece-se que o autor faz este movimento em combate à perspectiva que entendia que a cultura dos indígenas se desenvolvia de forma que dependia do meio ambiente para existir. Lévi-Strauss parecia tentar se debater com a ideia de um desenvolvimento ou não da agricultura na Amazônia, e qual seria o lugar de tal prática na historicidade da região. Queria, em certa medida retornar às questões culturais como motivo de movimentação dos grupos e não ambientais.

Por isso o esforço de William Balée em superar essas dicotomias são essenciais para pensar a coleta hoje, uma vez que espécies diferentes podem, sim, contribuir para a diversidade de sistemas sociotécnicos, mas de fato, não possuem um poder determinante tão forte. Lévi-

Strauss parecia querer ressaltar esse aspecto também, ao sublinhar a inventividade dos diversos grupos indígenas amazônicos em se apropriar, “substituir” e reapropriar diversas plantas a partir de técnicas e modos de relação distintos que reenquadram espécies diferentes. Fato este observado por Santos (2021b) em seu estudo sobre a substituição da batata-brava pela mandioca dentro de um sistema técnico específico na região amazônica.

Outrossim, o conceito de coleta, que como é sabido emerge no contexto intelectual, político e social de emergência dos estudos caçadores-coletores, nunca encontrará uma aderência muito evidente na região amazônica, apesar de largos e intensos estudos sobre ocupações ancestrais e atuais levadas por “caçadores-coletores”. Mesmo quando se descrevem atividades que previamente poderiam ser associadas à ideia de coleta: tal qual a coleta de açaí, cupuaçu, bacuri, castanha, dentre várias outras que poderiam ser citadas. Note-se que não se pretende afirmar que o termo coleta e coletores não são usados na literatura que versa sobre atividades com árvores frutíferas.

Contudo, é patente que a forma como “coleta” – e termos derivados como “coletores” – é empregada em diversos trabalhos é diferente, em parte, dos sentidos atribuídos a elas em sua emergência. Essa divergência de sentidos apela para os dois lados, tanto aos sentidos mais atuais e refinados de coleta, tanto para os que ainda apontam a coleta atual como um exemplar vestigial dos primeiros momentos da humanidade. O que, por tabela, acaba por circular de volta à consideração dos grupos que a desenvolvem como janelas ao passado.

Dessa forma, como se pode concluir, é impossível entender como o termo coleta – e todos os sentidos associados a ela – e suas mobilizações chegam aos dias de hoje e não podem ser encaradas *somente* como termos de descrição, como termos imparciais adereçados a atividades específicas, mas sim como categorias de análise. Ou seja, entendo-as como lentes por onde se observa um contexto, formas de relação, sentidos, debates sobre questões gerais e específicas. Como afirma Barnard (*apud* Stoczkowski, 2002), é importante que tenhamos conhecimento das histórias de ideias que herdamos, bem como entender a emergência delas em seus contextos originais e os sentidos e valores germinais que ainda perduram hoje.

Acredita-se, então, que foi pertinente conhecer, da forma que foi apresentada, certos precedentes do termo “coleta” dentro dos estudos caçadores-coletores. Como vimos, alguns dos pressupostos e inclinações intelectuais que marcaram a emergência desse conceito perdurarão em estudos e reflexões sobre extrativismo – possivelmente devido ao uso intercambiável das duas categorias. Entretanto, é inegável que apesar do termo coleta enquanto categoria passar, em certa medida, fora do radar de reflexões teórico-metodológicas mais profundas, é possível

notar que as configurações das paisagens amazônicas – e as relações dos indígenas com elas – irremediavelmente reatava a preocupação de pesquisadores com a categoria em questão.

Dessa forma, tratando-se de realidade brasileira e, por excelência, amazônica, a trajetória da categoria coleta, bem como de suas atividades dentro do quadro teórico-conceitual da intelectualidade dedicada a refletir sobre a região amazônica, está fundamentalmente ligada à emergência de outra categoria. Esta que viria, em grande medida não só a substituir coleta, mas dar um sentido de evolução ou transformação – ela seria vista como seu desenvolvimento moderno, sua versão mais complexa. Com isso, o termo extrativismo ganharia muito mais proeminência na região amazônica para lidar com práticas anteriormente compreendidas como coleta. E o termo coleta, por sua vez, passaria a se tornar apenas um qualificador do extrativismo, uma subcategoria.

Capítulo 2

O Extrativismo: transformações e permanências de sentidos sobre uma atividade icônica

1. O Extrativismo como questão

Indubitavelmente hoje se reconhece, ou se deve reconhecer, que o extrativismo é o maior paradigma da história da região amazônica. Assumimos aqui a hipótese desafiadora de Costa (2012) que, ao meu ver, está mais do que estabelecida, de que a história da região amazônica está marcada e deve ser observada pela invariância do extrativismo. Ou seja, enfatiza-se na mesma medida pensar a região a partir de um paradigma extrativista e não somente das investidas de projetos de agricultura monocultora⁴. Sendo assim, é de crassa importância nos reportarmos ao extrativismo enquanto uma lente que nos permite um olhar transversal sobre a região, que nos permite acessar tempo, espaço, economia, cultura, bem como outras rubricas que marcam a região amazônica e uma intelectualidade que se volta para ela.

O extrativismo assim, é uma possibilidade de compreensão. Um fio a ser puxado do novelo chamado Amazônia – por onde se pode vislumbrar o que se entende e pensa sobre a região, seus habitantes, seus ambientes e nichos. Ocasionalmente, pode se deixar iludir que a emergência do termo coleta não possui qualquer relação com a emergência do extrativismo. Não somente a utilização do termo coleta, mas todo o imaginário que rodeia a ideia de atividades humanas coletoras também possui uma forte relação com a ideia de extrativismo, apesar deste último alavancar novas concepções. O termo extrativismo em si é bastante amplo e, até então, poucos se questionaram sobre o que de fato estamos falando quando falamos sobre extrativismo. Devido a isso, é necessário encarar essa problemática e compreender a partir de que ângulo está se considerando o extrativismo nesse trabalho.

2. Extrativismo: um conceito dúbio e perigoso

Extrativismo pode significar muitas coisas, muitos sentidos e muitas relações. Como bem nota Riofrancos (2020), extrativismo é um conceito bastante espaçoso, que circula em diferentes esferas, de acadêmicos, a ativistas, grupos tradicionais, ou intersecções entre esses e outros espaços. Isto é sinal da atenção que a autora chama para as interconexões entre produção intelectual e mobilização política. É também um conceito que admite diferenciações

⁴Faz-se a diferenciação pois posicionar o extrativismo como oposto da agricultura assim, em termos gerais e vagos, também não é o objetivo da dissertação.

particulares e internas em novas figuras de discurso. Segundo a autora, é um conceito que viaja através das esferas da vida no capitalismo.

O conceito migrou de suas origens no diagnóstico dos setores de recursos naturais – muitas vezes localizados em periferias rurais – para as desigualdades densamente espacializadas das cidades, que por sua vez são importantes centros de fluxos transnacionais de mercadorias (“extrativismo urbano”). Ele também abrange as operações de plataformas digitais (“extrativismo de dados”) e dos mercados financeiros (“extrativismo financeiro”), bem como a lógica governante da transição global para energias renováveis (“extrativismo verde” ou “eólico”). Quase tudo, então, pode ser extraído: “recursos minerais, trabalho, dados e culturas”. [Tradução nossa]⁵ (Riofrancos, 2020:1)

A autora então entende o termo extrativismo como uma lógica pervasiva que migra para outras dimensões. A autora faz uma diferenciação curiosa entre o termo “*extractivism*” e “*extractivismo*”. O primeiro expressaria uma propriedade de aglutinação de discursos êmicos de atores específicos que refletem e criticam um modo de acumulação. O segundo, seria em referência a um discurso que tem por base mundos e pensamentos baseados em esquerdas e ativistas latino americanos.

Acima de tudo, para a autora, *extractivismo* compreende um fenômeno de sujeito político transnacional resultado de uma experiência compartilhada de subjugação sob o capitalismo global contemporâneo (Riofrancos, 2020:1). A sua perspectiva informa que a amplitude do termo extrativismo nos permite florescer cada vez mais discursos, resistências e debates sobre seu desenvolvimento no fluxo econômico global – germinando formas de relação e resistência complexas. Ela tenta não olhar o extrativismo a partir de uma lente que não seja descritiva e nem analítica, localizando nossa dependência da extração de recursos como marca do capitalismo contemporâneo.

Outra perspectiva instigante sobre a realidade da categoria extrativismo diz respeito a compreensão de Szeman & Wenzel (2021) quanto a qual função analítica serve o termo e as formas de evitar um inchaço metafórico, reformulações sinonímicas e a perda da precisão analítica do termo extrativismo. As autoras realizam esse procedimento a partir de uma diferenciação de “extração de recurso” e “extrativismo”, o primeiro enquanto momento e processo sob o capitalismo, e o segundo enquanto um quadro lógico cultural e ideológico que permeia imaginários sociais e literários (*ibid*).

⁵The concept has migrated from its origins in diagnosing the natural resource sectors often located in rural peripheries to the densely spatialized inequalities of cities, themselves key hubs of transnational commodity flows (“urban extractivism”). It also encompasses the operations of digital platforms (“data extractivism”) and stock markets (“financial extractivism”), and the governing logic of the global transition to renewable energy (“green” or “aeolian” extractivism).[1] Nearly anything, then, can be extracted: “mineral resources, labor, data, and cultures.”

O extrativismo, como termo conceitual abrangente, pode ser inadequado de pelo menos duas maneiras: primeiro, inadequado para descrever a variedade de relações sociais que se formam em torno de diferentes tipos de recursos – não apenas combustíveis fósseis, mas também, por exemplo, minérios, borracha, bauxita, estanho, lítio, açúcar, cacau, diamantes, ouro, madeira, etc.; e segundo, inadequado para descrever como esses diferentes recursos e relações se manifestam ou, de outras formas, se entrecruzam com a produção cultural. Ou seja, **na medida em que se queira falar de uma estética extrativista, talvez não exista uma única estética, mas várias.** [Tradução⁶ e grifo nosso] (Szeman & Wenzel, 2021:511)

Deve-se ressaltar que o trabalho das autoras é de análise da relação entre o extrativismo e o discurso literário ou estético, e como o extrativismo, sendo usado como metáfora em outros campos, cria uma bolha que desmaterializa as relações e sentidos implicados na atividade. O uso do termo extrativismo dessa forma serviria para qualquer prática onde se retira algo de algum lugar: minério, informações e sentidos etc. O que, segundo as autoras, planificaria relações muito diferentes, como mineração e a leitura de um texto.

Segundo as autoras (*ibid*), extrativismo seria uma forma de instrumentalização humana da natureza não-humana, uma utilização dessa natureza para fins humanos. Decerto uma visão relativamente estreita da atividade extrativista e que pode causar estranhamento. Contudo, essas duas referências acabam provando um ponto internamente na dissertação e que ambas procuram, em alguma medida, ressaltar: a diversidade do que se fala quando se mencionada extrativismo. Outro ponto igualmente importante e fonte de discussão é a consideração de que a mobilização do termo, por vezes, planifica regimes de relações distintos. As referências citadas estão alinhadas a uma vertente intelectual muito específica, que posso definir como estudos críticos sobre meio ambiente da América Latina.

Dessa forma, é possível vislumbrar inúmeras vezes suas reflexões evocarem: imagens da destruição, degradação, construção de *commodities*, refinadas análises sobre processos de subjugação, desterritorializações, como uma lógica-processo de construção de fluxos de transferência desigual de matéria prima do sul ao norte global, dentre outras dimensões destacadas pelos autores (Parks, 2021; Szeman & Wenzel, 2021). Entretanto, ao longo das leituras dos textos, é possível notar que os autores se referem a um tipo específico de extrativismo que é mencionado como exemplo: mineração, produção de combustíveis fósseis, *petroculturas* e afins.

⁶“Extractivism as a conceptual umbrella term may be inadequate, in at least two ways: first, inadequate to describe the variety of social relations constellated around different kinds of resources – not only fossil fuels, but also, say, ores, rubber, bauxite, tin, lithium, sugar, cacao, diamonds, gold, lumber, etc.; and second, inadequate to describe how these different resources and relations register in, or otherwise intersect with, cultural production. That is to say, to the extent that one might want to speak of an extractivist aesthetic, there is perhaps not one such aesthetic, but many.”

Todos são extrativismos e de fato estão associados a questões do tipo. Outrossim, as autoras discutem como a crítica literária não nomeia “*extração*” como sua metáfora de crítica literária, e sim “*extrativismo*” com o sufixo “*ismo*”. Uma vez que o primeiro não relata um sistema ideológico e um espaço representacional ligado ao uso e abuso da natureza como o segundo. Elas então acabam por oferecer uma reflexão interessante sobre categorias:

Ao *nomear*, temos em mente os tipos de movimentos que trazem à tona aquilo que até então não foi dito, visto, que é tácito, implícito, presente no ambiente, as suposições, normas e forças que permeiam tanto os textos quanto os mundos da vida – às vezes por meio de uma inversão de figura e contexto, onde o que era subestimado se torna impossível de ignorar. Pode-se dizer que um tal modo particularmente sofisticado de nomeação também olha reflexivamente para a própria prática e situação do crítico, de modo que possíveis (ainda que problemáticas) homologias entre, por exemplo, leitura e mineração se distanciam de maneira significativa. [Tradução nossa]⁷ (Szeman & Wenzel, 2021:516).

As autoras parecem resumir bem um objetivo a ser perseguido no trabalho. Ou seja, a tentativa de olhar para as nomeações não como descrições “puras”, mas como lentes por onde podemos observar o não dito, o implícito, questões assumidas, normas e homologias que são desenvolvidas. Mesmo que, no contexto da citação e do texto, as autoras estejam se referindo às analogias problemáticas entre ler um texto e mineração pela base do uso de extrativismo enquanto lógica da ação que subjaz as duas.

Contudo, este é um esforço que enquadra atividades relativamente diferentes das abordadas aqui, as quais seriam comumente associadas a produtos florestais não madeireiros (PFNM) ou a ideia atrelada ao conceito de extrativismo florestal. Decerto que o reconhecimento de Parks (2021) de que a história do extrativismo está atrelada a emergência do capitalismo, imperialismo e violentos processos de espoliação não está completamente desassociada da história do extrativismo como conhecemos aqui no Brasil. Mesmo do extrativismo vegetal, como é o caso da exploração das conhecidas “*drogas do sertão*” e do período da borracha.

Apesar da presente dissertação utilizar extrativismo em uma maneira particular e diferente dos autores e autoras mobilizados acima para entender algumas propriedades oferecem sem dúvida algumas reflexões inestimáveis sobre crítica ecológica às questões ambientais. Mesmo considerando que as atividades em questão não parecem se alinhar bem com as críticas das autoras, o modo investigado e de instigação do termo extrativismo é uma

⁷“By naming, we have in mind the kinds of moves that bring into focus the hitherto unsaid, unseen, tacit, implicit, ambient, air-we-breathe assumptions, norms, and forces that suffuse texts and lifeworlds alike – sometimes through a figure ground reversal in which the taken-for-granted becomes impossible to ignore. One might say that a particularly sophisticated mode of such naming also looks reflexively at the critic’s own practice and situation, so that possible (if problematic) homologies between, say, reading and mining loom large.”

postura antropológica valiosa. Uma vez que a atenção das autoras para o fato de as atividades não serem meramente nominadas extração, mas sim extrativismo, como compreensão do extrativismo enquanto categoria é proveitoso. É importante entender que os debates entorno da ideia de extrativismo, fora do contexto brasileiro, assumiram contornos próprios e estão tematizados pelas ideias expostas acima.

Dessa forma, é impossível prosseguir sem considerar com pertinência a importância do fato de que o extrativismo é uma concepção, uma categoria analítica que atualmente é densa e pode comportar sentidos e relações distintas dependendo dos espaços por onde ela circula. Por isso, os rumos da discussão divergem a partir de então para entender uma outra gênese e trajetória possível da noção de extrativismo que, inclusive, está associada com a história da Amazônia e emerge a partir de contextos desenvolvidos nela. Pretendo adentrar na seara de autores que imaginam a atividade extrativista a partir de diferentes conceitos, muitos deles ora idênticos, ora visivelmente distintos entre si.

O objetivo, como apresentado na introdução, não é analisar exaustivamente todas as pesquisas em extrativismo, mas consultar e analisar as premissas de autores que procuraram conceituar a atividade enquanto um fenômeno particular, que o mobilizaram enquanto uma categoria – mesmo que intencionalmente ou não. Também, procura-se olhar para os autores que, a partir de observação ativa, julguei terem sido importantes para a cristalização e transformações que perpassam essa categoria.

3. O *Extrativismo* como categoria analítica brasileira: breve trajetória histórica da atividade

Quando pensamos mesmo a atividade extrativista no contexto brasileiro, e até mesmo amazônico, nos deparamos com uma infinidade de conceitos e verbos associados à essa categoria. Ademais, extrativismo pode significar práticas deveras distintas como a pesca e a coleta de frutos. Quando adentramos a seara do extrativismo vegetal, encontramos ainda sim uma diversidade considerável de práticas, técnicas e sentidos que nos fazem questionar o que de fato queremos dizer quando tratamos do extrativismo como categoria.

Por exemplo, para a coleta de frutos, sementes, folhas, lianas e plantas inteiras podem ser utilizados os termos extração, coleta, apanha ou catação. Já para a casca, palmito, látex, goma ou raiz, normalmente se utiliza apenas o termo extração, pois subentende uma atividade que exige a utilização de ferramentas. Para a coleta de frutos e sementes caídos no chão, normalmente os termos mais utilizados são coletar, apanhar, catar ou juntar, dificilmente se usa o termo extração neste caso. (Silva & Miguel, 2014:196).

A situação exposta no excerto nos ajuda a compreender as ambiguidades, dualidades e possibilidades quando se pensa em extrativismo. Mesmo se tratando de uma subárea da atividade tão específica, existe uma gama de ações e conceitos que são associados, além de variados pressupostos dependendo do tipo de atividade. No próprio artigo citado, os autores comentam que a categoria extrativismo poderia ser um conceito “pseudocognitivo” onde a definição partilhada é mais intuitiva. Os autores também concordam que essa incerteza da definição da categoria acaba sendo uma grande questão em propostas de debates e considerações afinados e refinados sobre a atividade. Entretanto, alguns passos rumo à uma caracterização da emergência e consolidação da categoria são viáveis.

É possível afirmar com determinada certeza que “*extrativismo*” enquanto categoria de análise – para além do sentido estrito do dicionário – é uma produção brasileira, em especial, da Amazônia brasileira durante a década de 80 (Mourão, 1999; Lescure & Castro, 1992; Bahri, 1996; Emperaire & Lescure, 1996; Aubertin, 1996). A categoria extrativismo, assim como vista anteriormente, pode dizer respeito a relação de produção de uma miríade de produtos de origens diferentes: minerais, animais ou vegetais (Lescure & Castro, 1992; Emperaire, 1994).

Entretanto, antes de tudo, é preciso considerar que nem sempre foi guardado à atividade extrativista a posição que a mesma ocupa hoje como, em partes, um receptáculo do futuro da região amazônica. Aubertin (1996) comenta sobre como os sentidos atrelados ao extrativismo vão sofrendo constantes transformações ao longo dos séculos, desde o período da colonização até datas mais recentes. Segundo a autora, a exploração de produtos da floresta tem uma história particular. Segundo Emperaire (1994) pode-se afirmar que na Amazônia, a busca por produtos florestais está intimamente ligada ao processo de ocupação (e desocupações) da terra e da formação da economia amazônica. Uma afirmação amplamente confirmada por outros autores (Costa, 2012).

A autora em seu texto “*L’occupation de l’Amazonie. Des drogues du sertão à la biodiversité*” encontrado no seminal “*La forêt en jeu*” de organização de Jean-Paul Lescure e Laure Emperaire (1996), argumenta a partir da ideia de que o extrativismo estrutura as relações sociais e de produção na região. O primeiro momento aonde Catherine Aubertin remonta essa história, é ao período de exploração das drogas do sertão. É inegável contudo considerar que práticas de coleta, relacionadas à uma atividade extrativa, estão associadas à formação da região bem antes do período colonial (Mendes dos Santos, 2021b). Para Costa (2012) a atividade está no centro do que caracteriza as relações de trabalho, culturais e políticas do espaço amazônico.

Após a perda de sua hegemonia nas colônias na outra metade do planeta, Portugal se volta para a colônia americana para início de uma exploração onde a coleta e cultivo de

especiarias foram largamente encorajadas (Aubertin, 1996). A invasão portuguesa e o processo de pilhagem da terra, bem como o genocídio indígena colocado em curso, se materializava nas constantes demandas de produtos da floresta para abastecimento do mercado colonial. Para além disso, como afirma Costa (2013), o processo de ocupação portuguesa na Amazônia se assentava nas expectativas já cultivadas alhures: a criação de um grande celeiro de produção agrícola com base na escravidão africana. Contudo, o cenário amazônico obrigou que fossem realizadas reformulações no projeto colonial. Segundo o autor, logo foi constatado que o solo da região poderia servir aos propósitos do regime colonial de diferentes formas.

Esse ideal agricultor marca desse primeiro período daria lugar, então, ao que Costa (2013;2012) chama de extrativismo de coleta que vigoraria inequívoco por quase todo o período colonial. Essa corrida pelos produtos florestais, evidentemente, implicou na exploração do trabalho de grupos que conheciam o espaço: os muitos grupos indígenas que habitavam e ainda habitam a região. Entretanto, segundo Costa (2013), curiosamente, enquanto o extrativismo coletor de fato se configurou como a base da economia colonial (base que dura para além do tempo considerado na literatura tradicional sobre o assunto), a ideologia dominante da época rejeitava veementemente a atividade.

As menções ao caráter bárbaro do extrativismo avolumam-se de Antônio Vieira, o organizador dos aldeamentos jesuítas no terceiro quartel do século XVII, até Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o executor das reformas pombalinas na região, que incluíram a expulsão, da Colônia, dos confrades de Vieira, um século depois. O que leva à unidade de opiniões entre protagonistas tão distintos do ponto de vista de suas posições relativas no tempo e na ordem colonial é a aproximação ideológica naquilo que, de um lado, identifica o empreendimento colonial com civilização, e, de outro, civilização com cristianização. (Costa, 2013:23)

O autor detecta aqui uma relação que é, sem dúvida, esclarecedora não só para compreender o desenvolvimento da atividade extrativista, mas sobre o que se pensa sobre ele e como isso acaba se espraiando no tempo e no espaço. Para o autor, essa aproximação ideológica constaria em uma divinização do colonialismo; a sua pretensa “missão civilizatória”. Ele aponta, de forma perspicaz, que essas equivalências entre colonização, “civilização” e cristianização é mediada por noções específicas, em específico uma forma particular de relação com a “natureza” (Costa, 2013:23).

A noção associa essas dimensões da seguinte maneira: o colonialismo – como suas práticas e estrutura econômica – é “civilizatório” pois decorre de uma transformação de uma natureza bruta, vazia, caótico, intocado pelo divino, propenso a ocupação pelo “maligno” (Costa, 2013). Sendo assim, um espaço onde se angariam almas pelo trabalho – este o trabalho

escravo e exploratório empregado na região. Dessas torções decorrem a polaridade que o autor detecta:

As polaridades ideológicas se constroem, pois, opondo natureza bruta (e homens a ela associados) à natureza transformada (e os homens que a transformam), do mesmo modo que opõem a barbárie à civilização. A ordem colonial na Amazônia colocava, portanto, o problema de como justificar o extrativismo de coleta (não “transformador”) como obra civilizatória, cristã. (Costa, 2013:23)

A interpretação e explicação que o autor propõe neste momento talvez seja o alicerce mais importante do presente trabalho. Lembra-se que o objetivo da dissertação é rastrear na história dos conceitos elencados neste trabalho, as emergências de sentidos atribuídos a eles que ora se escondem e somem, ora reemergem e se solidificam. Dessa forma, detectar na ideologia colonial um dos rastros de como se pensa o extrativismo – muitos sentidos ainda correntes hoje em dia – revela uma conexão profunda entre pressupostos quanto a atividade extrativista e o projeto colonial no país.

O que chama a atenção no excerto são as associações que o autor demonstra. Por transformar a floresta, essa paisagem “caótica” e desordenada, a civilização/colônia/cristandade estaria transformando a floresta através do trabalho. Ao contrário disso, vemos emergir uma conceituação bem comum ainda hoje em dia que é do extrativismo enquanto relação de passividade, não interativa, ou seja, não transformadora. E, portanto, acaba também sendo pensada como representante de outras categorias como “selvagem”, “caótico” e “anti-civilizatório”.

O extrativismo era visto, acima de tudo, como solução provisória, uma vez que era – e ainda é – associado às ideias de instabilidade, miséria e falta de oportunidades de desenvolvimento da agricultura “moderna”. No período colonial, a primeira grande crise do modelo extrativo aplicado até então, resulta da queda do preço do cacau (Costa, 2013;2012). A miséria da crise era interpretada, por consequência, como a miséria do extrativismo em si segundo o autor. Dessa forma, um fracasso proveniente da incipiência da agricultura e da civilização na região (Costa, 2013;2012). Resultado também da “aventura” que seria a economia amazônica baseada no extrativismo.

Essa concepção de que o extrativismo seria momentâneo, provisório e que seria em breve substituído pelo projeto agrícola para a região, também emerge de forma constante nesse período e se dilata na historicidade da Amazônia. Uma vez que a atividade seria compreendida como economicamente instável e ideologicamente errada (Costa, 2013). Segundo Costa (2013) o pecado residiria então na tentação ao ócio da nômade e desordenada atividade extrativista de

coleta, inimiga de valores civilizatórios, como o sedentarismo e a organização social desejada pela colonização.

Esse discurso, sistematizado já nos primeiros séculos da colonização da Amazônia, vai ser reprisado continuamente ao longo da sua história. Não há relatório de poderosos ou escritos de bem-pensantes em que ele não esteja presente, adaptando-se, naturalmente, às evoluções contingentes que se processam nas suas fontes. Os liberais da metade século XIX, por exemplo, impregnados das verdades positivistas, vão acrescentar à noção de civilização a de progresso e substituir o peso da racionalidade religiosa pela religião da racionalidade. Ao que os tecnocratas, arautos da modernização conservadora da ditadura de 1964, vão adicionar, um século depois, os conceitos de desenvolvimento como processo possível pelo autoritarismo (Costa, 2013:24).

Esses discursos que se espalham através do tempo fazem parte da ação de novos mecanismos de implementação de algo que Costa (2013) denomina de *ideal agrícola*, em diferentes momentos. Segundo o autor, a historiografia brasileira dedicada ao estudo da história econômica da região amazônica, cristalizou uma visão particular das movimentações e transformações econômicas na região. Segundo Costa (2010) o consenso formado é de que a história do período colonial amazônico é formada pelas tentativas de implementação e estruturação de um projeto agrícola e ocorrência de um contexto ou outro de economias extrativas. Essa variação estaria condicionada, principalmente, à disponibilidade de mão de obra escravizada. Ademais, fora consensual imaginar que esse período colonial seria marcado pela escassez de recursos e um “ciclo de economia extrativa” que perduraria até a gestão Pombalina. Período este que seria marcado não mais por dada escassez de recursos, mas sim por uma abundância de capitais – que incentivariam a implementação de um ciclo agrícola (Costa, 2010:168).

Não obstante, observa-se que

A gestão pombalina seria a inflexão, o *turning point*, que marcaria a passagem da situação insustentável representada pelo extrativismo, para uma dinâmica estruturada pela agricultura, que, alimentada adiante por conjunturas do mercado mundial, sobretudo as ligadas à guerra da independência americana (Costa, 2010:168).

No artigo supracitado onde o autor explora o lugar e o significado da gestão pombalina no Brasil colonial, o espaço de argumentação é utilizado para amplificar uma questão que transborda o período analisado. Esta seria a concepção de que a história da região amazônica é marcada pela paulatina implementação de um ideal agrícola que caracteriza sumariamente a

estrutura econômica amazônica⁸, em face a derrocada ou incursão variável do extrativismo face a esse projeto agrícola. Ou melhor, de que ocorriam tentativas de transformar a região em uma zona produtiva e que sua pobreza e níveis de desigualdade social e produtiva estariam associados a alguma realidade existencial do extrativismo coletor.

De outra forma, o imaginário construído a partir da gestão Pombalina discursa que o ciclo do extrativismo sairia de cena, para a entrada de um ciclo agrícola que, por sua vez, encontraria sua limitação somente em um novo ciclo extrativista potente que teria a borracha como seu objeto de exploração (Costa, 2010). Para muitos autores, segundo o autor, o período pombalino seria imaginado como um momento de passagem estrutural econômica da região do sistema de “drogas do sertão” para então uma agricultura baseada em pessoas negras escravizadas e trabalho livre. Outrossim, essa perspectiva do autor faz parte de uma posição, em certa medida, contrária às visões mais vigentes sobre a região, sua economia e população. A visão baseada em “ciclos” é duramente criticada por Costa (2012a) que, resumidamente, propõe que a economia, e nesse caso a amazônica, é estruturada a partir da produção de um produto ou um conjunto de produtos fundamentais e, acima de tudo, em uma relação com a economia mundial e global.

O autor também explicita que essa argumentação dos ciclos giraria em torno de um produto que sofre expansão em sua produção, têm seu auge e ou “decai” para um papel irrisório, ou some sumariamente das estruturas econômicas da região. Dessa forma, o autor procura ressaltar o oposto do que geralmente têm se pensado para a região amazônica, ou seja, que o extrativismo é um fenômeno instável e a variável, quando na verdade, seria o oposto: o extrativismo é a constante invariável da região amazônica. Na síntese dos períodos de investida do projeto agrícola e de invariância do extrativismo, estariam as emergências da diversidade estrutural das atividades realizadas na região, em especial de uma trajetória que tem no extrativismo, ou no agroextrativismo, seu paradigma de relação.

As insuficiências do método se revelam, para os autores, tanto em relação à diacronia, pois a sucessão das fases não se deixa precisar com exatidão, quanto à sincronia dos eventos relevantes, eis que a magnificação do que ocorre em torno do “produto-rei” obscurece outras atividades, as quais, ou são pouco apreciadas ou, mesmo, desconsideradas, embora não só tenham existido, como muitas vezes representado papéis não desprezíveis nas estruturas socioeconômicas que caracterizam um período. (Costa, 2012a:22)

⁸Costa (2013) comenta como este processo faria parte, em tese, de um movimento maior característico da estruturação da economia capitalista que, no Brasil, tenderia à homogeneização do espaço, e que igualmente aqui, encontra na agricultura monocultora de larga escala um espaço de manifestação dos seus ideais.

O autor, no excerto, refere-se à produção de Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva que foram os autores que formalizaram essa crítica à periodização em ciclos que obnubilava a importância da diversidade de atividades na história da região amazônica⁹. O autor, percebe, ao contrário, a delimitação de uma crescente diversidade econômica estrutural caracterizando a região amazônica, que associa flexibilidade e resiliência, podendo então reconstruir novos sentidos para os eventos que a noção de ciclos deixara, por vezes, turvado (Costa, 2012a).

Compreende-se, então, que o autor não nega que tenham existido economias estruturadas que possuíam um produto principal como a maior parte de sua economia. Mas a visão de ciclos acaba por projetar uma perspectiva estanque do fluxo histórico, de forma que o mais correto seria imaginar que essas economias se estruturam a partir da síntese de outros períodos onde o extrativismo não é uma tentativa, mas uma permanência. Dessa forma, mesmo no auge de uma economia extrativista como a borracha, existiam muitos outros produtos e espaços menores e camponeses que eram e são de fundamental importância para a sustentação e permanência desse arranjo econômico e social amazônico¹⁰.

Como citado, o então “ciclo agrícola” que se instauraria na região amazônica, só encontraria sua derrocada parcial na economia da borracha – período essencial para entender não só a história do extrativismo na região, mas a estabilização e mobilização dessa categoria. Também ocorre um movimento de produção de novos sentidos quanto à atividade extrativista, bem como a continuidade de velhas concepções e espaços de contenda quanto ao local da atividade no futuro da região.

Como já visto anteriormente, o século XIX inaugura um período onde existe uma confluência de fenômenos importantes. Vale citar que momentos-chaves da história da região amazônica, como a Cabanagem, figuram de forma significativa não só no desenvolvimento do extrativismo na região, mas na imagem que se cria sobre o mesmo. Segundo Harris (2018), apesar do movimento cabano ter sido derrotado, ele angariou uma vitória particular: o modo de vida, relações sociais e produtivas epitomizados na figura do cabano acabaram por sobreviver nos interiores da região e se expandir continuamente. A economia da borracha figuraria, portanto, como período importante onde uma atividade extrativista se tornaria mais uma vez

⁹“O exemplo mais claro constitui a não consideração da pequena produção familiar, camponesa, no chamado ciclo do açúcar no nordeste brasileiro e em outras fases do período colonial. Com efeito, a importância de estruturas camponesas no Brasil colonial vem se explicitando desde então na razão direta da consideração pelos historiadores das necessidades internas da colônia” (Costa, 2012:22)

¹⁰“Mostrava-se a nós igualmente curioso o fato de que o montante das exportações de outros produtos de origem florestal, que não a borracha, cresceu significativamente durante a época de ouro da borracha” (Costa, 2012a:23)

símbolo do “desenvolvimento” da região. E, também, aumentaria a quantidade de discussões e desencadearia desdobramentos impactantes para a própria noção de extrativismo. Conflitos de terra também aumentariam drasticamente no mesmo período. Políticas desenvolvimentistas e de “integração” da região se tornam cada vez mais presentes e em ofensiva na região.

O objetivo, portanto, não é recontar esta história, a da borracha. É um período largamente estudado (Weinstein, 1983; Tully, 2011; Santos, 1980), conhecido e configura parte dos interesses deste trabalho conferir à borracha um espaço justo: nem exacerbar sua influência com um momento completamente surreal e único do extrativismo, mas não ignorar também o período e as transformações proporcionadas, bem como seus impactos na estrutura das atividades amazônicas – esta última, seria um sinal de leviandade.

Segundo Costa (2013), o “período áureo da borracha” também assiste à construção e incentivo de políticas que preconizavam a ocupação de agricultores estrangeiros na região – ou seja, a investida mais uma vez do discurso em favor de uma ordem agrária e de um ideal agrícola, em contraponto ao extrativismo. Segundo o autor, o período da borracha encontra aqui a formação de uma estrutura econômica e de atividades particulares, ou seja, capaz “de lidar equilibradamente com dois exigentes departamentos: um extrativista, associado ao bioma único e altamente complexo e outro agrícola, no contexto edafoclimático também único da região” (Costa, 2013:62). O período da borracha, contudo, será por muito tempo entendido por diversos setores da sociedade como o momento da saída da Amazônia de uma espécie de letargia (Aubertin, 1996) e de entrada da região à modernidade e à economia global, bem como o grande sucesso do extrativismo e, conseqüentemente, seu maior fracasso. Este tipo de interpretação do período da borracha e os sentidos produzidos a partir da escrita do seu período é amplamente criticado por Nugent (2017).

É evidente que o período da borracha marca um momento especial, mas um momento que foi gestado no seio de estruturas econômicas e sociais em curso de formação ao longo dos últimos anos antes da explosão das exportações. Segundo Costa (2012a) esse período é marcado por dois momentos específicos, o de estruturação e fundamentação do período, marcado pelo seringal-camponês. Segundo o autor, este período estaria caracterizado pela base camponesa herdada do século XVIII, que estava ligada ao mercado por uma rede mercantilista tradicional (Costa, 2012a).

As estruturas provindas do século XVIII passaram a se orientar segundo a nova realidade dos preços da borracha: procurando maximizar as oportunidades de preço, os comerciantes buscaram trocar suas mercadorias preferencialmente por borracha e as unidades produtivas camponesas caboclas passaram a produzir, ao lado do seu portfólio habitual (ver no Gráfico 3.2-2 o crescimento concomitante da produção de Cacau e da Castanha-do-Pará),

também o látex, primeiro do caucho, depois da hevea brasiliensis. (Costa, 2012a:67)

O outro período em questão, será o bem conhecido onde se forma a imagem do período da borracha, chamado de Auge ou formação do seringal-empório¹¹. Segundo Costa (2012a) esse é um período que pode ser entendido a partir da flexibilidade e limitações das estruturas camponesas em questão. Face a uma demanda industrial que escalava assombrosamente, novas estruturas emergem “as quais não se originaram das anteriores, nem tampouco as destruíram.” (Costa, 2012a:68). Este período seringal-empório não é baseado nas unidades camponesas amazônicas e conta com um largo fluxo de migração nordestina no século XIX. Este período pode ser caracterizado da seguinte forma: a consideração do seringal como um elo em uma cadeia. Neste período ocorre uma estruturação de diversas escalas do capital comercial, do seringueiro, ao seringalista, os aviadores, os exportadores, os importadores, as redes internacionais de emergência de objetos da borracha (Nugent, 2017).

Também outras características, segundo Costa (2012a), são: o seringal como uma estruturação de especialização da produção, a característica imigrante da força de trabalho, o isolamento dessa força de trabalho, a suposta autonomia dos seringueiros e o fato da condição agrária da terra ter papel secundário na constituição de um seringal¹². É um período onde a atividade extrativista estaria no auge segundo os maiores consensos sobre a história da região. Mas, também, um momento que será seguido pelo fracasso do extrativismo – a sua “miséria”, tão evocada no período colonial, bateria à porta da intelectualidade vigente mais uma vez.

O fim da economia da borracha possui matizes distintas. A diminuição dos fluxos comerciais e perda do protagonismo se cerca de aspectos variados. O começo e estabilização dos plantios asiáticos atacou diretamente as preferências das quais gozava o mercado de exportação brasileiro – levando em conta também que a transferência não fora somente de sementes, mas de todo um sistema técnico que é utilizado como base para concepção de novas formas de explorar a seringueira (Di Deus, 2017). Apesar de outro pico produtivo na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial, onde a demanda pelo látex aumentou consideravelmente, a produção amazônica encontra outro fim com o término do conflito.

¹¹“Os seringais-empórios eram empresas sob controle de frações locais (regionais) do capital mercantil, financiadas por fontes internacionais, que controlavam centralmente diversas unidades de trabalho isoladas – trabalhadores formalmente autônomos, não assalariados –, pelo monopólio da logística de suprimento e pelo monopólio da compra do látex.” (Costa, 2012:68)

¹²“Para a exploração de um seringal era necessário a alocação de seringueiros, a abertura de estradas, o levantamento de um barracão e a formação de uma força policial privada, os chamados capangas.” (Costa, 2012:70)

Segundo Nugent (2017), o período pós-borracha é marcado, sobretudo, por uma estabilização de perspectivas sobre a região amazônica que lhe confere o status de paraíso/inferno onde diversas tentativas de “civilizar”, ou de fazer real a “presença humana”, falharam mais uma vez. Lançando, assim, a região e seus habitantes ao caos, desordem, incivilidade e para fora da modernidade. O contexto da época é caracterizado, então, por uma forte reestruturação endógena das economias amazônicas, sendo assim “com a derrocada dos seringais do auge, se expandirá o campesinato extrativo, refazendo a geografia e a sociologia de sua presença” (Costa, 2012a:25).

Essa é uma perspectiva amplamente explorada e compreendida também por Almeida (1992) em sua tese sobre a formação de uma economia com base em um campesinato florestal a partir das práticas de exploração da seringueira que perduram após o período áureo. Entretanto, deve-se considerar que a exploração da borracha no Brasil nunca foi totalmente encerrada ou deixada de lado, muito menos na Amazônia. Como explora Di Deus (2017), a extração da borracha segue em menor escala e ganha protagonismo em outras partes do país, substituindo até a produção de café, como é o caso do cultivo e exploração paulista da borracha.

Outro momento, décadas depois, que marca a história do espaço amazônico e que possui relação com a constituição de sentidos atrelados à essa região e ao extrativismo é a presença militar na região que abarca uma miríade de políticas e determinações que compreendiam os desejos de afirmação de uma “identidade brasileira” e de financeirização dos recursos nacionais ao capital estrangeiro. Bem como a ocupação da região amazônica com grandes projetos e de entrada na modernidade (Aubertin, 1996). Esse é um período de movimentação e incentivo do governo militar à migração de agricultores à região para explorarem uma terra então “muito rica” e com “tesouros inesgotáveis” (Aubertin, 1996). Segundo a autora, esse período marca um momento onde a devastação se instaura fortemente sob a égide de uma agricultura moderna que pede o desflorestamento como substrato de uma dinâmica econômica.

Este momento também é marcado também pelo início de políticas de incentivo ao desenvolvimento agropecuário da grande empresa, considerado então como a única possibilidade de “dominar” e controlar a “natureza” amazônica (Costa, 2013). Segundo o autor (*ibidem*) essas políticas e ofensivas governamentais de incentivo fiscal a empresas se delineia no pretérito falido plantio de seringueiras do empreendimento Ford Motor Co e, anos depois, na “Operação Amazônia”, que recupera esse modelo de desenvolvimento agropecuário agora como estratégia central e base do desenvolvimento regional.

Um balanço de 20 anos da política de incentivos fiscais à grande empresa para o desenvolvimento da agropecuária na Amazônia mostra que 87,7% das

empresas ou não conseguiram se estruturar produtivamente ou apresentam prejuízos sistemáticos. Na base do malogro, não está a pura especulação, como querem alguns. Antes, o que explica o fracasso é, como em outros momentos, a incapacidade técnica da grande empresa, a dificuldade geral de dominar os elementos da natureza ímpar amazônica. O setor pecuário moderno que se pretendeu formar em substituição às formas extrativas e de agricultura camponesa da fronteira agrícola, não se formou. (Costa, 2013:25)

A pesquisadora e etnobotânica Laure Emperaire, que dedica sua vida e pesquisa a compreender os complexos sistemas agroflorestais amazônicos do Rio Negro, elenca-nos um conjunto de motivos do porquê a atividade extrativista passa a chamar tanta atenção (Emperaire, 1994). A autora compreende que o interesse pelo extrativismo está marcado por um contexto específico do final da década de 70 onde ocorrem as primeiras ações dos coletores de látex, então seringueiros, contra o desmatamento e os despejos coordenados por grandes proprietários de terra. Outro ponto ressaltado pela autora é a ascensão do líder sindical Chico Mendes. A luta dos seringueiros, afirma Emperaire (1994), está também relacionada a um forte levante da comunidade científica em torno da degradação do meio ambiente, a relação desta com uma forma específica de desenvolvimento e as consequências do desmatamento.

Neste período é importante reafirmar a imagem assistida pelo Brasil e o mundo de uma Amazônia em chamas, onde os recursos logo se tornaram esgotáveis e em risco de prejudicar o destino do planeta inteiro (Aubertin, 1996). É, entretanto, a partir da década de 80 que as causas ambientais entram mais em voga. A atenção do mundo, de ONGs e ambientalistas cada vez mais se concentra no destino da região, materializado em perguntas, como: de que forma desenvolver a região mantendo a floresta em pé? Para Aubertin (1996), nesse período ocorre um encontro entre os seringueiros e os ambientalistas, ou ecologistas. Entende-se que a movimentação e solidificação dos então chamados Povos da Floresta é um marco significativo desse período e que influi nas transformações que sofrem a categoria extrativismo.

O imperativo do desenvolvimento econômico começara cada vez mais a ser confrontado pela noção de desenvolvimento sustentável. Sendo o primeiro baseado em um princípio de fontes inesgotáveis de recursos, e a segunda na gestão de recursos e rastreamento de modos de produção que conservassem os ecossistemas (Aubertin, 1996:8). Dessa forma, o extrativismo seria então colocado em pauta por diferentes agentes políticos como Chico Mendes como uma atividade não predatória e que pode possibilitar um desenvolvimento sustentável da região amazônica. Diferentes movimentos ambientalistas começariam a realizar alianças estratégicas com diferentes grupos considerados “tradicionais” ou grupos onde suas práticas produtivas não fossem destrutivas ao ecossistema. Essa aliança seria realizada de forma a aliar lutas pela terra, pela preservação de relações sociais e culturais e pela produtividade local.

Evidentemente, esse movimento é marcado pela emergência do movimento dos seringueiros no Acre, a venda de terras dos patrões, e os seringueiros colocados em meio a madeireiros e a especulação de terra (Almeida, 2002; Aubertin, 1996). Segundo Almeida (*ibidem*) nesse período suas atividades também eram consideradas como “*anti-progresso*”, em face a um período onde o desenvolvimentismo se mantinha rampante. A alteração significativa que os seringueiros promovem na constituição de políticas e de um projeto agrário-ambiental, também computa parte importante na transformação da mobilização do extrativismo enquanto categoria (Allegretti, 2008). Não seria exagero afirmar que o movimento dos seringueiros, e em alguma medida a coalisão de grupos que realizavam extrativismo vegetal não madeireiro, foi a força que conseguiu trazer o extrativismo para o centro das preocupações de conservação ambiental, catapultando uma atividade “do passado” para o “futuro”.

O movimento dos seringueiros preencheu uma lacuna que faltava ao movimento ambientalista: o componente social e econômico para a defesa das florestas tropicais. Embora não tivessem poder econômico nem força política, os seringueiros detinham algo que estava sendo demandado no debate internacional: um argumento social para a defesa das florestas tropicais. (Allegretti, 2008:57)

Segundo Emperaire & Lescure (1996) os estudos sobre extrativismo também se iniciam na baía dos anos oitenta e tinham como foco casos específicos, como os dos seringueiros do Acre, dos castanheiros da região de Marabá (PA), ou até as populações exploravam a palmeira do açai no estado do Pará. Segundo os autores, os estudos se concentravam sobre as atividades mais perceptivas, onde se encontrariam populações mais organizadas e onde as situações de desflorestamento estavam mais intensas – uma vez que esta última compunha o bojo das questões que despertam o interesse pelo extrativismo (Emperaire & Lescure, 1996:4).

Uma parcela de autores dedicados a pensar o extrativismo e seus movimentos na formação da região amazônica oferecem um vislumbre das torções que são feitas a partir da história da atividade (Lescure, 1996; Emperaire; 1996; Pinton & Aubertin, 1996). Na publicação de *La forêt en jeu*, em 1996, Lescure enquadra a atividade a partir de uma definição convencional. Extrativismo, considerado como termo, seria utilizado amplamente nos espaços de discussão sobre conservação ambiental. Outrossim, seria uma categoria popularizada pelos citados seringueiros e evoca diretamente imagens de uma biodiversidade florestal tropical. Ademais, o autor considera o português como sua língua de origem, e nesse contexto brasileiro, se referiria à exploração de qualquer recurso natural e, à época, referir-se-ia à exploração *comercial* de recursos conhecidos como produtos florestais não-madeireiros (Lescure, 2014)

O autor comenta também as transformações que a categoria extrativista sofre ao longo dos anos. Anota como durante muito tempo fora uma atividade que angariou uma imagem negativa – como expus acima. Ela refletiu, em grande medida, os processos de pilhagem, colonização e destruição dos ecossistemas. Bem como os modos de relação e produção violentos implementados durante esses períodos, como as relações entre patrões e extratores. E, na década de 90, quando o livro é escrito, Lescure (1996) comenta que a atividade extrativista é marcada pela percepção de uma atividade economicamente pobre, socialmente desastrosa e que seus lucros não beneficiariam mais que grandes comerciantes, de forma passageira.

Sendo assim, é possível vislumbrar as trajetórias históricas que o conceito de extrativismo percorre. As torções simbólicas que são executadas nesse percurso são consideráveis e cada uma deixa uma marca que perdura, em maior ou menor intensidade, até os dias de hoje. No Brasil a atividade extrativista sofreu diversas outras mutações importantes. Novos conceitos surgem com os anos para endereçar atividades antes encaradas somente como extrativismo – como é o caso do termo agroextrativismo. É evidente também que no contexto brasileiro, extrativismo acaba também sendo associado aos produtos florestais não madeireiros em alguma medida, mesmo que possa ser usado para outras atividades.

De toda maneira, é importante conceber como o caso brasileiro amazônico modela uma noção particular de extrativismo e que está fortemente ligada à formação da região marcada pela estruturação histórica de camponeses florestais (Almeida, 1992; Costa, 2012). Enquanto isso, o termo coleta parece se dissolver no imbróglio desses desenvolvimentos e se tornar uma categoria particular do extrativismo. De toda maneira, extrativismo passa ter ambigualmente, e para grupos diferentes, sentidos e noções diferentes e diversas.

4. Diferentes visões sobre o *extrativismo*: perspectivas ortodoxas e não ortodoxas

A partir da década de 80 diferentes visões sobre o extrativismo diferentes pesquisas começam a ser projetadas e executadas face a esse cenário global e nacional onde a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade se torna cada vez mais inevitável. O parâmetro desenvolvimentista jamais sumiria e estaria cada vez mais forte, entretanto agora um novo jogador entrava na arena: a possibilidade de que as ações e práticas produtivas e sociais humanas impactassem o globo de forma altamente negativa. Sousa (2018) comenta que este período é marcado por uma ampliação no conhecimento e lugar da região amazônica no mundo. Ele comenta:

Considerou-se que a Amazônia é parte do Trópico Úmido, uma faixa central ao redor da Terra que cobre 10% da superfície do planeta e abriga quatro

grandes tipos de agrupamentos residuais de florestas. É um meio biofísico complexo que, para se manter equilibrado, necessita que sejam restritas as formas de uso por atividade agrícola convencional e que seja eleita a coleta de produtos diretamente da flora e da fauna como a principal forma para sustentabilidade na relação homem/natureza nessa região (Sousa, 2018:215).

Essas perspectivas obrigam que cada vez mais cientistas se debrucem sobre a realidade amazônica e suas transformações. Dentre muitas conceituações que emergem ou que se consolidam no período, algumas perspectivas que dizem respeito a uma perspectiva mais negativa sobre o extrativismo, sua realidade e seu potencial precisam ser colocadas em relevância. Walter Paixão de Sousa aponta a recrudescência de teorias da modernização e do desenvolvimento até meados da década de 80 como um apanágio significativo desse processo de produção de significado. Ele destaca também a influência da perspectiva evolucionista que entendia o extrativismo como uma versão “mais atual” da coleta, mas ainda assim atrasada e com poucas possibilidades e que seria, eventualmente, descartada pela evolução cultural e econômica (Sousa, 2018).

Apesar de considerar que desde a década de 80 já se vem construindo pesquisas sobre o extrativismo na Amazônia, é a partir da década de 90 que essas pesquisas se solidificam e encontram vazão entre leitores de vários setores da sociedade. Um momento importante de publicações em torno da questão do extrativismo diz respeito ao livro organizado por Miguel Clüsener-Godt e Ignacy Sachs chamado *Extrativismo na Amazônia Brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional* (1994). Os antecedentes da confecção da obra dizem respeito à Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Socioeconômico e Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos em Manaus no ano de 1992 – um desdobramento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Na obra encontramos uma introdução redigida pelos autores abordando a razão de ser da obra e os contextos que permitiram a emergência dos questionamentos e reflexões apresentados ao longo do corpo textual. Dentre elas, o autor elenca algumas questões que estavam extremamente vigentes no período de confecção do livro como o lugar do extrativismo vegetal nas estratégias de desenvolvimento da região amazônica, o papel das reservas extrativistas, sua “viabilidade” a longo prazo e sua compatibilidade com as diversas realidades regionais.

O livro, como fruto da conferência, encontra em sua razão de ser um grande debate sobre o extrativismo, suas possibilidades, limitações e planejamentos de seu desenvolvimento para a realidade tropical úmida amazônica. Dessa forma, é possível perceber que tanto a conferência

quanto a obra, naturalmente, têm um forte diálogo com os estudos e debates sobre desenvolvimento, neste caso aparentemente fortemente tocados pela dimensão sustentável.

No contexto das regiões tropicais úmidas, deve-se dar atenção especial à reabilitação das áreas degradadas, à agrosilvicultura, à gestão florestal, ao estabelecimento de reservas extrativas e reservas de biosfera e o uso racional da biodiversidade para o benefício das populações locais e indígenas e dos países envolvido. (Clüsener-Godt & Sachs, 1994:7).

Sendo assim, o livro e suas contribuições evocam constantemente como o extrativismo serviria à um plano regional de desenvolvimento do país de combate às mazelas da região. Existe, indubitavelmente, uma crença de que as práticas na região precisam de alguma forma ser desenvolvida – ou pensadas dentro de um quadro conceitual de desenvolvimento. Entretanto é inegável que cada autor imagina essa questão de uma forma radicalmente diferente. Tratando tanto do extrativismo como das reservas extrativistas, o livro estabelece o tom da contribuição.

Possivelmente, o ponto mais importante desse compêndio diz respeito aos autores convocados para a tarefa de produzir um panorama reflexivo quanto à questão do extrativismo na realidade amazônica. Os dois autores elencaram Alfredo Homma, Mary Allegretti e os então membros de uma cooperação acadêmica franco-brasileira, estes seriam Laure Emperaire, Florence Pinton e Jean-Paul Lescure. A seleção desses autores não seria uma coincidência, com o tempo estes nomes viriam a figurar como os maiores expoentes sobre o extrativismo enquanto uma questão, suas problemáticas, debates e meandros. Cada um deles se debruçaria, à sua maneira, em formas de refinar, diversificar e ampliar pesquisas, investigações e observações sobre o que consiste de fato o extrativismo enquanto uma atividade-fenômeno significativo. Considero que, portanto, os estudos do desenvolvimento foram os primeiros a capitanearem no Brasil os estudos sobre extrativismo e que demonstram uma mobilização categoria do termo.

4.1 Alfredo Homma e o inevitável desaparecimento do extrativismo: uma perspectiva ortodoxa

Seria leviano propor uma narrativa das conceituações de extrativismo e de sentidos mobilizados pela categoria sem considerar a profícua contribuição de Alfredo Homma para o tema. Agrônomo de grande influência na EMBRAPA, o pesquisador dedicou e dedica sua vida a pesquisar o extrativismo a partir do viés da economia clássica – por consequência, a partir de seus pressupostos também. O autor se dedica bastante a entender o lugar do extrativismo na região amazônica, seu desenvolvimento e qual seu lugar no futuro da região.

É inegável que o autor se tornou uma referência ao se discutir extrativismo na região amazônica – se não para os antropólogos, mas para diversos outros setores da sociedade e da

academia. O autor elaborou diversas pesquisas em torno da temática, principalmente as que concernem a possibilidades de conceituação e teorização sobre o extrativismo. É impossível também deixar de notar o caráter polêmico de suas afirmações quanto a atividade que, geralmente, possuem um teor considerado negativo. Entretanto, em um documento publicado pela EMBRAPA em 1990, de sua autoria, afirma um aspecto que se prova relativamente verdadeiro quanto ao tema: o tratamento dado ao extrativismo na Amazônia tem sido mais descritivo do que analítico (Homma, 1990:7).

Para Homma (1982;1993) o extrativismo pode ser entendido a partir de quatro fases específicas. A primeira diria respeito ao Processo de Descoberta das melhores reservas do produto e um aumento considerável da extração. A segunda fase constituiria o Período Estacionário onde existiria “um equilíbrio entre a oferta e a demanda perto da capacidade máxima de extração” (Homma, 1990:10). Nesse período, os extratores se dedicariam exaustivamente a manter o ritmo e nível de produtos comercializados. Segundo o autor, este período também conhece um aumento do preço dos produtos devido à incapacidade produtiva em alcançar a demanda crescente. Homma enfatiza que este período conhece também medidas que evitam retardar a extinção da matéria extrativa incentivando plantios racionais.

A terceira fase teria por nome de Fase de Declínio. Segundo o autor, este período se define pela queda na disponibilidade de recursos, aumentos nos custos de extração e, conseqüentemente, queda da atividade extrativa em si. A última fase reconhecida pelo autor seria a Fase de Plantio Domesticado que estaria germinada na fase estacionária e que se desenvolve desde que existam “disponibilidades tecnológicas para a domesticação e a existência de preços favoráveis” (Homma, 1990:10). Para o autor, esse processo não é totalmente determinado e com data marcada, mas ele é de alguma forma inevitável pois entende certos fenômenos como incontornáveis, como: o “crescimento do mercado, das transformações macroeconômicas, do avanço tecnológico, da migração rural urbana, entre outros” (Homma, 2018:92) fatores que vão acabar por acentuar essa obsolescência do extrativismo.

A forma como Homma entende essa obsolescência do extrativismo está fortemente amparada por uma noção de controle, ou melhor, dominação sobre a prática e vida. Para o autor, a sazonalidade e temporalidades das árvores e do bioma amazônico impedem que o extrativismo vegetal ascenda ao posto de economia viável. Além disso, sua enfática posição quanto à produção de sintéticos – como ocorreu com o pau-rosa, afirma o autor – reproduz a lógica de dominação e controle do humano sobre o não humano em uma interpretação da noção de *domesticação*. O autor não se reprime em exprimir as clássicas associações que posicionam o extrativismo em oposição a um “plantio racional, eficiente e economicamente viável”.

O autor subdivide o extrativismo em dois tipos: o de coleta, que seria marcado pela conservação da planta matriz geradora do recurso, e o de aniquilamento, onde há destruição dessa matriz para obtenção do recurso. Outro aspecto relevante e pouco explorado e problematizado por defensores do extrativismo diz respeito à forma como o autor compreende o que é extrativismo.

Homma entende que existe divisões claras e muito bem delimitadas entre o que é extrativismo e o que é agricultura ou plantio. Dessa forma, ao analisar por exemplo a questão da derrocada da economia da borracha na Amazônia, o autor argumenta que a derrocada da borracha aconteceu pois o extrativismo de espécimes naturais fora vencido pelos domesticados e plantados alhures. É evidente que isso de fato aconteceu, mas o exemplo de seu lastro reflexivo demonstra uma certa alocação de dois tipos de atividades que não necessariamente estão cosmologicamente opostas. Dessa maneira, existiria um extrativismo inteiramente e 100% natural, ou seja, onde as interações ocorrem em espaços plenamente “naturais” com espécies “selvagens”. Bem como outros tipos de extrativismo que seriam provenientes da “tecnologia humana” e que produziriam espaços evidentemente humanos associados à ideia de “controle”.

Diferentes estudos, como o realizado por Simas & Barbosa (2019), evidenciam que a produção extrativista na região amazônica pode ser consideravelmente diversa e, sobretudo, fortemente integrada à outras formas de produzir, como a tradicional agricultura. Outros estudos (Silva & Miguel, 2014; Silva Junior, 2012) reforçam a existência dessa diversidade produtiva onde o extrativismo não é constantemente um modelo isolado. Outrossim, estudos anteriores como os desenvolvidos por Emperaire e Lescure durante sua missão de pesquisa no Brasil no início da década de 90 revelam, mais uma vez, o caráter multifacetado do que se chama de extrativismo. Mais adiante, estudos de Costa (2016) também reforçam essa diversidade produtiva pungente associada à prática do que é considerado extrativismo vegetal.

Dessa forma, extrativismo acaba ganhando contornos menos precisos ao longo da leitura das proposições e pressupostos desenvolvidos por Homma. Apesar da diferenciação feita, suas conclusões quanto a desenvolvimento, declínio e a salvação pela domesticação parecem denunciar mais um pensamento teleológico que projeta uma realidade histórica particular no desenvolvimento de todas as formas produtivas. Como se a história da região amazônica pudesse ser contada a partir de aparentes tragédias anunciadas de insistências teimosas no extrativismo enquanto possibilidade.

É necessário se realizar um parêntese quanto à constituição da perspectiva de Homma. Sua produção ganha notoriedade logo após a morte de Chico Mendes e na crescente valorização

e incentivo à conservação ambiental e aposta no extrativismo como sendo exclusivamente o único meio de produzir na região amazônica de forma sustentável. Esse clima se traduziu na ampliação da política de criação de reservas extrativistas e dos direitos dos extrativistas – sobretudo dos seringueiros. Homma olha para esse contexto com considerável descrença e parece discordar especificamente da perspectiva que enxerga uma mobilização exclusiva do extrativismo vegetal.

Contudo, compreende-se que os tempos são outros e a percepção de diferentes setores da sociedade sobre produção sustentável mudou. Dificilmente grupos ou pessoas que defendem a prática exclusiva do extrativismo serão encontrados, apesar de ser possível. Cada vez mais se consolida a ideia de que o incentivo à diversidade produtiva é o que caracteriza os sistemas produtivos amazônicos de pequena escala. Contudo, Homma, (2018) ainda em produções recentes, discursa sobre o extrativismo da mesma forma. É possível que o autor argumente contra a ideia de reservas extrativistas onde somente a ideia de extração é permitida, mais uma vez retornando à ideia de que o cultivo é diametralmente oposto à prática extrativa. Ou pior, de que o cultivo elimina conceitualmente e historicamente uma atividade extrativista. Sua perspectiva conta com certa generalização levando em consideração que as RESEX não são um espaço onde *somente* se faz extrativismo como bem anota Almeida (1992).

O autor ainda mantém, frequentemente de forma indireta, sua visão do extrativismo como um resquício do passado. Sua visão sobre as transformações milenares dos sistemas produtivos contém alguns vícios que vem sendo amplamente contestados por diferentes autores como Graeber & Wengrow (2022) e sua redefinição dos processos de transformação da agricultura na humanidade e autores da arqueologia amazônica (Neves & Hackenberger, 2019; Roosevelt, 2013; Mendes dos Santos *et al*, 2021b). Homma entende o processo de transição entre as etapas citadas como um processo natural de evolução das formas de produção e ocupação, diz que:

O extrativismo tem um limite por conta da oferta fixa determinada pela natureza. Quando o mercado começou a crescer, o extrativismo não teve condições de suportar a demanda, porque não foi possível expandir a extração. É por causa desse fenômeno de limitação da produção para atender ao consumo da população que a humanidade iniciou, há dez mil anos, o processo de domesticação das culturas, dando início à agricultura. (Homma, 2012:2)

É notório que o autor reifica uma compreensão que vem sendo amplamente contestada sobre ideia de que o neolítico teria sido um fenômeno avassalador que teria substituído ou tornado todas as outras formas produtivas obsoletas. Além disso, questiona-se também que seria possível inferir que existiria um modelo produtivo mais apropriado para as transformações do

mundo hoje e que o extrativismo estaria, de alguma forma, aquém. É evidente que isso revela uma outra dimensão do pensamento do autor sobre o extrativismo: ele é analisado como algo do passado, estático, que tenta persistir nos dias atuais, ele comenta que entende sua importância pretérita e até no presente mas que ele não dará conta da demanda que julga necessária para atingir o “desenvolvimento”.

Quadro 1 – Associação de sentidos em autores quanto a atividades amazônicas

Cultivo/Plantio/Agricultura	Extrativismo/Coleta
Domesticação	Selvagem
Tecnologia	Sem tecnologia
Cultura	Natureza
Controle	Descontrole
Riqueza	Pobreza
Civilização	Barbárie

As associações realizadas por Homma (2012), e também por muitos outros autores (Afonso, 2021; Martinot *et al*, 2017; Almeida, 2015; Drummond, 1996) possuem, evidentemente, uma diferença de teor – mesmo que corroborem para a construção de consenso sobre a atividade extrativista coletora. Homma possui uma larga descrença quanto não só ao extrativismo vegetal na sua perspectiva como imutavelmente uma atividade que funciona “sozinha”, como também quanto a comoção internacional em torno do futuro da região amazônica e sua destruição. Não significa que o autor negue a destruição da floresta, mas atribui intenções mais obscuras à atenção repentina e “sobrevvalorização” da atividade extrativista vegetal. Outros autores (*idem*) reproduzem consensos e interpretações sobre a atividade baseados nos dogmas da economia neoclássica sem se atentar tanto – principalmente por seus trabalhos não serem de críticas ao extrativismo, mas de investigação de realidades extrativistas e descrição das mesmas.

Entretanto, como afirmado, não se pode deixar de pensar como as produções sobre a atividade tendem a recuperar ou manipular os sentidos no quadro acima de forma relativamente descuidada – colocando em risco reificar consensos e posicionamentos quanto às atividades amazônicas e suas populações como um todo. É visível no discurso do autor sobre as saídas para uma economia amazônica, a presença de um discurso valorativo de uma ideia de “progresso tecnológico” no que tange a construção de economias verdes. Talvez

inconscientemente, o autor posiciona o extrativismo como uma atividade primitiva e, sobretudo, não como exemplo de um sistema tecnológico particular.

Observo que, apesar de sugerir uma fragilidade na literatura teórico-analítica do extrativismo, o autor se refere constantemente à categoria extrativismo de forma relativamente generalizante, recaindo na imprecisão que a perpassa comumente. Dessa forma, o autor, talvez inconscientemente, aloca sistemas produtivos do açaí, de extração de madeira e do cupuaçu, por exemplo, em um mesmo espaço analítico. Sem dúvida, esta é sempre uma tarefa complexa: expandir categorias analíticas, ou melhor, submete-las a um processo de transformação de escala de existência e aplicação onde partes e elementos dela mudem de escala sem que comprometa criticamente os elementos que a compõem.

Em alguma medida, observo este processo prestando grande atenção à discussão proposta por Tsing (2012) sobre a escalabilidade de grandes projetos econômicos globais, como as plantations. Também recupero a discussão proposta por Ribeiro (2023) onde repensa a noção de *escala* à luz do que ela realmente significa: um processo, e não um substituto para noções como poder ou agência, mas acima de tudo, ofertando possibilidades teóricas de acessar a noção de escala em contextos etnográficos, como as noções de níveis de agência (*levels of agency*) e condensação (*condensation*). Sem, contudo, repousar sobre as noções de *escala* ou *não-escalabilidade* um valor de ação que não é inerente aos conceitos, mas que eles fazem parte de um processo legitimador (discursivamente ou materialmente) de distintas forças que operacionalizam sentidos e atividades através do processo de escalabilidade, ou até de resistência a esse processo.

Contudo, é evidente que busco uma inspiração nessa discussão sobretudo por uma compreensão mútua dos autores. A discussão dos autores para entender o fenômeno do extrativismo é uma contribuição à parte, contudo a noção de que processos de transformações escalares não são um processo neutro ou natural, é pertinente a todos os processos. Eles seriam, ao contrário, processos e projetos impregnados de valores, decisões, intenções e possibilidades particulares ou coletivas. Aqui procuro contrabandear a discussão para a compreensão do processo de expansão e transformação da categoria extrativismo como um projeto que se vale de instrumentos que influenciam noções, formas de se reportar à atividade, seus agentes e são disputadas constantemente.

Compreendo que existe uma certa vontade da parte do autor de propor uma teoria analítica geral do extrativismo amazônico que acaba os observando pela lógica produtiva capitalista segundo uma perspectiva econômica neoclássica. A tentativa de expansão da categoria para uma dimensão analítica acaba sugerindo outras imprecisões e planificando

exageradamente uma atividade que é deveras complexa e diversa. A própria ideia de se falar de extrativismo vegetal engloba atividades como extração de cupuaçu e madeira, atividades que apesar de coexistentes, não se pode assumir que elas evocam as mesmas questões e impactos. Tal perspectiva tende a ignorar veementemente diferentes fatores que podem e estão implicados diretamente na constituição e desenvolvimento da estrutura socioeconômica e ambiental de um espaço, sobretudo o amazônico.

Dessa forma, é preciso nuançar a compreensão do autor quanto ao extrativismo e soluções produtivas para a região amazônica. Ele afirma que “é uma ilusão pensar que nós vamos poder sobreviver coletando produtos das florestas. Temos de dar atenção para as áreas que já foram destruídas na Amazônia” (Homma, 2012:3). O autor pensa que é necessário um foco considerável nas áreas já devastadas pela extração intensiva de madeira e as utilizar para o plantio de “produtos da biodiversidade que apresentam potencialidades.” (Homma, 2012:3). Então, a ideia seria transitar do extrativismo para uma outra forma de produção que não fosse mais ele – que incorporasse práticas de outras atividades agrícolas.

Essa interpretação conclui ser impossível superar as condições de atraso da atividade extrativista por meio de um salto de qualidade das forças produtivas (e não só das tecnologias de produção), o que tornaria a atividade inviável como base para o desenvolvimento da Amazônia. Afirma que o neoextrativismo é um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: econômica, política e cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção. (Homma, 2018:64)

A linguagem mobilizada pelo autor de “incorporação de progresso técnico” e “extração de recursos associadas com cultivo” suscita dois aspectos distintos. A primeira visivelmente denuncia a absorção irrestrita do que Pfaffenberger (1992) compreende por “*Standard View of Technology*” que, dentre muitas concepções, percebe as transformações tecnológicas a partir de uma perspectiva teleológica que opõe *tecnologia* como uma produção científica e *técnica* como uma produção local, “nativa” e, portanto, menos complexa e precisa. A segunda dimensão diz respeito a uma curiosa proposição do que hoje se entende por agroflorestas.

Arrisco-me a dizer que apesar das incongruências de pensamento e posicionamentos moveções do autor, Homma acaba por tensionar fortemente a categoria extrativismo em sua subdivisão vegetal, uma vez que o autor se diz oposto à ideia do extrativismo como viabilidade econômica e que a domesticação é, inevitavelmente, o seu fim. Resta-nos nos inquirir: quais são os limites teórico-analíticos da categoria extrativismo? Quais atividades ela pode explicar ou enquadrar? Se Homma entende que o extrativismo está teoricamente oposto à existência do

cultivo e da domesticação, como entender atividades onde se coleta frutos, mas em plantações de espécies domesticadas?

Proponho, a partir de então, que o autor entende a categoria extrativismo não como uma descrição do ato de coleta, ou de uma atividade específica, mas como uma forma de produção específica, um fenômeno econômico generalizante, que está terminalmente oposta à ideia de cultivo. Nesse diapasão, Homma entende que o cultivo e a domesticação são marcadores significativos do tipo de atividade produtiva. Dessa forma, uma gama de atividades ainda consideradas como pertencentes ao lastro do extrativismo vegetal (Neves & Hackenberger, 2019) que coadunam ideias de cultivo e familiarização, seriam pertencentes à um outro modelo produtivo que não se identifica com o extrativismo vegetal histórico que Homma se opõe como atividade econômica viável. Outrossim, esse é outro sinal da cristalização e engessamento da categoria extrativismo no pensamento de Alfredo Homma e como ele entende a historicidade do termo e das práticas que são associadas a ele.

Por fim, compreende-se que Homma possui uma evidente e real preocupação com a situação de atual pobreza que se encontram muitas comunidades rurais consideradas tradicionais na Amazônia. Em seu pensamento, o autor constrói uma imagem do extrativismo como limitado e limitador dessas populações, como uma ferramenta de controle por parte de outras organizações e instituições. Entretanto, o autor não renega totalmente o extrativismo em si, ele parece se opor à alguma forma de valorização exclusivista da atividade e entende que práticas como a da domesticação são a saída para a construção de uma economia de fato sustentável e que transforme a realidade de muitas comunidades.

De toda forma, não se pode ignorar que apesar de suas aparentes boas intenções, o seu discurso continua eivado de muitas perspectivas ultrapassadas e que não enxergam sutilezas e complexidades da estrutura socioeconômica amazônica fora de um prisma neoclássico. Essa se torna uma perspectiva que tende a não compreender a complexidade e profundidade dos sistemas produtivos amazônicos, enclausura qualquer debate sobre a elasticidade do conceito de domesticação enquanto fenômeno técnico social e projeta perspectivas teleológicas sobre a dimensão transformativa da temática tecnológica entorno do extrativismo.

Evidentemente, Homma é um autor incontornável para todos que pensam em estudar a trajetória do extrativismo na região amazônica. Suas contribuições formam um corpo de obras importantes, mesmo que se discorde frontalmente de muitas de suas conclusões. O autor tem uma capacidade notável em detectar certos problemas nos estudos da atividade, como por exemplo a ausência em análises sobre as origens do termo. Com isso, é evidente que as perspectivas do autor ainda impactam fortemente diferentes setores da sociedade não por

Homma ter inventado essas conceituações de extrativismo ser oposto a plantio, domesticação, ser primitivo, fadado a sumir e assim por diante. O autor é um formulador e transformador dessas noções para a realidade amazônica.

4.2 Parceria franco-brasileira e abordagem multidisciplinar do extrativismo

É possível também rastrear outras perspectivas que diferem em tom de Homma, apesar de algumas usufruírem de algumas de suas pesquisas – ou até mesmo o terem como contribuidor direto. Essa outra seara possui uma visão relativamente distinta quanto à realidade da atividade extrativista na região amazônica e seu desenvolvimento. Dessa forma “a partir da década de 1990, com o crescimento da preocupação política com superação da pobreza, inclusão social e valorização de identidades culturais, emergiram representações mais positivas quanto às possibilidades do extrativismo no desenvolvimento” (Sousa, 2018:215). Como ressaltado anteriormente, essas novas movimentações no cenário político nacional e regional impulsionaram novas pesquisas versadas no extrativismo amazônico. Dentre elas, não se pode deixar de ressaltar uma das mais importantes e que contém um corpus textual significativo: os trabalhos de cooperação entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores franceses como Laure Emperaire, Jean-Paul Lescure e outros.

Pode-se afirmar que o início da cooperação franco-brasileira, no introito da década de 90, confere-se ao estabelecimento de um projeto de pesquisa chamado “*Extractivisme en Amazonie centrale, viabilité et optimisation*”. O projeto foi dirigido por Jean-Paul Lescure e outros pesquisadores associados ao ORSTOM, atualmente Institut de Recherche pour le Développement (IRD), e em colaboração com pesquisadores do INPA em Manaus. Cita também a participação de um antropólogo do Museu Goeldi em Belém. O projeto foi inicialmente financiado pela UNESCO e depois angariou financiamento de outras instituições como o Ministério do Meio Ambiente francês e a Direção-Geral XII da comissão das comunidades europeias. Ou seja, é inegável que se tratou de um projeto de grande envergadura.

O relatório final do projeto (1995) redigido pelo seu diretor detalha alguns pontos importantes da análise depreendida pelos pesquisadores. Um ponto importante diz respeito ao que a pesquisa diz ser uma característica fundamental do extrativismo: a diversidade das atividades extrativistas que, segundo o relatório, está intrinsecamente ligada à diversidade dos espécimes vegetais e das situações socioeconômicas que a perpassam. Ele continua: essas diferentes situações socioeconômicas, mais do que “as características ecológicas dos meios explorados, elas condicionam a exploração e suas possibilidades de evolução” [Tradução

nossa]¹³ (Lescure, 1995:III). Segundo Lescure (1995), o objetivo da pesquisa terminou por compreender cinco temas: 1) a diversidade das atividades extrativistas, 2) seus aspectos socioeconômicos, 3) sua dinâmica e integração em sistemas produtivos complexos, 4) os seus impactos sobre as espécies, o meio natural e as pessoas e, por fim, 5) uma análise de condições de desenvolvimento e transformação da atividade.

No que tange a questão da diversidade da atividade, o relatório explicita que ela seria uma característica geral: diria respeito tanto à diversidade dos espécimes alvos, como as paisagens onde florescem esses espécimes, aos meios socioeconômicos, formas de utilização e graus distintos de comercialização desses produtos florestais. Ademais, o relatório conclui: que o extrativismo tem uma importância econômica local não negligenciável, apesar de não ser tão maior que a importância da prática agrícola, que os argumentos econômicos não explicam a escolha do extrativismo e que as condições socioeconômicas entorno da atividade desfavorecem o seu desenvolvimento. Ele explicita a presença de formas de relação de trabalho como a prática do aviamento.

O relatório informa alguns pontos também interessantes da forma como pensam o extrativismo e suas possibilidades. Afirma que as reservas não podem ser o único local onde a atividade é incentivada e que ela pode ser útil também na conservação de espaços periurbanos. Também comenta que é preciso um incentivo forte de transformação de práticas do extrativismo *stricto sensu* “nos meios considerados como naturais” [Tradução nossa]¹⁴ (Lescure, 1995:1) em atividades do tipo agroflorestal situadas em espaços considerados antropizados. Por fim, explica que um dos maiores problemas da atividade diz respeito à questão de acesso à terra e incentivo governamentais para seu desenvolvimento – uma conclusão à qual os movimentos sociais já tinham chegado. Com isso, não seria impossível afirmar que os autores veem o extrativismo majoritariamente como fenômeno que lida com uma “natureza” em oposição às agroflorestas que lidariam com outro tipo de fenômeno.

No início do relatório se realiza um excelente apanhado das diversas considerações que foram levantadas quanto ao extrativismo nos anos antecedentes: tanto a favor, quanto contra a atividade como forma de produção e desenvolvimento. É sublinhado como elas são vistas como atividades de baixo rendimento e importância econômica e como destrutivas do meio ambiente se a demanda é aumentada. Também se ressalta como os defensores do extrativismo, como forma de valorização da região amazônica, pontuam o valor social da atividade na formação,

¹³les caractéristiques écologiques des milieux exploités, ils conditionnent l'exploitation et ses possibilités d'évolution

¹⁴naturais dans des milieux considérés comme naturels

permanência e desenvolvimento de diferentes grupos. Ademais, o fato das práticas e atividades extrativistas não beneficiarem de ajudas fiscais governamentais e possuírem um interesse econômico oposto ao das atividades tradicionalmente incluídas nos planos de desenvolvimento econômico impostos à região amazônica desde a colonização.

Era necessário romper com esse paradigma e postular que uma valorização do ecossistema florestal baseada na coleta de produtos não madeireiros não alteraria os equilíbrios ecológicos da floresta, assim como não comprometeria a sustentabilidade dos recursos, devido ao baixo impacto ecológico das práticas implementadas. Também era preciso aceitar que a avaliação econômica das atividades extrativistas, realizadas tanto no âmbito das reservas extrativistas quanto fora delas, exigia uma mudança radical no uso das ferramentas econômicas tradicionais. Em particular, era necessário que o caráter conservacionista das atividades extrativistas fosse incorporado ao valor econômico dos produtos delas provenientes [Tradução nossa]¹⁵ (Lescure, 1995:7-9).

Lescure comenta também quanto às questões que estão no contexto de emergência do projeto. A primeira dizia respeito à bibliografia sobre o extrativismo: a inconsistência quantitativa dessa bibliografia era palpável e os conteúdos existentes diziam respeito a questões específicas como relatórios de prospecção da riqueza de recursos e sobre plantio de espécies específicas como a seringueira e a castanheira. Inclusive, comenta, a maior parte da literatura também se preocupava em pensar unicamente os casos mais conhecidos de extrativismo exemplificados pela exploração da borracha e da castanha do Pará. Os autores identificam que existiam poucos ou nenhum texto que debatiam sua viabilidade a longo prazo. Repetindo, o trabalho em si tinha por objetivo pensar possibilidades de desenvolvimento para a atividade. Entretanto, os autores acabam por ressaltar de forma interessante uma ausência de pesquisas que compreendessem o extrativismo de forma sistemática, sobretudo o pensando a partir da concepção de sistemas produtivos diversos.

Outros apontamentos se fazem igualmente interessantes e informam a maneira como os autores pensavam a atividade e como desenvolveram esses pensamentos ao longo de outras publicações. O relatório postula o caráter universal da atividade extrativista. A atividade extrativista não poderia ficar confinada às imagens e questões clássicas evocadas nos casos da seringueira e da castanheira – ou até mesmo da região amazônica. Existiria alguma qualidade

¹⁵Il fallait rompre avec ce paradigme, et postuler qu'une mise en valeur de l'écosystème forestier basée sur la récolte des produits non ligneux ne modifierait pas les équilibres écologiques forestiers, pas plus qu'elle ne mettrait en cause la pérennité des ressources, du fait du faible impact écologique des pratiques mises en oeuvre. Il fallait également accepter que l'évaluation économique des activités extractivistes, qu'elles soient faites dans le cadre des réserves extractivistes ou en dehors, demandait un changement radical du maniement des outils économiques traditionnels. En particulier il fallait que le caractère conservateur des activités extractivistes soit intégré à la valeur économique des produits qui en sont issus

no extrativismo que a permite se manifestar no mundo inteiro de diferentes formas. Dessa forma, os autores compreendem que estão tratando de uma atividade que se expressa unicamente devido à região onde se desenvolve, mas que é para além disso um fenômeno gigantesco e que fala intrinsecamente ao desenvolvimento dos humanos no mundo ontem e hoje.

O fenômeno afeta regiões secas e úmidas, tropicais e temperadas (Larrère et de la Soudière, 1985 ; Bromberger et Lenclud, 1982); a coleta de cogumelos, a extração da genciana, a sangria do bordo, a coleta de tomilho e muitos outros exemplos atestam a universalidade dessa atividade, que persiste em sociedades e contextos tecnológicos variados. Essa constatação colocava em questão a ideia de que essa atividade seria apenas a expressão de uma forma arcaica de exploração de recursos, cuja rápida extinção seria previsível. Pelo contrário, mostrava que essa atividade pode perdurar, independentemente do modelo de desenvolvimento de uma sociedade. A atenção, portanto, deveria ser direcionada à análise de suas diferentes formas de expressão e de sua capacidade de adaptação em diversos ambientes socioeconômicos [Tradução nossa]¹⁶ (Lescure, 1995:12).

As conclusões do relatório são deveras curiosas e já informam a forma como eles compreendem a atividade. O fato de a entenderem como uma atividade que atravessa diferentes contextos tecnológicos e que está presente ainda hoje, contribuindo de forma importante à constituição de grupos e espaços, demonstra que sua pesquisa proporcionou um esclarecimento importante sobre a atividade. Adicionaria, inclusive, que não só a atividade tem uma flexibilidade e capacidade de se adaptar, mas ela tem nessas características uma força também de impactar e mudar diferentes contextos sociotécnicos e econômicos.

Um último ponto que Lescure faz questão de mencionar e que é bastante proveitoso diz respeito a fluidez entorno da noção de extrativismo. O autor menciona que o IBGE na época agrupava sob a mesma sigla diferentes tipos de produtos. Alguns vindo de plantações monocultoras como a juta, outros produtos oriundos de populações “naturais” e outros vindo de plantações agroflorestais, como o guaraná e o urucum, “de onde pode se perguntar se existem indivíduos selvagens” [Tradução nossa]¹⁷ (Lescure, 1995:13).

É extremamente salutar observar a forma como essas questões figuram na temporalidade da publicação do relatório. A questão da domesticação ainda possuía um tratamento próprio que a localizava como qualitativo crucial na separação entre plantas naturais e plantas

¹⁶Le phénomène touche régions sèches et humides, tropicales et tempérées (Larrère et de la Soudière, 1985 ; Bromberger et Lenclud, 1982) ; ramassage des champignons, arrachage de la gentiane, saignée de l'érable, collecte du thym et bien d'autres exemples témoignent de l'universalité de cette activité qui persiste dans des sociétés et des contextes technologiques variés. Cette constatation remettait en question l'idée selon laquelle cette activité ne serait que l'expression d'une forme archaïque d'exploitation de ressources dont on peut prévoir la rapide disparition. Elle montrait au contraire que cette activité peut perdurer quel que soit le modèle de développement d'une société. L'attention devait donc être portée sur l'analyse de ses différentes formes d'expression et de ses capacités d'adaptation dans des environnements socio-économiques divers.

¹⁷dont on peut se demander s'il existe des individus sauvages.

selvagens. Evidencia-se também como os autores que contribuíram ao relatório imaginavam esses domínios completamente separados, o que com certeza deve ter bagunçado e complexificado mais ainda a compreensão do fenômeno do extrativismo. Entretanto, o ponto mais proveitoso dessa questão é como a questão da imprecisão do termo é uma realidade que atravessa o tempo e permanece ainda hoje de acordo com minhas pesquisas.

O texto fornece, em contraponto, uma definição para instrumentalizar o trabalho:

O extrativismo abrange todos os sistemas de exploração de produtos não madeireiros da floresta destinados à comercialização em nível regional, nacional ou internacional. As atividades extrativistas se diferenciam, assim, da coleta, cujos produtos não ultrapassam o âmbito do consumo familiar ou da troca local. Do ponto de vista macroeconômico, extrativismo e coleta pertencem a duas lógicas econômicas totalmente distintas: uma é regulada por um mercado externo, enquanto a outra é orientada pelas necessidades da unidade doméstica. [Tradução nossa]¹⁸ (Lescure, 1995:13)

A definição proposta pelo autor evidencia uma visão que se generalizava de maneira relativamente abrangente em futuras pesquisas e publicações sobre a atividade. A diferenciação que é feita entre coleta e extrativismo é deveras instigante e o fato da base conceitual que define a atividade e a diferença estar na economia é igualmente provocativo. Seria redundante comentar como também informa fortemente o ângulo conceitual que enquadraria as análises dos autores sobre a atividade extrativista na Amazônia.

É ressaltado que, apesar da definição concebida, o objetivo não era obnubilar situações que estariam marginais a ela. Alguns produtos podiam ser às vezes coletados para uso doméstico, e às vezes para comercialização – ou muitas vezes para os dois fins ao mesmo tempo. Concernente à produção desses produtos, alguns deles comercializados também poderiam ser frutos da “floresta”, de plantações agroflorestais ou até de monoculturas industriais (Lescure, 1995:13). De acordo com o autor, essas situações “de interface entre economia de mercado e economia doméstica, entre produto selvagem e produto cultivado, não deveriam ser excluídas do corpus, mas, ao contrário, poderiam esclarecer a análise das dinâmicas do extrativismo” [Tradução nossa]¹⁹ (Lescure, 1995:13).

Desde esse momento é possível notar como certas questões que hoje particularmente julgo caras para se pensar um estudo antropológico do extrativismo são germinadas e

¹⁸L'extractivisme recouvre l'ensemble des systèmes d'exploitation des produits non ligneux de la forêt destinés à la commercialisation au niveau régional, national ou international. Les activités extractivistes se différencient ainsi de la cueillette dont les produits ne dépassent pas le cadre de la consommation familiale ou de l'échange local. Du point de vue macro-économique, extractivisme et cueillette relèvent de deux logiques économiques totalement différentes, l'une régulée par un marché extérieur, l'autre par les besoins de l'unité domestique.

¹⁹d'interface entre économie de marché et économie domestique, entre produit sauvage et produit cultivé, ne devaient pas être exclues du corpus, mais au contraire pouvaient éclairer l'analyse des dynamiques de l'extractivisme

percebidas, apesar de não serem etnograficamente exploradas mais timidamente desde a publicação. Também é reconhecido como diferentes sistemas e dinâmicas do extrativismo sumiram e apareceram. Ele cita o caso emblemático da exploração da borracha e da castanha para relatar um sistema clássico de extrativismo que aceitava, em certos modelos exploratórios, somente essa atividade desenvolvida. Alguns desses sistemas de exploração de uma única atividade teriam sido enfraquecidos e substituídos paulatinamente por unidades agroextrativistas.

O relatório do projeto em si é um documento extremamente valioso e um ponto de partida crucial para entender a complexidade da atividade extrativista. Os autores, sem dúvida, apresentam um panorama surpreendente da atividade, suas variações (as agroflorestas, por exemplo) e como se relaciona com outras práticas. Além disso, avaliam a forma como ela se desenvolve em casos diversos e questões que lhes são pertinentes. Não somente isso, evocam também a realidade política da atividade em relação à questão da biodiversidade e a luta pela terra, bem como sinalizam a constituição de uma negligência das medidas governamentais quanto aos potenciais da atividade devido à pobreza das ferramentas de avaliação que subestimam os valores socioambientais dos produtos extrativos.

Com isso, sinalizo também um momento importante no relatório do projeto e que talvez teve poucos desdobramentos desde então, e que pode ser proveitoso para a antropologia. Os autores se posicionam contra a tipologia de Homma que entende dois tipos de extrativismo: de coleta e aniquilamento. Eles entendem que tal maneira de enquadrar a atividade pode ser “particularmente reducionista e pouco operacional para avaliar os impactos das atividades extrativistas” [Tradução nossa]²⁰ (Lescure, 1995:85). Eles propõem que seja, por outro lado, instrumentalizada uma análise mais fina que compreenda diferentes escalas de compreensão da relação entre os humanos, os espécimes e o meio. Sendo assim, eles sugerem quatro categorias quanto à forma de interação e contato na atividade: corte ou desenraizamento, a remoção por poda de um órgão ou grupo de órgãos, o sangramento de gomas ou oleorresinas e, finalmente, a coleta ou colheita de frutos ou sementes (Lescure, 1995:85).

Os autores, em seguida, realizam uma análise sobre os impactos dessas formas de interação em diferentes escalas e como essas relações se entrelaçam. Considero que esse tipo de análise é deveras inovador e consideravelmente importante não só para a época, onde esse tipo de análise pouco importava para compreender a complexidade do extrativismo e como sua prática influencia discursos criados sobre a atividade. Mas é inovador mesmo hoje onde os

²⁰particulièrement réductrice et peu opérationnelle pour évaluer les impacts des activités extractivistes”

meandros das relações práticas e técnicas do extrativismo são pouco explorados e recobrados pelas ciências humanas, sobretudo pela antropologia.

Evidentemente que a análise desenvolvida no relatório tem um tom mais botânico e agrário, mas de toda forma não deixa de ser uma proposta que deveria ter mais desdobramentos na compreensão do extrativismo. Talvez de forma inconsciente, apostar em uma nova forma de enquadrar a atividade que tem se revelado ao longo da análise de diferentes textos e obras também é uma forma de propor uma nova compreensão da atividade no plano teórico. Quando eu passo a imaginar o extrativismo fora dos binômios coleta e aniquilamento como únicas formas de interagir com espécimes vegetais, eu acabo por adicionar novas possibilidades interpretativas e esse movimento aprofunda a maneira como se entende a atividade, seus desdobramentos e características. Além de compreender de forma mais processual as relações que a engendram e a transformam.

É imprescindível dizer que a publicação da pesquisa demarcou não só diversas visões sobre o extrativismo, informou formas de pensar e entender, mas também contribuiu a novas agendas de pesquisa que passaram a se debruçar cada vez mais sobre a realidade da atividade. Os autores não possuem uma visão totalmente otimista da atividade, eventualmente informando suas limitações. Mas até isso é passível de crítica pela parte deles: indicam que pensar desenvolvimento e lógica mercadológica como forma de incentivar ou valorizar a floresta poderia ser perigoso. Essa perspectiva dos autores, revisitada hoje em dia, não deixa de guardar uma certa verdade e solidez, sobretudo quando se observa os debates quanto à “açaiização” das paisagens amazônicas (Freitas *et al*, 2021)

Um ano após, em 1996, a parceira franco-brasileira publica um livro igualmente importante que também reimagina muito dos argumentos do relatório, mas adiciona algumas novas análises. Algumas de cunho histórico, outras contendo um refinamento maior sobre o fenômeno do extrativismo. O livro chamado *La forêt en jeu: l'extractivisme en Amazonie centrale* delimita bem as frentes e agendas de pesquisa que a parceria imaginou e mobilizou. A obra é dividida em seções: *approche historique, l'extractivisme, une composante des systèmes de production, aspects écologiques e perspectives*. Na última seção se encontra, algumas das análises mais importantes do livro que dizem respeito a relação entre extrativismo e desenvolvimento regional, a questão das reservas extrativistas (inclui crítica dos autores ao projeto de reservas), o mercado de plantas medicinais etc.

Destaco dois capítulos que considero também importantes que é o capítulo sobre a relação entre extrativismo e agroflorestas – relação ora posta como visível, ora visto como práticas distintas. Outro capítulo é o último onde se encontra uma espécie de reflexão “estado-

da-arte” do debate sobre extrativismo e seu lugar na realidade amazônica. Também se encontra o debate sobre o valor dos produtos extrativos, se existe uma compatibilidade entre extrativismo e conservação, e por fim, as limitações que são impostas à atividade.

É imprescindível considerar que a parceria franco-brasileira permitiu a realização de um estudo considerável e importante sobre o extrativismo não só mais a partir de casos isolados ou de casos mais famosos. É importante considerar o nível de análise depreendido pelos pesquisadores e como conseguiram apontar questões, debates e contradições quando se pensa a atividade extrativa. A visão dos autores ainda comporta certos parâmetros da economia clássica em diversos momentos e também entendem que exista uma diferença entre extrativismo e agrofloresta e que o primeiro deve se converter no segundo – ponto que será fruto de discordância entre outros autores.

Os autores, em outra oportunidade, enfatizam diferentes tipos de sistemas produtivos como: um sistema puramente extrativo (do período da borracha), um sistema misto agricultura-extrativismo, o sistema em três partes (agricultura, agrossilvicultura e extrativismo), o sistema misto agricultura-agrossilvicultura e o sistema agrícola puro. Dessa forma, estabelecem um gradiente de atividades que acoplam e desacoplam elementos dependendo de contexto histórico local e produtivo.

Contudo, ao exemplificar o sistema misto agricultura-agrossilvicultura com o caso de propriedades onde se tem um pomar com 20 a 26 espécies frutíferas e uma pequena plantação de cacau que cresce com seringueiras, os autores enfatizam que nesse cenário o componente extrativista desapareceu. A devida afirmação deixa a refletir o que os autores entendem por componente extrativo nessa situação. Uma plantação de cacau, dependendo do contexto, bem como espécimes frutíferos, poderiam ser conceituados enquanto atividade extrativa. O conceito de extrativismo ou componente extrativo é sempre deveras complexo e pode ser imaginado de forma distinta por diversos autores.

Em última instância, deve-se considerar que os autores também veem na atividade extrativista uma possibilidade de transformação da realidade de diversos grupos de trabalhadores. Eles reconhecem sua importância e participação nos modos de vida e reprodução social de inúmeros grupos rurais. Para além disso, insistem em diversos tipos de melhorias que devem ser feitos e incentivos que devem se redirecionados para área. Dessa forma, consolidam um conjunto de pesquisas e visões que adicionam profundidade e complexidade à prática extrativista que por muito tempo foi negada ou ignorada. Entretanto, eles não são os únicos autores a realizarem esse mergulho na prática e essa detecção de debates e características que perpassam a atividade.

4.3 A questão das reservas extrativistas e o extrativismo com Mary Allegretti e Mauro Almeida

Seria impossível continuar a referenciar autores relevantes para pensar o extrativismo, seu desenvolvimento e como ele foi pensado sem citar autores como Mary Allegretti e Mauro Almeida – ambos intimamente ligados ao movimento dos seringueiros e a luta pelas reservas extrativistas. Allegretti é uma figura que pode já ser considerada histórica devido à sua participação fulcral na luta dos seringueiros e sua parceria de longa data com Chico Mendes, seu líder mais icônico. A autora teve contato com a luta dos seringueiros durante sua pesquisa de campo para seu grau de mestre em antropologia que viria a terminar em 1978.

Mary Allegretti se sentiu compelida a contribuir na causa dos seringueiros e passou a participar ativamente em suas lutas, inclusive na proposição de formas de ensino e educação para seringueiros através do Projeto Seringueira (Aquino, 2023). Ademais, a antropóloga foi quem organizou, em Brasília, o primeiro encontro nacional dos seringueiros, no ano de 1985. Na ocasião do evento, fora lançada a proposta de Reservas Extrativistas por Chico Mendes, a qual teve uma forte influência intelectual, política e prática de Allegretti. No mesmo ano é também criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Dessa forma, é evidente que a autora esteve intimamente ligada à luta política dos seringueiros e, por tabela, do extrativismo também. De antemão, é possível notar que ela seria intimamente ligada a um conjunto de produções que possibilitam uma visão mais otimista e quiçá mais esperançosa quanto ao extrativismo – e que serão destacadas mais adiante. Outro autor que também figura como importante seria Mauro Almeida. Doutor em Antropologia Social e professor aposentado do departamento de antropologia da UNICAMP, o pesquisador tem por áreas de interesse a região amazônica, reservas extrativistas e comunidades tradicionais. Atualmente tem trabalhado também com questões envolvendo o antropoceno.

O autor esteve presente também no primeiro encontro nacional dos seringueiros em Brasília, segundo o mesmo (Almeida, 2002) foi relator de um documento lido por Chico Mendes que começava com as seguintes palavras “Política de Desenvolvimento para a Amazônia”. Segundo o antropólogo, o texto tinha por objetivo apresentar uma seara de reivindicações políticas, sociais econômicas e territoriais em termos de políticas públicas que fossem voltadas para a região amazônica. Notadamente, ele produziu textos como artigos sobre o momento histórico de emergência e ação política articuladora dos seringueiros e como eles subverteram diversos conceitos e absorveram outros, fundindo causa agrária e causa ambiental (Almeida, 2004).

Em um texto chamado “*O papel dos sistemas produtivos agroextrativistas no desenvolvimento sustentável da Amazônia*”, que foi apresentado em uma reunião de pesquisadores e representantes de organizações extrativistas em 2002, o autor começa o texto explicando o motivo da reunião. Ele diz que “uma das preocupações desse novo encontro é a de iniciar um esforço para juntar cacos espalhados, ligar iniciativas isoladas, canalizar recursos desconexos, dirigindo isso para os extrativistas sobreviventes.” (Almeida, 2002:3). Isso se dá face uma avaliação de como as políticas voltadas para a borracha foram sistematicamente e profundamente desmanteladas desde o encontro de 1985 até a data da reunião.

Durante o texto, Almeida vai ao mesmo tempo realizar um balanço do contexto de políticas para o extrativismo, comentar como ele foi e ainda é pensado – bem como pode ser interpretativamente reenquadrado em outras perspectivas. Por fim, ele se permite contra argumentar pontos que desenhavam a atividade em aparências mais negativas, bem como apontar possibilidades e reflexões futuras concernentes à atividade. De início, Mauro Almeida enfatiza que “o extrativismo, não só o dos seringueiros, era visto como impedimento ao progresso.” (Almeida, 2002:3).

O autor segue comentando sobre o aparente paradoxo que, interpreto, deveria ser constantemente apontado: se o extrativismo é o futuro do desenvolvimento econômico regional e se ele é uma fonte de existência tão importante, porque ainda se configura uma região tão pobre e ele não figura de forma significativa nas rendas oficiais? Prontamente ele desmistifica a ideia: o tipo de pobreza que abate as comunidades rurais é de uma natureza específica. Não falta terra, água, matéria-prima e produtos. Há uma pobreza de acesso à saúde, saneamento e educação, ou seja, de estrutura de serviços estatais. Diante desse quadro, o autor estabelece uma reflexão que pode contribuir altamente para entender as questões que perpassam a forma como o extrativismo é imaginado:

Alguns acham que o baixo rendimento da floresta quando ela é medida por sua capacidade de gerar renda monetária vem exatamente do fato de que a abundância de recursos favorece a exploração em forma extrativista. Em um ambiente natural rico em energia solar, água, solos e biomassa, seria possível viver com pouco investimento e pouca domesticação da natureza, coletando e não produzindo. O extrativismo seria então um modo de usar a natureza preguiçoso, possível exatamente em ambientes ricos em recursos naturais. O preço a pagar por isso seria a ausência de desenvolvimento de sistemas produtivos que, substituindo a natureza, aumentam a produtividade por território, e levam ao progresso. O extrativismo seria incapaz de reinvestir o capital acumulado, exceto ampliando as áreas de extração: só cresceria vegetativamente, e nunca pela introdução de novas técnicas, maior produtividade e maior qualidade. Estaríamos então num beco sem saída? (Almeida, 2002:6).

O autor analisa alguns dos pressupostos de análises correntes sobre o extrativismo que não desaparecem no início dos anos 2000. O primeiro pressuposto diz respeito ao *milieu* onde a atividade se desenvolve no contexto amazônico: a riqueza florística e faunística da região. Era comum entender que espaços de abundância favorecia a experiência histórica de coleta na região. Essa pode ser até uma verdade em outros períodos, mas Almeida contra argumenta que esse é um fato imutável. Dessa forma, a linha de pensamento concluiria que o extrativismo se trataria de um uso “passivo” da natureza e, por conseguinte, uma ausência de um sistema propriamente produtivo. Nessa consideração do autor, é visível que práticas agrícolas mais intensivas, ou a Agricultura, são entendidas como: progresso, produção, cultura, trabalho humano real e, sobretudo, construção e transformação de tecnologias.

O antropólogo acaba por detectar um ponto importante que é a mensagem implícita de que existe algo de “passivo” ou não transformativo na atividade extrativista. Ele ainda ressalta como as transformações do extrativismo são entendidas em termos espaciais e em termos de suas dimensões técnicas. Em outras palavras, o autor denuncia a oposição crassa feita do extrativismo não como um sistema que produz, mas como um sistema que puramente e unicamente se adapta ao contexto de abundâncias de matérias naturais encontradas no meio ambiente florestal.

O autor, entretanto, enfatiza logo em seguida: “os sistemas extrativistas são sistemas de produção – esse primeiro fato deve ser afirmado porque é obscurecido pela ideia errônea de que pode haver extração de algo sem produção.” (Almeida, 2002:8). O autor argumenta que assim como ocorre em outras atividades como na pecuária e na agricultura, existe uma sinergia produtiva que compatibiliza diferentes dimensões e atores, incluindo os humanos. Mesmo se tratando da “floresta”, ainda existem ciclos produtivos autônomos, mas ciclos produtivos que contam com participação humana. Sistemas de plantios de árvores alvos da extração e assim por diante.

Além do mais, outro ponto citado diz respeito ao dogma da monoatividade que, segundo Almeida, foi contrariado pela primeira vez pelos seringueiros. Durante a época de emergência do movimento dos seringueiros e povos da floresta, questionou-se como o extrativismo era uma prática que não poderia ser incentivada como única forma de produção. O caso da borracha e dos grandes seringais era o exemplo que sempre vinha à mente. Entretanto, os seringueiros na época, bem como outros grupos extrativistas, demonstraram sistemas produtivos muito mais diversificados onde o extrativismo possuía uma posição específica.

Sendo assim, em análise no contexto dos anos 2000, Almeida ressalta uma realidade postulada pela parceria franco-brasileira: salvo contextos extremamente específicos, não

existem grupos extrativistas que sejam unicamente especializados – ou seja, que exerçam uma monoatividade extrativista. Em 1994, Allegretti afirma também que já era uma compreensão de que “o extrativismo não constitui uma atividade isolada das demais.” (Allegretti, 1994:26). O extrativismo seria, dessa forma, uma marca da diversidade produtiva e que seria historicamente construído a partir da lógica produtiva campesina orientada pela diversidade (Costa, 2012).

O autor se posiciona inclusive quanto às perspectivas evolucionista ou que possuem certo tom evolucionista que afirmam que a atividade extrativista é uma fase da humanidade e, por ser datada, possui limitações que são superadas por desenvolvimentos tecnológicos como a agricultura. Mais ainda, ele ratifica que imaginar que exista uma evolução de sistemas produtivos agroextrativistas para sistemas agroflorestais (SAFs) também é um pensamento que possui um tom similar. Afirma que “deve-se ver o agroflorestalismo (os SAFS) como um componente entre outros dos sistemas produtivos agroextrativistas” (Almeida, 2002:13).

A antropóloga Mary Allegretti também é uma crítica contundente desse postulado evolucionista. Ela afirma que a atividade é comumente associada à uma etapa da linha evolutiva dos sistemas produtivos humanos e que estaria fadada a desaparecer. Dessa forma, a autora infere também que diversos estereótipos negativos são formados nessa seara, inclusive de que a atividade extrativa seria predatória. Ela analisa que isso denota uma compreensão de que o extrativismo seria uma atividade primitiva, portanto economicamente irracional, e que não saberia expandir sua produção sem deteriorar o estoque natural. Argumento já desmobilizado pelo trabalho de Eduardo Brondízio sobre a intensificação da produção de açaí na ilha do marajó (Brondízio, 1996).

A autora reconhece a tipologia de Alfredo Homma em dois tipos de extrativismo: o de coleta e o de aniquilamento. O primeiro tendo como exemplo as castanheiras e a seringueira, o segundo tendo como exemplo o pau rosa e outras atividades de abate da árvore. Também reconhece outra tipologia: o extrativismo madeireiro e o não madeireiro. Entretanto, discorda frontalmente de toda a sua análise e interpretação do extrativismo e seu desenvolvimento histórico. Ela afirma que queda ou ascensão de atividades não são originadas em leis naturais de oferta e demanda de um fluxo de mercado “natural” ou teleológico. Ao contrário, afirma que atividades agropecuárias e industriais se instalam na região porque são politicamente e economicamente incentivadas e, então, tornadas “viáveis” para o desenvolvimento desejado (Allegretti, 1994).

Outros argumentos frequentemente associados ao extrativismo e que são rebatidos por Almeida dizem respeito à ideia de um declínio inevitável do extrativismo, que o autor

argumenta não configurar uma realidade. Isso se deveria ao fato da atividade em si ser flexível e acompanhar transformações nos sistemas produtivos. Ele dá exemplos de onde os seringueiros passaram a ser agricultores e pecuarista, mas conservando certas práticas extrativas, sobretudo com palmeiras. Dessa forma, os autores não só identificam certos discursos que são comumente associados à atividade como também acabam por construir uma forma de pensar o extrativismo.

No caso, uma forma que não o associa diretamente à pobreza, primitivismo ou outras qualificações negativas. Mas que o imagina pela lógica da flexibilidade, possibilidade e compatibilidade com modos de vida locais e a busca pela sustentabilidade. Eles cabam por desmistificar certas concepções quanto à prática e a pensam a partir de uma lógica mais dinâmica e diversa. Ao realizar esse processo, consolidam algumas pautas e maneiras de se reportar à atividade. Os autores, com suas trajetórias, também sinalizam a importância do debate sobre as RESEXs para pensar o próprio extrativismo. Parte das críticas que a atividade sofreu dizia respeito a como a ideia de uma reserva extrativista era recebida por diferentes setores da sociedade.

Segundo Almeida (2018), o conceito de reserva extrativista emerge no contexto de lutas na década de 80 lideradas por seringueiros, castanheiros e outros grupos extrativistas face à destruição florestal devido ao aumento da produção agropecuária na região, bem como aos processos de desapropriação de suas terras que vinham sofrendo. As reservas decorrem dessas reivindicações e tem como característica importante o usufruto exclusivo de moradores e extrativistas, mas de posse permanente da União, evitando assim repetir os avanços agrícolas e abusos que sofriam. Assim, as RESEX se originariam de uma luta que teria primariamente um caráter sindicalmente agrário, mas que logo incorporaria elementos de luta ambiental que seriam fundamentais. Compondo assim um movimento que lutaria a partir de motivações sociais, econômicas, agrárias e ambientais. Aspectos que refletiriam, eventualmente, no caráter da proposta de Reservas Extrativistas.

As RESEX são, também, um reconhecimento importante desses grupos que viveram sistemas socialmente e economicamente predatórios como o sistema de aviação. Em linhas gerais, o sistema de aviação se sustentou durante a época de produção da borracha onde os seringueiros precisavam abater se sua safra a quantidade de produtos consumidos e comprados nos barracões dos patrões seringalistas (Allegretti, 1999). Contudo, essa relação sempre fora marcada de injustiças e contravenções: preços alterados, juros cobrados, balanças adulteradas, alteração da quantidade de produtos consumidos por seringueiros que, por sua vez, não usufruíam de um grau de instrução que lhes fornecesse alguma resistência.

Dessa forma, permaneciam atrelados ao seringal por meio de dívidas infinitas. Com a derrocada do alto fluxo econômico da borracha e paulatina conversão dos grandes seringais em zonas agropecuárias, os seringueiros passaram a lutar e disputar cada vez mais seu direito à produção e ocupação da terra. Assim, o conceito de reserva extrativista emergiria no contexto de lutas na década de 80 lideradas por seringueiros, castanheiros e outros grupos extrativistas face à destruição florestal devido ao aumento da produção agropecuária na região, bem como aos processos de desapropriação de suas terras que vinham sofrendo. As reservas decorrem dessas reivindicações e tem como característica importante o usufruto exclusivo de moradores e extrativistas, mas de posse permanente da União, evitando assim repetir os avanços agrícolas e abusos que sofriam.

Para Allegretti (1999; 2008) o conceito de reserva extrativista está associado com a ideia de que os seringueiros, extrativistas e povos da floresta estão em uma relação simbiótica importante com a floresta – de onde retirariam parte do que sustenta sua existência social e econômica. Dessa forma, ela considera esses grupos heterogêneos como sendo parte de um pano de fundo histórico e social complexo e multifacetado. A partir dessa perspectiva, a autora (Allegretti, 1999) entende que as RESEX têm dois sentidos: uma enquanto área destinada à grupos que têm sua sobrevivência ligada à exploração ecologicamente sustentada de produtos da floresta e enquanto política de desenvolvimento da floresta amazônica. Com isso, a noção de RESEX estaria não só intimamente ligada à luta dos seringueiros e seu modo de existir, mas o próprio desenvolvimento da atividade extrativista nesse novo capítulo: como forma de gestão e conservação do bioma amazônico.

As reservas extrativistas, segundo Allegretti (1999), infeririam também um conjunto de medidas e prerrogativas. Dentre elas: pesquisa e reconhecimento do potencial econômico de produtos florestais, garantia de uso e permanência na terra por parte de grupos que exploram sustentavelmente o território – o que asseguraria um combate à grilagem e uso predatório da terra –, o fornecimento de apoio em termos de serviços e tecnologias econômicas, sociais e culturais apropriados, bem como a instauração e solidificação da ideia de uso coletivo e compartilhado de recursos naturais.

Entre outras coisas, o regime de existência territorial das reservas extrativistas não compreenderia o loteamento em lógica de assentamento ou de pequenas propriedades particulares, mas em unidades produtivas conhecidas como colocações que são aspecto central e importante da história dos seringueiros – atividade modelo para imaginação dos projetos de RESEX e que foi proficuamente estudada por Almeida (2012) enquanto unidade produtiva com um sistema tecnológica particular.

O conceito de colocações também é importante para compreender uma determinada conceituação não só das RESEX mas do extrativismo em geral. Para Allegretti (1999), as colocações tem um sentido amplo, elas significam tanto a clareira de habitação da unidade doméstica e seus arredores, como toda a zona produtiva composta por estradas de seringa. Dessa forma, as colocações incluiriam “a área de caça e coleta, estando sempre próxima às margens de um igarapé (pequeno riacho), onde as crianças pequenas costumam mariscar – pescar como divertimento ou trabalho.” (Allegretti, 1999:24).

Para a autora, dentro das colocações existe uma complexidade de paisagens e atividades, bem como roçados, zonas limpas de vegetação, criação doméstica de alguns animais etc. Curiosamente, essa compreensão de colocação como unidade produtiva extrativista acaba por solidificar as bases de uma compreensão integralizada do extrativismo enquanto atividade simbiótica. Dessa forma, em uma compreensão de um território dedicado ao extrativismo existira espaço para muitos outros cenários e espaços produtivos tendo em vista que eles parecem possuir uma relação ecologicamente importante com a atividade.

Em suma, para Allegretti, o conceito de Reserva Extrativista contém dois sentidos: uma vitória da luta por dignidade, inclusão e justiça produtiva e social de populações extrativistas e uma revolução conceitual da ideia de desenvolvimento. O argumento pela implementação das RESEX compreenderia, então, uma miríade de características: sociais – por tratar do modo de vida e maneira de existir de grupos que ocupam e se reproduzem nesses espaços historicamente –, legais – um direito de posse adquirido pela ocupação familiar histórica –, econômicas – exploração mais informada e pertinente de potenciais florestais – e ambientais – a aparente inerente conservação do bioma no curso das atividades dos extrativistas. Em outras palavras, as RESEX seriam também primeiramente “uma política específica de reforma agrária e [em seguida de] proteção ambiental” (Allegretti, 2008:40).

Para Almeida *et al* (2018), o conceito de Reserva Extrativista desafiaria uma modalidade de pensamento e de política desenvolvimentista, e porque não evolucionista, que imagina a ocupação da terra a partir da substituição de técnicas extrativistas por práticas de domesticação e, por fim, pela bioengenharia. Nota-se, portanto, que o autor já identificava a maneira como o extrativismo e suas técnicas eram vistos em oposição à bioengenharia e sua tecnologia. Onde cada um representa um aspecto desse polo. Ele também representa um desafio à ideia de conservação do bioma sem a presença de humanos, uma vez que demonstra que a atividade extrativista instaura um regime de relações peculiares e que não encerram o ciclo de existência de indivíduos da floresta. Bem como confrontaria, em última instância, a visão que associaria

progresso, melhoria de vida e ganho de bem-estar à incrementação e substituição pela atividade agrícola.

Argumento que as reflexões dos autores sobre as RESEX refletem também proposições originais deles sobre a atividade extrativista, uma maneira de a conceituar. Mas também funcionam como um testemunho pertinente de como a atividade era pensada e imaginada. A data da publicação de Almeida, em 2018, não deixa esconder como mesmo hoje ainda existem rastros ou às vezes monumentos inteiros dedicados à análises imprecisas ou incompletas sobre o que se trata o extrativismo amazônico enquanto fenômeno singular, complexo e importante. A conceituação de RESEX, portanto, está fortemente atrelada à maneira como a atividade extrativista era historicamente conduzida – e transformada – e quais projetos foram desenhados em cima dela a partir de diferentes atores: desde os extrativistas – em suas diversidades –, passando por pesquisadores, até figuras contrárias ao seu incentivo e à sua existência enquanto tal.

Os autores também fazem questão de esclarecer diferentes concepções quanto às reservas, sobretudo Allegretti. A autora faz questão de delimitar como as reservas, da forma que foram imaginadas pelo CNS, correspondiam a uma valorização da produtividade diversificada de diferentes contextos locais, e não uma hiper valorização de uma única prática extrativa. Outros pontos ressaltados pela autora dizem respeito a necessidade de incentivo político e econômico ao valor dos produtos extrativos das reservas.

Dessa forma, seria grave não reconhecer que a história da forma como o extrativismo é imaginado e disputado em diferentes áreas do conhecimento, passa não só pela luta seringueira, mas pelos desdobramentos políticos e produtivos dela, como as reservas extrativistas. Seria mais grave ainda não dar a devida importância ao pensamento e trajetória desses dois autores que acabaram revolucionando a maneira como se pensa o fenômeno do extrativismo amazônico. Vários posicionamentos de alguns autores ainda ecoam nos dias de hoje, inclusive a compreensão de que o componente extrativista denota um conjunto de atividade de “pouco impacto” e que existem delimitações claras e evidentes entre práticas consideradas sustentáveis ou não, predatórias ou não, na seara do extrativismo. Elemento que pode ser fruto de discussões mais aprofundadas e analíticas.

4.4 Sobre o caráter social do extrativismo, contra o “*primitivismo*” e a “*passividade*” e por uma “*cultura*” e “*valores*” extrativistas

É necessário também ressaltar que alguns autores tentam de alguma forma não conceder somente uma abordagem econômica da atividade, ou olhar pelo prisma exclusivo do

desenvolvimento. Por vezes, eles tentam demonstrar que para além de uma lógica instrumentalista de pensar mercado e desenvolvimento em termos tradicionais, existem modos de produzir e se reproduzir que são muito caros a diversos agrupamentos humanos que existem na região. Sendo assim, existiria um componente social e “tradicional” no extrativismo que é extremamente importante e que escapa a lógica da economia clássica.

Dessa forma, é preciso citar que concomitante a esse pensamento existem outros autores que abordam o extrativismo a partir de sua importância sociocultural, como afirma Silva *et al* (2016). Dentre eles podemos ressaltar a contribuição de José Fernandes do Rêgo, da Universidade Federal do Acre, em importante texto intitulado “*Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo*” de 1999. O autor busca nesse trabalho avançar a conceituação de neoextrativismo, sua relação com o conceito de extrativismo, como é mobilizado e possíveis diferenças entre os dois conceitos.

Em seu texto, o autor busca tecer também uma crítica aos estudos sobre extrativismo amazônico que delimitaram enquadramentos teóricos da atividade. Rêgo critica a suposta “extinção” do extrativismo ou o que a parceria franco-brasileira identificou como declínio inevitável. O autor identifica que esse dogma está atrelado a dois fatores: o do “extrativismo puro” e a da domesticação – como já debati acima. O autor argumenta que muitas formas de conceituar o extrativismo ainda o pensam como uma simples extração de produtos da “natureza”, uma atividade produtivamente “constrangida” pelos ritmos da floresta.

Ademais, ele argumenta que as próprias formas de tipificar o extrativismo estão fortemente influenciadas por valores e sentidos particulares. O pesquisador exemplifica esta questão com as tipologias de “coleta” e “aniquilamento”. Ele explica que vertentes neoclássicas assumem de antemão que todo manejo extrativo é inviável – é evidente que o autor está falando de autores como Alfredo Homma neste ponto. Rêgo segue dizendo que se o tipo aniquilamento presume a extinção do seu objeto e o tipo coleta paulatinamente aumenta sua extração afetando drasticamente seu objeto, então o extrativismo seria essencialmente inviável. O que é comumente conhecido por viés de confirmação.

A questão de noções consideradas intrínsecas ao extrativismo também chama a atenção do autor em outro aspecto. Segundo Rêgo (1999), se pressupõe que exista um “atraso tecnológico” intrínseco ao extrativismo. Dessa forma, a utilização do que o autor chama de tecnologia para práticas de beneficiamento configuraria um desenvolvimento produtivo que não poderia ser mais atribuído à seara da produtividade extrativista. O professor sinaliza que uma consideração excludente do processo de coleta e o local econômico da atividade produz não um diagnóstico profundo e complexo de uma atividade historicamente diversa, mas uma teoria

sumariamente economicista e utilitarista. O autor continua comentando a limitação de certas conceituações de extrativismo, atividade extrativista e também uma certa confusão que elas podem causar:

Toda atividade de cultivo, criação, beneficiamento ou processamento, mesmo integrando um sistema de produção e um modo de vida extrativos, não seria mais extrativismo, mas domesticação. Assim, práticas como adensamento, ilhas de alta produtividade (cultivo de espécies nativas em pequenas áreas cercadas pela floresta) e sistemas agroflorestais verdadeiros (cultivo de espécies lenhosas perenes, na mesma área, em conjunto com culturas agrícolas e/ou criações) não integram o conceito de extrativismo -- já seriam domesticação. (Rêgo, 1999:2).

O autor rastreia de forma importante algumas questões que de fato são patentes quando se observa a história do tratamento do extrativismo e das reflexões formuladas em cima da atividade. Ele sinaliza a prática contínua e comum de imaginar o extrativismo como uma atividade que tem baixa proatividade, produção e transformação das práticas. Dessa forma, a domesticação seria entendida como esse grande ponto transformador e criativo, já que presume uma intervenção profícua do humano e o extrativismo está oposto a qualquer tipo de atividade do tipo. Uma vez que ele lida com o “selvagem” e o “natural”.

Rêgo também reconhece que ao extrativismo é reconhecida uma concepção primitivista e datada: ele sempre é imaginado e pensado como um nível abaixo nas atividades produtivas humanas, onde técnicas e tecnologias “novas” e mais “desenvolvidas” não podem se aplicar. É possível compreender que essa percepção do autor ajuda a reparar em certas formas correntes de entender o extrativismo: não raramente a atividade é apresentada como a “mais antiga” como a “atividade dos primórdios da humanidade”. Existe um tom primitivista fortemente associado ao extrativismo como prática humana. A questão, contudo, não se trata de negar que a prática de coletar e extrair recursos de florestas e outros biomas não seja provavelmente a mais antiga prática humana. Esse é um fato bem demonstrado pela arqueologia. Entretanto, é inevitável colocar uma lupa analítica sobre esse discurso, que ainda figura de forma muito presente (Calderon, 2013; Afonso, 2021) e imaginar como ele pode sugerir diferentes coisas.

Para além do caráter factual da afirmação de sua ancestralidade, existe uma construção, intencional ou não, que atribui certo “primitivismo” ao extrativismo. Dessa forma, se de caso pensado ou não, existe uma tácita contribuição ao pensamento evolucionista que imagina essa atividade como estanque no tempo. A qual não passou por diversas transformações, reformulações e incorporações. De alguma forma, ela guardaria alguma “essência” quase espiritual com os “primórdios da humanidade”. É quase como se testemunhássemos um fragmento histórico vindo direto do passado para o presente. Esse é um aspecto quase nunca

tocado na discussão sobre a atividade extrativista e que tem muito a compartilhar com a ideia de “tradicional” adereçada a diferentes grupos e comunidades com os quais a ciência antropológica trabalha.

Rêgo também comenta sabiamente a amplitude do termo extrativismo. Segundo o autor “o conceito de extração, portanto, é amplo em seu objeto, por se aplicar à totalidade do ecossistema natural, e restrito em sua função, por limitar a apropriação dos recursos às qualidades e quantidades dos estoques primitivos” (Rêgo, 1999:3). Dessa forma, ele analisa que a ideia de extrativismo na forma como é pensada na época pressupõe uma ausência de intervenção, onde o extrativismo tem por alvo populações e paisagens “naturais”. O autor afirma que, dessa maneira, a noção de extrativismo mais largamente teorizada pressupõe “uma separação entre o homem e a natureza, ao admitir a existência de áreas naturais intocadas pelo homem” (Rêgo, 1999:3).

No mesmo diapasão, afirma que a noção de que o extrativismo pode ser somente definido pela ideia de coleta limitada de recursos naturais acaba por tornar a conceituação confusa. Esse tipo de definição acaba por misturar, por exemplo, o extrativismo do tipo mineral – que se apropria do meio físico do ecossistema que é não-renovável – e outro tipo, que ele chama de *bioextrativismo*. Ou seja, atividades extrativistas de interação com a biota e os seres vivos. Segundo o autor, seriam duas formas de interação distintas e que a segunda pressupõe uma natureza que não pode ser considerada intocada, uma vez que reconhece que as florestas são fortemente afetadas pelos usos humanos, sobretudo o extrativo.

Em seguida, o autor introduz uma das conceituações e análises mais interessantes e produtivas que pude encontrar. Não por elaborar uma ideia extremamente nova e original, mas por conseguir atacar diferentes pressupostos e conceitos associados à atividade. E, também, por evitar armadilhas conceituais até hoje amplamente utilizadas como a ideia de que o extrativismo é uma atividade de “baixo impacto”. Ele passa a incluir dimensões raramente consideradas anteriormente, como a cultura, e acima de tudo posiciona uma nova forma de entender o que é o processo da atividade extrativista. Segue:

“Assim, o bioextrativismo das populações tradicionais pode ser definido como a intervenção, na biota dos ecossistemas naturais, pelo homem (componente da biota), baseada na racionalidade da reprodução familiar/comunitária e sobredeterminada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza. Tal intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não alteram substancialmente a comunidade biótica do ecossistema.” (Rêgo, 1999:5).

É importante reconhecer que ao localizar o *bioextrativismo*, que seria um tipo de extrativismo, no campo de uma intervenção e que está associado aos modos de reprodução social, à cultura e relação simbólica, acaba por oferecer um panorama deveras diferente. É perceptível que o pesquisador atribui, em termos de análise, uma posição mais ativa e processual à atividade extrativista. Sua compreensão de que o extrativismo é uma atividade de associação de várias práticas, incluindo animais, contudo, é bem similar à desenvolvida por outros autores que foram vistos ao longo deste trabalho.

Dessa forma, o autor propõe o conceito de *neoextrativismo* como uma reconsideração da atividade extrativista para além das imagens mais tradicionais solidificadas ao longo da década de 90. O autor evoca a relação simbiótica com o espaço da natureza e a influência da realidade cultural das comunidades e unidades familiares no desenvolvimento da atividade. Dessa forma, existe uma lógica produtiva que não se baseia unicamente no lucro, mas possui uma influência mais importante da lógica de reprodução social e cultural. Com isso, o “neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular” (Rêgo, 1999:5). Depreende-se que para Rêgo (1999) o extrativismo pode abarcar atividades aparentemente antagônicas à sua dinâmica, desde que elas não conflituem com valores, crenças e costumes forjados pelas comunidades extrativistas. Sobretudo os modos de relação que permitem uma interação que o ele julga mais harmônica com a natureza. O autor faz questão de explicar que elimina, desse conceito, práticas e atividades oriundas da conhecida Revolução Verde.

É importante considerar que o autor tenta estimar uma tipologia cultural e de valores quando se trata do extrativismo, em sua tentativa de evitar uma definição estritamente economicista e utilitarista. Dessa forma, tenta elaborar um “tipo” de cultura e atividade, que inclui valores e tradições, que seriam os critérios avaliativos de uma atividade que seria de fato *bioextrativista* ou *neoextrativista*. Entretanto, acaba por afirmar indiretamente que atividades como indústria e domesticação podem ser qualificadas como extrativistas desde que estejam assentadas em “valores extrativistas”, que seriam uma “harmonia” com a natureza e com a “cultura extrativista”.

Esses desdobramentos de sua reflexão podem ser amplamente criticados pela tentativa de criação de uma tipologia cultural que pode, invariavelmente, recair nas mesmas questões e problemas envolvendo as noções de extrativismo e coleta. A polissemia passaria de uma noção para a outra agora com uma nova roupagem. Contudo, é inegável que o autor apresenta uma percepção relativamente diferente de muitas vistas na época e que ainda hoje pode levar a

desdobramentos importantes. Apesar da relevante discussão sobre se o termo neoextrativismo ou extrativismo é o mais apropriado ou mais importante, o que julgo de fato mais crucial é a agenda de assuntos e questões que o autor levanta em seus questionamentos.

Ainda que muitos deles sejam similares às reflexões de autores precedentes, a proposição mais explícita de consideração da dimensão relacional, simbólica e cultural do extrativismo é um ponto que deve ser incluído. Pois é notável que outros autores se importaram com essa dimensão também ao investirem na ideia de conhecimentos tradicionais, manejo tradicional de recursos e assim por diante. Por considerarem, sobretudo, que o extrativismo não poderia ser visto somente a partir de uma análise econômica clássica, mas precisava incorporar novas dimensões de análise para entender sua complexidade e profundidade.

Dessa forma, entende-se que no curso da análise desses autores, muitas novidades e maneiras de enquadrar conceitualmente e analiticamente o extrativismo fora sendo construídas. Algumas negativas, outras positivas, mas sobretudo existe uma transformação constante do conceito e um reconhecimento real dos autores quanto à sua característica capiciosa e escorregadia. Também existe uma consideração de que os autores se debruçaram sobre a ideia do extrativismo como atividade crucial para compreender a realidade amazônica.

De toda forma, é importante considerar que o extrativismo é uma atividade extremamente complexa e orientada pela flexibilidade e diversidade. Que é também uma atividade que produz, que intervém e que transforma. Não obstante alguns temas aparecem de forma curiosa ao longo dessa análise: domesticação, técnica, tecnologia, primitivismo e impacto são temas que perpassam a compreensão da atividade. Esse é um reconhecimento mais ou menos aceito pela maioria dos autores que considerei relevantes no assunto ao longo da história. Contudo, não se pode omitir que todas essas dimensões e debates sobre a atividade são absolutamente reconhecidos. Ainda é comum encontrar em diversos setores da sociedade algumas concepções antigas ou limitantes quanto à atividade (ou o conjunto de atividades) agroextrativista, sobretudo como símbolo da realidade amazônica ontem e hoje.

Entretanto, é evidente que o extrativismo vai, ao longo do tempo, sendo considerada ambigualmente uma atividade do presente, mas que remete ao passado. É realizada, comumente, uma transformação da noção de coleta que deixa de ser um tipo de atividade, ou categoria explicativa em si, e passa a ser um qualificador da ação no extrativismo, sobretudo quando definem o extrativismo a partir do ato de coletar. Considera-se que as transformações de utilização do conceito, consensos e dissensos são marcas importantes para se entender possibilidades de abordagem da atividade

4.5 Trajetórias tecnológicas e estrutura produtiva diversificada: o (agro)extrativismo como *paradigma tecnológico*

É deveras importante apresentar um último ponto neste capítulo que diz respeito a uma outra abordagem do extrativismo. Não se trata de uma abordagem estritamente nova, é um autor que vem publicando desde a década de 90. Além do mais, é uma figura amplamente consultada por inúmeras autoridades regionais e nacionais no assunto da estrutura produtiva rural amazônica. Mas é importante ressaltar que cada vez mais é um autor que vem sendo consultado e interpelado pela academia, e que deve ser considerado uma fonte importante de reflexões, abordagens e dados no que tange a realidade da atividade extrativista na Amazônia.

O autor em questão é Francisco de Assis Costa. Graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutor em economia pela Freie Universität Berlin. Francisco, mais conhecido como Chiquito por seus alunos e colegas, é professor da Universidade Federal do Pará, ligado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. O autor se preocupou e se preocupa ao longo de sua carreira com a questão da economia agrária, desenvolvimento regional e sustentabilidade, enfatizando a dimensão de inovações tecnológicas e institucionais na região amazônica.

O pesquisador, ao longo de sua carreira, está constantemente filiado a estudos sobre desenvolvimento. Como professor do programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido, é possível notar que o autor se preocupa em pensar a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade como dois assuntos que se interligam de forma particular na região amazônica. Sobretudo como esse entrelaçamento afeta a história e constituição produtiva do espaço amazônico. A crise ecológica e climática é também um dos motores de suas pesquisas.

Dessa forma, pode-se dizer que Francisco Costa direcionou seus esforços para compreender o que ele chama de diversidade estrutural produtiva da região amazônica. O autor possui uma gama de publicações que variam desde estudos quanto sobre a dimensão histórica, territorial e diversa da economia política da região, até possibilidades de incentivo e valorização de determinadas práticas produtivas consideradas sustentáveis (Costa, 2012). O autor entende que esse interesse só poderia passar a uma valorização das produções campesinas amazônicas uma vez que bases institucionais que desenvolvessem parcerias concretas entre conhecimentos ditos científicos/acadêmicos e conhecimentos e nexos de integração entre o universo de produção de mercadorias e de conhecimento fossem estabelecidos de forma salutar.

Dentro dos interesses do autor encontramos também uma preocupação sobre o desenvolvimento de dinâmicas produtivas e sociais associadas a essa base agrária amazônica.

Também se observa uma preocupação em qualificar e investigar essa diversidade estrutural amazônica. Alguns subtemas que emergem são: inovação, desenvolvimento, diversificação produtiva, investigação de trajetórias, a natureza do espaço amazônico, sistemas agrários e arranjos produtivos (Costa, 2012).

Alguns outros temas podem ser encontrados ao longo de suas produções e me esforçarei para elencar e comentar aqueles que julgo serem particularmente importantes e que estão no centro de uma forma original de mobilização do conceito de extrativismo. O pano de fundo de suas reflexões se dá da seguinte forma: estamos em um mundo onde cada vez mais a “a relação entre o conhecimento, em particular o conhecimento técnico apropriado no processo produtivo, e as características atuais e possibilidades futuras de desenvolvimento de base agrária na Amazônia” (Costa, 2009:38) tem recebido mais atenção e sendo espaço de disputa entre diferentes atores.

O primeiro ponto de reconhecimento quanto a realidade produtiva amazônica diz respeito à sua consideração da diversidade como característica intrínseca à região amazônica. Nesse sentido, considera que “a diversidade estrutural marca profundamente essa realidade, definindo seus atributos econômicos, ambientais e sociais” (Costa, 2016:54). Com isso, o autor propõe que invistamos cada vez mais em explorar noções que agucem nossos sentidos para formas de explicitar de maneira profunda as dimensões e características dessa heterogeneidade citada.

A essa heterogeneidade está associada uma diversidade especificamente do que o autor chama de *trajetórias tecnológicas* e a existência de *paradigmas tecnológicos*. Assim, existiriam tecnologias fomentadas, desenvolvidas e aplicadas que tomariam por base princípios diferentes. A relação entre esses temas delinea algumas conclusões de Francisco Costa quanto à realidade das relações produtivas e sociais na Amazônia. É interessante esclarecer, dessa forma, o que o autor entende por *paradigma tecnológico* e *trajetória tecnológica*.

Ambos os conceitos são ferramentas mobilizadas pelo pensador italiano Giovanni Dosi que se preocupa ativamente em compreender processos econômicos da inovação e transformações tecnológicas. Dentre vários de seus postulados, sua afirmação que as transformações tecnológicas influenciam exponencialmente as transformações econômicas o fez focalizar cada vez mais a natureza do que se entende por tecnologia. O pensamento de Dosi, elaborado a partir de uma tradição neo-schumpeteriana que entendia a diversidade como característica marcante dessas transformações tecnológicas e do desenvolvimento de determinadas trajetórias, acaba por contrapor a tradição neoclássica da econômica. Entretanto, o pensamento do autor italiano fora elaborado em estudos que se preocupavam largamente com

industrias e empresas. Francisco Costa precisou, evidentemente, entender quais partes desse pensamento e conceitos seriam transponíveis para a realidade amazônica.

Sendo assim, o primeiro conceito que é compreendido na realidade local diz respeito à ideia de paradigma tecnológico. Inspirado em Dosi, Costa afirma que um paradigma tecnológico pode ser compreendido como um modelo ou padrão de solução de problemas tecnológicos que foram selecionados baseados em determinados princípios (Costa, 2009). Esses princípios podem ser fortemente influenciados ou originados em questões sociais, econômicas, políticas, culturais e, sobretudo no caso amazônico, pela configuração ambiental-histórica do espaço. Paradigmas tecnológicos dizem respeito também a uma ideia de progresso. Tais problemas seriam, dessa forma, selecionados pelo próprio paradigma. Com isso, pode-se entender que o paradigma tecnológico é uma visão geral e categorizadora de problemas tecnológicos – logo abordarei os termos utilizados. Para melhor compreensão cito o autor:

Um paradigma tecnológico se constitui, assim, (1) de uma “perspectiva” de definição de problemas relevantes à luz de uma noção de progresso e (2) de um conjunto de procedimentos – heurísticos – para resolver tais problemas. Por outro lado, um paradigma oferece uma possibilidade entre outras na organização da reprodução social, sendo sua existência concreta (histórica) (3) resultado de mecanismos de seleção (3.a) associados à dimensão econômica e (3.b) a outras dimensões da vida em sociedade, em particular à cultura, à política e à ciência. (Costa, 2009:41)

Esmiuçando a noção, Costa considera que um paradigma é constituído de formas de enquadrar um problema, mas também um conjunto de procedimentos que visam sanar um ou vários problemas. Aqui cabe uma consideração sobre o que o autor entende por problemas tecnológicos. Fica evidente que quando o autor pensa essa questão ele está considerando a ideia de que diferentes agentes e atores são confrontados com diferentes questões que são levadas em consideração a partir de diferentes critérios. Tais questões são múltiplas e multifacetadas, dizem respeito a problemas produtivos e reprodutivos. Dessa forma, um problema tecnológico seria acima de tudo um problema de engajamento com o mundo, um problema relacional, que contribui para a constituição de quem esses atores são. Com isso, o problema aqui não é só uma questão também de uma economia no sentido restrito e neoclássico, mas uma questão de reprodução social, cultural, política, territorial e assim por diante.

Um problema é também, segundo Costa, uma situação delimitada por dados e fatores que acabam por orientar uma mudança. Esta situação acaba, cada vez mais, provocando diferentes transformações tecnológicas. Com isso, é possível considerar que diferentes transformações dessa ordem vão sendo gradualmente engendradas afim de abranger os problemas de diversas naturezas que emergem ao longo da história de determinados atores ou

grupo de atores. A ideia de delimitação de problemas e modelos de soluções a partir de uma noção de progresso é relativa à questão da transformação.

Em uma leitura mais aplicada, é possível compreender que progresso nesse sentido pode ter uma forte relação com a ideia de eficácia emplacada por Mauss (2003) ao escrever seu tratado sobre as técnicas. A relação entre essas duas noções se explica pela ideia de que tanto uma, quanto a outra, não são conceitos neutros ou ideologicamente ilibados. Ao contrário, são noções e conceituações que balizam a forma de interação com o mundo e como pessoas procedem, afim de compreender uma gama de objetivos, desejos, vontades e imperativos de diversas ordens como religiosa, cultural, política, social, econômica e histórica.

Com isso, quando o autor imagina progresso, ele entende que os agentes, após selecionar e tornar relevante diferentes problemas tecnológicos, desenvolvem abordagens técnicas que proporcionam transformações (um progresso) em direção a esses objetivos, desejos, vontades e imperativos. Em resumo o autor não entende por progresso uma convergência única e homogênea de processos, medidas e técnicas adotadas face a exigência de engajamento com o mundo para fins de produção e reprodução. Ao contrário, é compreendido progresso no sentido de uma possibilidade entre várias que levam a um determinado objetivo – dito de outra forma, que levam à uma determinada transformação tecnológica.

Levando em consideração este conceito, Costa (2009; 2015) entende que trajetórias tecnológicas são acima de tudo um padrão de atividade específico. Esses padrões tem por função resolver, assentados nos princípios estabelecidos ou materializados por/em dado paradigma tecnológico, diferentes problemas não somente produtivos, mas também reprodutivos (em diversas dimensões da vida) que vem, porventura, confrontar a esfera decisória de diferentes atores e agentes históricos (Costa, 2009:54). Apesar de enfatizar a amplitude do conceito, o autor reafirma que considera que essas situações e problemas são majoritariamente da ordem social, institucional e econômica. Dessa forma, o autor compreende que se entendermos que na economia rural amazônica temos estruturas produtivas em movimento, percebe-se que se configuram concretamente diferentes trajetórias tecnológicas que acabam por materializar grandes paradigmas tecnológicos (Costa, 2012b:247-248).

A nomenclatura utilizada pelo autor é extremamente curiosa, mas uma leitura não deixa dúvidas que o conceito de tecnologia mobilizado pelo autor de forma ampla em seus textos é relativamente amplo. Acima de tudo, não diz respeito à compreensão senso comum de tecnologia que é largamente utilizada por diversos setores da sociedade. Sendo assim, o autor entende que: adoção de certas tecnologias, o ambiente institucional e seus interesses, bem como a participação de agências públicas, interesses geopolíticos e econômicos e processos de

acumulação histórica de *expertise* são temas que também balizam o processo de concretização dessas trajetórias tecnológicas.

Nesse balaio de considerações, afirma também que as particularidades do bioma amazônico também exercem uma influência considerável nesses critérios e dimensões que acabam por orientar as trajetórias. O autor entende sobretudo que a organização espacial e cinegética do bioma amazônico acaba por fazer parte do centro de compreensão de como diferentes trajetórias se ocupam de diversos problemas a partir de diferentes paradigmas tecnológicos. O autor identifica dois tipos de paradigmas tecnológicos: um paradigma agropecuário e outro paradigma extrativista ou agroextrativista dependendo da publicação (Costa, 2015).

Começando pelo primeiro, o autor explica que ele seria um paradigma dominante global “que se afirma por conjuntos de soluções selecionadas pela eficiência demonstrada no controle da natureza para que corresponda às necessidades industriais e capitalistas” (Costa, 2012b:250). Também, as trajetórias que podem ser alinhadas a esse paradigma fazem um uso tenaz da mecânica e da química, mas um dos aspectos que mais marca esse paradigma seria o processo de construção de paisagens botânicas e biológicas homogêneas. Acrescenta o pesquisador que este paradigma está amplamente presente em diversos extratos da sociedade, como “no universo da produção de bens, controlado pelos agentes produtivos mediante seus critérios próprios de decisão, e no da gestão das políticas públicas, onde se destacam aquelas que condicionam a produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico” (Costa, 2013:4).

O segundo paradigma configura uma forma diferente de se engajar com a base natural da região e “pressupõem a manutenção dos princípios sistêmicos da natureza originária e configuram por isso, um paradigma tecnológico” (Costa, 2015:54). Tal paradigma possui uma perspectiva particular do uso dos recursos e de resolução de problemas decorrente desses processos de engajamento. Tal paradigma, ainda segundo o autor, comporta igualmente ao paradigma agropecuário bases de conhecimento, instituições próprias e incorporadas à cultura da região e do espaço. Encontramos nessa seara também “protocolos de acesso (normas) e de uso (técnicas) da natureza originária, no quadro de processos produtivos em que biomas e ecossistemas se reproduzem como capacidade operante” (Costa, 2015:55).

Apesar de parecer evidente, para além da efetivação de um caráter homogêneo ou heterogêneo do espaço, outro ponto emerge na visão do autor como diferenciador essencial entre os dois paradigmas. É possível afirmar que o ponto chave da análise do autor se concentra sobre sua ideia quanto às formas como diferentes trajetórias, alinhadas aos dois paradigmas, utilizam-se do que ele denomina de *natureza originária*. Sobre isso, ao considerar a ideia de

paradigma tecnológico como representante de problemas tecnológicos, para o autor a questão que define uma percepção da maneira como diferentes trajetórias existem acaba por passar irrevogavelmente pelo seu engajamento com o mundo, ou melhor, com a dita *natureza originária*.

Nesse diapasão, Costa entende que existem duas categorias mentais de relação com a natureza: uma que a trata em condição *mediata* e outra que a trata em condição *imediata*. Na primeira, alinhada ao paradigma agropecuário, “a natureza está presente predominantemente como natureza morta que, resultado de trabalho pretérito, cristalizado, morto, se apresenta em forma de matéria-prima ou de capital físico” (Costa, 2012:248). Sendo assim, ela é entendida como matéria genérica, intercambiável e substituível (Costa, 2012). Essa forma de compreender uma relação com a natureza não é um conceito que passivamente guia as trajetórias e o paradigma, mas é uma expressão manifesta dos engajamentos práticos delas com o espaço.

Em termos de matéria genérica, nessa perspectiva os componentes a serem retirados do bioma são entendidos nesses termos e são inseridos no processo produtivo. O autor exemplifica com o tipo extração de madeira que preconiza uma decomposição do bioma para sua obtenção, juntamente ao solo que também é fruto desse processo de decomposição. Dessa forma, o engajamento com a natureza se caracteriza por um processo de transformação de sua existência em matéria-prima. Em outras palavras, no paradigma agropecuário existe em maior ou menor escala uma tendência industrialista a imaginar o espaço florestal como *bioelementos*, que podem ser retirados do espaço, vendidos e assim emergindo o solo como novo produto que qualifica a terra (Costa, 2012b).

Essa questão se esclarece de forma satisfatória quando o autor explica a outra forma que detecta, que consiste em tratar a natureza em sua condição imediata. Nessa perspectiva, a natureza não seria considerada a partir de seus elementos a serem retirados em um processo de decomposição do bioma. Ao contrário, a força produtiva da natureza e as particularidades das relações e ciclos que são desenvolvidos são locus de valor de uso próprios, por causa de seus atributos únicos. Dessa forma, a relação com a natureza se dá pelo valor imediato de sua força produtiva, importando não a decomposição dos elementos que permitem o ciclo de renovação e produção de produtos florestais, mas justamente a existência desses ciclos.

Outro ponto que pode ser mencionado quanto à diferença entre os dois paradigmas também diz respeito à ideia de eficiência e eficácia. O autor menciona que é possível delimitar dois tipos de trajetórias, uma camponesa e outra patronal. A primeira diria respeito a trajetórias caracterizadas “pela centralidade da família nos processos decisórios, seja como definidora das necessidades reprodutivas, que estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de

trabalho de que dispõe” (Costa, 2009:45). Já a segunda diria respeito a uma dependência “do trabalho assalariado e, por isso, do grau de desenvolvimento do mercado de trabalho” (Costa, 2009:45). Tal trajetória tem uma forte relação com o processo de apropriação da terra (i.e. as formas de decomposição do bioma para produção de solo e terras) e de recursos da natureza.

Nessa perspectiva, a noção de eficiência é altamente mobilizada pelo autor pois, segundo sua visão, essa é uma noção na qual o significado varia de acordo com a trajetória e não é evidente. Entre os agentes camponeses, as decisões de produção estão atreladas às necessidades da família – diferentemente dos agentes patronais. Segundo o pesquisador, “os indicativos de eficiência, nesse caso, dizem respeito a uma “eficiência reprodutiva” associada ao grau de fartura média com que se vive e à estabilidade dessa condição num horizonte temporal definido pela evolução do grupo familiar” (Costa, 2020:13).

Nessa perspectiva, o autor não nega que existe lógica de lucro ou de eficiência marginal do capital nas estratégias camponesas – mesmo porque elas sejam diversas. Mas afirma que ela está fortemente submissa à eficiência da reprodução social, cultural, territorial, familiar e política desses agentes. Ainda segundo Costa (2020), essas formas de compreender eficiência e apropriação da natureza influenciam de forma significativa os processos de produção, engajamentos e técnicas apreendidas pelas trajetórias e seus agentes. Ele afirma que “a diversidade de meios, processos e produtos pode, com muita frequência, ser base consistente para elevar a eficiência reprodutiva de empresas camponesas; para as empresas patronais rurais, pelo contrário, a eficiência no alcance de seus propósitos depende quase sempre do grau de especialização.” (Costa, 2020:13).

Nesse sentido, a forma como os agentes compreendem o que seria mais eficaz é diverso. Não somente isso, a eficácia de diversas ações está alinhada a diferentes formas de engajamento com o que Costa chama de natureza originária. No caso, existiria uma espécie de relação dialógica entre valores, conceitos e lógicas, com formas práticas de engajamento e como eles lidam com diversos elementos, contrapontos e contextos que o espaço amazônico posiciona em seus caminhos. Ainda, o autor explica que ao todo identifica seis trajetórias tecnológicas: três trajetórias camponesas e três patronais. Cinco dessas estariam alinhadas ao paradigma agropecuário, e uma delas, a T2 camponesa, estaria alinhada ao paradigma extrativista.

O autor enfatiza que essa diversificação das trajetórias e dos paradigmas demonstra que o funcionamento histórico desses grupos heterogêneos se ramificou e se desenvolveu apesar de algumas tentativas de homogeneização. Existe uma exploração concreta de possibilidades técnicas diversas que surgem a partir de diferentes contextos e condicionantes. Ainda no tema da T2, trajetória que recebeu outras pesquisas do autor, ele comenta como se trata de uma

economia referida ao bioma. Sendo assim, nela “se desenvolveram técnicas criticamente baseadas no bioma amazônico” (Costa, 2020:13). Ele entende que nesse tipo de trajetória existem arranjos produtivos que estão preocupados com a manutenção dessa natureza originária.

A consideração do bioma amazônico, de seus princípios fundamentais de organização e reprodução, nas soluções técnicas dessas estruturas produtivas se faz ou porque se manejam os recursos originários do bioma (os recursos das matas, das águas e dos solos) numa espécie de “extrativismo dinâmico”, mantendo a diversidade e complexidade seminais em “sistemas silviagropecuários” (que chamaremos daqui por diante de Sistemas Agroflorestais de tipo F: SAFs-F, em que o F indica a floresta como ponto de partida) sob influência das necessidades e controle das capacidades reprodutivas das famílias; ou porque se procuram imitar em “sistemas agrosilviagropecuários” as qualidades do bioma – o que resulta numa “agricultura holística”, diversa e complexa (a que nos referiremos como Sistemas Agroflorestais de tipo A: SAFs-A, o A indicando a agricultura como ponto de partida). Nisso consiste a base técnica do que chamamos aqui de economia camponesa referida ao bioma amazônico. (Costa, 2020:13).

O autor, em linhas gerais, passou mais de dez anos reunindo e compilando dados não só sobre o assunto exposto acima, mas também sobre a história produtiva da Amazônia. Ele conclui que a atividade extrativista, sobretudo a camponesa, é um fato incontornável para se compreender e entender como se deu a história da região, como ela se organiza e se dinamiza e quais projeções podemos esperar para a ocupação do seu espaço.

A maneira como o autor categoriza os sistemas produtivos na região amazônica, desloca e complexifica consideravelmente como se percebe a atividade extrativista. Longe de a entender como um fenômeno do passado ou oposta à agricultura, o autor entende que a questão não reside exatamente no que essas atividades são – em termos mais ou menos essencialistas –, mas sobretudo no que elas *fazem e como fazem*. Dessa forma, colocar a ideia de tecnologia e técnica – por mais complexa que seja a relação entre os dois termos – como aspecto central da discussão é uma primeira saída salutar e inovadora. Sobretudo na consideração das imbricações sociais dos paradigmas tecnológicos concebidos por diferentes atores. Por mais que, nos termos do autor, não exista um estudo detalhado sobre diferentes técnicas e lógicas de ação que compõem essas trajetórias.

Outro ponto diz respeito ao potencial de generalização do seu trabalho. Certamente sujeito a críticas baseadas em situações particulares, o trabalho de Francisco Costa propõe uma construção de um quadro geral, mas também multiescalar das forças produtivas no mundo rural. Pode-se dizer que o autor oferece um estudo sobre tendências tecnológicas, padrões de ação e formas que orientam engajamentos particulares com o espaço rural amazônico. Ao realizar esse

movimento, o autor nos oferece uma possibilidade de pensar o extrativismo em sua diversidade técnica e em diálogo, confronto ou convivência com outras realidades técnicas. Essa é uma possibilidade interpretativa e analítica menos acionada por antropólogos que lidam com o extrativismo e o estudam como fenômeno relacional amazônico. A possibilidade de realizar um estudo multiescalar da diversidade e padrões relacionais associados ao extrativismo é uma tarefa gigantesca, mas deveras importante.

Evidencio que Costa chega, indiretamente, a conclusões que outros autores do tema também chegaram por outras vias, como: o fato do extrativismo na Amazônia não ser uma atividade em si, mas uma atividade associada e em associação. Sem dúvida ele entrega ao público uma perspectiva singular de extrativismo, onde a atividade em si é vista como um padrão relacional com o mundo. Um padrão tecnológico que atende aos sentidos de agentes e grupos particulares sobre mundo, vida, existência, produção e sobretudo dialoga com suas percepções sobre configurações, ciclos e propriedades do espaço.

Estes últimos aspectos são mencionados por outros autores, mas em Costa eles entram na esfera de produção e reprodução da vida e desloca o lócus de análise desses processos para a dimensão da natureza das relações empreendidas, as formas de atividade e interação com o bioma amazônico. Entretanto, antes de concluir este capítulo é importante abordar possíveis questões em relação a esta literatura, sobretudo em função de debates existentes no campo da antropologia. Primeiramente, a maneira como ele utiliza o conceito de natureza pode ser considerado datado ou restrito. De fato, existe alguma noção de bioma e natureza quase que como um fenômeno da ordem do “natural”.

Isso se manifesta, sem dúvida, no conceito de natureza originária que não é satisfatoriamente esclarecido nos textos de Costa e pode conflitar com achados mais atuais sobre as características históricas e fortemente antropomórficas do espaço amazônico, sobretudo na arqueologia e ecologia histórica (Neves & Hackenberger, 2019; Balée, 2013; Roosevelt, 2013). É possível estabelecer um diálogo a partir da ideia de Costa de que o bioma e sua configuração ecológica influenciam de forma fundamental a constituição das diferentes atividades empreendidas por essas trajetórias. Com isso, entende-se que a realidade material, inclusive de ferramentas, dentro de um programa gestual pode informar a modalidade de relação estabelecida por diferentes atores, sobretudo no extrativismo vegetal não madeireiro.

Outro aspecto relevante diz respeito à noção de impacto, que também é ocasionalmente mobilizada pelo autor, sobretudo quando esclarece as diferenças entre paradigmas. É comum o autor explicitar que o paradigma agropecuário possui alto impacto e o paradigma extrativista possui um baixo impacto. Em outro momento ao comentar sobre os paradigmas, Costa afirma

que temos “de um lado, as formas de produção que pressupõem a manutenção da natureza originária (o bioma florestal amazônico), de outro, as formas de produção que pressupõem a transformação tensa da natureza originária” (Costa, 2012:253).

Há também algumas pressuposições sobre atividades que partem de generalizações duvidosas, face à diversidade de sistemas produtivos na Amazônia. Entretanto, é preciso reter sua ideia principal de que um paradigma pressupõe uma manutenção e outro uma transformação tensa. Francisco Costa não reduz o agroextrativismo a uma atividade passiva ou adaptacionista. Não podemos deixar de ignorar os adjetivos que o pesquisador utiliza para adereçar esse caráter transformativo: tenso e profundo. Decerto que existe uma possibilidade de explorar o teor, propriedade e caráter técnico dessas transformações e oferecer conceituações mais profundas e específicas sobre a noção de *impacto*.

Um possível ponto de interesse estaria em explorar as profundezas da noção de tecnologia mobilizada por Costa, no que consiste, o que retrata e como isso se relaciona com a compreensão da prática extrativista. Como desdobramento disso, seria importante verificar como noções de tecnologia e técnica na antropologia dialogam, discordam ou se complementam em sua compreensão. Uma abordagem antropológica dessas questões citadas pode dialogar com certas concepções exploradas por Costa, mas precisa avançar na ideia de que existem questões inerentes ao programa gestual e técnico de determinadas atividades e práticas que são igualmente importantes e condicionantes.

Apesar de tudo isso, interpreto que Francisco Costa entende que as atividades que passam por suas investigações, sobretudo as que dizem respeito ao extrativismo vegetal não madeireiro, são acima de tudo eminentemente sociais, culturais e históricas. É nelas que identificamos ideais, formas de ação e interação com o mundo e o espaço. Sendo assim, sugiro que é possível dialogar com essa vertente dos estudos de economia e desenvolvimento sustentável a partir de uma tradição antropológica que se preocupa igualmente a compreender o mundo a partir do movimento, transformação e entende que observar a técnica é uma maneira de compreender escolhas, tendências, noções e eficácia e valores distintos que mobilizam e influenciam o modo de existência e reprodução dos indivíduos.

5. Encaminhando propostas, sugerindo diálogos

As proposições deste autor dialogam com outras visões de como a atividade extrativista pode ser explorada a partir de uma característica que, apesar de citada, é pouco explorada: seus modos de ação. Apesar de diferentes autores ressaltarem que a ideia de que o extrativismo é ausência de técnica é uma falácia, fica evidente que pouco se investiu ainda em compreender

de fato a dimensão técnica da atividade extrativista. Ou melhor, pouco se traduziu em pesquisas e agendas concretas uma compreensão sobre a dimensão processual do extrativismo que incluiria gestos, modos e lógicas de ação, ferramentas, noções de eficácia, e outros aspectos que podem contribuir de forma significativa para adensar cada vez mais nossas noções sobre a atividade. Depreende-se disso que um olhar mais detido para esta dimensão poderia contribuir como os estudos de outros aspectos, implicados em categorias de análise tais quais política, territorialidade, identidade e cultura.

Muito ainda se poderia avançar, quanto a isso, na relação entre técnica extrativista (em diversos momentos e sentidos) e o modo de existência dos grupos, dos objetos e das dimensões materiais implicadas nessas dinâmicas. A percepção de Costa sobre a diferença entre o extrativismo e o paradigma agropecuário pode nos sugerir a voltar para uma análise fina e sistemática dos padrões de atividade e relação que florescem naquele. Dessa forma, empreendendo uma análise de outro cunho, que compreenderia uma vertente da antropologia que poderia contribuir de forma significativa.

Pouco se pensou-se, nesse caso, quanto à relação entre técnica extrativista (em diversos momentos e sentidos) e o modo de existência dos grupos, dos objetos e com dimensões materiais são entrelaçadas nessas dinâmicas. A percepção de Costa sobre o que o extrativismo faz de diferente do que o paradigma agropecuário faz, pode nos sugerir a voltar para uma análise fina e sistemática dos padrões de atividade e relação que florescem no extrativismo. Dessa forma, empreendendo uma análise de outro cunho, que compreenderia uma vertente da antropologia que poderia contribuir de forma significativa.

Justamente, na última parte desta dissertação estarei preocupado em recuperar alguns pressupostos e proposições lançadas pelos autores mais relevantes, a partir das quais esboço uma proposição. Considerando o caráter múltiplo do conceito de extrativismo e diferentes formas de o definir e tipificar, como podemos encontrar uma saída para essa questão? A solução seria elaborar um novo conceito? Entendo que uma possível solução a nível teórico e prático diz respeito a revisitar os temas, conceitos e questões já levantados no que tange a atividade extrativista, mas com um enquadramento teórico antropológico diferente.

Ou seja, não se trata de propor determinadamente novos temas ou dimensões, mas de revisitar velhas questões ou propor desdobramentos apoiados em considerações já estabelecidas por outros autores, inclusive os citados neste capítulo. Com isso, pretendo oferecer uma perspectiva que complemente e se apoie nas pesquisas e conclusões de outros autores que abordam e mobilizaram a noção de extrativismo para entender e compreender diferentes arranjos produtivos. Dessa forma recorrerei, nos últimos momento desse trabalho que seguem

na próxima seção conclusiva, à minha dissertação apresentada ao Museu de História Natural da França, bem como a preceitos e bases teórico-metodológicas da vertente supracitada. Dessa forma, tentarei imaginar caminhos e direções para pensar uma *tecnodiversidade* do extrativismo vegetal amazônico e uma *tecnogêneses* do espaço florestal (e seus habitantes) a partir dessas práticas.

Capítulo 3

A centralidade da técnica no extrativismo: esboço de uma abordagem antropológica *tecnoambiental*

1. Imaginando possibilidades em uma abordagem da técnica do extrativismo

Este último capítulo será dedicado a sinalizar uma possibilidade de análise da atividade extrativista, sobretudo a que caracteriza interações constantes com o vegetal, a partir de uma perspectiva antropológica particular. A relação com os vegetais na Amazônia, a partir de diferentes predicados, permeou investigações antropológicas ontem e hoje (Emperaire, 2011; Cabral de Oliveira, 2016; 2018; Ribeiro, 1979; Viveiros de Castro, 2005; Rodrigues, 2021; Scaramuzzi, 2016). Argumento que, até então, somente algumas obras procuraram, com maior ou menor intensidade, mergulhar nas particularidades etnográficas que perpassam as ações, movimentos, transformações, ferramentas, mobilizações da materialidade (em sentido amplo, não só o que é “físico”) e de processos de diferentes ordens, no que tange as atividades comumente alocadas na dimensão do extrativismo vegetal.

Assim, entendo que adentrar a compreensão do extrativismo vegetal pela chave da técnica, enquanto conceito antropológico, é uma maneira salutar de contribuir ao corpo literário que debate o presente texto. Conhecida genericamente como antropologia da técnica, a abordagem antropológica de tradição francesa engendrou, ao longo de algumas décadas, diferentes preceitos, pressupostos e metodologias que possibilitaram visões renovadas sobre assuntos antigos da antropologia. Vários temas podem e foram repensados à luz desses pressupostos como: a pesca, a agricultura, a relação com gado, com o fogo, a religião, o esporte e assim por diante. Afirmo, em outras palavras, que é necessário cada vez mais um investimento tenaz na técnica não enquanto uma ação do humano sobre o mundo, ou de um sujeito sobre o outro, mas como uma modalidade de ação e relação que engloba humanos e não humanos (Sautchuk, 2020) – destacando aqui os vegetais enquanto um gênero de vida particular e que nos últimos 20 anos vem angariando interesses na antropologia.

Para tanto, ao longo das próximas páginas vou esclarecer algumas concepções básicas dessa abordagem antropológica e de seus pressupostos. Procuo esboçar alguns conceitos que julgo interessantes para pensar as relações entre humanos e vegetais, geralmente árvores, e iluminar pontos de relações complexos que se expandem. Logo em seguida estabeleço algumas reflexões e conexões que julguei pertinentes e que podem auxiliar a lançar um olhar analítico mais preciso e contundente sobre a atividade extrativista vegetal. Estarei mobilizando com certa

frequência dados e reflexões confeccionados na ocasião da dissertação apresentada ao Muséum National d'Histoire Naturelle, bem como reflexões oriundas de uma nova avaliação de dados do meu trabalho de conclusão de curso, onde pude etnografar o processo de produção de um óleo – fruto de uma atividade extrativista. As novas análises desses dados foram produzidas ao longo do mestrado, onde tive um contato mais profundo com teorias que julgo serem ferramentas teórico-conceituais mais capazes de me ajudar a analisar os dados construídos na graduação.

São essas duas pesquisas, bem como experiências pontuais ao longo de pesquisas de campo, que me ajudam a imaginar uma abordagem da atividade extrativista sem recair em duas perspectivas correntes: a socioeconômica, ou orientada para pensar a produção como resultado exclusiva da projeção de valor em termos de mercado. E a culturalista/simbólica/discursiva, que tende a alijar a dimensão operacional e sensível das relações (ferramentas, gestos, ritmos), inclusive negligenciando desníveis valorativos que emanam da gestualidade dos humanos e dos vegetais.

Não pretendo, contudo, fazer uma exegese da antropologia da técnica, sua história e os seus conceitos. Mas, para fins de compreensão do trabalho e de como esses argumentos se conectam, proponho apresentar algumas manobras conceituais e metodológicas da vertente como: técnica, eficácia, escolha técnica e cadeia operatória, conectados ao fenômeno agroextrativista. De certa maneira, meu esforço bibliográfico e exploratório encontra ampla inspiração no movimento realizado por Sautchuk (2020) em sua pesquisa sobre a constituição da pessoa do pescador a partir da exploração da técnica e da aprendizagem como catalizadora desse processo em uma comunidade amazônica.

O autor procurou, em larga medida, estabelecer aparatos conceituais, como a relação entre técnica e pessoa, para sublinhar direções já apontadas por alguns autores, sobre a relação entre técnica e ambiente, mas também expandir os níveis de compreensão da pesca e do ser pescador em novas chaves conceituais (Sautchuk, 2020). Com isso, ele acabou por demonstrar o caráter complexo e sofisticado das relações entre elementos da pesca como o pescador, os objetos, os peixes e as superfícies e profundezas aquáticas. Sendo assim, pretendo neste último momento da dissertação, estabelecer um nexos teórico-metodológico entre antropologia da técnica e estudos sobre o fenômeno agroextrativista, de maneira a enfatizar aspectos já sinalizados por diferentes autores e sugerir ângulos de análise e perspectivas que poderiam, eventualmente, estar negligenciados.

2. Apontamentos teóricos e metodológicos úteis na abordagem da antropologia da técnica

Durante a primeira metade do século XX, o estudo das técnicas e da cultura material estava fortemente em baixa e era considerado um campo de estudo menos significativo (Pfaffenberger, 1992; Sigaut, 1994) e desconsiderado como importante para entender a experiência humana. Nesse caso, símbolos, ideias e discursos seriam privilegiados, ou em muitos casos, os únicos analisados, na pesquisa antropológica. Esse cenário se transforma paulatinamente com um ressurgimento no interesse pelas técnicas e cultura material a partir das últimas décadas do século XX (Sautchuk, 2017). No Brasil esse movimento toma corpo no início do século XXI e inspirou pesquisas e abordagens relevantes no país (Mura & Sautchuk, 2019; Sautchuk, 2017) ainda que existissem abordagens pertinentes sobre cultura material no Brasil nas décadas anteriores (Sautchuk, 2010).

Conhecendo esse percurso, julgo importante recuperar a contribuição de Marcel Mauss, que ainda inspira e promove debates, discussões e análises ainda hoje na antropologia e fora dela. É em seu texto *As técnicas do corpo* onde encontramos a sua célebre proposição onde técnica é “um ato tradicional eficaz (e vejam que nisso não difere do ato mágico, religioso, simbólico). Ele precisa ser tradicional e eficaz. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição” (Mauss, 2003:407). Segundo Coupaye:

Mauss nos oferece aqui uma fórmula poderosa o suficiente para lidar com a "tecnologia" em suas diferentes formas. Seu poder analítico reside na combinação de duas condições: "efetiva" – ou "eficaz" – e "tradicional". Ao falar de "eficácia" (não ser confundida com "eficiência"), Mauss contorna a preocupação ocidental com um resultado concreto, direcionando nossa atenção para a eficácia segundo o ator, para concepções vernáculas de efetividade, ou seja, as intencionalidades (realizadas ou não) e as razões para as ações, um foco que é, de fato, etnograficamente essencial para dismantelar definições eurocêntricas de racionalidade. Com a segunda condição, "tradição", Mauss destaca a dimensão socio-histórica fundamental das práticas, que estão inscritas em uma história mais longa de transmissão e mudança. [Tradução nossa]²¹ (Coupaye, 2022:440).

Para Sautchuk (2017) a técnica seria, acima de tudo, formas variadas de mediação. Sendo assim, técnica é relação e também um enquadramento de análise que se propõe a compreender as distintas participações, ações e agências de humanos e não humanos de

²¹Mauss provides us here with a formula powerful enough to deal with “technology” in its different guises. Its analytical power lies in the combination of the two conditions, “effective” – or “efficacious” – and “traditional.” By “efficacy” (not to be confused with “efficiency”), Mauss brackets the Western concern for an actual result, turning our attention instead toward the efficacy according to the actor, to vernacular conceptions of effectiveness, that is intentionalities (realized or not) and reasons for actions, a focus which is indeed ethno-graphically essential to dislodge Eurocentric definitions of rationality. With the second condition, “tradition,” Mauss points out the fundamental sociohistorical dimension of practices as being inscribed within a longer history of transmission and change.

qualquer natureza. Dessa forma, podemos entender que se procura estudar essas relações que podem ser “mediada ou não por objetos, orientada por algum tipo de finalidade, eficácia ou devir, e que assume um caráter significativo para os modos de existência de seres e coisas envolvidos” (Sautchuk, 2017:11). Com isso, poderíamos refletir não somente sobre as atividades e práticas, mas como toda a dinâmica relacional que engloba os humanos constituem modalidades particulares de existir.

Ainda segundo Coupaye (2022), a proposição maussiana angaria algumas premissas importantes, dentre elas: 1) uma concepção holística do corpo onde inúmeras dimensões são fundidas de forma indissolúvel e 2) o papel central das habilidades corporais apreendidas em um contexto sócio-histórico. Essas premissas possibilitariam explorar a diversidade de formas de se utilizar e mobilizar o corpo, bem como investigações práticas e empíricas sobre o que Coupaye (2022) chama de *processos de subjetivação*. Procurando ao mesmo tempo recusar uma vulgarização da abordagem da técnica enquanto fenômeno “puramente material”, o autor entende que categorias como identidade e subjetividade não são imanências únicas da mente, de um ser puramente abstrato, mas estão “imersas *em* e emergem *de* conjuntos de ações tradicionais e eficazes” [Tradução nossa]²² (Coupaye, 2022:441).

Dessa forma, construir coisas, espaços, objetos, gestos, modos de ação, movimentações, formas de performar uma atividade, tudo isso são elementos que podem informar a maneira como diferentes humanos se constituem, desconstituem e se refazem. A atividade técnica, outrossim, é importante à compreensão da maneira como relações tecidas acabam por constituir o *eu (self)* ou a pessoa. Esse é um assunto que foi amplamente desenvolvido por outros autores como Gilbert Simondon, sobretudo em sua célebre obra *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Seus postulados sobre processos de individuação e modos de existência versam, em geral, sobre essa realidade onde a tecnicidade é um aspecto fundamental da existência, de condição do humano. Onde objetos técnicos são parte importante dessa experiência.

Sua compreensão procurou entender os objetos técnicos para além de seus efeitos ou metáforas associadas como consumo e uso – ou como meras ferramentas no senso tradicional do termo. Ademais, mergulhou na sua realidade a partir dos seus processos de produção e reprodução a partir do entrelaçamento de diferentes aparatos ecológicos, sociais e culturais (Coupaye, 2022; Simondon, 2020). As possíveis aplicabilidades desse assunto foram executadas de forma instigante no que tange a questão da pesca no trabalho de Sautchuk (2021)

²²immersed in and emerging from sets of efficacious and traditional actions

ao conceber os modos de existência e mobilização de certos objetos na constituição da pessoa pescadora em uma comunidade ribeirinha amapaense.

Assim como com as atividades, o adjetivo "técnico" aqui refere-se à relacionalidade encapsulada e gerada pelos objetos, já que a estrutura funcional de um objeto tanto condensa regimes relacionais passados quanto pode gerar novos em seu entorno. Mas a própria ideia de um regime relacional gerado pelo funcionamento de um objeto técnico, uma forma real de agência, também sugere a profunda dimensão ecológica dos objetos técnicos. [Tradução nossa]²³ (Coupaye, 2022:445).

A ideia de que existe uma dimensão ecológica em objetos técnicos pode ser um aspecto importante para explorar novas análises sobre o extrativismo vegetal – uma certa imbricação crucial entre técnica e ecologia onde os objetos participam de forma contundente quando mobilizados na realidade amazônica (Sautchuk, 2020). Outro conceito que gostaria de abordar e que tem larga conexão com este tópico, por nos ajudar a perceber exatamente como os humanos tecem suas relações, diz respeito à noção de *habilidade* – ou *skill*. Para Sigaut (2002) a habilidade (*skill*) não poderia ser confundida com a noção de conhecimento (*knowledge*). Como bem explica, e pode parecer óbvio, a diferença entre saber como um carro é conduzido e de fato conduzir um carro é incontornável. Sendo assim, “habilidades não são – ou não são simplesmente – formas de conhecimento. Elas não podem existir apartadas da prática constante” [Tradução nossa]²⁴ (Sigaut, 2002:445).

Para Sautchuk (2015) a ideia de *skill*, deve seguir como guia e questão e, portanto, deve implicar uma propriedade que emerge das relações, dos movimentos e fluxos. Dessa forma, à ocorrência de certos fenômenos, como o da *aprendizagem* – outro tópico importante para aqueles dedicados ao estudo da técnica e que compõe também realidades extrativistas – existe um fenômeno de geração de habilidade e constituição do *self* e sua identidade. Esse processo de relação entre aprendizagem, *skill* e indivíduos humanos e não humanos, afirma o autor, é complexo e multifacetado, ele encapsula diferentes conjuntos de valores, redes de relações e tem um alto teor ecológico, social e ontológico.

De diferentes maneiras, a noção de *habilidade* é uma maneira de guiar nosso olhar para os movimentos e fluxos que constituem a forma como diferentes sujeitos tecem, desfazem e refazem suas conexões. Para efetuar essas conexões, é impossível não tratarmos de outra dimensão importante nesta abordagem, a noção de *eficácia*, que pode ajudar a ampliar a maneira

²³As with activities, the adjective “technical” here refers to the relationality encapsulated and generated by objects, as the functioning structure of an object both condenses past relational regimes and can generate new ones in its vicinity. But the very idea of a relational regime generated by the functioning of a technical object, an actual form of agency, also hints at the profound ecological dimension of technical objects”

²⁴skills are not – or not simply – forms of knowledge. They cannot exist apart from permanent practice

como compreendemos as relações humano-vegetais ou humano-árvores no extrativismo vegetal. Eficácia, em outras palavras, diz respeito à melhor maneira de executar uma ação em vistas de um objetivo. Entretanto, esta não é uma noção plenamente estabilizada e única em seu conteúdo.

Dessarte, eficácia como forma de executar uma ação ou desenvolver práticas está sujeita, segundo a antropologia, à diversas noções, valores, anseios, desejos, possibilidades ou delimitações morais, políticas, bem como sistemas simbólicos que podem ser ora extremamente particulares, mas ora comuns e correlatos a outros grupos e indivíduos. Com isso, a ideia de eficácia busca triangular essas dimensões subjetivas das ações, que acabam por estruturar toda a cadeia de operações depreendidas na atividade técnica. Logo, ela figura como um conceito proveitoso para levar em consideração modalidades distintas de avaliação de ações, gestos, noções etc. Portanto, a eficácia em seu aspecto subjetivo e simbólico não é uma matéria exclusiva de uma mente que está destacada do corpo, mas um eixo de diálogo, um meio holístico.

Uma outra concepção que está implícita na ideia de eficácia técnica e que, em outras palavras, pode caracterizar essa abordagem diz respeito à ideia de escolha técnica (*technological choice*). O termo é uma proposição iniciada pelas obras de Leroi-Gourhan e seu estudo das técnicas dentro do escopo das transformações evolutivas do humano, junto de outros conceitos como tendência técnica, ritmos, gestos e fluxos. O conceito também recebeu uma preocupação extensa na obra “*Technological Choices: transformation in material cultures since the Neolithic*” organizada por Pierre Lemonnier. Para o autor, “a expressão ‘escolha técnica’ enfatiza a seleção de possibilidades sobre as quais o desenvolvimento de sistemas técnicos se baseia de fato, embora geralmente de maneira inconsciente e não intencional.” [Tradução nossa]²⁵ (Lemonnier, 1992:7).

Assim, centralizar a técnica na investigação do extrativismo vegetal na Amazônia, implica buscar compreensões do humano em suas realidades mais que humanas, tendo como ângulo de análise as relações como constitutivas dos sujeitos e a partir de uma diversidade de mediações. Assim, podemos imaginar as diferentes atividades extrativistas amazônicas como possibilidades que contém, por sua vez, miríades de possibilidades técnicas também. Contudo, como podemos apreender e capturar a ideia de técnica, em geral, em uma pesquisa antropológica? François Sigaut menciona um contratempo que implica essa centralização.

²⁵the expression ‘technological choice’ emphasizes the sorting out of possibilities on which the development of technical systems is *de facto* based, although usually in an unconscious and unintentional way

O autor (2002), parafraseando White Jr, comenta sobre o fato de não observarmos “as técnicas”, pois não sabemos de antemão o que elas de fato são. O que veríamos seria pessoas fazendo coisas, executando atividades – onde a *ação*²⁶ seria a dimensão transversal da diversidade de atividades e práticas que existe. Com isso “os objetivos sociais assumiram a forma de necessidades materiais, e estas se tornaram os verdadeiros objetivos do agente. As atividades com as quais nos preocupamos não são simplesmente materiais, elas são *intencionalmente* materiais.” [Tradução nossa]²⁷ (Sigaut, 2002:424).

No que tange ao extrativismo vegetal amazônico, seria necessário um esforço de compreensão, identificação e descrição do que se passa em atividades executadas pelos indivíduos e essa ideia, por si só, abre um conjunto enorme de possibilidades. Existe uma quantidade considerável de questões a serem levadas em conta: quais objetos mobilizados, quais gestos utilizados, de que forma, acompanhado de quais discursos e lógicas vernaculares, quais são as modalidades de ações, ritmos perseguidos, quais noções de eficácia estão perpetradas nesse processo?

Para além disso, como essas perguntas poderiam nos ajudar a compreender as imbricações relacionais particulares que dão conta do espaço florestal amazônico? As noções apresentadas até então, apesar de constituírem um corpus conceitual, são também sugestões metodológicas. Dentre elas, destaca-se o quadro analítico e metodológico proposto pela noção de cadeia operatória (*chaîne opératoire*). Como herança legada por Leroi-Gourhan, ela permite uma acepção compreensiva de atividades técnicas em suas dimensões diversas, complexidades e níveis distintos (Coupaye, 2017). Sigaut (2002), nesse tema, sugere que compreender operações, caminhos e redes (*operations, paths and networks*) é uma direção salutar para descrever estes “fatos técnicos”.

Esta ferramenta que aqui recupero, implica reconhecer que as operações, gestos, ações e noções dentro de uma cadeia não estão isoladas – revelando a dimensão sistemática de uma análise da técnica. Implica, também reconhecer avanços e diversificação do que é ação, do que é material e relações com dimensões “simbólicas” (Lemonnier 2012; 2004; Coupaye 2017). Dessa forma, tomar a técnica como condição paradigmática do estudo do extrativismo vegetal significa centralizar processos onde dinâmicas, movimentos, continuidades e interrupções são constantes. Sendo assim, as operações detectadas estariam ancoradas em uma espacialidade e

²⁶Aqui compreende *ação* na modalidade que Ferret (2014) procura entender não só como um movimento positivo. Mas uma matriz de relações onde, por exemplo, não fazer algo é uma opção de ação, de não agir.

²⁷the social goals have taken the form of material needs, and these have become the agent’s true goals. The activities we are concerned with are not simply material, they are *intentionally* material

temporalidade específicas e diriam respeito às modalidades de ação e relação que englobam humanos, vegetais, objetos e o espaço em geral.

A cadeia operatória é, não obstante, uma descrição analítica, um esquema compreensível do antropólogo, de um conjunto de elementos e categorias que enquadram ações e valores distintos apreciados através de escolhas e guiados por eficácias contextuais. É uma possibilidade de compreensão multidimensional de uma atividade técnica específica. Dessa forma, é necessário levar em consideração diferentes práticas, noções, momentos e ações que são consideradas vernaculares para um grupo ou indivíduo que executa uma atividade técnica, “não importando a distância em relação ao momento, ao lugar, ou mesmo à categoria objetiva e à ação observada” (Coupaye, 2017:482). Assim, a proposta seria investigar não os humanos ou até os vegetais em si, mas os sistemas de relações complexos e multifacetados, calcados em gestos e transformações específicas.

A ideia é, com isso:

“deslocar o foco do objeto para o processo, independente de seus resultados tangíveis e/ou diretos sobre o produto acabado. Incidentes, acidentes, pausas, brincadeiras e todas as ações, explicitamente rituais ou não, que se desenrolam na vizinhança das ações reais sobre a matéria vêm então povoar o processo técnico por fazerem dele um evento etnográfico, particular, situado e único.” (Coupaye, 2017:483).

À guisa de conclusão, gostaria de citar como igualmente importante a contribuição de André-Georges Haudricourt para imaginar uma compreensão do extrativismo vegetal a partir da antropologia da técnica na Amazônia. Sua contribuição, destaque, não está somente em sua pista “genial” – como enfatizaria Carole Ferret (2012) – sobre as correspondências em tratamento de plantas e animais e o tratamento entre humanos. Mas sobretudo, sua indicação para compreender diferentes modalidades de ações e como elas podem conversar com variadas formas de valoração das relações e do mundo.

Não somente isso, sua preocupação com a questão da domesticação e a inclusão da relação com vegetais e o conceito de “agrícola”, também figura uma preocupação contundente com modos de relação que incluem gradientes de ações e atividades complexas. Esse é um ponto importante a ser levado em consideração, sobretudo o “aperfeiçoamento” realizado por Carole Ferret (2012) ao expandir as considerações teóricas e metodológicas de Haudricourt na proposta de uma constituição de uma *antropologia da ação*. Absorvo, sobretudo, sua atenção e cuidado com exatamente o que as ações fazem, de que forma fazem e como o fazem. Dessa forma, entendendo qual é a modalidade de ação antes de partir para pressupostos ou firmar

conceitos e definições. Essa perspectiva deve figurar de forma considerável em uma proposta para entender o extrativismo vegetal na Amazônia em seus múltiplos conceitos e facetas.

3. Avanços antropológicos contemporâneos no estudo das relações vegetais e do Extrativismo

Existem diversos estudos que, de alguma forma, estiveram preocupados em compreender como funciona a atividade extrativista, que comentam inclusive detalhes sobre sua relação com a paisagem e quais atividades estão inclusas no extrativismo desse tipo (coleta, limpeza, seleção e armazenamento) (Brondízio, 1999; Pólen, 2014; Villarinho, 2020; Scaramuzzi, 2016; Almeida, 2015; Silva & Souza, 2020; Carvalho *et al*, 2018; Smith & Fausto, 2016; Makishi *et al*, 2015; Cabral de Oliveira, 2016; Pereira *et al*, 2016; Salomão, 2014; Santos *et al*, 2014). Muitos desses estudos estão também preocupados com organização social, consumo e mercado. Acima de tudo, a proposta que arremata este trabalho não imagina esta abordagem como a mais correta ou a melhor, mas um complemento que seria bem-vindo.

Nas últimas décadas, desde o fim do século XX e rompendo o século XXI, é notável que a antropologia tem tentado, de diferentes maneiras, descentralizar as suas pesquisas, práticas e abordagens da figura do humano. Diferentes proposições procuraram e procuram animar perspectivas que entendiam o humano para além de um humanismo vulgar, ou o humano para além de análises ou perspectivas antropocêntricas (Kohn, 2013; Hoolbrand & Pedersen, 2017; Viveiros de Castro, 2002; Descola, 2005; Strathern, 2014; Kirksey & Helmreich, 2010). Acima de tudo, procura-se se esquivar de abordagens excessivamente ocidentais e coloniais que acabavam por cristalizar certos conceitos ou limitar a possibilidade de entender diferentes mundos.

Dessa forma, podemos contabilizar algumas “viradas” que chacoalharam a ciência e a antropologia. A conhecida “*virada ontológica*”, bem como a própria “*virada animal*” (Ritvo, 2007; Cederlhom *et al*, 2014; Massaro, 2023), são expressões desses movimentos. Para os fins desse trabalho, interessa-nos o que Castro (2019) chama de “*virada vegetal*” que parece cada vez mais ganhar espaço não só na antropologia, mas em outras áreas da ciência (Gutierrez, 2023; Gibson, 2018). Esta “virada”, que apesar de parecer recente, segundo Massaro (2023) já vinha sido constantemente antecipada nas produções e preocupações de Berta Ribeiro, que dedicou parte de sua obra a investigar a relação de povos ameríndios no Brasil, inclusive amazônicos, com plantas. Bem como as produções que emergem das relações desses grupos, a exemplo dos trançados entre os Yawalapiti, os Txikão e os Kaiabi.

Essa preocupação, segundo Massaro (2023), com a realidade vegetal começou a ganhar mais espaço a partir do século XXI e somente mais recentemente vem ganhando um corpo de trabalhos dedicados a entender a participação dos vegetais na pesquisa antropológica. A autora cita um conjunto de autores que, de alguma forma, assumem um compromisso particular em dar destaque à participação e existência dos vegetais em diferentes contextos, muitos dos autores já citados neste trabalho, como Laure Emperaire e Joana Cabral de Oliveira. Contudo, especulo que o termo *virada vegetal* é mais uma marca atribuída externamente e que não parte propriamente desses autores. Apesar de sua preocupação com os vegetais, as autoras não parecem querer centralizar o vegetal unicamente. Ou seja, colocá-lo no centro afim de somente contrariar o antropocentrismo, mas parecem querer vegetalizar o pensamento antropológico.

Com essa afirmação seria impossível não mencionar e apontar, a título de informação, a mais recente investida no mundo dos vegetais, pela antropologia – que é também o mundo dos humanos. Publicado em 2020, fruto de um seminário organizado na USP e na Unicamp em 2019, o livro “*Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*” já pode ser considerado um dos novos avanços em pesquisa antropológica que leva à sério a participação de vegetais na antropologia.

No caso, os vegetais não portam somente uma participação figurativa ou simbólica, mas com interpelações à episteme antropológica. O livro reúne uma gama de autores que buscam oferecer, a partir de “múltiplas vozes e miradas teóricas, caminhos conceituais e éticos. Formas de engajamento e linguagens *a partir das e com as plantas* [...] de sua parte, a humanidade aí emaranhada já não se pensa à parte das plantas” (Cabral de Oliveira *et al*, 2020:18-19). Curiosamente, o livro está composto de inúmeros autores relatando, analisando e discutindo realidades amazônicas. Não somente isso, conta-se com discussões sobre a relação entre roças e florestas, diferentes relações sociais e rituais com árvores como a castanha-do-pará, passando por temáticas envolvendo domesticação, política, poder, o passado e práticas associadas aos vegetais.

Evidenciando a maneira como vegetais permeiam a vida dos contextos etnográficos, sublinho em especial os casos amazônicos que contam na coleção. Dessa forma, o livro oferece algumas direções e orientações para quem gostaria de dialogar e imagina leituras que recuperam as dimensões vegetais nas pesquisas antropológicas. As contribuições oferecem discussões de diferentes lastros teóricos e conceituais, abordando diferentes dimensões e características desses emaranhamentos humano-vegetais. Não poderia deixar de citar, antecipadamente, o texto de Scaramuzzi (2020), baseado em sua tese, uma etnografia sobre castanheiros quilombolas e as castanheiras, e como essa atividade exerce um papel essencial na constituição

do ser quilombola e dos seus territórios onde, as relações com as árvores, são anotadas em termos de parcerias e cooperações inseridas em redes amplas de relações.

Alguns estudos, como o de Scaramuzzi, conseguem entender a importância crucial de analisar as atividades, ações e relações dentro das práticas extrativistas, sobretudo com vegetais. O trabalho de Villarinho (2020) sobre a relação dos Apurinã com o extrativismo da castanha-do-pará é outro exemplo dessa categoria. As contribuições do artigo “Extrativismo e abordagem sistêmica” de Silva & Miguel (2014) são renovadoras nesse sentido e imprimem um esforço impressionante na quantidade de páginas do artigo. Seu texto parte do pressuposto do caráter sistêmico da atividade extrativista e como parte de um sistema produtivo complexo. Sendo assim, confere-lhe um tratamento como tal, como uma ação antrópica ativa e interconecta à diversos graus de intencionalidade, exploração e manutenção de espécies.

O extrativismo, enquanto atividade humana caracterizada por um grande número de interconexões, faz parte de um conjunto de ações realizadas no âmbito de suas atividades produtivas e, por conseguinte, estreitamente imbricadas a diferentes questões socioeconômicas, agrônômicas e ambientais. O extrativismo é, portanto, uma construção social realizada ao longo de gerações, promovendo acúmulos de saberes, constituindo-se em um objeto de estudo complexo (Silva & Miguel, 2014:190).

Os autores consideram, inclusive que a atividade não pode ser vista como uma “fotografia”, um momento específico em uma temporalidade determinada, mas como uma composição de um sistema produtivo maior que não está estático. Ao contrário, é uma estrutura dinâmica que está em constantes transformações e mudanças. Os autores sugerem, por fim, que o extrativismo estaria inserido em um sistema de cultivo mais amplo que não seria marcado por definições rígidas. Seria, ao contrário, um gradiente de práticas e sistemas relacionais mais amplo que compreenderia vários tipos de práticas.

Contudo, enfatizo que estudos que tentam enxergar o extrativismo para além dos seus valores econômicos, mercadológicos, biológicos e fitoquímicos, que são importantes sem dúvida alguma, são poucos. Ou melhor, poucos estudos conseguem atrelar essas diferentes áreas sem perder de vista, ou incluir na visão, noções sobre socialidade, habilidade, técnica, eficácia, lógicas de ação e valores.

4. Questionando, aproximando e dialogando com sentidos no Extrativismo

Entendo que os conceitos citados no final do parágrafo anterior teriam muito a contribuir à grande confusão que é geralmente feita na discussão e mobilização do extrativismo vegetal. Como enfatizei ao longo do trabalho, a atividade extrativista é um conceito extremamente

amplo, abarcando diferentes tipos de extrativismos. Mesmo quando se desce na própria categoria de extrativismo vegetal existem muitas diferenças que também são importantes como entre o de tipo madeireiro e o de tipo não madeireiro. Entretanto, existem outras possíveis diferenciações que são pouco ressaltadas ou enfatizadas, como a diferença de relação com uma árvore específica e com outra. Novamente, recupero: a extração do açaí e do bacuri, guardadas semelhanças, aportam modos de relação deveras distintos.

Por mais óbvia que esta afirmação seja, é necessário um investimento etnográfico contundente para que se esclareçam onde se assentam igualdades e diferenças dentro da atividade extrativista, mas também em comparação a outras atividades que frequentemente são associadas a ela. Ora em oposição, ora em complementariedade. Dentro desse seio comparativo existe, com maior ou menor intensidade, uma comparação razoável entre extrativismo e agricultura. Esta comparação, arrisco afirmar, não nasce com a popularização do termo extrativismo, mas é sobretudo uma herança dos estudos (ou falta deles) sobre coleta.

Não é difícil encontrar obras que aludem a esse tipo de oposição (Almeida, 2015; Homma, 2012; Drummond, 1996). As vezes essas oposições são feitas mais tacitamente, deixando implícito que existe algo no extrativismo que está em oposição à agricultura. Essa oposição, parece-me estar calcada em uma concepção clássica de extrativismo como atividade de coleta que ocorre em zonas de ocorrência “natural” de espécies. Voltaremos a esse conceito em breve. Mas para o fim de pensar essa relação, pode-se imaginar que ela não passou totalmente incólume até hoje.

Desde o trabalho da parceria franco-brasileira e outros estudos da década de 90 era possível rastrear uma consideração de que o extrativismo é uma atividade sistêmica e de ampla capilaridade. Entretanto, considero ingenuidade não levar em consideração que ainda hoje, em diferentes estratos da sociedade, existe ainda um senso comum que insiste nessa oposição. Considero que no bojo dessa oposição existe uma dualidade já conhecida pelos antropólogos: natureza e cultura. Muitos dos pares associados a essa dualidade também podem ser observados em diversos discursos e estudos do/sobre o extrativismo, principalmente o vegetal. Dentre esses pares, afirmo que todos os autores citados nessa obra em algum momento encaixaram agricultura e extrativismo nos pares alto e baixo impacto.

Esse é um dos primeiros pontos que precisam ser tratados e que julgo que uma antropologia voltada às técnicas, gestos e modalidades de ações poderia esclarecer de forma contundente. É comum, em diferentes ambientes sociais e acadêmicos, encontrar diversos discursos e narrativas que entendem que a agricultura provoca um impacto significativo, enquanto o extrativismo é uma atividade de baixo impacto. Essa não se trata de uma afirmação

intrinsecamente ruim. Ela pode, sobretudo, servir a propósitos sociais e políticos importantes onde esta afirmação ajuda a angariar anseios e apoios para uma causa específica.

Não existe também nenhum demérito na afirmação no que tange à compreensão de que a agricultura e o extrativismo produzem impactos distintos no espaço. Essas são todas afirmações importantes. Contudo, elas não alcançam outras dimensões que são dignas de questionamento. Considero que existe resquícios da ideia de natureza e cultura, bem como de proatividade e *adaptacionismo*, na dualidade alto e baixo impacto. Intencionalmente ou não, ainda se concebe, em algum nível, o extrativismo enquanto uma atividade mais *adaptacionista* do que uma verdadeira intervenção significativa no espaço. Por isso, seria uma atividade que tem baixo impacto na “natureza”.

Gostaria de antemão esclarecer que compreendo que, muitos autores, ao se utilizarem dessa dicotomia podem se referir à ideia de que existe uma magnitude de impactos que não estão presentes no extrativismo. Mas que ele impactaria de uma forma ou de outra. Inclusive, pode-se conferir na literatura que muitos autores já reconhecem o papel das atividades coletoras na construção, transformação e evolução antrópica da floresta amazônica, uma matéria amplamente explorada por arqueólogos e cientistas da ecologia histórica (Magalhães, 2016; Neves & Hackenberger, 2019; Balée, 2013). Entretanto, argumento que reconhecer essa diferença entre as duas práticas de antemão não é suficiente. Entendo que é necessário um esforço de qualificação dessas diferenças. Ou melhor, de compreensão da técnica, qual é o sentido, configuração e lógica que rege diferentes desses impactos. Afirmar que um é baixo e o outro é alto pode, dentro de um estudo compromissado à uma compreensão profunda do extrativismo vegetal, ocasionar em poucas especificações.

Defendo, também, que estas não podem ser as únicas formas de qualificar uma atividade extrativista. Advogo pela ideia de que usar alto e baixo impacto sem muitos aprofundamentos ou explanações, não consegue transmitir a especificidade de certas atividades. Apesar de entender que, às vezes, quando esses termos não estão reificados, eles possam informar a maneira como diferentes atividades interferem na regeneração do bioma. O mesmo acontece com a categoria “não madeireiro” e me permito recuperar aspectos do meu trabalho apresentado no mestrado na França para comentar estes dois assuntos que cito.

Como comentara anteriormente, minha chegada à comunidade ribeirinha de Igarapé-Grande para pesquisar atividades extrativistas vegetais não madeireiras não poderia ter sido feita em pior hora. O período em que eu chegara era de entressafra de frutas. Sendo assim, aos poucos e acompanhando as rotinas dos moradores, observei que alguns moradores engajados outrora em atividades extrativistas, estavam preocupados com o cuidado, limpeza, tratamento

e/ou recuperação de terrenos que: 1) já estavam plantados com árvores e consórcio de outras espécies, ou 2) buscavam reabilitar parte de seus terrenos para que comportassem tal projeto, ou mesmo ampliar projetos dessa ordem.

Com isso, passei a acompanhar diferentes práticas e atividades de limpeza do terreno, de planejamento, de plantação e também de manutenção de árvores e zonas já plantadas. Dentre muitas particularidades desse sistema técnico, resalto para fins de compreensão a rotatividade de árvores em um espaço – seja plantado previamente ou novas áreas de clareira que serão abertas mata a dentro. Essa rotatividade estaria a serviço de lógicas diferentes e multifacetadas, mas era inegável que a derrubada ou permanência de alguns espécimes em momentos específicos era necessária.

Muitos dos frutos que são alvos da atividade extrativista da comunidade pesquisada são considerados produtos florestais não madeireiros, como laranja, açaí, cupuaçu, bacuri, dentre outros. Entretanto, não seria no mínimo curioso classificar essas produções como não madeireiras quando existem processos de abatimento de diferentes árvores nas gêneses desses frutos? A pergunta pode parecer, talvez, ingênua. Ou melhor, pode-se argumentar que o questionamento é irrelevante pois, possivelmente, não madeireiro faça referência à própria árvore e não às outras que são abatidas em decorrência.

Entretanto, resalto que essa questão pode ser fruto de inúmeros detalhamentos quanto à questão do extrativismo. Realizar uma apreciação intrincada sobre essa questão só pode ser feita a partir de uma análise das técnicas e modos existência. Afirmando tal postulado pois é somente olhando para a sequência e rede de operações, emaranhadas em lógicas e eficácias, que entendemos que o processo de construção do espaço florestal extrativista não pode ser analisado separadamente do extrativismo em si. Isso não quer dizer, em momento algum, que não sejam interessantes análises sobre cadeias produtivas a partir do ponto de vista da coleta.

Ao contrário, estudos dessa estirpe são extremamente necessários e poucos adentram as diferentes técnicas e suas lógicas, como faz o recente trabalho de Scaramuzzi (2016) e sua análise minuciosa sobre o trabalho com as castanheiras. Então, acredito que levar isso em consideração acaba por nos afastar de alguns preceitos construídos acerca da atividade extrativista como exclusivamente “*adaptacionista*”, por exemplo. Ajuda-nos, sobretudo, a nos deslocar da visão edênica sobre a atividade enquanto uma coleta que não interage ativamente com o espaço, mas que retira da floresta produtos quase que como em uma “não-interação” (já que presumimos que toda mediação é transformativa).

Com a informação de diferentes pesquisas já citadas (Brondízio, 1999; Magalhães, 2016; Neves, 2019; Balée, 2013), podemos também apontar para outro contraponto. Trata-se

da questão supracitada do alto e baixo impacto. Neste aspecto, a literatura que vem sendo compilada ao longo dos anos já desestabiliza a dualidade alto-baixo impacto. Como afirmado previamente, as transformações da floresta e seu caráter fortemente antrópico são realidades já amplamente tabuladas. Evidentemente, essas transformações não se deram unicamente por atividades coletoras, mas é inegável que atividades desse gênero foram cruciais nesse processo. Nesse ponto, baixo impacto soa irônico.

Contudo, não ignoro a possibilidade da ideia de baixo impacto se referir ao impacto que uma atividade extrativista pode causar hoje em comparação a monocultura. O que estaria em jogo, parece, seria a temporalidade e também a constituição do bioma. Nesta concepção, o extrativismo e a coleta só têm alto impacto ao longo de milhares de anos. Isto, por si só, já seria motivo de nos questionarmos verdadeiramente o que queremos dizer quando dizemos baixo e alto impacto e quais critérios nos servem de base. Como afirmo mais acima, apesar de ausências explicativas, parece-me que existe uma questão semiótica – agricultura derruba todas as árvores – e uma ecológica/cinegética – a agricultura seria responsável por uma erosão significativa dos ciclos biológicos existentes em certos territórios. O extrativismo permitiria uma “taxa de regeneração” ao longo do tempo.

Anotando dessa forma, parece-me insuficiente que estes sejam os únicos parâmetros. É inegável que os parâmetros das ciências agrárias e econômicas são importantes, não se trata de os descartar. Mas é necessário que a dimensão técnico-social seja inclusa nesse procedimento. Afinal, taxar uma atividade extrativista de baixo impacto, mas aceitando que ela transforma profundamente a floresta, inclusive para os próprios moradores, resulta numa contradição que não recebe atenção e nem é explorada. Quando eu observava os ribeirinhos limparem seu terreno, planejar o plantio das árvores, ou até podar as árvores e as limpar, eu imaginava constantemente como poderíamos abordar a ideia de impacto a partir da noção antropológica de técnica, sem absorver afirmações prévias e explorando etnograficamente o que significa impactar.

4.1 Breves contribuições do caso-relação Agricultura e Extrativismo

Gostaria de retornar, mais uma vez, à oposição entre agricultura e extrativismo para fazer algumas ressalvas pertinentes. Mais uma vez, é possível destacar alguma gênese dessa oposição, além da já comentada dualidade entre natureza e cultura. Pode-se afirmar que o contraponto colocado por Graeber & Wengrow (2022) quanto à ideia de “revolução” do neolítico, onde a agricultura teria afirmado sua supremacia agrícola, social e política quanto à

caça/coleta, é um ponto de partida interessante. Poder-se-ia considerar que essa oposição entre as duas práticas não é tanto uma oposição de realidades técnicas *per se*, mas uma oposição ideológica.

A construção da agricultura como modelo produtivo único e exclusivo, ao mesmo tempo fruto e orquestrador de transformações evolutivas técnico-sociais, é uma lógica e ideologia que já foi detectada (Costa, 2012). Entre outras palavras, arriscaria dizer que uma antropologia da técnica do extrativismo implicaria em uma discussão séria e lúcida com quem estuda agricultura pois, como constato em minha dissertação defendida na França, existe um trânsito notável e importante de técnicas, gestos e lógicas entre extrativismo e agricultura.

Nesse ponto, vale citar a dissertação de Larissa Mattos da Fonseca, que esboçou uma abordagem tecnológica da agricultura indígena na Amazônia. Publicada em 2023, a autora procurou tabular dois sistemas distintos que caracterizam essa agricultura. Em seu texto, Mattos da Fonseca procurou aplicar diversas ferramentas da antropologia da técnica, como cadeia operatória e tipificação de ações, para compreender detalhes frequentemente não observados no que tange essa temática. A autora, sabiamente, encontra algumas problemáticas que ressoam fortemente com este trabalho também.

A primeira diz respeito ao debate quanto ao estatuto da noção de agricultura – ou seus cognatos agrícola e agrônomico. Fonseca passa a explicar de forma concisa e informativa as polêmicas, flexões e debates que estão no entorno da definição do que é agricultura e como esse conceito pode ser mais largo do que previamente pensado. Inclusive, essa me parece uma de suas conclusões: que a agricultura pode abarcar uma variedade complexa de questões. Mais do que isso, é notável que essa instabilidade do termo decorre de algumas verificações práticas. Existe, nomeadamente, uma agricultura monocultora que encarna um paradigma muito visível e uma agricultura desenvolvida alhures por diferentes comunidades onde a diversidade é um mote importante, como Fonseca (2023) destaca em sua pesquisa. Aliás, diversas antropólogas como Cabral de Oliveira (2020) vêm apontando este aspecto também no que tange a agricultura.

Longe de reduzir o fenômeno da agricultura a estes dois extremos, considera-se que o extrativismo, como venho argumentando ao longo da dissertação, é uma categoria escorregadia e que mesmo em seus consensos ainda abarca algumas incertezas – a agricultura, mesmo sendo constantemente estabilizada por diferentes discursos, não foge à essa sina. Ressalto esse ponto, pois é comum que se entenda que esta noção de agricultura esteja estabilizada à moda da “revolução neolítica”, enquanto o extrativismo está ainda habitando um espaço de incerteza e inconclusão.

É visível que, a partir do texto da autora supracitada, podemos produzir questões quanto à agricultura que são muito similares à aquelas dirigidas ao extrativismo. Entendo que a oposição (repetida mesmo que tacitamente ainda hoje) entre agricultura e extrativismo, ou mesmo uma diferenciação irrestrita, é fruto da ausência de um lastro específico de conhecimentos sobre ambas as atividades: nomeadamente sua dimensão tecnológica. Reitero que estou levando em consideração diferentes autores que reafirmam de maneira primorosa o caráter interconexo do extrativismo e como ele se trata de uma produção, ou melhor, um gradiente de relações com vegetais (Emperaire, 2021; Cabral de Oliveira, 2016; Carneiro da Cunha *et al*, 2021).

Para isso, entendo que termos como *agroextrativismo* talvez soem como boa solução essa questão. Uma vez que o termo *agro* permite inserir, no extrativismo, a ideia de uma lógica agrícola, ou de um cuidado ou cultivo. Essa é uma possibilidade de abordagem que acaba por eclipsar qualquer pretensão de considerar o extrativismo como passivo, tecnicamente falando, em relação ao ambiente onde é desenvolvido. Contudo, adiciono que é necessário entender o teor e a natureza de uma afirmação de que existe “agro” ou “agrícola” na prática extrativista. O que qualifica tal afirmação em termos de uma análise do gesto, dos ritmos e da técnica?

Entendo que este é um dos desdobramentos possíveis que aventaria, necessariamente, uma compilação de dados etnográficos sensíveis importantes. Frequentemente se diz que o extrativismo explora o domínio do selvagem, enquanto a agricultura estaria de alguma forma alicerçada no domínio da domesticação. Essa é outra questão que gostaria de abordar a partir de então. Não pretendo, contudo, fazer uma análise da emergência do conceito de domesticação, muito menos explorar seus inúmeros significados exaustivamente.

Considero essa uma tarefa extremamente importante, mas para fins desse texto, entendo que minha discussão reside propriamente em outra característica frequentemente evocada no trato do extrativismo – seja diretamente ou de maneira tácita. Esta característica diz respeito à oposição entre domesticação e extrativismo, que é frequentemente repetida. Essa oposição é feita devido às motivações que me parecem mais evidentes: resiste a percepção de que o extrativismo é, *essencialmente*, uma atividade que lida com o selvagem, com o caos, com o imprevisível, com o não controlado. Esse ponto retoma a polêmica do extrativismo isolado, como alguns autores criticaram durante o final da década de 80 e a década de 90.

Esta polêmica teria dito respeito à impossibilidade de incentivar e fomentar uma prática exclusiva do extrativismo. Ao que parece, tal argumento foi levantado face ao histórico da borracha e seus seringais-empório (Costa, 2012). Entretanto, como verifica Laure Emperaire e a parceria franco-brasileira, o extrativismo é uma atividade desenvolvida de maneira conjugada

a muitas outras. Mais uma vez, e correndo o risco de parecer repetitivo, é impossível não afirmar que conclusões genéricas de oposição entre extrativismo e domesticação estão calcadas na conceituação da revolução do neolítico na figura da agricultura – e por conseguinte, a própria domesticação.

Evidentemente que esta não é, em hipótese alguma, a única forma de esclarecer as origens desse pensamento. Mas é inegável que a domesticação exerce um papel central até mesmo na oposição entre o que é agricultura e o que é extrativismo. Contudo, como se pode atestar, a própria noção de domesticação pode ser radicalmente ampla, complexa e polêmica (Sautchuk, 2018). Em sua análise da emergência do conceito em debates antropológicos, o autor imagina que a categoria não pode ser abandonada, mas que “essa incapacidade de síntese, essa tendência centrífuga, parece, a meu ver, justamente a principal razão pela qual a retomada da domesticação pela antropologia é instigante.” (Sautchuk, 2018:104).

A ideia de que domesticação não implica uma definição restrita de controle e domínio, mas informa um gradiente de relações complexas é deveras importante e pode contribuir enormemente para entender as relações dispostas no extrativismo vegetal. Essa concepção de domesticação está calcada no que identificou Sautchuk (2018) ao analisar a contribuição de Jean-Pierre Digard ao debate. Este autor, segundo Sautchuk, passou a considerar a ideia de *ações domesticatórias*, em vez de uma atomização do conceito de domesticação. Este movimento implicaria tomar a domesticação como um *continuum* de atividades e comportamentos que pendulam entre humanos e não humanos.

Dessa forma, é inegável que Digard ofereceria uma perspectiva que abordasse a domesticação a partir de um enquadramento mais dinâmico, calcado em suas ações e práticas. Compreendendo assim tanto a convivência e o cruzamento de diferentes *ações domesticatórias* como suas transformações ao longo do tempo. Com isso, a oposição entre extrativismo e domesticação parece cada vez mais parca e pouco frutífera para entender não só a domesticação de árvores, como o próprio extrativismo. Contudo, uma contribuição importante dos estudos de domesticação para o caso presente é de tratar a categoria como um gradiente e focar mais na qualidade das ações depreendidas no seio de sistemas técnicos complexos, do que em essências cristalizadas.

Com isso, pode-se notadamente se questionar, então: existe domesticação na atividade extrativista? Qualquer resposta para esta pergunta pode estar errada pois corre o risco de inferir generalizações perigosas. O que se pode afirmar, por hora e neste momento, tomando como base minha pesquisa com a comunidade de Igarapé-Grande, é que certas árvores podem não ter sido domesticadas, no sentido estrito do termo, mas o grau de familiaridade e controle quanto

à existência e desenvolvimento de algumas árvores é deveras significativo. No processo de construir o que, em meu trabalho, chamei de zonas florestais produtivas, existe um conjunto de técnicas e programas gestuais colocados em prática, que pretendem reconfigurar o estatuto dessas árvores.

“Como consequência da exploração contínua de determinadas espécies, pode-se gerar um acúmulo de conhecimentos acerca das mesmas, fazendo com que extrativistas tenham práticas específicas de manejo para cada espécie explorada. Essas práticas podem se assemelhar cada vez mais com um cultivo ou criação, denotando novamente a noção de gradiente, e buscando negar a ideia de que o extrativismo é apenas a pura e simples coleta de produtos da natureza.” (Silva & Miguel, 2014:212)

É, portanto, necessário compreender que existe algum nível de cultivo dessas árvores. Aqui, este conceito pode significar também um gradiente de ações e lógicas afetivas. A forma como muitas atividades extrativistas são elaboradas não estão localizadas nem no campo semântico do selvagem e do natural, nem no do domesticado e cultural. Existe um trânsito notório entre essas relações. A proposição de Neves & Hackenberger (2019) sobre um cultivo sem domesticação desponta como uma ideia interessante. Para os autores, a noção de cultivo seria uma categoria que incluiria a atenção, cuidado, dispersão e plantação de espécies que não são significativamente alteradas em relação a seus parentes “selvagens” (Harlan, 1975 *apud* Neves & Hackenberger, 2019).

Não pretendo pregar que a utilização dos termos cultivo ou domesticação seja a mais correta no caso do extrativismo. Ademais, a maioria das plantas alvo do extrativismo vegetal na Amazônia não foram domesticadas no sentido restrito do termo. Mas elas são visivelmente cultivadas, plantadas e tratadas ao longo de sua existência. Se consideramos a domesticação como um gradiente de ações que compõe um sistema de relações, então nesses termos podemos evitar a oposição entre extrativismo e domesticação. Com isso, se essas afirmações são verdadeiras em alguma instância, qual seria então a diferença entre o extrativismo e a agricultura que não seja calcada nos dualismos e falsas correlações feitas ao longo da história? Essa é, talvez, a questão de ouro e que requer uma quantidade considerável de dados etnográficos quanto a sistemas sociotécnicos vegetais não explorados enquanto tais.

É possível que, mesmo após muitas tabulações, para níveis de discussão teórica, a diferença entre os termos seja irrelevante. Como compreende Mattos da Fonseca (2023), explorar a agricultura não é concordar com as associações feitas a ela, mas é entender o potencial engenhoso da categoria em aglutinar dados e informações que podem servir de bases a reflexões, comparações e contestações. Um esforço tipicamente antropológico. Compreendo

que o extrativismo, sobretudo vegetal, não foge ao caso e inclusive pode ter conversas proveitosas com estudos de agricultura como o de Mattos da Fonseca.

Ele não pode ser oposto à agricultura, um fato já há muito tempo comentado (Emperaire, 1994). Ele não pode tão pouco ser posicionado em oposição à domesticação. Ele não é uma atividade do domínio da “natureza” ou do “selvagem”. Essas são algumas das questões que podemos deprender ao longo do trabalho. Alguns conceitos como o de sistema agrícola (Emperaire, 2019) podem ser levados em consideração, com investimento etnográfico, para pensar a ideia de interpenetração entre práticas consideradas agrícolas ou da agricultura e o extrativismo. Entretanto, essas utilizações levantam uma questão: é possível que o extrativismo seja em certo sentido agrícola na acepção mais corrente do conceito?

Essa talvez seja outra pergunta difícil de ser respondida e isso diz respeito também à maneira como o conceito de extrativismo é mobilizado. Como vimos, extrativismo já significou coisas totalmente opostas e, de certa forma, até hoje pode significar: durante a história se teve extrativismo como símbolo da destruição ecológica figurado nas derrubadas de árvores, mas ao mesmo tempo ele ganha o estatuto de economia do futuro com os produtos não madeireiros. É preciso, antes de tudo, que haja uma compreensão do que pode significar o termo agrícola.

Na definição do seu objeto de pesquisa, Fonseca (2023) optou pelo termo como tal em uma concepção mais ampla e o que implicou incluir em atividades agrícolas ações de cultivo de outra ordem como em cultivo em trilhas, hortas e pátios. Dessa forma, “ao incluir outras atividades e outros espaços no espectro de dinâmicas da agricultura, mostramos como um conjunto de operações técnicas e práticas de deslocamento, que optamos por classificar como “agrícolas”, cooperam para a transformação dos espaços amazônicos” (Fonseca, 2023:118). Compreendo que essa expansão do conceito pela mobilização de uma noção de agrícola que engloba práticas de cultivo pode ser não só uma oportunidade de abertura de estudos sobre extrativismo e seus modos de existência, mas uma ponte de diálogo entre as duas áreas de estudo.

Se a agricultura pode ser diversa por comportar uma variedade significativa de práticas, no extrativismo essa realidade se repete, mas sobretudo pelo fato de a relação com dadas espécies muda dependendo de inúmeros fatores. Essa diferença, entretanto, não repousa exclusivamente em características biológicas desses frutos e suas árvores. É possível considerar que a dinâmica relacional dessas características a partir de mediações (técnicas) podem ser um lócus investigativo primoroso.

4.2 Investigando e desestabilizando o Extrativismo através da noção de *técnica*

Essa multiplicidade de relações permite, inclusive, discutir o seguinte fato: falar de atividades extrativistas em si é uma generalização tenaz. Como afirmado anteriormente, existem diferentes atividades extrativistas, algumas agem mais ativamente no espaço, outras menos. Algumas se resumem mais à coleta, outras engendram conjuntos complexos de gestos e ferramentas. O que pretendo afirmar neste parágrafo tem o seguinte problema como pano de fundo: a diversidade da atividade extrativista implica reconhecer sua diversidade técnica. Contudo, como vimos, a oposição de diversas características dentro do conceito mais tradicional de extrativismo não parece configurar uma realidade absoluta.

Considerando isso, resguardo a possibilidade de me referir a “extrativismo” quando falo do fenômeno em geral, mas também do meu caso de estudo – dos vegetais e os do tipo “não madeireiro”. De toda forma, se essa confusão ou imprecisão do que se fala sobre é uma realidade, se falar de extrativismo não consegue esclarecer a que tipo de atividade se faz referência (da coleta simples, a outras práticas, como limpeza do terreno, quebra ou não de caroços e assim por diante), isto tudo é devido a uma ausência de estudos mais afiados e precisos sobre a realidade técnica e gestual da atividade extrativista.

Ouso afirmar que os processos de emergência dessas questões residem no campo da técnica na sua versão mais *maussiana* possível: holisticamente notável, uma relação indissociável entre biologia, socialidade (técnica), psicologia e outras dimensões que participam desses processos de emergência – de frutos e árvores. É devido a esta questão que uso amplamente a categoria extrativismo para propor minhas análises sobre a atividade: não pretendo generalizar como ela funciona, mas introduzir questões e temas pertinentes, que podem mobilizar discussões – ou bloquear outras – em diferentes modalidades de atividades extrativistas vegetais.

Os ilhéus de Igarapé-Grande fazem uma diferenciação entre os espaços limpos por eles e plantados com diversas árvores e o “mato” *per se*, o que lembra em alguma medida o texto de Cabral de Oliveira (2016). No caso presente, esta diferenciação era feita porque os ribeirinhos teciam todo um sistema técnico de interações e relações com as árvores plantadas. Só que, essa diferença não estava calcada no binômio natureza-cultura. Uma análise mais detida em atividades como a poda que, segundo um dos interlocutores, foi aprendida observando também as árvores, conclui que a diferença sempre fora uma questão de eficácia. Sem o trabalho deles de cuidado com as árvores, elas não chegariam a um nível de produção que eles julgavam adequados.

As zonas por eles cuidadas produzem de acordo com seus objetivos particulares e locais. Pode-se afirmar que isso não significa, além do já exposto, que as árvores “do mato” são de uma “natureza” pura ou ilibada. Como verificado em outros estudos, a ideia de florestas antropizadas é uma realidade na Amazônia (Balée, 2013) e não é menos verdade nas florestas da ilha onde realizei pesquisa de campo. Então mesmo as áreas não “utilizadas” pelos ribeirinhos já foram, em menor ou maior escala, transformadas.

Estudos que demonstram tal fenômeno, como da arqueologia e ecologia histórica, ajudam a desestabilizar a ideia de que o extrativismo é uma prática de coleta passiva de uma floresta intocada, ou “natural”. De que essas espécies favorecidas não tem proximidade aos humanos e são “apenas coletadas”. Adiciono esta ênfase maior ao argumento porquê se pode crer que o meu caso de estudo seja muito específico pois existe, ativamente, uma prática de limpeza e plantio de árvores e essa não é uma realidade absoluta no extrativismo. Contudo, considerando essa origem cultural de várias regiões da floresta amazônica, resta crer que mesmo em casos onde existem poucas ou nenhuma prática de limpeza, cultivo e poda, essas atividades extrativistas não ocorrem em espaços florestais puramente “naturais”. Essa pode parecer uma afirmação óbvia, mas que considero importante de ser sublinhada sempre que possível.

Com esses exemplos busco retomar a questão da domesticação como deveras importante para pensar o extrativismo não em seu sentido restrito. Mas para entender quais são as modalidades de *ações domesticatórias* imprimidas por diversos atores no curso da dinâmica de sistemas técnicos extrativistas ou agroextrativistas. Isso implicaria mobilizar a polêmica e entender, a fundo, as atividades de uma certa familiarização ou até cooperação e cultivo entre humanos e vegetais arbóreos no sentido do que Haudricourt (1987) pensa na reciprocidade de tratamentos.

No mais, poderíamos também apontar o trabalho de Di Deus (2019) que trabalha com exploração de seringueiras no interior paulista. O autor enfoca também a região Amazônica e discute a história dos objetos técnicos utilizados para extrair borracha. Ele chega a discutir uma linhagem técnica da extração: do predatório arrocho (que dizimou as seringueiras nos arredores de Belém) passando pela estabilização das machadinhas com tigelinhas, que viabilizaram o seringal do apogeu, sedentário, até à adoção de facas diferentes dos plantios asiáticos, como uma resposta à perda do monopólio produtivo (em vez de plantar, "racionalizar" a extração com as facas e a proibição das machadinhas por meio de regulamentos de seringais e vigilância anual de mateiros e capangas). Somado a isto, o autor explica um processo curioso de domesticação com a seringueira, simbolizado na expressão do ator de “domar” ela. Ele ainda ressalta que esse

processo se configura em uma sequência de cortes que visam *acostumar* a árvore para que ela forneça um fluxo otimizado de látex posteriormente.

Sem dúvida, a contribuição do autor pode nos ajudar a pensar não exatamente categorias fechadas – por exemplo, todas as relações com árvores no extrativismo são um processo de “acostumar” tal qual posto por Di Deus –, mas nos ajuda a olhar as relações a partir do que o autor ressaltou de modalidades de ações, percepção e ritmos técnicos e vitais. Para Di Deus (2017) em seu estudo sobre a prática da sangria, a domesticação pode ser entendida também mais como um fenômeno relacional e menos como uma característica imposta de um agente ao outro. Além disso, seria um fenômeno altamente mediado por objetos e técnicas.

A dualidade entre extrativismo e domesticação está longe de ser resolvida, mas a consideração de *ações domesticatórias* e gradiente de ações e modos de relação abre novas possibilidades reflexivas. Sendo assim, alguns autores até sugerem que se pode pensar o “extrativismo como uma atividade que ocorre na paisagem, independente do seu grau de domesticação, e conseqüentemente modificará esta paisagem por meio do possível aumento no seu estado de domesticação.” (Silva & Miguel, 2014:212).

Dentre outros argumentos que podem ser mais facilmente contrapostos, encontramos a ideia do extrativismo como ausência de técnica na atividade. Essa questão está amplamente calcada em divisões como a de Drummond (1996), que compreende o extrativismo – incluindo no mesmo grupo pesca, caça e coleta vegetal – como extrativismo de “baixa tecnologia” e outros exemplos como a mineração, produção de petróleo, produção de energia a partir de hidrelétricas, bem como corte massivo de árvores, como extrativismo de “alta tecnologia” ou “moderno”. As devidas considerações do autor já seriam objeto de reflexões extensas.

Em sua introdução ao compêndio *Técnica e Transformação*, Sautchuk (2017) esclarece alguns debates que perpassam a abordagem da técnica. Dentre esses tópicos, menciona uma tendência comum, tanto na sociedade de modo geral como em certos espaços acadêmicos, em opor ou contrastar mesmo que implicitamente a ideia de tradicional e moderno. Decerto que esse não é um tópico exclusivo dessa abordagem, sendo levado a escrutínio por outras áreas das ciências humanas (Latour, 2012). Contudo, é notório que esse tipo de divisão provém de uma construção histórica e ideológica do que é associado a regimes de produção e simbolização ocidentais. Dessa forma, elementos que simbolizam a tradição seriam apenas resquícios que sobrevivem ao conturbado mundo contemporâneo, não tendo relação direta com os elementos etiquetados como “modernos”.

Esse tipo de divisão permite que as próprias técnicas sejam analisadas nesse ângulo em determinados textos. Sendo dessa forma, técnicas e sistemas técnicos “não ocidentais” ou não

oriundos de sistemas científicos são considerados tradicionais, vestígios ou resquícios. Estabelece-se assim duas análises que acabam tratando tanto as técnicas “modernas”, como as “tradicionais”, como elementos sumariamente diferentes e não correlacionados. Acima de tudo, estabelece-se uma perspectiva cristalizada e a-histórica desses tópicos. Sendo assim, a abordagem presente não pretende conferir esse tipo de tratamento dualístico às técnicas por compreender que essa posição acaba por obscurecer uma compreensão profunda das técnicas e da tecnologia enquanto sistema humano geral.

Admitida esta questão, as considerações de Drummond em seu texto “*A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira*” servem mais como um exemplo da maneira como certas compreensões sobre o extrativismo estão atreladas profundamente a uma compreensão confusa e errônea sobre o tópico da técnica e da tecnologia. Note-se que o autor até associa certos contextos socioeconômicos à predominância desses dois “tipos” de extrativismo, o de baixa tecnologia ou “elementar” “é tipicamente uma atividade importante apenas em áreas “remotas” ou de “fronteira” (onde tecnologia, capitais e infraestrutura são escassos)” (Drummond, 1996:118). O autor continua relatando que em contextos assim os “trabalhadores pobremente equipados como que “arranca a unha” alguns recursos da natureza.” (ibid, 1996:18).

A concepção do autor basta para entender como certos padrões de pensamento sobre o extrativismo são concebidos e como eles entendem a atividade. Não podemos nos enganar pensando este autor seja como Alfredo Homma, o qual possui uma visão mais negativa ou pessimista da atividade. Ao contrário, no final de seu texto, Drummond reafirma sua visão positiva quanto à atividade e entende que ela deve existir de forma sustentável, que é recomendável e viável. Mas é perceptível que em seu texto existe dada compreensão curiosa sobre a relação entre extrativismo de alta e baixa tecnologia. É visível como o termo é usado mais à revelia para simbolizar duas variantes de uma atividade que emprega, em sua visão, um sistema tecnológico-científico e outra que emprega práticas locais mais “primitivas” ou mais “simples”.

O extrativismo é de fato uma categoria diversa e a citação de Drummond inclusive nos convida a considerar como ela pode significar diferentes atividades. Mesmo quando descemos para a categoria de extrativismo vegetal, testemunhamos essa diversidade. Entretanto, mais uma vez, torna-se visível que a diferença entre alta e baixa e tecnologia está relacionado a um uso e abordagem irrefletida sobre a questão da técnica como categoria das relações humanas e não humanas que não compreende essa dualidade.

Uma dualidade desse tipo não consegue compreender inúmeros fenômenos comuns hoje em dia como a *açailização* dos territórios ribeirinhos, ou até a utilização de técnicas e ferramentas considerados “modernos”. De toda forma, perspectivas como a de Drummond quanto a essa relação entre tecnologia e extrativismo também acabam por eclipsar os trânsitos e viagens de projetos e objeto técnicos entre diferentes contextos. Bem como a maneira como eles são mudados, transformados e requalificados em novos contextos, mas ao mesmo tempo também mudam, transformam e requalificam elementos desse espaço novo.

A ideia de ausência da técnica no extrativismo está intimamente ligada sobretudo à oposição feita à agricultura que seria a presença e desenvolvimento desta tecnicidade – sobretudo na figura do *controle*. No texto de Drummond vemos essa reflexão também quando afirma que o extrativismo é “uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria” (Drummond, 1996:117). Entretanto, a ideia do extrativismo como ausência de técnica, de início, já configura uma falácia.

Se técnica são formas variadas de mediação (Sautchuk, 2017), é impossível que exista uma prática extrativista que não configure tais formas. Quando observamos qualquer atividade extrativista vegetal, rapidamente podemos anotar muitas dessas relações. Para além disso, requer compreender neste quesito que os tipos de ações no extrativismo não são qualificados, ou melhor, não é dada a esses modos de ações no extrativismo uma atenção no estilo da preocupação lograda por Ferret (2012; 2014) às modalidades ações das atividades de pastoreio que analisa em sua pesquisa.

Isso implica dizer que, devido às tais ausências compreensivas, entende-se recorrentemente que não existam dimensões de controle em atividades extrativistas. Essa é uma matéria de questão complicada, pouco explorada e que no estado atual das pesquisas é difícil de ser generalizada. Parte dessa dificuldade diz respeito a este pouco interesse da antropologia nas matérias do conhecimento agrônômico ligado ao extrativismo. Para tentar abordar esta questão e evitando correr o risco de produzir afirmações sem verificação etnográfica, é possível dizer que a ideia de controle pode fazer parte das diferentes estratégias da atividade extrativista vegetal. A noção de passividade, ou o que Ferret chamaria de *laisser-faire*, pode ser também um componente.

5. Direções de uma abordagem *tecnoambiental* a partir de dois casos etnográficos

O objetivo deste último momento é apresentar elementos dos contextos etnográficos que pude investigar ao longo da minha carreira com a intenção de sinalizar quais aspectos a abordagem defendida me fez sublinhar. Além do mais, pretendo não sobrepor análises feitas de atividades extrativistas, mas oferecer aspectos e dimensões que às vezes não ganham tanta atenção dos antropólogos que se interessam por atividades do gênero. Para tanto, acabo por emprestar a noção de *tecnoambiental* enquanto abordagem antropológica trabalhada por Di Deus (2017) em sua tese já comentada neste trabalho.

Na obra do autor, que versa *grosso modo* sobre o sangramento de seringueiras no interior paulista, ele estipula uma abordagem metodológica que permite conduzir o seu trabalho em direção aos sangradores paulistas e o seu ofício. Para tanto, ele realiza uma recuperação histórica do que chama de tecnologias da borracha desde o período pré-colombiano, até os momentos mais atuais. O autor opta por então se guiar pela abordagem da história ambiental ou ecológica onde encontra grande representante em Warren Daren (1989) que entenderia a história ambiental como um gênero da história cultural capaz de analisar e explorar as maneiras como os humanos percebem, conduzem e tecem suas relações com o meio ambiente. Entendo que este é um ponto de partida de investigação que também tem sido amplamente disseminado na antropologia, mesmo que não seja sob a rubrica de história ambiental.

Entretanto, Di Deus combina essa perspectiva com outra igualmente importante e que o ajuda a lançar um olhar distinto e renovado sobre as relações com a seringueira. Nomeando de abordagem histórica das técnicas, o autor recupera autores como Gille (1978) e Leroi-Gourhan (1971;1973), bem como Sigaut (1994) e Lemonnier (1993), para fundamentar uma exploração das diferentes transformações e reconfigurações na interação com a matéria – bem com suas repercussões em diferentes aspectos do mundo – e que no caso da pesquisa do autor se materializam em evoluções e transformações nos modos de extrair e se relacionar com a seringueira. Para o autor, o foco nas “técnicas de extração, permitirá dar ênfase ao encontro dos trabalhadores com as árvores entendido como elo fundamental de toda uma cadeia” (Di Deus, 2017:44-45).

Com isso, o autor realça uma interconexão incontornável entre visão ambiental e visão da técnica como recorte metodológico para explorar a atividade extrativista em questão: a prática dos sangradores e sua relação com a árvore de seringueira, bem como com o ambiente que compõe essas relações. O autor esclarece que essa sugestão, da relação entre meio ambiente e técnica, está posta na obra de Letté (2011), entretanto ela é realizada a partir de um contexto diferente da proposta de Di Deus. A adição do autor se materializa na aproximação dessas duas

visões a partir do “mundo agrário e as relações dos humanos com as plantas” (Di Deus, 2017:45). Dessa forma, interpreto a proposição de uma abordagem da técnica em relação estreita com o ambiente como elementos inexoravelmente conectados e imbricados e que precisam ser estudados a partir desse status. Observando assim processos constitutivos dentro dessas imbricações a partir da noção de técnica enquanto forma de relação.

Posto assim, busca-se trazer para o centro da discussão a dimensão técnica como aspecto importante e fundamental da história da atividade extrativista, não somente como atividade dos humanos, ou atividade feita “na natureza”, mas como atividade constituidora, complexa, produtiva e diversa *do* e *no* ambiente. Seria, dessa forma, uma maneira de sublinhar e conferir protagonismo às dimensões e ligações absolutas e mutualmente constitutivas entre técnica e ecologia, o humano e meio ambiente no caso do extrativismo vegetal amazônico dentro da antropologia.

Em último ponto da contribuição do autor, gostaria de ressaltar sua atenção à dimensão histórica na investigação das técnicas extrativistas. Acredito que este seja um aspecto pouco levado em consideração em muitas pesquisas no tema. Entretanto, entendo que ele tem potencial gigantesco para a diversificação e solidificação de pesquisas de cunho tecnoambiental, sobretudo por conferir ao extrativismo e suas práticas alguns aspectos que lhes são frequentemente negados: o da transformação, da ação e da evolução de suas práticas e técnicas. Para exemplificar uma abordagem da arqueologia que julgo executar alguns desses princípios, temos o artigo de Mendes dos Santos *et al* (2021b) que versa sobre um artefato arqueológico conhecido como *pão-de-índio*: um composto processado de plantas que foi enterrado e permanece comestível mesmo após muitos anos.

Esse artefato, *grosso modo*, propulsiona os autores a conduzir uma exploração das tecnologias de armazenamento de alimentos pela parte de povos indígenas amazônicos. A partir da mobilização de procedimentos tecnológicos de amostragem de grãos de amido e outros elementos micológicos, os autores descrevem uma composição diversa e instigante de plantas e materiais utilizados na composição desses compostos. Dentre as diversas conclusões do artigo, gostaria de ressaltar sua percepção sobre a diversidade de plantas como aspecto central da relação dos indígenas e da realidade amazônica, mas a pesquisa também nos permite refletir “sobre as técnicas de extração da matéria-prima, as práticas de preparo e o armazenamento de alimentos vegetais” (Mendes dos Santos *et al*, 2021b:15). Entretanto, gostaria de ressaltar uma observação dos autores que revela um tipo de preocupação e abordagem das quais a antropologia pode usufruir de maneira profícua quando se pensa uma exploração das práticas extrativistas na Amazônia:

O emprego de raladores, espremedores e decantadores, bem como as tecnologias de extração da massa e da fécula foram transferidos das plantas da floresta para o processamento das novas espécies e produtos agrícolas, que passaram a dominar, paulatinamente – após as experiências de contato dos diferentes grupos –, a cena nas aldeias da Amazônia. Este processo não ocorreu, provavelmente, uma única vez na história dos povos indígenas amazônicos, uma vez que o uso de plantas cultivadas em si é um fenômeno que remonta ao início da ocupação da Amazônia (Lombardo et al., 2020; Watling et al., 2018). Porém, a convivência de povos com estratégias mais ou menos focadas no cultivo de plantas é um padrão resiliente, de modo que estas tecnologias podem ter sido reatualizadas diversas vezes. (Mendes dos Santos et al., 2021b:15)

Os autores sugerem algumas pistas arqueológicas interessantes no geral para quem pensa o estudo do extrativismo na Amazônia. Ademais, a pesquisa pode servir de inspiração direta à uma perspectiva de compreensão, por exemplo, da relação entre agricultura e extrativismo dentro de um contexto histórico tecnoambiental. Na maneira como os autores ressaltam a dimensão das técnicas e procedimentos tecnológicos mobilizados por povos indígenas, encontramos uma observação perspicaz da maneira como as relações entre humanos, técnica e ambiente fazem parte de um processo de constituição incontornável.

A opção de pesquisa dessa relação a partir da exploração arqueológica de técnicas de armazenamento evidencia também a riqueza de modalidades de manejo e relação com plantas e ambiente pela parte de grupos indígenas amazônicos. Interpreto que apesar do autor não subscrever propriamente à uma abordagem tecnoambiental, acredito que a maneira como alguns debates são conduzidos e certos pontos de partida são selecionados acabam por inspirar de maneira tenaz uma abordagem tecnoambiental antropológica do extrativismo vegetal na Amazônia. A exploração do *pão-de-índio* não só como tecnologia indígena de armazenamento, mas como testemunha das tecnologias de manejo, ambas como parte constituinte da maneira como os indígenas compreendem a si mesmo e o ambiente, é parte central dessa inspiração que pode ser refletida em diversos outros contextos.

Levando em consideração essa introdução à proposta de uma abordagem, mas também de um horizonte teórico – e que serão melhor exemplificados e explorados ao longo do capítulo –, ofereço alguns insights etnográficos construídos ao longo dos meus últimos anos de detida pesquisa *sobre e no* contexto amazônico. Pretendo, portanto, demonstrar algumas das direções que a orientação de uma abordagem do gênero acabou suscitando em minhas pesquisas. Ou seja, exploro certos tópicos, aspectos e questões que emergem como dimensões localmente e etnograficamente pertinentes no que tange a relação entre humanos, objetos, árvores e ambiente.

Analisando os dados da dissertação francesa, observo alguns contextos onde diferentes modalidades de ações permitem fazer emergir um território que busca ser alinhado à eficácia desejada dos produtores ribeirinhos e que não podem ser sumariamente definidos como atividades unicamente *adaptacionistas*. Além do mais, o caso etnográfico que forneço acaba por aportar reflexões que podem nos ajudar a lidar com as noções de proatividade e passividade frente ao tipo de gestos, ações e lógicas que são empregadas em uma prática conectada ao extrativismo.

O primeiro ponto que mais me chama atenção diz respeito à já citada poda. No processo de construir o que, em meu trabalho, chamei de zonas florestais produtivas, existe um conjunto de técnicas e programas gestuais colocados em prática que pretendem reconfigurar o estatuto dessas árvores. A poda é um desses exemplos – um ponto que talvez seja pouco observado em contextos ribeirinhos. Seja cortando galhos ou tirando partes de seus troncos, podar é uma ação deveras importante e que pode servir a diversos objetivos dependendo do momento em que ocorre. Contudo, existe uma noção que paira sobre esse processo: a árvore precisa produzir mais do que produziria “normalmente”.

Dependendo da árvore, a atividade técnica da poda é generalizada entre os ribeirinhos produtores de Igarapé-Grande. Conversando com um interlocutor, pergunto a razão de podar as árvores ou as plantas. Evidentemente eu já possuía algum conhecimento básico sobre a ideia de podar árvores, como no contexto da cidade de Belém, onde isso evita que elas contraíam certas doenças e evita certos acidentes com galhos que caem com o tempo. Conhece-se também a poda em jardins comuns, urbanos inclusive, onde ajuda as plantas a crescerem com mais exuberância.

Isso, entretanto, varia de acordo com a árvore alvo da poda. No caso do açazeiro, a poda é feita sobretudo para retirar qualquer matéria orgânica que possa prejudicar o crescimento da árvore. Partes do tronco, geralmente secas, são retiradas com uma destreza impar onde o terçado encontra essas partes em uma inclinação que as retira do tronco, mas sem machucar a árvore. Geralmente, dependendo da situação, as mãos são suficientes para executar este trabalho. A poda era realizada também em momentos estratégicos, para permitir que uma árvore não crescesse tão rápido: seja para que sua copa não recubra outras em crescimento, seja para que fosse mais fácil de apanhar os frutos. Na poda se traduz uma noção de temporalidade do espaço e de ciclo produtivo das árvores de forma que ela não é uma cópia do processo natural das árvores de desligar partes de si que estão mortas, mas ela encapsula propriedades específicas da relação humanos-árvores.

Compreender essas diferentes relações dos ribeirinhos com o a floresta e os espaços que eles trabalhavam para construir foi extremamente proveitoso. Sobretudo quando passamos a considerar que aquelas florestas foram, em boa parte, transformadas e mudadas pelos seus pais, avós e possivelmente até antes deles. Então, existia naquela atitude de derrubar árvores, limpar, plantar, podar, adubar, corrigir solo, dentre outras técnicas e gestos, um processo de transformação e emergência do ribeirinho, das árvores e do espaço em si. Uma transformação de seus estatutos à medida que interagem.

Para além disso, a partir desse caráter histórico dessas florestas – é comum os moradores saberem quais árvores foram plantadas por qual parente, vivo ou morto –, interpretei também que transformar a floresta da forma que era feita era, também, uma forma de conserva-la. Aqui me refiro não só ao slogan comumente associado ao extrativismo, mas sobretudo à prática de plantar, cuidar e transformar que fora herdada de parentes e conhecidos. O caráter mutante daqueles espaços florestais era uma marca não da floresta em si, mas encapsulava a relação que os ribeirinhos buscavam estabelecer naquele espaço. Também encapsula a própria relação dos ribeirinhos onde a flexibilidade, transformação e diversidade são motes presentes no desenvolver de suas vidas e atividades. Seria em certa medida o que Sautchuk (2017) visualizou de práticas transformativas enquanto práticas de conservação.

Dessa forma, noções como controle ou passividade, por mais que sejam verdade em alguns casos, à exemplo da maneira como a poda é realizada, não explicam amplamente como as relações se dão nesses espaços. É necessário levar em conta que existe algum grau de cooperação e de mutualidade que se traduz em um verdadeiro jogo. Os humanos precisam ceder parte de suas vontades à realidade e limites das árvores, do solo, do tempo. Ao mesmo tempo que eles conseguem, paulatinamente e através de diferentes técnicas e mediações, implementar seus desejos – suas noções de eficácia. Flexibilizando e dobrando esses limites quando é possível. Diferentes técnicas são mobilizadas nesse jogo onde humanos, território e não humanos se relacionam de formas particulares. Com isso, entendo que no caso presente existem diferentes tipos de ações mobilizadas algumas de teor mais ativo – com controle e transformação –, outras mais passivas e outras mais cooperativas e mutualistas. Fazendo-nos, assim, imaginar mais um gradiente de ações e tipos de relações e menos pontos rígidos e extremos.

Com isso, era impossível não recorrer a Simondon (2020) para pensar esse processo de *devenir* calcado na tecnicidade e a Ferret (2014) que competentemente analisou as modalidades de ações e o teor delas, o que elas fazem e como fazem. Isso me leva ao segundo caso que gostaria de expor nessa argumentação: a utilização de abelhas para polinizar sua “agrofloresta”.

O mato, como chamam em Igarapé-Grande, é povoado por diversos animais e insetos. A presença de abelhas, apesar de não ser constante, é possível de constatar em uma caminhada pela mata ou em zonas com muitas árvores frutíferas.

Um dos interlocutores que entrevistei, Moisés, entretinha uma relação diferente com as abelhas. Para dar um contexto maior, é possível que já existia uma população de abelhas considerável na ilha. Esse é um dado que, infelizmente, fica em aberto pois não existe estudo desse tipo. Contudo, há alguns anos fora implantado na comunidade de Igarapé-Grande um projeto de apicultura – encabeçado pelo governo do estado e instituições parceiras como EMATER e EMBRAPA²⁸. Devido a inúmeros fatores que não poderei ponderar aqui²⁹, o projeto fora abandonado paulatinamente e as abelhas escapando de suas colmeias.

Isso resultou em uma maior presença de abelha em algumas árvores, sobretudo bacurizeiros. O ribeirinho supracitado, durante minha pesquisa, instalava em algumas árvores um objeto feito com uma garrafa plástica que permitia “capturar” as abelhas. Eram então levadas para pequenas “casinhas” de madeira apoiadas em pedestais feitos do mesmo material. Lá elas eram colocadas e, segundo Moisés, passavam a residir, polinizando e interagindo constantemente com as árvores. Uma situação desse tipo me fazia pensar novamente no trabalho de Ferret. Era evidente que os ribeirinhos não capturavam as abelhas ativamente – esta palavra no sentido empregado pela autora – as garrafas pareciam funcionar como armadilhas que prendiam “sozinhas” as abelhas.

Essas armadilhas acopladas às árvores apontavam um universo de relações interessante. Seu formato era elaborado para se acoplar às árvores, mas também era feita com um mecanismo rústico envolvendo sacolas plásticas que permitia que as abelhas entrassem, mas não saíssem. Depois de recolhidas e colocadas em sua nova casa, passavam a “integrar” de forma consistente o território que estava sendo construído. Todos esses pontos me fizeram pensar que existia um grau de cooperação que era estabelecido com as abelhas, mesmo que “capturadas”. Os humanos não podiam polinizar as árvores, então a abelha tomava conta de contribuir à eficácia desejada e planejada para aqueles indivíduos vegetais.

Seria possível considerar, inclusive, que a armadilha permitia executar uma transformação nas próprias abelhas. Ao caírem no dispositivo plantado nos troncos das árvores, elas deixavam de ser abelhas que passavam ocasionalmente pelo território e se tornavam

²⁸Existe, na ilha, um histórico de iniciativas construídas para “fornecer” algum projeto produtivo aos ribeirinhos. A apicultura fora um desses, mas outros estavam em vias de se realizar na execução do campo da dissertação francesa, no início de 2023, como instalação de galinheiros “diferentes” e incentivo à criação de peixes. Estava em curso também um incentivo, a partir da doação de mudas, à uma produção “sustentável” na ilha.

²⁹Não posso comentar pois envolve questões particulares de interlocutores e me foi pedido sigilo.

habitantes dele – inclusive com uma residência “fixa”. Da mesma forma, Lemonnier (2012) explica a situação onde enguias são capturadas em armadilhas ritualizadas pelos Ankave não se trata unicamente da ideia de capturar as enguias, mas “a possibilidade de as manter emprisionadas e controlando as suas forças, reais ou imaginadas” [Tradução nossa]³⁰ (Lemonnier, 2012:58).

O autor supracitado continua sua explicação evidenciando que a criação da armadilha no caso citado passa pela criação de uma energia passiva e capacidade de resistir à força e vitalidade atribuída à enguia. Sendo assim, o processo de confecção, a aparência e o manuseio da armadilha têm uma correspondência importante com essa tal força da enguia. Dessa forma, passei a considerar o caso da armadilha para abelhas de Manuel. Era evidente que existiam conexões possíveis. A construção dela, o formato respeitando o formato da garrafa e a abertura em cima parece facilitar a captura de um inseto tão rápido e atento como as abelhas.

Sem dúvida, era visível que os humanos interferiam no trajeto das abelhas e seus itinerários não para as *fazer-fazer* outra coisa que não faziam, mas para as fazer polinizar no ritmo e frequência desejados. Existe um grau de *fazer-fazer* que não presume um controle absoluto, mas que joga com a incerteza dos itinerários dos elementos – sejam árvores ou abelhas. Da mesma forma, a poda representa uma dessas técnicas que comporta relações do tipo. Devido ao tempo e condições de pesquisa, não pude realizar uma pesquisa à fundo sobre o mecanismo da armadilha de abelhas e como ela ordenava a relação dos humanos com as abelhas nesse novo contexto, fora do projeto apicultor. Mas era evidente que elas executavam um papel no território de Moisés. No lastro do que comento sobre a poda das árvores, passo a atenção para um ponto que ressaltei constantemente na minha pesquisa apresentada ao Muséum. Este tópico diz respeito aos objetos e ferramentas mobilizados nas atividades pesquisadas.

Comentarei brevemente como alguns objetos participam de maneira profícua na atividade extrativista. No texto original tenho a oportunidade de adentrar mais densamente na relação dos humanos com suas ferramentas, não como objetos estáticos ou encerrados em suas formas, mas sim como meios de relações específicas no território florestal. Dessa forma, atendo-me aos modos de usar e interagir com e a partir de algumas ferramentas: facão/terçado, foice e roçadeira. Lá eu pude explicar de maneira mais extensa como cada um desses objetos promovia um tipo de relação diferente com o ambiente, não só por serem materialmente

³⁰the possibility of keeping it imprisoned and controlling its force, real or imagined”

diferentes, mas por demandarem um programa gestual específico que estava condicionado a eficácias e intenções distintas.

Dessa forma, a noção vernacular de *roçar*, como apreendi no meu contexto de pesquisa, indica valores de cuidado e trabalho. Mas acima de tudo, comporta uma variedade de modos de relação com o ambiente que estão contidos nesses programas gestuais e na diversidade de operações. Por exemplo, roçar com a roçadeira informava uma situação específica: grama baixa, poucos relevos (tocos e troncos) e podia ser usada para atacar animais peçonhentos com mais segurança. Moisés comenta que a roçadeira era capaz, inclusive, de *amansar* o mato de forma que ela crescesse de forma distinta, mais fácil de cuidar.

O caso mais emblemático diz respeito à emergência de uma categoria êmica do contexto que pesquisei, a ideia de “*estar afiado*”. Em diversas situações, os moradores tornavam as lâminas de seus facões como centro de debate. Eles comentavam da importância de uma ferramenta bem afiada, pois conduzia a ação da mão e do corpo, mas acima de tudo, como era necessário que a mente estivesse afiada. O trabalho de cuidar do terreno não é tarefa simples, e no inverno amazônico essa tarefa é mais trabalhosa ainda devido à chuva e à textura do solo enlameado. Uma anedota que retrata a ideia de estar “afiado da mente” remonta o relato de Manoel que me contava de um rapaz que insistiu em trabalhar em dia santo e ao golpear uma capoeira, a lâmina ricocheteou e acertou seu joelho, desferindo um golpe profundo. Manoel ressalta que ele não estava afiado por desrespeitar uma noção básica: a de não trabalhar em dia santo.

Estar afiado também era uma noção relativa. Algumas lâminas consideradas boas para trabalhar, seriam consideradas “cegas” para exercer o trabalho de corte. Entretanto, a relação entre estar afiado e eficiência é mais complexa. Acima de tudo, estar afiado é uma propriedade não só da lâmina em si, mas que emerge no curso das ações e que se incorpora aos ritmos perseguidos pelos ribeirinhos, compreendendo uma propriedade da relação humano-objeto-ambiente (Araujo, 2023). Essa noção também informa a diligência assumida na vida do ribeirinho quanto às suas atividades.

Outro momento de igual importância em campo foi acompanhar Beto, o ribeirinho mais jovem com quem falei, no processo de limpar seu terreno. Seu terreno, que era antigamente de seu pai, estava tomado pelo mato e ele procurava *resgatar* algumas árvores do mato. Dessa forma, tentava limpar seu terreno e começar cultivos de diferentes árvores. Beto se utilizava de diversas ferramentas, mas pude acompanhar o processo de aprendizagem dele com a foice, a qual lhe foi sugerida por outro ribeirinho. Ele me sublinhava a maneira como manuseava a ferramenta ainda em adaptação, tentava se acostumar com este novo acoplamento entre sua mão

e a foice, mas sobretudo com o meio ambiente os vegetais. Como observei em minha dissertação,

A foice permitia algo que o facão ou a roçadeira não permitiam. O cabo e a forma da lâmina permitiram a Beto interagir com a floresta de uma maneira diferente, evocando uma impressão de espaço igualmente distinta. Com a foice, Beto enlaçava uma grande quantidade de plantas de tamanho médio e grande na curvatura da lâmina, puxando-as em sua direção e, assim, cortando uma quantidade significativa de vegetação. [...] Se o facão permitia ao humano controlar e dominar o movimento da lâmina, a foice e sua distância forçavam Beto a desenvolver uma nova maneira de segurar o cabo e balançar a lâmina. O facão, a foice e a roçadeira eram universos completamente diferentes que exigiam valores e posturas diferentes dos humanos que os utilizavam [Tradução nossa]³¹ (Araujo, 2023:67-68)

Assim, a utilização dessas ferramentas estava situada a partir de diferentes demarcadores: histórias de vida, gostos, habilidades, eficácias distintas, afetuosidades etc. Sobretudo, é inegável considerar que a gestualidade que conduz as ferramentas implicadas nessas relações fazia eclodir realidades distintas, modos de perceber e interagir. Acima de tudo, entendo que existia sobretudo um processo de emergência dos status desses elementos – humanos, plantas, ferramentas. Onde as propriedades das relações se tornavam o meio por onde se conduziam novas formas de ser, ou novos sentidos, novas ontologias constitutivas do trabalho ribeirinho, dos desejos de produção e recuperação do território, de noções de cuidado e limpeza, que figuram como balizadores práticos e lógicos desse processo.

Não obstante, reforço que apesar de diferenças, existiam também similaridades entre os objetos. Todos são afiados e cortam. Todos limpam o terreno. Mas a riqueza antropológica estava contida na maneira e na forma que esses objetos eram guiados até essas possibilidades. Não obstante, eles deixavam caminhos operatórios distintos. Dentre todos, fora visível que o terçado ocupava um papel de grande importância na vida geral dos ribeirinhos. Transitando entre diferentes atividades e acompanhando a vida cotidiana dos moradores da comunidade. Nem todos os objetos eram utilizados para todas as atividades, alguns eram mais usados para certas configurações do espaço: matos mais densos ou mais finos.

Com isso, intentei dar ênfase ao que os ribeirinhos usam para tecer suas relações com o espaço e como suas intenções se materializam de forma tenaz no programa gestual dado cabo

³¹La faux permettait quelque chose que la machette ou la débroussailleuse ne permettaient pas. Le manche et la forme de la lame ont permis à Beto d'interagir avec la forêt d'une manière différente, évoquant une impression d'espace tout aussi différente. Avec la faux, Beto enchevêtre un grand nombre de plantes de taille moyenne et de grande taille dans la courbure de la faux et les rapproche de lui, coupant ainsi une quantité importante de végétation. [...] Si le terçado permettait à l'humain de contrôler et de maîtriser le mouvement de la lame, la faux et sa distance obligeaient Beto à développer une nouvelle façon de tenir le manche et de balancer la lame. Le terçado, la faux et la débroussailleuse étaient des univers complètement différents qui exigeaient des valeurs et des positions différentes de la part des humains qui les utilisaient.

na utilização de diferentes ferramentas. Outra ferramenta que aparece também de forma contundente é a motosserra. Geralmente vista como símbolo da destruição e da devastação, foi impressionante constatar como naquele contexto o objeto tinha sua tecnicidade reconfigurada em práticas de limpeza não só do terreno, mas também na emergência de outros objetos como canoas e até casas na hora de cortar troncos de árvores para a confecção desses elementos.

Com esse ponto, busco enfatizar que este não é um aspecto ressaltado quando se trata do extrativismo. Poucos são os exemplos que enfatizam o papel importante e social do emprego de certas ferramentas na atividade extrativista em si – não as ferramentas em si, mas o programa gestual que anima elas. Posso citar o trabalho de Villarinho (2020) sobre a utilização de facão e “pata-de-onça” na busca por ouriços de castanha. Cito, novamente, também o trabalho de Scaramuzzi (2016), que versa de maneira consistente sobre diferentes modos de conhecimento e, argumento, modalidades de ação no extrativismo.

Reconhecendo inclusive uma “ciência no quebrar” e alterações na prática de quebrar. Ele estuda também a relação de certos nomes e palavras para a castanheira em relação com as maneiras de se interagir com árvore e seus frutos. Enfatizo, por último e com risco de ser repetitivo, o já citado trabalho de Di Deus (2017) que versa de maneira profícua sobre as formas históricas e contemporâneas de se relacionar com uma árvore alvo da atividade extrativista.

5.1 A importância da noção de *espaço* no estudo do extrativismo

Continuando no esteio de pontuações e direções que podem surgir em uma abordagem da técnica voltada ao extrativismo vegetal amazônico, existe um último ponto que gostaria de colocar, antes de avançarmos para as considerações finais desse trabalho. Passei a perceber que a prática do extrativismo implica uma transformação material e conceitual do espaço. Dessa forma, humanos e árvores não se relacionam no vácuo, mas em paisagens e ambientes transformados e transformadores. Com isso, uma abordagem da técnica voltada ao extrativismo vegetal precisa levar em consideração a questão do espaço: sua relação com o modo de existência dos atores, técnica e os objetos.

Percebi que a atividade extrativista, seja na modalidade “agrícola” de meu campo, ou seja em outras consideradas mais “adaptacionistas” ao ambiente, implicam uma transformação e diálogo intenso com o território ou espaço. Seja pelas caminhadas ou pelas interações mais diretas. Essas relações e mediações transformativas perpassam obrigatoriamente a questão da técnica e como ela se espalha nesse espaço, como ela o modifica, conserva-o, ou permite a emergência de novos estatutos. Da mesma maneira, humanos e não humanos, inclusive não

vivos, embarcam nesses processos e nessas mediações através dos gestos, objetos, lógicas de ação e eficácias desejadas.

Felizmente, para compreender essa questão espacial não nos faltam referências. Em verdade, possuímos no Brasil uma gigantesca e importantíssima referência acadêmica que dedicou parte considerável de suas obras para compreender a relação entre técnica, objetos, espaço e a constituição social e existencial dos indivíduos que circulam nesses espaços. Evidentemente, refiro-me ao trabalho e obra de Milton Santos, baiano, importantíssimo geógrafo, responsável inclusive pela reestruturação da disciplina no Brasil. Sua obra pode nos dar algumas pistas que podem ajudar a enquadrar o extrativismo e os “tipos” de espaços florestais que esses sistemas integrados com outras atividades acabam gerando.

A obra que mais compila reflexões do tipo é o seu livro “*A natureza do espaço*”, publicado originalmente em 1996. Nessa obra Milton, dentre seus vários objetivos, busca reformular, conceituar e ampliar a construção de um objeto próprio para a geografia. Dessa forma, o autor toma o conceito de espaço e lhe propõe uma definição de antemão: ele seria um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. O reconhecimento do espaço como fruto de um processo de construção, produção e transformação permite o reconhecimento de algumas categorias que eram vistas, originalmente, externas à realidade espacial: “a técnica, a ação, os objetos, a norma, os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia” (Santos, 2023:23).

Entretanto, é visível que o autor elenca a técnica como conceito vernacular para entender conduzir a questão do espaço. O autor dedica parte inicial da sua obra para sublinhar que ele “trata da natureza e do papel das técnicas [...] e do movimento da produção e da vida, através dos objetos e das ações” (ibid, 2023:24). O geógrafo busca levar em consideração a técnica como sistema que possui uma temporalidade específica e que se atrela de forma particular à constituição do espaço. Afirma, assim, que “*a noção de técnica permite empiricizar o tempo*” (ibid, 2023:24). O autor ainda cita que a concepção da técnica como algo onde os humanos e não humanos são inseparáveis compõe de forma crucial a análise e ajuda a evitar dualismos e dicotomias limitantes.

Existe, entretanto, uma preocupação pela parte do autor, dessa forma, em buscar uma ontologia do espaço e com isso acaba o entendendo como sendo uma forma-conteúdo. Ele explica que se considerarmos o espaço destacado das relações contextuais que compõem seu conteúdo, ou seja apenas a partir de uma existência filosófica e empírica, ele não tem existência em si. Entretanto, este dado conteúdo, só é possível devidos às formas e formatos que emergem

na constituição desse espaço. O autor entende, dessa forma que existe um processo recíproco e que não pode ser reduzido um ao outro, entre formas e conteúdo, mas que compõe uma mesma faceta. O autor reconhece que a “produção e reprodução desse híbrido, que é o espaço, com a sucessão interminável de formas-conteúdo, é o traço dinâmico central da sua ontologia” (Santos, 2023:25).

Com isso, o autor entende que as técnicas ocupam um lugar fundamental na ontologia de um espaço quando encara a realidade empírica do espaço e como dimensões simbólicas e imateriais se impregnam e emergem também nesse contexto. Ressalta, o autor, que a principal forma de relação entre os humanos e o meio é dada pela técnica. Entretanto, o autor evita coisificar a ideia de técnica e empreende a concepção de que a técnica é um conjunto de meios que abarca uma multiplicidade de dimensões: sociais, culturais, religiosas, físicas, etc.

O autor dedica também, no estabelecimento dessas noções fundadoras, algumas páginas à relação entre os objetos técnicos e o espaço. Note-se que o autor tem uma influência e forte inspiração na tradição francesa de estudo da técnica. Com isso, vemos o mesmo citando de maneira frequente autores como Gilbert Simondon e Madeleine Akrich quando tenta entender a relação das técnicas e o espaço. Ele entende o “espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica” (Santos, 2023:40). O autor compreende que essa relação entre objetos técnicos e espaço é de crassa importância sobretudo quando se compreende que os primeiros exercem um papel central na formação do segundo. Dessa forma, o espaço conteria “técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão” (Santos, 2023:55).

É visível que apesar de não apresentar definições fechadas, Milton Santos elabora estes conceitos pensando sobretudo o espaço urbano – mesmo quando enfatiza que fala de espaço enquanto uma categoria geral. De toda forma, observando a realidade que pude analisar na dissertação francesa, é inegável que nos deparamos com uma situação rural que compreende perfeitamente seu debate. Como descrito anteriormente, existe um processo de construção de uma zona – ou espaço – onde diferentes sistemas de ações e objetos são dinamizados para dar cabo de uma reconfiguração daquele espaço. Árvores e plantas são retiradas, outras deixadas, novas são plantadas, podadas, quantidades de adubo e calcário são depositadas no solo.

Tudo isso é feito de maneira que ocorre uma reconfiguração existencial e simbólica não só do próprio espaço, mas de todos os indivíduos que nele circulam e se embrenham – incluindo os humanos. Considerando todas as dimensões das operações colocadas em movimento pelos ribeirinhos, podem existir tendências qualificatórias que consideram esse espaço uma

agricultura, ou uma plantação de árvores e que ele não seria, portanto, um espaço de extrativismo vegetal. E existiria outra possível tendência a considerar o espaço como de extrativismo vegetal, pois considera a produção de frutas – que são associadas, semiologicamente e conceitualmente, à atividade extrativista. É necessário, portanto, considerar a existência de uma hibridização concreta desse espaço, escapar dessa dualidade e entender talvez esses dois elementos como componentes de uma cadeia de operações que o constitui e o reformula.

A noção de sistema agrícola empreendida por Emperaire *et al* (2012) parece uma boa orientação para acentuar o caráter sistemático e integrado da atividade com a agricultura, por exemplo. Entretanto, gostaria de ressaltar que Milton Santos, e sua noção de híbrido que emerge a partir de processos de adaptação-concretização de objetos técnicos, oferece uma possibilidade instigante para a relação entre ribeirinhos e o espaço florestal. O autor resalta que, tratando-se de uma concepção de meio técnico e meio natural, “na realidade, não se trataria, segundo Simondon, de uma simples adição do meio técnico ao meio natural, mas da produção de outra coisa, de tal maneira que o objeto técnico aparece como condição existência de um meio misto” (Santos, 2023:41).

Nessa perspectiva, pode-se entender que o caráter dúbio dos espaços, como os pesquisados em minha dissertação francesa, é um aspecto completamente comum em diferentes realidades. A possibilidade dele ser uma formação híbrida que comporta e é transformada por diferentes formas de mediação – técnica –, bem como pelos processos de concretização de objetos técnico e individuação desses acoplamentos humano-técnicos, é uma realidade investigada também no espaço florestal ribeirinho. Caracteriza, portanto, um processo relacional que, por si só, constitui meios de relação onde humanos e não humanos se individualizam, fragmentam-se e se reformulam.

Um último ponto, e breve, que está contido na obra do autor e que considero pertinente ressaltar é a sua consideração sobre a questão temporal. Milton Santos afirma que as técnicas tem um componente temporal inegável e não negligenciável, dessa forma elas seriam em si também uma medida do tempo: “o tempo do processo produtivo direto do trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação” (Santos, 2023:54) são alguns dos exemplos que o autor propõe. Dessa forma, elas seriam o que ele comenta de *empiricização* do tempo.

Com relação a este ponto, o autor recupera mais uma vez a centralidade da técnica para compreender essa relação entre tempo e espaço. Ele afirma que “as técnicas participam na produção da percepção do espaço e também da percepção do tempo, tanto por sua existência

física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica” (Santos, 2023:55). Essa é uma questão que pude observar em diversos momentos em campo. Quando algumas árvores eram deixadas em pé no processo de roçar o terreno, ou quando algumas eram podadas em determinado momento, existia uma espécie de produção e de afirmação de uma temporalidade. As árvores deixadas ajudariam a produzir sombra até certo momento, e as podas eram realizadas de maneira que, temporalmente e espacialmente, as copas não se recobrissem, impedindo a entrada de sol para plantas mais baixas.

Dessa forma, existe uma construção e percepção do tempo e do espaço que é viabilizada e caracterizada pela tecnicidade da relação, pelos gestos e objetos que são dinamizados, sobretudo em espaços de extrativismo que são plantados. Santos (2023) afirma que o espaço pode tanto ser entendido como realidade operacional individual e coletiva, bem como uma realidade percebida. Entretanto, afirma que essa divisão não deve nos enganar, “o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese” (Santos, 2023:55).

Na temática da importância da técnica na espacialidade, resalto em última instância que as relações dos ribeirinhos com a floresta e suas zonas plantadas, em minha pesquisa, eram multifacetadas. Andar pelo mato, valendo-se de diferentes formas de mediação, diferentes técnicas, bem como cuidar e plantar certos espécimes vegetais, informava uma relação histórica e afetiva com esse espaço. Mesmo árvores que não eram de suas zonas plantadas, às vezes, eram reconhecidas como plantadas por seus ancestrais. Espaços também são reconhecidos como heranças proveniente deles.

Após essa exposição, é interessante imaginar que em diferentes realidades extrativistas, dado o caráter e teor das relações que as compõem, não se pode ignorar a existência do espaço. Acima disso, não se pode ignorar como a produção desse espaço não é uma produção de uma coisa qualquer, mas a produção de um meio relacional que está intrinsecamente ligado ao modo de existência dos próprios ribeirinhos e de outros indivíduos. Longe de uma imposição sumária da vontade humana no espaço, o que parece existir é uma imbricação complexa de vontades, objetos, técnicas, humanos e não humanos que se concretizam, se fragmentam e se reformulam, como afirmei anteriormente.

Dessa forma, entendo que levar em consideração a categoria espaço como parte importante não só da realidade histórica do extrativismo, mas como meio de compreensão as dinâmicas relacionais que são acionadas e mediatizadas pelas técnicas, configuram-se como uma realidade investigativa importante. Apesar de, pessoalmente, não afirmar que espaço e

paisagem são apenas sinônimos³², muitos outros estudos já deram ênfase à essa ideia de construção da paisagem e do contexto material simbólico como parte importante não só da atividade humana, mas das suas relações, dos seus processos de aprendizagem e dos modos de relação e existência (Ingold, 1993; Lave, 2015). A consideração do “*lugar*” ou o “contexto” onde essas relações se desenvolvem, que não são apenas um simples pano de fundo, mas participantes ativos dessas relações, não é uma novidade em estudos antropológicos. Para o extrativismo vegetal, tal consideração do espaço, e sobretudo da sua relação com o tempo a partir da técnica e seus sistemas de ações e objetos, pode apresentar desdobramentos instigantes.

5.2 *Tecnodiversidade e tecnogênese* como elementos do Extrativismo amazônico

Os ribeirinhos estão existencialmente envolvidos nesses espaços, não apenas porque eles os imaginam como históricos. Mas também porque, por meio de suas técnicas (e suas mediações), eles vivem sua história ali e constantemente transformam o seu sentido. Há uma atualização da história que não cristaliza as árvores e o território, mas que projeta novas existências, novos desejos. Trata-se, portanto, de reconhecer o caráter duplo, mutável e permanente do espaço (e seus habitantes), e sua importância afetiva. Esses aspectos parecem se concretizar quando o espaço é habitado, cuidado, plantado, limpo, preenchido com árvores, novas árvores, ou seja, quando ele é vivido e realmente produzido. Em outras palavras, isso decorre quando o espaço, as ferramentas e os indivíduos (humanos e não-humanos) se engajam em processos colaborativos. [Tradução nossa]³³ (Araujo, 2023:90-91).

Na dissertação francesa eu busquei explorar categorias de ação como *roçar* de maneira a explorar a forma como os ribeirinhos, vegetais e espaço emergiam a partir da análise de um cuidado com o território e árvores, tipicamente associados à ideia de extrativismo. Com isso, passei a sugerir que existe uma ontologia particular, um mundo específico, mas que está originado na técnica de fazer e cuidar como maneira de se relacionar. Assim, implicando uma espécie de *tecnogênese* dos ribeirinhos em suas atividades extrativistas.

Após esses debates, é notório que existem lacunas ainda a serem compreendidas e estudadas. Minha tentativa nesse capítulo foi de apontar algumas dessas lacunas que podem ser

³²Compreendo que o autor citado em seguida, Tim Ingold, considera que paisagem e espaço não são a mesma coisa. Entretanto, é perceptível que a definição de espaço a qual o autor se opõe não compatibiliza com a noção fomentada por Milton Santos. Ao contrário, são mais próximas do que se imagina.

³³Les ribeirinhos sont existentiellement impliqués dans ces espaces, non seulement parce qu'ils les imaginent comme historiques. Mais aussi parce que, par ses techniques (et ses médiations), ils y vivent leur histoire et en transforment constamment leur sens. Il y a une actualisation de l'histoire qui ne cristallise pas les arbres et le territoire, mais qui projette de nouvelles existences, de nouveaux désirs. Il s'agit donc de reconnaître le double caractère changeant et permanent de l'espace (et ses habitants) et son importance affective. Ces aspects semblent s'effectuer lorsqu'il est habité, entretenu, planté, nettoyé, rempli d'arbres, de nouveaux arbres, c'est-à-dire lorsqu'il est vécu et produit réellement. Autrement dit, lorsque l'espace, les outils et les individus (humains et non-humains) s'engagent dans des processus collaboratifs.

uteis a pensar e analisar a atividade face aos diferentes conceitos e pressupostos que foram, ao longo dos anos, anexados à atividade extrativista, sobretudo a vegetal. É perceptível que não existe uma compreensão satisfatória, por exemplo, das transformações técnicas históricas manifestadas no seio das atividades extrativistas amazônicas. Poucos estudos se dedicaram a esclarecer, em dimensão multiescalar, a relação dos humanos com as árvores e plantas, quais objetos e lógicas de ação emergiram e emergem – à exceção do já citado trabalho de Di Deus.

Raramente se direciona alguma atenção teórico-reflexiva às lógicas de ação e às eficácias associadas aos diferentes extrativismos. Diversas ferramentas da antropologia podem ser extremamente úteis para compreender como objetos, formas de pensar e técnicas viajam e transitam entre diferentes práticas, inclusive no extrativismo. Também, na área da antropologia, pode-se explorar com mais finesse a questão da aprendizagem e habilidade envolvidas no seio das atividades extrativistas.

Os muitos estudos e abordagens das ciências humanas, sobretudo na antropologia, que tratam do extrativismo enquanto categoria ou de diferentes atividades extrativistas vegetais pouco se preocupam com a ciência agrônoma desenvolvida por ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pequenos camponeses, etc. no extrativismo. Essa foi uma questão sabiamente identificada por Fonseca (2023) quando se reportava às lacunas encontradas nos estudos brasileiros sobre relações humano-vegetal. A autora diz:

Convém salientar que a etnologia indígena e outras subáreas da antropologia brasileira que lidam com as relações humano-vegetal, a exemplo da antropologia rural, pouco se inclinam em direção aos estudos sobre técnica, ou mesmo se afastam deles. Esse distanciamento da técnica, somado de uma maior proximidade da etnobotânica desacompanhada de um interesse por agronomia (área do conhecimento mais afeita às práticas, gestos e técnicas de jardim do que a etnobotânica) resulta em um ethos de pesquisa atento às plantas em si (diversidade de espécies e gêneros vegetais), suas nomenclaturas (percepções e classificações), mas menos ligadas a processos e técnicas de cultivo e formação, manutenção e transformação dos vegetais e das roças. (Fonseca, 2023:15)

A observação da antropóloga resume de maneira precisa e concisa uma questão que pude notar também nos estudos sobre extrativismo. Trata-se da dificuldade em considerar que o extrativismo, seus gestos e técnicas sejam alvos de escrutínio cuidadoso e que se compreenda a ligação dessas dimensões à vida social, cultural, simbólica etc. Dessa forma, nota-se de fato uma ausência ou uma compreensão ainda minoritária quanto a estes aspectos agrônomicos do extrativismo por parte da antropologia brasileira, que tende a cristalizar esses conhecimentos em “saberes locais” ou “saberes tradicionais”. Definições que pouco dizem sobre a maneira como esses “saberes” se dinamizam nas relações e sistemas técnicos.

A possibilidade de uma perspectiva “tecnológica” – enquanto estudo antropológico da técnica – da agricultura é uma questão também antecipada por Sigaut (1975) e também ressaltada por Di Deus (2017). Acredito também que essa seria uma possibilidade igualmente importante para um estudo do extrativismo, bem como da relação entre extrativismo e agricultura.

Resta, contudo, um reconhecimento da variedade considerável de realidades extrativista, ou de relações com árvores, ou mesmo de relações que poderiam ser colocadas sob o signo do extrativismo vegetal. Existe um universo de literaturas que investigam comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas, pequenos camponeses e assim por diante. Entretanto, com todos os argumentos e pontuações feitas ao longo do capítulo, percebo que é possível coadunar, debater e verificar diferentes realidades a partir de uma análise cuidadosa da *tecnodiversidade* dos extrativismos vegetais e as diferenciações e semelhanças nesses contextos que florescem ontologias ímpares.

O conceito de *tecnodiversidade* que recupero neste momento não possui implicações para além do que sugere – um reconhecimento da diversidade técnica do extrativismo vegetal amazônico. Contudo, ele tem uma óbvia inspiração no trabalho do filósofo Yuk Hui onde *Tecnodiversidade* é um projeto a ser perseguido como saída da crise ecológica. Seria uma atenção cuidadosa a esses diferentes arranjos como possibilidades de novos futuros. Ou o que o próprio filósofo chamaria de *cosmotécnica* enquanto arranjos tecnológicos localmente produzidos e que apontam para fora da padronização de certos conceitos como produção, tecnologia, futuro etc.

Dessa forma, implicando a tecnologia como sistemas que estão permeados de concepções particulares sobre o mundo, valores, morais, dentre outras questões. A ideia é recuperar a tecnologia como ponto de discussão central da experiência humana, mas também a considerar mais como um fenômeno múltiplo e diverso e menos como um monolítico padronizado. No caso presente, também empresto a noção de tecnodiversidade como enquadramento teórico que nos permite explorar a atividade extrativista amazônica fora de chaves homogeneizantes sem perder de vista seu sentido enquanto tecnologia.

Em consideração a este conceito, gostaria de aportar alguns traços dos dados da etnografia apresentada no fim de minha graduação, a qual pude reavaliar ao longo do mestrado e que apontam outro modo de existência extrativista. Na ocasião dessa pesquisa, observei, analisei e participei do processo de produção do óleo de bicho de tucumã na comunidade quilombola de Bairro Alto, na ilha do Marajó (Araujo, 2019). Acompanhar o processo foi uma escolha relativamente natural pois, de antemão, ficou evidente que parte das características do

óleo estavam contidas no processo de sua emergência. Para esclarecimento: a extração do óleo faz parte de um processo complexo que compreende: à ida até as zonas com *tucumãzeiros*, seleção de caroços, a coleta deles, retorno para casa, descanso, início da quebra dos caroços, retiradas da larva que habita o caroço, fritura da larva, retirada do seu óleo, filtragem para retirada da água e armazenamento.

Evidentemente, esse processo todo está completamente repleto de noções, sentidos, desejos e valores que são caros à vida das mulheres quilombolas com as quais realizei a pesquisa. Acima de tudo, percebi a importância do terçado no deslocamento na floresta, na aproximação com a árvore de tucumã – que possui galhos e tronco espinhosos –, inclusive na quebra dos caroços – atividade que requer destreza particular na quebra dos caroços de tucumã sem ferir as larvas dentro. Dessa forma, apreendi que a mobilização do terçado não era somente uma aplicação utilitária de um objeto laminado, mas era sobretudo uma maneira de conhecer o mundo, de interagir com ele em diferentes níveis, em outras palavras, permitia uma relação técnica e ambiental de outra categoria que proporciona, no mesmo movimento, a emergência do óleo.

As propriedades do óleo são conhecidas pelas mulheres quilombolas como: dar força e cicatrizar diferentes tipos de feridas, internas e externas. Outras propriedades incluíam misturar o óleo com os farelos da parte interna do caroço que sobravam após a larva se alimentar para fazer uma pasta, passar nos olhos, e acelerar o processo de dormir. A busca pelos caroços e a quebra eram momentos importantes de conversa, atualização sobre a vida da comunidade, reafirmação de alianças de parentesco, ou seja, emplacavam uma socialidade importante que impregnava as propriedades do óleo. Era frequente vender o óleo, mas também era igualmente comum emprestar ou dar um pouco dele para quem pedisse.

Passei então a considerar o óleo de bicho como um objeto técnico emergente (Simondon, 2007). Assim, ele seria um objeto que passa a estabelecer um modo específico de existir, que media uma maneira de se relacionar e que, enfim, altera o status dos indivíduos humanos que agora passam a estar sem insônia, desinflamados, com força e energia. Mas também é fruto das constantes instâncias de transformações empreendidas ao longo da produção: para coletar os caroços, é necessário que se colete caroços um pouco mais velhos, que já tenham larvas, mas não tão velhos ao ponto de já terem virado besouros; as árvores também já deixaram cair no chão seus galhos espinhosos. As larvas, então, são fritas e assim o óleo emerge de um fenômeno transformativo transversal que engloba técnica, pessoa e ambiente.

A realidade extrativista que recupero aqui também já me alertava na época para as questões espaciais com a presença de zonas de árvores de tucumã que, por sinal, resistem ao

fogo e, portanto, podem ser indicativos de antigas ocupações humanas. Mas outras questões se mostravam curiosas: eu me debatia, na época do fim da graduação, se a atividade era extrativista vegetal ou animal. Durante o mestrado, percebi que essa classificação pouco explicaria o processo e, acima de tudo, obliteraria a complexidade da atividade. É evidente que existe uma imbricação profunda de relações humano-animais-vegetais que não podem ser ignoradas e devem ser, acima de tudo, abraçadas.

Preocupar-me com o processo de produção, as técnicas, gestos, ritmos, valores e socialidades implicadas me permitiu superar uma classificação rígida e alcançar uma percepção mais holística da relação entre a constituição do *self* das mulheres e jovens quilombolas que produziam o óleo e suas práticas em seus aspectos gestuais e técnicos. A existência do óleo de bicho, assim, está diretamente ligada aos objetivos dos quilombolas em transformar os seus diferentes status, mas também depende intensamente do ciclo de processos vitais tanto da árvore de tucumã – como da reprodução do besouro citado. Sendo assim, ressalta-se que estudar somente o óleo de bicho de tucumã em seu estado pronto e desvinculado das relações, não me permitiria encontrar os agentes e as formas distintas de se relacionarem que estão no processo que traz o óleo à existência.

Concluo, finalmente, este capítulo sublinhando, sobretudo, como, ao contrário de algumas impressões iniciais da pesquisa, existe uma gama considerável de contribuições e autores que pensam o extrativismo sobretudo o que imbrica a ideia de coleta, este sendo o extrativismo vegetal. Existem bases consolidadas e algumas delas oferecem temas e direções de pesquisa que não podem ser negligenciadas, ao contrário, devem ser expandidas e complementadas. Acredito que abrir o extrativismo vegetal amazônico para uma abordagem que coloca suas técnicas, gestos, ritmos, eficácias desejadas, modos de existência e lógicas de ação em centralidade tende a contribuir de maneira satisfatória para descortinar alguns antigos pressupostos sobre a atividade.

Ademais, uma abordagem desse tipo pode contribuir e complementar o *corpus* de conhecimento desenvolvido por pesquisadores que entendem e compreendem o caráter histórico, dinâmico, relacional, sistêmico e vernacular da atividade extrativista vegetal amazônica como transformadora e constituidora dos indivíduos e do espaço em si. Entendo, dessa forma, que no estilo do que Sautchuk (2020) empreendeu com a pesca, recuperando pistas de diferentes autores sobre a relação entre técnica, pessoa e ambiente, existe uma possibilidade explorativa do extrativismo que recupere os mesmos temas. Compreendo que dentro do extrativismo, ou de relações com árvores e vegetais alocados nessa categoria, é possível uma abordagem tecnoambiental que implica uma diversidade de ontologias que emergem na

gestualidade e no caráter processual dessas relações. Percebo que meus apontamentos não buscam ser absolutos ou apresentar de maneira sumária todas as possibilidades, mas oferecem caminhos e esboços de uma proposta de abordagem antropológica do extrativismo que seja relevante e oportuna.

Considerações finais

Desde os primeiros contatos, em minha trajetória, com o óleo de bicho de tucumã, passei a estar continuamente curioso com a maneira como os humanos se relacionavam com os vegetais. Mais ainda, como os humanos produziam, constituíam e elaboravam suas vidas e trajetórias *com e a partir* dessas formas de vida. Os vegetais parecem angariar uma maneira interessante de figurar e de se deixar figurar no humano sobretudo na maneira como elas se inseriam e eram inseridas nas conversas casuais, em atividades, nas representações etc. É inegável que essas são formas de vida que chacoalham um pouco a maneira como entendemos dinâmicas relacionais, sobretudo quando olhamos de perto o que constitui as relações onde elas se embrenham e são embrenhadas.

Dessa forma, sempre imaginei que investigar as relações dos humanos com os vegetais seria um centro de discursos e debates interessantes com o qual se alinhar. Nascido e criado na região amazônica, tendo testemunhado mesmo que de soslaio algumas atividades extrativistas com vegetais em memórias de infância e adolescência, meus esforços em mergulhar em uma compreensão antropológica da atividade extrativista vegetal seria frutífero em todos os aspectos – pessoais e profissionais. Sobretudo, considero que esse fora um passo em direção às dúvidas e questões que emergiam conforme me apropriava cada vez mais do aparato teórico-conceitual da antropologia da técnica.

Assim, desde o início, a antropologia foi uma maneira bastante pertinente de abordar essa atividade a partir de uma perspectiva mais holística e multifacetada. Organizar, classificar e, portanto, conferir sentidos ao mundo foi e é um componente importante da ciência antropológica. Entende-se que todas as experiências de classificação e organização do mundo denotam lógicas e valores sofisticados e rigorosos (Lévi-Strauss, 1985). Com isso, perseguir o extrativismo e a coleta como *metacategorias* foi uma maneira de acessar, antropológicamente, alguns debates e confrontar com as minhas experiências de pesquisa e minha bagagem teórica.

Antes de embarcar definitivamente nas últimas questões que gostaria de recuperar, gostaria de aportar algumas contribuições da minha investigação da literatura que ressaltei. Após muita reflexão, argumento que o uso bastante variado de categorias como extrativismo e coleta evidenciam não exatamente um problema, uma imprecisão, nem muito menos uma atitude mal intencionada ou uma desatenção. Ao contrário, ela reflete o caráter extremamente diverso da atividade e das perspectivas sobre ela. Entretanto, me chama a atenção que um nicho de sentidos nas concepções das categorias extrativismo e coleta parecem indicar, de antemão, uma certa passividade da atividade – nisso ainda insisto.

Assim, no extrativismo vegetal ou na coleta, não existiria produção, muito menos construção, somente o ato de retirada – melhor dizendo, a produção e a construção seriam noções alocadas após a atividade, em outras derivações: trançados, preparação de pratos, remédios e assim por diante. Com isso, durante um tempo e, mesmo hoje em dia, a atividade extrativista vegetal e coletora só parece ganhar sentido e relevância quando se analisa o que deriva dela.

Os regimes de relações que derivam do extrativismo ou se imbricam com eles são extremamente importantes. Análises sobre trançados, preparação de pratos, dentre outras atividades, são extremamente importantes. Contudo, a impressão que fica ao observar a literatura é que a condição *sine qua non* de existência da atividade, sobretudo em matéria de reflexão e pesquisa acadêmica, repousa somente no que ela se torna depois. É como se, em certa medida, os produtos do extrativismo fossem mais interessantes que os seus processos. Ou melhor, que as atividades que derivam dele não possuem propriedades que emergiram alhures. Minha análise do cuidado com o terreno na dissertação apresentada ao Muséum concluiu que as propriedades das frutas, ou até do ato da coleta, está intimamente ligada aos processos dado cabo na limpeza e cuidado do território pré momento de coleta. Dessa forma, deparei-me pela primeira vez com a temporalidade complexa e simbiótica do extrativismo vegetal.

Essa pretensa “passividade” na relação com o ambiente do extrativismo está, evidentemente, atrelada à maneira como ele é classificado e cristalizado. Geralmente entendida como um tipo de atividade que lida com o “selvagem”, com o “natural”, argumento novamente que essa percepção é um reflexo de uma atenção ínfima com a dimensão operatória e da obnubilação da dimensão técnica da atividade extrativista. Até porque se entende muitas vezes a noção de técnica ou tecnologia como indicando o campo do artifício, da reconfiguração da natureza em outra coisa, e não numa forma de interação com o mundo vivo.

Em outras palavras, se existe uma conceituação que entende a atividade extrativista e coletora amazônica como de baixo impacto, ou com “pouca tecnologia”, é porque durante muito tempo existiram poucos esforços ressaltaram essa dimensão como aspecto central da atividade. A possibilidade de uma *tecnologia do extrativismo vegetal* amazônico enquanto ciência das técnicas da atividade não foi um grande tópico de interesse para os que se debruçaram sobre essa prática. Talvez as conclusões de pesquisas na ecologia cultural e na arqueologia vem modificando este ponto de vista ao acenar para uma composição antropogênica da floresta. Assim, entendo que existe uma tendência dicotômica a cristalizar a atividade dentro dessas categorias, confinando suas ontologias.

Essa pouca atenção à essa dimensão dá, também, espaço livre para o enrijecimento de dicotomias que acabam associando, por exemplo, natureza = selvagem = sem técnica = passividade = adaptação. Por outro lado, implica cultura = domesticado = técnica = atividade = transformação. Muitas dessas associações têm, argumento ao longo do trabalho, uma ligação forte com a emergência da categoria coleta que acaba gerando derivas para a categoria extrativismo (no caso, quando se refere à Amazônia e dentro do debate brasileiro). A negligência com a dimensão técnica do extrativismo, acabou por não observar dimensões igualmente importantes não só da atividade, mas da maneira como os humanos transformam e se transformam.

Contudo, a partir de minhas pesquisas e da leitura do trabalho de alguns autores como Laure Emperaire, Francisco Costa, Eduardo Di Deus, Joana Cabral de Oliveira, Igor Scaramuzzi, dentre outros, percebi que a atividade extrativista vegetal na Amazônia aparece com fronteiras mais nubladas e borradas. Esses autores me fizeram perceber aspectos importantes e que disputam os sentidos e noções do que é extrativismo vegetal. Essa não é uma propriedade exclusiva dessa atividade, mas o contra argumento da rigidez do discurso sobre essas dicotomias ganha contornos próprios quando se recupera as dimensões operacionais e a técnica no extrativismo amazônico.

Outro aspecto ao qual recorro se trata do uso dessas categorias, como “extrativismo” e “coleta”. É curioso como elas, especialmente “extrativismo”, podem ao mesmo tempo significar um conjunto tão heterogêneo de atividades, mas ao mesmo tempo ser um signo que generaliza todas elas. Essa é uma armadilha difícil de evitar e que eu mesmo, por questões de operacionalidade dos argumentos e da escrita, acabo resvalando. Isso acontece pois não considero esse aspecto uma contradição, um crime conceitual. Ao contrário, entendo que essa diversidade ao mesmo tempo que esse desejo de regularizar todas sob o mesmo signo, é uma excelente matéria de investigação.

Em um movimento existe o esforço de indexar diferentes atividades e realidades em diferentes ramos de pesquisa em um mesmo termo, afim de “facilitar” a comunicação e construção de debate. Entendo que, aos poucos, diferentes autores e vertentes aproveitaram essas categorias, com todas suas características, ideologias e historicidade para organizar e enquadrar essas formas de relação. Ao mesmo tempo, quando se observa a diversidade de relações compreendidas dentro da noção de extrativismo: indo de relação com animais, vegetais até com minerais, percebe-se que existe um descompasso instigante da qual a antropologia pode se beneficiar. Quando se observa o próprio escopo das relações contidas no extrativismo

vegetal, evidencia-se ainda mais essa diversidade – uma diversidade de ontologias práticas extrativistas.

Ora o extrativismo e a coleta, sob análise, podem significar um conjunto variado e desconcertante de atividades, ora um signo extremamente generalizante e impreciso. Entretanto, as questões de generalização, bem como de comparação, são matérias caras à antropologia. Sautchuk (2020), recuperando uma discussão de Louis Dumont para o contexto amazônico, enfatiza a ideia de “comparação radical” como aspecto importante da antropologia onde as próprias categorias da pesquisa entram em questionamento e em jogo. Entendo, neste contexto, que não se pode tergiversar o fato de que todas as atividades extrativistas vegetais estão agrupadas sob o mesmo termo, muito menos ignorar a diversidade tenaz contida nessa categoria e como características dessa categoria acabam generalizando e planificando características e sentidos.

Dessa forma, argumento contra a uma espécie de purismo, que descartaria a categoria. Entendo que é possível aproveitar suas estruturas conceituais para nutrir uma nova maneira de reavaliar e revigorar questões como comparações, generalizações e conexões no debate sobre atividades extrativistas vegetais amazônicas. Emprestando perspectivas de diferentes autores como Ferret (2014), Sautchuk (2020), Coupaye (2022) e Lemonnier (1992), para citar alguns, entendi que era possível reorientar as análises sobre o extrativismo vegetal amazônico a partir de uma influência dos estudos sobre técnica, a fim de enfrentar muitos dos conceitos, cristalizações e maneiras de compreender a relação com vegetais na região.

Compreendendo assim que “as relações entre os humanos e os sentidos de suas ideias e palavras estão associados à maneira como eles existem em face de outros seres, objetos e ambientes” (Sautchuk, 2020:49). Trata-se de apreciar as atividades extrativistas vegetais na operacionalidade de suas relações, nos gestos, ritmos, objetos técnicos e caráter ontogenético. A abordagem da técnica nos auxilia, inclusive, a estabelecer um diálogo profundo e menos escorregadio com pesquisas sobre outras atividades amazônicas, como pesca, agricultura, caça, rituais, etc.

A centralidade da técnica, com seus conceitos e noções, pode nos guiar a entrever conexões e desconexões importantes que ressaltam, inclusive, o caráter sistêmico e simbiótico da atividade, já sinalizado por exemplo por Emperaire & Lescure (1996). A relação entre técnica, ambiente e pessoa na Amazônia, como debateu Sautchuk (2020), é outro aspecto que, ao meu ver, pode ser bem aproveitado em estudos e pesquisas sobre extrativismo vegetal na região por coadunar diferentes sentidos da atividade amazônica. Sem perder de vista,

evidentemente, as configurações e reconfigurações do humano em regimes de relações multifacetados.

A relação entre técnica, ambiente e pessoa é explorada em alguns dos postulados de Costa (2009;2012b) – apesar de óbvias diferenças. Apesar de não suscitar propriamente um debate sobre uma ontogênese ou a constituição da pessoa como faz Sautchuk, o autor sugere conceitos como *paradigma tecnológico* e *trajetórias tecnológicas* que passam a retrair as atividades e práticas produtivas amazônicas sob outros aspectos, valorizando os modos de ação e interação com o ambiente, bem como as maneiras como escolhem e decidem orientar suas atividades.

Existe uma dimensão ecológica e ambiental profunda na maneira como Costa procurar sublinhar essas atividades e que adiciona relevância à ideia de tecnologia como maneira de fazer e às vezes até de ser, quando enfatiza a *diversidade* como orientação histórica balizadora do ritmo de pequenos camponeses. Investigações antropológicas finas e refinadas sobre essa dimensão podem ser bastante frutíferas, como exemplifica alguns dos meus *insights* etnográficos. Em certa medida, existem diversas pistas deixadas por diferentes autores. Cito novamente que a compreensão de Cabral de Oliveira sobre a relação entre roça e floresta, também é outra autora que pode recuperar um diálogo importante entre extrativismo vegetal e agricultura. procurei nesse trabalho voltar um olhar similar para a atividade extrativista vegetal.

Se valorizo, em minhas experiências de pesquisa, a maneira de utilização e a forma como diversas operações se engendram na atividade extrativista, é porque os ribeirinhos em contexto se preocupam com a forma como eles se embrenham nessas relações. No contexto etnográfico dos ribeirinhos de Igarapé-Grande, as maneiras de buscar mediações com terçados, roçadeiras e foices, vegetais, solos e abelhas não estão em um utilitarismo simplório ou camadas de significados ou noções culturais superpostas a eles (Sautchuk, 2020). Essa centralidade também ressalta as suas preocupações com sua vida, com seus futuros, e manifestam em alguma medida sentidos de suas relações com o passado e o que faz eles se reconhecerem como habitantes, moradores, ou melhor, pessoas.

À guisa de conclusão, reitero que centralizar a técnica em sua condição paradigmática para compreensão do extrativismo é, sobretudo, caminhar em direção à gestualidade, operacionalidade e modos de relação particulares com vegetais. Enfatizar essa gestualidade está longe de um preciosismo teórico, mas ressalta a ideia de movimento e transformação, bem como reenvia nosso pensamento à concepção de técnica como formas variadas de mediação. Estabelece, nessa maneira, um diálogo pertinente entre indivíduos, prática e sentidos.

Sendo assim, observa-se com tenacidade a maneira pelas quais, no extrativismo vegetal, se embrenham diferentes sujeitos e meio ambiente na constituição e transformação do *self*. Com isso, uma compreensão desses processos nos permite observar a relação entre humanos, vegetais, ferramentas, ambiente e outros elementos a partir de novos ângulos de análise que nos elucidam como essas interações promovem identidades e modos de existência. Aproveitar a possibilidade de enxergar o extrativismo vegetal amazônico dessa maneira está em um horizonte de contribuições vastas com diferentes autores que aportam contribuições valiosas como as que citei aqui.

Está também posto um esforço de reconhecer a diversidade, sem perder de vista as similaridades. De reconhecer diferentes operacionalidades, diferentes valores e sentidos, ontogêneses diversas, diferentes modos de se relacionar no extrativismo vegetal amazônico. Também entra em jogo a possibilidade de reconhecer características e sentidos que sublinham diferentes atividades, que viajam e dialogam com outras práticas dentro do extrativismo ou fora dele. Com isso, compreendo que meu esforço nessa dissertação foi de, acima de tudo, utilizar-me da análise das categorias *extrativismo* e *coleta* como meio de ressaltar uma abordagem da técnica para realidades extrativistas amazônicas. Pois, atesto que muitas questões e debates sobre a atividade carecem de ângulos de análise e abordagem que ampliem certas dimensões e características da atividade como sua inventividade e complexidade. Em última instância, não procuro afirmar que nunca se abordou essas realidades dessa maneira.

Ao contrário, procuro fazer eco ao contingente de autores que procuraram centralizar operações, gestos e modos de existir e ser nos seus estudos sobre atividades extrativistas vegetais. Por último, entendo que explorando as categorias, ideologias e sentidos atrelados a elas, bem como recuperando dados e apresentando informações de minha dissertação apresentada ao Muséum, seja possível imaginar uma investigação etnográfica e antropológica sobre uma *tecnologia do extrativismo* enquanto baluarte de diferentes *tecnogêneses* nas atividades extrativistas vegetais. Percebendo e fazendo dialogar, assim, realidades múltiplas e as observando a partir de sua *tecnodiversidade* e seus regimes de relações multifacetados e constitutivos.

Referências Bibliográficas

AFONSO, S. R. Produtos florestais não madeireiros: do extrativismo vegetal à bioeconomia da floresta. In: Produtos florestais não madeireiros: tecnologia, mercado, pesquisas e atualidades. Guarujá, SP: Científica digital, p.29-43, 2021.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, 2008.

ALLEGRETTI, M. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a região amazônica e as atividades extrativas. In: *Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional*. Paris: Compêndio MAB 18-UNESCO, p.14-34, 1994.

ALMEIDA, J. J. Do extrativismo à domesticação: as possibilidades da castanha do Pará. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, M. W. B. de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações*, Londrina, v. 17 n.1, p. 121-152, Jan./Jun. 2012.

ALMEIDA, M. W. B. de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19, nº. 55, p.33-53, 2004.

ALMEIDA, M. W. B. de. O papel dos sistemas produtivos agroextrativistas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Texto para a reunião técnica do MMA, organizado pelo ISA, 2002.

ALMEIDA, M. W. B. de. Rubber tappers of the Upper Juruá River, Brazil: the making of forest peasant economy. Tese (Doutorado) – Darwin College, University of Cambridge, 377p., 1992.

AQUINO, J. B. de. Mary Allegretti: uma companheira imprescindível. *Revista Xapuri Socioambiental*, ano 8, n 108, 2023.

ARAUJO, I. Entre a técnica e a socialização de conhecimento: aproximações sobre o Óleo de Bicho de Tucumã em uma comunidade quilombola no Marajó-PA. *Antropologias do sul: anais da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2019.

ARAUJO, I. Les techniques et modes traitement du territoire forestier productif en région forestière riberinha d'Amazonie : étude d'une genèse croisée. Dissertação (Mestrado em Biodiversité, Écologie et Évolution) – Parcours Société et Biodiversité no Muséum National d'Histoire Naturelle, 2023.

AUBERTIN, C. L'occupation de l'Amazonie : des drogues du sertao à la biodiversité. In: EMPERAIRE, L. (org). *La forêt en jeu. L'extractivisme en Amazonie Centrale*. Collection Latitudes 23. Paris : Éditions de l'Orstom, 1996.

BAHRI, S. De l'extractivisme à l'agroforesterie. In: EMPERAIRE, L. (org). *La forêt en jeu. L'extractivisme en Amazonie Centrale*. Collection Latitudes 23. Paris : Éditions de l'Orstom, 1996.

BALÉE, W. Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes. Alabama: The University of Alabama Press, 111p., 2013.

BARNARD, A. Hunter-Gatherers in History, Archaeology and Anthropology. Berg, 271p., 2004.

BARNARD, A. SPENCER, J. Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology. Routledge, 1a ed., 2002.

BECHELANY, F. Figuras da captura: a atividade cinegética na etnologia indígena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia (UnB), 109p., 2012.

BENJAMIN, A. M. da. S. Agroextrativismo: sustentabilidade e estratégias produtivas na reserva extrativista do rio cajari, sul do amapá. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Belém, 94p., 2004.

BIRD-DAVID, N. Beyond 'The Hunting and Gathering Mode of Subsistence': Culture-Sensitive Observations on the Nayaka and Other Modern Hunter-Gatherers. *Man, New Series*, Vol. 27, No. 1, pp. 19-44, 1992.

BRONDÍZIO, E. S. Forest Farmers: Human and Landscape ecology of Caboclo populations in the Amazon Estuary. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Public and Environmental Affairs em University of Indiana, 1996.

CABRAL DE OLIVEIRA, J. *et al (orgs)*. *Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu Editora/IRD, 386p., 2020.

CABRAL DE OLIVEIRA, J. de. Mundos de roças e florestas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 11, n. 1, p. 115-131, jan.-abr, 2016.

CABRAL DE OLIVEIRA, J. de. “Saberes Agrícolas entre os Wajãpi: Desafios de uma Cosmopolítica Contemporânea”. In: CABRAL DE OLIVEIRA, J. de. *et al. (org.)*, *Práticas e Saberes sobre Agrobiodiversidade: A contribuição dos Povos Tradicionais*. São Paulo: IEB Mil Folhas. pp. 135-154, 2018.

CALDERON, R. A. Mercado de Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia Brasileira. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *et al. (orgs.)*. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.

CARVALHO, L. G. de. *et al.* ‘Passaporte para a floresta’: a regulação do extrativismo de balata na Floresta Estadual do Paru, estado do Pará, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, v. 13, n. 2, p. 261-291, 2018.

CASTRO, T. The Mediated Plant. *E-flux journal*, Issue #102, 2019.

CEDERHOLM, E. A. *et al (orgs)*. Introduction. In: CEDERHOLM, E. A. *et al (orgs)*. Exploring the animal turn: human-animal relations in Science, Society and Culture. The Pufendorf Institute for Advanced Institute: Lund University, 2014.

CLÜSENER-GODT, M. SACHS, I. Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional. Paris: Compêndio MAB 18-UNESCO, 1994.

COSTA, F. de A. Ecologismo e questão agrária na Amazônia. Belém: NAEA, 2ª Ed., 2013.

COSTA, F. de A. Economia camponesa referida ao bioma da Amazônia: atores, territórios e atributos. Paper do NAEA Volume 1, Número 2, Edição/Série 476, 2020.

COSTA, F. de A. Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970). Belém: NAEA, 2012a.

COSTA, F. de A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. Nova Economia, vol. 20, núm. 1, p.167-206, 2010.

COSTA, F. de A. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 2 (45), p. 245-273, 2012b.

COSTA, F de A. Notas sobre uma Economia Importante, (Super) Verde e (Ancestralmente) Inclusiva na Amazônia. In: Caminhos para uma Agricultura Familiar sob Bases Ecológicas: Produzindo com Baixa Emissão de Carbono. IPAM, 2016.

COSTA, F. de A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. Revista Brasileira de Inovação, 8 (1), p.35-86, 2009.

COUPAYE, L. Cadeia operatória, transectos e teorias: algumas reflexões e sugestões sobre o percurso de um método clássico. In: SAUTCHUK, C. (orgs). Técnica e transformação: perspectivas antropológicas. Rio de Janeiro: ABA publicações, p.475-494, 2017.

COUPAYE, L. Technology. In: DE CUNZO, L. A. ROEBER, C. D. (orgs). The Cambridge Handbook of Material Culture Studies. Cambridge University Press, p.436-468, 2022.

DAHLBERG, F. Woman the Gatherer. Yale Press University, 264p., 1981.

DI DEUS, E. The tree that responds: taming the rubber tree. Virtual Brazilian Anthropology, v. 16, e16551, 2019.

DESCOLA, P. La Nature domestique. Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar. Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme. 1986.

DESCOLA, P. Par-delà nature et culture. Éditions Gallimard, 640p., 2005.

DI DEUS, E. A dança das facas: trabalho e técnica em seringais paulistas. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia (UnB), 361p., 2017.

DI DEUS, E. The tree that responds: taming the rubber tree. *Virtual Brazilian Anthropology*, v. 16, e16551, 2019.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 6, p.115-137, 1996.

EMPERAIRE, L. Diversidade biológica e diversidade cultural. In: BARROS, J. M. KAUARK, G. Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e Comunicação. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, p.135-145, 2011.

EMPERAIRE, L. (orgs). Gerar, Cuidar e Manter a Diversidade Biológica. Seção 7. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *et al.* (orgs.). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, p. 14-36, 2021.

EMPERAIRE, L. (org). La forêt en jeu. L'extractivisme en Amazonie Centrale. Collection Latitudes 23. Paris : Éditions de l'Orstom, 1996.

EMPERAIRE, L. L'extractivisme dans le développement durable de l'Amazonie. *Aménagement et Nature*, n 115, p.23-32, 1994.

EMPERAIRE, L. *et al.* Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola no médio Rio Negro – Amazonas. *Ciência & Ambiente*, n. 44, 2012.

ERICKSON, P. MURPHY, L. A History of Anthropological Theory. University of Toronto Press, 296p., 2013.

ERIKSEN, T. NIELSEN, F. A History of Anthropology. Pluto Press, 216p., 2001.

FAULHABER, P. The production of the Handbook of South American Indians Vol 3 (1936-1948). *vibrant* v.9 n.1, p.82-111, 2012.

FELIZARDO, A. O. ROCHA, C. G. S. A diversidade de práticas produtivas de famílias agroextrativistas na Anazônia. *Nova Revista Amazônica*, vol. VIII, nº 03, dez, p.95-109, 2020.

FERRET, C. Towards an anthropology of action: From pastoral techniques to modes of action. *Journal of Material Culture*, 19(3), pp.279-302, 2014.

FERRET, C. Vers une anthropologie de l'action: André-Georges Haudricourt et l'efficacité technique. *L'Homme*, 202, p.113-140, 2012.

FOSENCA, L. M. da. Fogo e Movimento: uma abordagem tecnológica sobre a agricultura indígena na Amazônia. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Programa de pós-graduação em Antropologia social no Departamento de Antropologia, UnB, 2023.

FRAZER, J. *The Golden Bough: A Study in Magic and Religion*. Penguin, Abridged Ed., 1996.

FREITAS, M. A. B. *et al.* Intensification of açai palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest. *Biological Conservation*, 261, p.1-10, 2021.

GIBSON, D. Towards plant-centred methodologies in anthropology. *Anthropology Southern Africa*, vol. 41, no. 2, p.92-103, 2018.

GILLE, B. *Histoire des techniques*. Paris: Gallimard, 1978.

GRAEBER, D. WENGROW, D. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. Companhia das Letras, 2022.

GUTIERREZ, K. C. From objects of study to worldmaking beings: The history of botany at the corner of the plant turn. *History Compass*, vol. 21, Issue 8, 2023.

HARRIS, M. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798 – 1840*. São Paulo, SP: Editora da Unicamp, 1ª Ed., 2018.

HAUDRICOURT, A-G. Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui (1962). In : HAUDRICOURT, A-G. *La technologie, science humaine : recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques*. Paris : Fondation de la Maison des sciences de l'homme, p.277-286, 1987.

HEMMING, J. Arqueólogos encontram o homem primitivo. In: *Árvore De Rios: A história da Amazônia*. SP: Senac SP, p.343-367, 2011.

HOLBRAAND, M. PEDERSEN, M. A. *The ontological turn: an anthropological exposition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HOMMA, A. *Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação*. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

HOMMA, A. K. O. *A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica*. Belém: EMBRAPA-CPATU, 38p., 1990.

HOMMA, A. K. O. *Colhendo da natureza: o extrativismo vegetal na Amazônia*. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

HOMMA, A. K. O. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. EMBRAPA: Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília, 202 p., 1993.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. *estudos avançados* 26 (74), p.167-186, 2012.

HOMMA, A. K. O. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico. *Acta Amazônica*, 12(2), p.251-255, 1982.

INGOLD, T. *Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. 1ª edição. Editora Vozes, 392p, 2015.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Routledge, 454p. 2000.

INGOLD, T. The Temporality of the Landscape. *World Archeology*, Vol. 25, No. 2, pp. 152-174, 1993.

JORDAN, P. CUMMINGS, V. Analytical Frames of Reference in Hunter-Gatherer Research. In: *The oxford handbook of the archaeology and anthropology of hunter-gatherers*. Oxford University Press, p.78-92, 2014.

KELLY, R. The Foraging Spectrum. *Diversity in Hunter-Gatherer Lifeways*. Washington DC: Smithsonian Institution Press, 2007.

KIRKSEY, S. HELMEREICH, S. The Emergence of Multispecies Ethnography. *Cultural Anthropology*, vol. 25, no. 4, 545-576, 2010.

KOHN, E. *How forests think: toward an Anthropology beyond the human*. Los Angeles: University of California, 2013.

KONIZETS, R. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATHRAP, D. The “Hunting”? Economies of the Tropical Forest Zone of South America: An Attempt at Historical Perspective. In: *Man The Hunter: the first intensive survey of a single, crucial stage of human development – man’s once universal hunting way of life*. Aldine Publishing Company, p.23-29, 1977.

LATOURE, B. Introdução à parte II: Por que é tão difícil rastrear o social?. In: LATOURE, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: EDUFBA, p.229-239, 2012.

LAVE, J. Aprendizagem como/na prática. *Horiz. antropol.*, vol. 21, n. 44, p.37-47, 2015.

LEE, R. DALY, R. *The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*. Cambridge University Press, 534p., 2004.

LEE, R. DEVORE, I. *Man The Hunter: the first intensive survey of a single, crucial stage of human development – man’s once universal hunting way of life*. Aldine Publishing Company, 1977.

LEE, R. DEVORE, I. *Man The Hunter: the first intensive survey of a single, crucial stage of human development – man’s once universal hunting way of life*. Aldine Publishing Company, 2009.

LEMONNIER, P. (org.). *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*. Material cultures. London ; New York: Routledge, 1993

LEMONNIER, P. *Elements for an Anthropology of Technology*. Michigan, Museum of Anthropological Research (88), University of Michigan Press, 1992.

LEMONNIER, P. *Mundane Objects: Materiality and Non-verbal Communication*. California: Left Coast Press, 2012.

LEMONNIER, P. Mythiques chaînes opératoires. *Techniques & Culture*, v. 43-44 (Mythes. L'origine des manières de faire), 2004.

LEROI-GOURHAN, A. G. *Évolution et techniques I - L'homme et la matière*. Paris: Albin Michel, 1971

LEROI-GOURHAN, A. G. *Évolution et techniques II - Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel, 1973.

LESCURE, J-P. (*orgs*). *Extractivisme en Amazonie centrale: Viabilité et Développement (rapport final)*. Amazonas, Manaus: INPA/ORSTOM, 126p. 1995.

LESCURE, J-P. CASTRO, A. de. L'extractivisme en Amazonie Centrale : Aperçu des aspects économiques et botaniques. *Revue Bois et Forêts des Tropiques*, no 231, 1er trimestre, p.35-51, 1992.

LESCURE, J-P. Quelques questions concernant l'extractivisme. In: *La forêt en jeu. L'extractivisme en Amazonie Centrale*. Collection Latitudes 23. Paris : Éditions de l'Orstom, p.189-202, 1996.

LETTÉ, M. L'histoire des débordements industriels à l'origine de conflits autour de l'environnement. *Annales des Mines - Responsabilité et environnement* N° 62, no 2: 43, 2011.

LEVI-STRAUSS, C. O uso das plantas silvestres da América do Sul tropical In: *Suma Etnológica brasileira - Etnobiologia*, 1986.

LEVI-STRAUSS, C. The Concept of Primitiveness. In: LEE, R. DEVORE, I. *Man The Hunter: the first intensive survey of a single, crucial stage of human development – man's once universal hunting way of life*. Aldine Publishing Company, 1977.

MAGALHÃES, M. (*orgs*). *Amazônia antropogênica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

MAKISHI, F. *et al*. Impactos Socioambientais dos Produtos Florestais Não-Madeireiros: Estudos de Caso da Amazônia Brasileira. *Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento*, N° 4, 2015.

MARTINOT, J. F. PEREIRA, H. dos S. SILVA, S. C. P da. Coletar ou Cultivar: as escolhas dos produtores de açaí-da-mata (*Euterpe precatoria*) do Amazonas. *RESR, Piracicaba-SP*, Vol. 55, N° 04, p. 751-766, Out/Dez 2017.

MASSARO, T. Berta Ribeiro: enlace de saberes, plantas e antropologia. *Revista Mana*, vol. 29, no. 2, 2023.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*, Cosac & Naify, p.401-422, 2003.

MEGGERS, B. J. *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Smithsonian Books (DC); Revised ed, 1996.

- MORGAN, L. A sociedade antiga. Expresso Zahar, 1 ed., 2014.
- MOURÃO, L. Do Açaí ao Palmito: uma História ecológica das Permanências, tensões e Rupturas no estuário amazônico. Belém: Editora Açaí, 1999.
- MURA, F. SAUTCHUK, C. Technique, power and transformation: views from Brazilian anthropology. *Vibrant*, n. 16, 2019.
- MURDOCK, G. The Current Status of the World's Hunting and Gathering Peoples. In: *Man The Hunter: The First Intensive Survey of a single, crucial stage of human development – man's once universal hunting way of life*. Aldine Publishing Company, p. 13-22, 1977.
- NEVES, E. HECKENBERGER, M. The Call of the Wild: Rethinking Food Production in Ancient Amazonia. *Annu. Rev. Anthropol*, 48:371–88, 2019.
- NUGENT, S. *The Rise and Fall of the Amazon Rubber Industry: An Historical Anthropology*. Routledge, 1ª Ed., 2017.
- OLIVEIRA, W. Caçadores Coletores na Amazônia: eles existem. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia (USP), 115p., 2007.
- PARKS, J. The poetics of extractivism and the politics of visibility. *Textual Practice*, vol. 35, Issue 3: Writing Extractivism, 2021.
- PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe [Online]*, 2, p.2-11, 2008.
- PEREIRA, C. M de S. *et al.* Extrativismo de produtos florestais não madeireiros na Amazônia: conjuntura, políticas públicas e experiências. *Amazônia: Ci. & Desenv.*, v. 13, n. 23, 2016.
- PFAFFENBERGER, B. Social anthropology of technology. *Annual Review of Anthropology*, 21: 491-516, 1992.
- PINTON, F. AUBERTIN, C. Extractivisme et développement durable. In: *La forêt en jeu. L'extractivisme en Amazonie Centrale*. Collection Latitudes 23. Paris : Éditions de l'Orstom, p.145-154, 1996.
- PLUCIENNIK, M. The invention of hunter-gatherers in seventeenth-century Europe. *Archaeological Dialogues*, 9, pp 98-118, 2002.
- PLUCIENNIK, M. The Meaning of 'Hunter-Gatherers' and Modes of Subsistence: a Comparative Historical Perspective. In: *Hunter-Gatherers in History, Archaeology and Anthropology*. Berg, p.17-30, 2004.
- PÓLEN, R. R. Dinâmicas territoriais de comunidades rurais extrativistas amazônicas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. *Amazônia, Amazônias*. Editora Contexto, 184p., 2001.

POSEY, D. Introdução - Etnobiologia: teoria e prática. In: Suma Etnológica brasileira - Etnobiologia, 1986.

RÊGO, J.F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Ciência hoje*, v.25, p.62-65, 1999.

RIBEIRO, G. L. Scales, levels of agency, and condensation. *Anuário Antropológico*, v. 48, nº 2, p.13-35, 2023.

RIBEIRO, B. *Diário do Xingu*. São Paulo: Editora Paz Terra, 1979.

RINGHOFER, L. *Fishing, Foraging and Farming in the Bolivian Amazon: On a Local Society in Transition*. Springer: 2010, 267p.

RIOFRANCOS, T. The Dilemmas of Extractivism. Dossier: socioenvironmental destruction, extractivism, and dependency, *LASA Forum*, vol 4, p.51-56, 2021.

RIOFRANCOS, T. "Extractivism and *Extractivismo*". *Global South Studies: A Collective Publication with The Global South*, 2020.

RIVAL, L. Introduction: South America. In: *The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*. Cambridge University Press, p.170-188, 2004.

RITVO, H. On the Animal Turn. *Daedalus*, Vol. 136, No. 4, On the Public Interest, p. 118-122, 2007.

ROOSEVELT, A. The Amazon and the Anthropocene: 13,000 years of human influence in a tropical rainforest. *Anthropocene*, [Volume 4](#), p.69-87, 2013.

RODRIGUES, I. M. M. *Corpos que emergem: vegetais trançados e sua persistência entre os povos do rio Mapuera*. *Revista de Arqueologia*, volume 34, no. 3, p.146-177, 2021.

SALOMÃO, R. de P. A castanheira: história natural e importância socioeconômica. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat.*, Belém, v. 9, n. 2, p. 259-266, 2014.

SANTOS, G. M. dos. *et al.* Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 16(1), 2021b.

SANTOS, G M. dos. SOARES, G. Amazônia indomável: relações fora do alcance da domesticação. *Mundo Amazônico*, 12(1), 281-300. 2021a.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 1ª Ed., 392p., 2023.

SANTOS, M. N. *et al.* Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira (*Carapa guianensis* Aublet). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, v. 9, n. 1, p. 93-108, 2014.

SANTOS, R. História econômica da Amazônia (1800-1920). Vol. 3. São Paulo: TA Queiroz, 1980.

SAUTCHUK, C. Aprendizagem com gênese: prática, *skill* e individuação. Horizontes Antropológicos, vol. 21, n. 44, p.109-139, 2015.

SAUTCHUK, C. Ciência e técnica. In: MARTINS, C. B. Luiz Fernando Dias Duarte. (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia. São Paulo: ANPOCS, v., p. 97-122, 2010.

SAUTCHUK, C. Introdução. In: Técnica e transformação: perspectivas antropológicas. Rio de Janeiro: ABA publicações. 11-26, 2017.

SAUTCHUK, C. O arpão e o anzol: técnica e pessoa na Amazônia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 436p., 2020.

SAUTCHUK, C. Os antropólogos e a domesticação: derivações e ressurgências de um conceito. In: Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida. Porto Alegre: UFRGS, 85-108. 2018.

SAUTCHUK, C. (*orgs*). Técnica e transformação: perspectivas antropológicas. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 500p., 2017.

SAUTCHUK, C. STOECKLI, P. O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold. Anuário Antropológico, Ed.2, 227-246. 2011.

SCARAMUZZI, I. A. B. Extrativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/Pará. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2016.

SCARAMUZZI, I. A. B. Os modos de vida, criação e reprodução das florestas de castanhais no Alto Trombetas, Oriximiná (PA). In: CABRAL DE OLVEIRA, J. et al (*orgs*). Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: Ubu Editora/IRD, p.266-282, 2020.

SIGAUT, F. Critique de la notion de domestication. In: L'Homme, tome 28, n°108. Les Animaux : domestication et représentation. pp. 59-71, 1988.

SIGAUT, F. La technologie de l'agriculture. Terrain de rencontre entre agronomes et ethnologues. Études rurales, 103–11, 1975.

SIGAUT, F. 'Technology'. In: Companion Encyclopedia of Anthropology, pp. 420-59. London: Routledge, (2002[1994]).

SILVA JUNIOR, A. L. Quando os paus de fruta da mata viram plantas: o amálgama entre agricultura e floresta na Resex Arióca Pruanã, Oeiras do Pará. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA, C. V. da. MIGUEL, L. de A. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n. 2, 2014.

SILVA, D. W. *et al.* Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 38, p. 557-577, 2016.

SILVA, J. M. SOUZA, M. P. de. Cadeia produtiva da Castanha-da-Amazônia nos Estados do Acre e Rondônia. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 11, p.91277-91297, 2020.

SIMAS, D. BARBOSA, Y. (org). *Sistema agrícola tradicional do Rio Negro*. Brasília, DF: IPHAN, 190p., 2019.

SOUSA, W. P. de. Extrativismo e desenvolvimento no contexto amazônico. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 207-228, 2018.

SIMONDON, G. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Contraponto Editora, 384p., 2020.

SMITH, M. FAUSTO, C. Socialidade e diversidade de pequis (*Caryocar brasiliense*, Caryocaraceae) entre os Kuikuro do alto rio Xingu (Brasil). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 11, n. 1, p. 87-113, 2016.

STERLING, K. Man the Hunter, Woman the Gatherer? The Impact of Gender Studies on Hunter-Gatherer Research (A Retrospective). In: *The Oxford Handbook of the Archaeology and Anthropology of Hunter-Gatherers*, p.153-174, 2014.

STRATHERN, M. Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen. In: FERRARI, F. (orgs). *O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn Strathern*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SZEMAN, I. WENZEL, J. What do we talk about when we talk about extractivism?. *Textual Practice*, vol. 35, Issue 3, 505-523, 2021.

TSING, A. L. On Nonscalability: The Living World Is Not Amenable to Precision-Nested Scales. *Common Knowledge*, Volume 18, Issue 3, p. 505-524, 2012.

TULLY, J. A. *The devil's milk: a social history of rubber*. New York: Monthly Review Press, 2011.

VILLARINHO, M. *Nos caminhos da castanha entre os Apurinã*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social no Departamento de Antropologia, UnB, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. *Ciência & Ambiente*, n 31, p. 123-132, 2005.

WEINSTEIN, B. *The Amazon rubber boom, 1850-1920*. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1983

YENGOYAN, A. *Anthropological History and the Study of Hunters and Gatherers: Cultural and Non-cultural*. In: *Hunter-Gatherers in History, Archaeology and Anthropology*. Berg, p.57-66, 2004.